

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

The coat of arms of the Universidade Federal da Paraíba is centered in the background. It features three lit torches at the top, a shield with a blue field containing a white and yellow stylized figure, and a banner at the bottom with the Latin motto 'SAPIENTIA AEDIFICAT'.

Relatório de Gestão
2016

Abril / 2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e da Portaria TCU Nº 59/2017.

Coordenação da Elaboração:
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento - PROPLAN

João Pessoa, 26 de abril 2017



PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MICHEL TEMER

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
MENDONÇA FILHO

REITORA
MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

VICE-REITORA
BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO
ARIANE NORMA DE MENEZES DE SÁ

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ISAC ALMEIDA DE MEDEIROS

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
ORLANDO DE CAVALCANTI VILLAR FILHO

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
ALÚSIO MÁRIO LINS SOUTO

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
ELIZETE VENTURA DO MONTE

PRÓ-REITOR DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE
JOÃO WANDEMBERG GONÇALVES MACIEL

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS
FRANCISCO RAMALHO DE ALBUQUERQUE

CHEFE DE GABINETE
ALINE NADEGE DE SÁ MONTE

PREFEITO UNIVERSITÁRIO
JOÃO MARCELO ALVES MACEDO

PROCURADORIA JURÍDICA
CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA

CONTROLE INTERNO
RAM ANAND GAJADHAR



DIRETORES DOS CENTROS DE ENSINO

CAMPUS I - JOÃO PESSOA

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
IERECÊ MARIA DE LUCENA ROSA
DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
MONICA NÓBREGA
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS
EDUARDO SERGIO SOARES SOUSA
DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO
WILSON HONORATO ARAGÃO
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
WALMIR RUFINO DA SILVA
DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA
ANTONIO DE MELLO VILLAR
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
REINALDO NÓBREGA DE ALMEIDA
DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
MARIA LUIZA DE ALENCAR MAYER FEITOSA
DIRETOR DO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA
VALDIR DE ANDRADE BRAGA
DIRETOR DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES
DIRETOR DO CENTRO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS E RENOVÁVEIS
ZAQUEU ERNESTO DA SILVA
DIRETOR DO CENTRO DE INFORMÁTICA
HAMILTON SOARES DA SILVA
DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
JOSÉ MARCELINO OLIVEIRA CAVALHEIRO

CAMPUS II – AREIA

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DJAIL SANTOS

CAMPUS III – BANANEIRAS

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS
TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS

CAMPUS IV - RIO TINTO E MAMANGUAPE

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
MARIA ANGELUCE SOARES PERÔNICO BARBOTIN



LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

APCN – Aplicativos de Propostas de Cursos Novos.
BC – Biblioteca Central
BPEq – Banco de Professor Equivalente
CAVN – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBiotec – Centro de Biotecnologia
CCA – Centro de Ciências Agrárias
CCAE – Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CCF – Coordenação de Controle Financeiro
CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCHSA – Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias
CCI – Coordenação de Controle Interno
CCJ – Centro de Ciências Jurídicas
CCM – Centro de Ciências Médicas
CCP – Coordenação de Currículos e Programas
CCS – Centros de Ciências da Saúde
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CCTA – Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CE – Centro de Educação
CEAR – Centro de Energias Alternativas e Renováveis
CEM – Coordenação de Estágio e Monitoria
CEDESP – Centro de Desenvolvimento do Servidor Público
CFT – Centro de Formação de Tecnólogo
CGA – Comissão de Gestão Ambiental
CGTI – Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria Geral da União
CI – Centro de Informática
CIA – Comitê de Inclusão e Acessibilidade
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEOR – Coordenação de Orçamento
COMFOR – Comitê Gestor Institucional



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

CONSEPE – Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão
CONSUNI – Conselho Universitário
CPA – Comissão Permanente de Avaliação
CPACE – Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos
CPPRAD – Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares
CPME – Comissão Permanente de Melhoria do Ensino
CPPRAD – Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
CRAS – Centro de Referência e Atenção à Saúde
CT – Centro de Tecnologia
CTDR– Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
DAC – Divisão de Acordos e Convênios
DINTER – Doutorado Interinstitucional
EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EBTT – Servidores Técnicos Administrativos em Educação
EDU – Editora Universitária
EMPs – Exames Médicos Periódicos
ENEX– Encontro de Extensão
e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
ETS – Escola Técnica de Saúde
FAPESQ - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FLUEX – Programa de Fluxo Contínuo de Extensão
FORPLAD – Fórum Nacional de Pró-Reitores
HULW – Hospital Universitário Lauro Wanderley
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFPB – Instituto Federal da Paraíba
ISF – Inglês sem Fronteira
INOVA – Agência de Inovação e Tecnologia da UFPB
IPE – Instituto Paraibano de Envelhecimento
IpeFarM – Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos
LACOM – Laboratório de Combustíveis e Materiais
LDMI – Laboratório de Desenvolvimento Multimídia Interdisciplinar



LNC – Levantamento de Necessidades de Capacitação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MINTER – Mestrado Interinstitucional
NDE – Núcleos Docentes Estruturantes
NPD – Núcleo de Produção Digital
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
PAD – Processo Administrativo
PAE – Plano de Atividades de Estágio
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PET – Programa de Educação Tutorial
PGLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PLADES – Plano de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável para os Arranjos Produtivos Locais da Paraíba
PGLS – Plano de Gestão Logística Sustentável
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-EM - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio
PIVIC – Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica
PPA – Plano Plurianual
PQI – Programa de Qualificação Institucional
PRA – Pró-Reitoria de Administração
PRAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PRAPE – Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
PRG – Pró-Reitoria de Graduação
PROBEX – Programa de Bolsa de Extensão
PRODOCÊNCIA – Programa de Consolidação das Licenciaturas
PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROEXT – Programas e Projetos de Extensão
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

PROLICEN – Programa de Apoio às Licenciaturas
PROMEB – Programa de Melhoria da Educação Básica
PROMOBI – Programa de Mobilidade Internacional
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
PROTUT – Programa de Tutoria
PRPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PU – Prefeitura Universitária
QRSTA – Quadro de Referência dos Servidores Técnicos Administrativos.
REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SCS – Superintendência de Comunicação Social
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASS – Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor
SIC – Sistema de Informação ao Cidadão
SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos
SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISU – Sistema Integrado de Seleção Unificada
STI – Superintendência de Tecnologia da Informação
SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente
SUS – Sistema Único de Saúde
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNB – Universidade de Brasília
USP – Universidade de São Paulo



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Metas propostas no PDI 2014-2018 da UFPB	72
Tabela 2 - Resumo geral dos valores de custeio e capital aprovados pela LOA, com os respectivos limites para empenho e valores empenhados, considerando as despesas discricionárias, exceto emendas e recursos próprios.....	98
Tabela 3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - UFPB	99
Tabela 4 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - HULW	100
Tabela 5 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	101
Tabela 6 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	102
Tabela 7 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	103
Tabela 8 - Receita Própria da UFPB - Receita Inicial X Receita Realizada	105
Tabela 9 - Despesas por modalidade de contratação - UFPB	107
Tabela 10 - Despesas por modalidade de contratação – HULW (Valores em R\$ 1,00).....	108
Tabela 11- Despesas por grupo e elemento de despesa - UFPB (Valores em R\$ 1,00).....	109
Tabela 12 - Despesas por grupo e elemento de despesa – HULW (Valores em R\$ 1,00)	110
Tabela 13 - Resumo Mensal de requisições executadas pela Divisão de Manutenção	150
Tabela 14 - Despesas do pessoal - UFPB.....	210
Tabela 15 - Despesas do pessoal - HULW	211
Tabela 16 - Evolução dos pedidos de informação e respostas do SIC - 2012 a 2016.....	258
Tabela 17 - Estratificação anual da efetividade/resultados dos processos abertos em 2016	260
Tabela 18 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição (Valores em R\$)	281
Tabela 19 - Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante (Valores em R\$)	282
Tabela 20 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor (Valores em R\$)	282
Tabela 21 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2016.....	300



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura geral dos conteúdos do relatório (Anexo Único da Portaria TCU Nº 59/2017 e Sistema e-contas).....	21
Quadro 2 - Dimensão Acadêmica/Administrativa da UFPB.....	32
Quadro 3 - Áreas e subunidades estratégicas da gestão na UFPB, com as respectivas competências e os titulares.....	41
Quadro 4 - Link para a página <i>web</i> com a composição dos Conselhos Superiores da UFPB.	49
Quadro 5 - Relação dos Núcleos de Pesquisa e Extensão criados pelo CONSUNI (1997-2016).....	49
Quadro 6 - Macroprocessos Finalísticos - Resumo Geral.	51
Quadro 7 - Macroprocessos Finalísticos – Ensino – Graduação.....	53
Quadro 8 - Macroprocessos Finalísticos – Ensino de Pós-Graduação.....	56
Quadro 9 - Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa.....	60
Quadro 10 - Macroprocessos Finalísticos – Extensão.	63
Quadro 11 - Correlação entre o PPA 2012-2015 e o PDI 2014-2018.....	69
Quadro 12 - Planejamento organizacional de 2016 e suas respectivas estratégias de ação.....	70
Quadro 13 - Alguns objetivos estratégicos do Exercício 2016 e o respectivo risco.	73
Quadro 14 - Diretrizes estabelecidas pelo PDI 2014-2018 por área de atuação da UFPB.	75
Quadro 15 - Metas estabelecidas pelo PDI 2014-2018 por área de atuação da UFPB.	75
Quadro 16 - Resumo geral da execução financeira das ações previstas na LOA em 2016.	79
Quadro 17 - Ação 20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.....	80
Quadro 18 - Ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.....	82
Quadro 19 - Ação 20RL Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.	84
Quadro 20 - Ação 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica.....	86
Quadro 21 - Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior.....	88
Quadro 22 - Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior (REUNI).....	90
Quadro 23 - Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – UFPB.....	91



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 24 - Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – HULW.	97
Quadro 25 - Concessão de suprimento de fundos – UFPB (Valores em R\$ 1,00).	111
Quadro 26 - Utilização de suprimento de fundos – UFPB (Valores em R\$ 1,00).	111
Quadro 27 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.	112
Quadro 28 - Concessão de suprimento de fundos – HULW (Valores em R\$ 1,00).....	112
Quadro 29 - Utilização de suprimento de fundos – HULW (Valores em R\$ 1,00).....	113
Quadro 30 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência – HULW.	113
Quadro 31 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015 e 2016 para o Ensino de Graduação.	114
Quadro 32 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015 e 2016 para a Pesquisa e Pós-Graduação.	115
Quadro 33 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015 e 2016 para a Extensão.	117
Quadro 34 - Dimensão dos serviços oferecidos pela UFPB para Assistência Estudantil em 2016. .	119
Quadro 35 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015 e 2016 para a Assistência Estudantil.....	120
Quadro 36 - Valores projetados e alcançados em 2016 para o acervo bibliográfico por Centro de ensino.....	122
Quadro 37 - Total investido na aquisição de acervo bibliográfico – projeção para 2016 e valor alcançado.	123
Quadro 38 - Assinatura e Renovação de Bases Digitais.....	123
Quadro 39 - Serviços oferecidos pela Biblioteca Central ao público geral.....	124
Quadro 40 - Serviços oferecidos pela Biblioteca Central aos usuários com vínculo institucional. .	125
Quadro 41 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015 e 2016 para o quesito Internacionalização das atividades da UFPB.	126
Quadro 42 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015 e 2016 para os parâmetros relacionados aos Recursos Humanos na UFPB.	130
Quadro 43 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e as ações desenvolvidas em 2016 com relação à Acessibilidade.	134
Quadro 44 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e as ações desenvolvidas em 2016 pela Agência UFPB de Inovação Tecnológica.....	145



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 45 - Cronograma de Melhoria da Rede Elétrica, proposto no PDI 2014-2018.....	153
Quadro 46 - Sistemas Integrado de Gestão (SIG-UFPB) implantados em 2016.	162
Quadro 47 - Evolução relação alunos matriculados por professor, 2015-2016.	165
Quadro 48 - Alunos de pós-graduação stricto sensu matriculados/Professor Doutor.	166
Quadro 49 - Alunos de pós-graduação stricto sensu matriculados/Professor Doutor.	167
Quadro 50 - Percentual dos Artigos da UFPB pulcados na publicados em periódicos indexados na base de dados <i>Web of Science</i>	168
Quadro 51 - Percentual de artigos da UFPB indexados na base de dados <i>Scopus</i>	169
Quadro 52 - Evolução da relação professores com atividades de Extensão sobre o quadro docente permanente, 2014-2015.	170
Quadro 53 - Resumo Geral dos principais indicadores de desempenho da UFPB.	171
Quadro 54 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002.	173
Quadro 55 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002.	175
Quadro 56 - Estrutura de Governança da UFPB.	176
Quadro 57 - Atribuições das instâncias de governança da UFPB.	178
Quadro 58 - Processos Administrativos Disciplinares com Relatório Final da CPPRAD e enviados para decisão final em 2016.	186
Quadro 59 - Processos Correicionais Movimentados pela CPPRAD em 2016, localizados fisicamente no setor, mas não concluídos.	187
Quadro 60 - Processos Correicionais Movimentados e Concluídos pela CPPRAD em 2016.	187
Quadro 61 - Processos Administrativos Disciplinares instaurados em 2016, mas não concluídos.	188
Quadro 62 - Sindicâncias Movimentadas pelos Centros e Setores Administrativos em 2016.	188
Quadro 63 - Cursos Ofertados aos servidores da UFPB em 2016.	193
Quadro 64 - Proporção entre os provimentos e as vacâncias dos cargos em 2016.	201
Quadro 65 - Estruturação para apresentação dos resultados do quadro de pessoal na UFPB.	202
Quadro 66 - Força de Trabalho da UPC (UFPB+HULW).	203
Quadro 67 - Distribuição da Lotação Efetiva (UFPB+HULW).	203
Quadro 68 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (UFPB + HULW).	204
Quadro 69 - Força de Trabalho da UPC (UFPB).	205
Quadro 70 - Distribuição da Lotação Efetiva (UFPB).	205



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 71 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (UFPB).....	206
Quadro 72 - Força de Trabalho da UPC (HULW).....	207
Quadro 73 - Distribuição da Lotação Efetiva (HULW).....	207
Quadro 74 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (HULW).....	208
Quadro 75 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.	213
Quadro 76 - Contratações de estagiários na UFPB em 2015.....	217
Quadro 77 - Contratações de estagiários na UFPB em 2016.....	217
Quadro 78 - Quantidade de veículos da UFPB por Grupo.	218
Quadro 79 - Consumo de combustível e quilometragem rodada por grupo de veículo.....	219
Quadro 80 - Idade Média dos veículos da UFPB, por grupo.	219
Quadro 81: Despesas com a frota de Veículos.	219
Quadro 82 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis.	222
Quadro 83 - Imóveis Sob a Responsabilidade da UFPB.	223
Quadro 84 - Valores gastos com a manutenção dos imóveis.....	224
Quadro 85 - Relação dos permissionários na UFPB por Centro Acadêmico.	225
Quadro 86 - Valores mensais das GRU permissionário UFPB 2016.....	230
Quadro 87 - Objetivos estratégicos do PGLS/UFPB.	252
Quadro 88 - Eixos e dimensões do instrumento de Avaliação Institucional.	262
Quadro 89 - Atividades da CPA em 2016.	264
Quadro 90 - Estimativa de vida útil de alguns bens permanente.....	272
Quadro 91 - Acórdãos do exercício de referência.	289
Quadro 92 - Determinações/recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente.	290
Quadro 93 - Acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento.....	291
Quadro 94 - Determinações/recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente – UFPB/PROGEP.....	291
Quadro 95 - Determinações/recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente – UFPB/PU.	292



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 96 - Determinações/recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente – UFPB/HULW.	293
Quadro 97 - Determinações/recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente – UFPB/PRA.	294
Quadro 98 - Resumo das recomendações feitas pela CCI e das não atendidas/atendidas parcialmente.	295
Quadro 99 - Justificativas pelo não cumprimento/cumprimento parcial das recomendações da CCI.	296
Quadro 100 - Servidores que compõem a TCE/UFPB.	299
Quadro 101 - Quantidade de TCE instauradas no período 2013-2016.	299
Quadro 102 - Despesas com publicidade.	304
Quadro 103 - Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.	305

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Organograma Simplificado.	39
Figura 2 - Organograma Completo.	40
Figura 3 - Resumo Mensal de requisições executadas	151



SUMÁRIO

Lista de Siglas e Abreviações.....	5
Lista de Tabelas.....	9
Lista de Quadros	10
Lista de Figuras.....	14
Sumário	15
1 Apresentação	21
1.1. Estrutura do Relatório de Gestão do Exercício 2016 - UFPB	21
1.2. Principais Realizações da Gestão do Exercício 2016 - UFPB.....	25
1.3. Principais Dificuldades da Gestão do Exercício 2016 – UFPB.	29
2 Visão Geral	30
2.1 Finalidade e competências.....	30
2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento.....	34
2.3 Ambiente de atuação.....	36
2.4 Organograma	38
2.4.1 Organograma Simplificado – Rol de responsáveis.....	39
2.4.2 Organograma Completo	40
2.4.3 Composições e Competências	41
2.5 Macroprocessos finalísticos	51
2.5.1 Ensino.....	53
2.5.2 Pesquisa	60
2.5.3 Extensão.....	63
3 Planejamento Organizacional e Resultados.....	69
3.1 Planejamento organizacional.....	69
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	71
3.1.1.1 Riscos identificados para o alcance dos objetivos estratégicos	73
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	74
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	74
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos....	77



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

3.3	Desempenho orçamentário	78
3.3.1	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	78
3.3.1.1	Ações não previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não processados – OFSS	90
3.3.2	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	98
3.3.3	Restos a pagar de exercícios anteriores	99
3.3.4	Execução descentralizada com transferência de recursos	101
3.3.4.1	Situação da prestação de contas e da análise das contas	102
3.3.4.2	Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.	104
3.3.5	Informações sobre a realização das receitas	104
3.3.6	Informações sobre a execução das despesas	106
3.3.7	Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	111
3.4	Desempenho operacional	114
3.4.1	Ensino de Graduação	114
3.4.2	Pós-Graduação e Pesquisa	115
3.4.3	Extensão	117
3.4.4	Assistência estudantil.....	119
3.4.5	Biblioteca.....	122
3.4.5.1	Pinacoteca.....	125
3.4.6	Internacionalização	125
3.4.6.1	Outras ações importantes para a Internacionalização das atividades da UFPB	128
3.4.7	Recursos humanos	130
3.4.8	Acessibilidade.....	133
3.4.9	Integração Universidade-setor produtivo.....	138
3.4.9.1	Ações desenvolvidas pelo IDEP	138
3.4.9.2	Ações desenvolvidas pela Agência UFPB de Inovação (Inova)	142
3.4.9.3	Ações desenvolvidas através do Programa “UFPB em seu município”	149
3.4.10	Infraestrutura.....	150



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

3.4.10.1	Divisão de Manutenção	150
3.4.10.2	Divisão de Serviços Gerais	151
3.4.10.3	Divisão de Projetos	151
3.4.10.4	Divisão de Obras	152
3.4.10.5	Divisão de Segurança	152
3.4.10.6	Ações realizadas em 2016	153
3.4.10.6.1	Melhoria na Rede Elétrica	153
3.4.10.6.2	Acompanhamento das Atividades Realizadas em 2016	154
3.4.11	Hospitais Universitários	155
3.4.11.1	Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW).....	155
3.4.11.2	Hospital Veterinário (HV).....	158
3.4.12	Reformulação do Estatuto da UFPB.....	159
3.4.13	Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB)	162
3.5	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	165
3.5.1	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	172
4	Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos.....	176
4.1	Descrição das estruturas de governança	176
4.2	Atuação da unidade de auditoria interna	183
4.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.	185
4.3.1	Funções Administrativas.....	186
4.3.2	Função correicional.....	186
4.4	Gestão de riscos e controles internos.....	190
5	Áreas Especiais da Gestão.....	192
5.1	Gestão de pessoas	192
5.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	202
5.1.1.1	Análise Crítica em relação à Gestão de Pessoas.....	208
5.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	210
5.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	212
5.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	213



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

5.1.4.1	Análise acadêmico-pedagógica da contratação de estagiários no âmbito da UFPB	216
5.2	Gestão do patrimônio e da infraestrutura.....	218
5.2.1	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	218
5.2.2	Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	221
5.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	221
5.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	224
5.2.4.1	Imóveis Cedidos a terceiros.....	224
5.2.4.2	Cessão de espaços físicos	224
5.2.4.2.1	Identificação dos permissionários e caracterização da cessão de uso dos espaços da UFPB em 2016.	228
5.2.5	Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	236
5.2.6	Informações sobre a infraestrutura física.....	237
5.3	Gestão da tecnologia da informação	241
5.3.1	Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.....	241
5.3.2	Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI.....	242
5.3.3	Descrição dos principais sistemas de informação da UFPB.....	243
5.3.4	Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI na UFPB.	243
5.3.5	Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI na UFPB.	244
5.3.6	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na UFPB	244
5.3.7	Descrição dos projetos de TI desenvolvidos na UFPB em 2016.	245
5.3.8	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.	249
5.3.9	Principais sistemas de informações	250
5.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	251
6	Relacionamento com a Sociedade	256
6.1	Canais de acesso do cidadão.....	256
6.1.1	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	256



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

6.1.2	Ouvidoria.....	258
6.2	Carta de Serviços ao Cidadão.....	261
6.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	262
6.3.1	Avaliação do docente pelo discente	266
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade....	267
6.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	268
7	Desempenho Financeiro e Informações Contábeis.....	269
7.1	Desempenho financeiro do exercício	269
7.2	Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.....	271
7.2.1	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão	271
7.2.2	Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados	271
7.3	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	272
7.4	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	273
7.5	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	274
7.5.1	Balanço Financeiro	274
7.5.2	Balanço Orçamentário	275
7.5.2.1	Notas Explicativas - Balanço Orçamentário.....	278
7.5.3	Balanço Patrimonial	279
7.5.3.1	Notas Explicativas - Balanço Patrimonial.....	281
7.5.4	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	283
7.5.5	Demonstração das Variações Patrimonial	286
8	Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle.....	289
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	289
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	295
8.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao Erário	299
8.3.1	Demonstração da estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE	299



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

8.3.2	Medidas Adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	300
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	301
8.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	303
8.6	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....	304
8.7	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	305



1 APRESENTAÇÃO

1.1. Estrutura do Relatório de Gestão do Exercício 2016 - UFPB

O presente documento foi estruturado considerando o que estabelece o Anexo Único da Portaria TCU nº 59 de 2017 que

dispõe sobre as orientações para a elaboração do relatório de gestão, rol de responsáveis, demais relatórios, pareceres, declarações e informações suplementares para a prestação de contas referentes ao exercício de 2016, bem como sobre procedimentos para a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas.

Os itens da estruturação da referida portaria que se aplicam ao Exercício 2016 da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e que constam como obrigatórios no sistema e-contas são mostrados no **Quadro 1**, com as respectivas seções e paginações.

Quadro 1 - Estrutura geral dos conteúdos do relatório (Anexo Único da Portaria TCU Nº 59/2017 e Sistema e-contas).

SEÇÕES DO RELATÓRIO DE GESTÃO					
Portaria TCU Nº 59/2017 e Sistema e-contas	RG UFPB 2016				Página
	Seções				
	Nível1	Nível2	Nível3	Nível4	
ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS					1
Capa	-				1
Folha de rosto	-				2
Lista de siglas e abreviações	-				5
Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras	-				9
Sumário	-				15
APRESENTAÇÃO	1				21
VISÃO GERAL	2				30
Finalidade e competências		2.1			30
Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade		2.2			34
Ambiente de atuação		2.3			36
Organograma		2.4			38
Macroprocessos finalísticos		2.5			51
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	3				69
Planejamento organizacional		3.1			69
Descrição sintética dos objetivos do exercício			3.1.1		71
Estágio de implementação do planejamento estratégico			3.1.2		74
Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos			3.1.3		74
Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos		3.2			77
Desempenho orçamentário		3.3			78
Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da			3.3.1		78



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

SEÇÕES DO RELATÓRIO DE GESTÃO					
Portaria TCU Nº 59/2017 e Sistema e-contas	RG UFPB 2016				Página
	Seções				
	Nível1	Nível2	Nível3	Nível4	
unidade					
Fatores intervenientes no desempenho orçamentário			3.3.2		98
* Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	-	-	-	-	
Restos a pagar de exercícios anteriores			3.3.3		99
Execução descentralizada com transferência de recursos			3.3.4		101
Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas				3.3.4.2	104
Informações sobre a realização das receitas			3.3.5		104
Informações sobre a execução das despesas			3.3.6		106
Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal			3.3.7		111
Desempenho operacional		3.4			114
Apresentação e análise de indicadores de desempenho		3.5			165
Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União			3.5.1		172
*Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos	-	-	-	-	-
GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	4				176
Descrição das estruturas de governança		4.1			176
Atuação da unidade de auditoria interna		4.2			182
Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos		4.3			184
Gestão de riscos e controles internos		4.4			189
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	5				191
Gestão de pessoas		5.1			191
Estrutura de pessoal da unidade			5.1.1		201
Demonstrativo das despesas com pessoal			5.1.2		209
Gestão de riscos relacionados ao pessoal			5.1.3		211
Contratação de pessoal de apoio e de estagiários			5.1.4		212
*Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	-	-	-	-	-
Gestão do patrimônio e da infraestrutura		5.2			217
Gestão da frota de veículos própria e terceirizada			5.2.1		217
Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições			5.2.2		220
Gestão do patrimônio imobiliário da União			5.2.3		220
Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e			5.2.4		223



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

SEÇÕES DO RELATÓRIO DE GESTÃO					
Portaria TCU Nº 59/2017 e Sistema e-contas	RG UFPB 2016				Página
	Seções				
	Nível1	Nível2	Nível3	Nível4	
entidades públicas ou privadas					
Informações sobre os imóveis locados de terceiros			5.2.5		235
Informações sobre a infraestrutura física			5.2.6		236
Gestão da tecnologia da informação		5.3			240
Principais sistemas de informações			5.3.9		249
Gestão ambiental e sustentabilidade		5.4			250
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	6				255
Canais de acesso do cidadão		6.1			255
Carta de Serviços ao Cidadão		6.2			260
Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários		6.3			261
Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade		6.4			266
Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações		6.5			267
DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	7				268
Desempenho financeiro do exercício		7.1			268
Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior		7.2			270
Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão			7.2.1		270
Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados			7.2.2		270
Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos		7.3			271
Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade		7.4			272
Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas		7.5			273
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	8				288
Tratamento de determinações e recomendações do TCU		8.1			288
Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno		8.2			294
Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário		8.3			298
Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993		8.4			300
Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento		8.5			302



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

SEÇÕES DO RELATÓRIO DE GESTÃO					
Portaria TCU Nº 59/2017 e Sistema e-contas	RG UFPB 2016				Página
	Seções				
	Nível1	Nível2	Nível3	Nível4	
Informações sobre as ações de publicidade e propaganda		8.6			303
Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005		8.7			304

* Não se verifica este item no Exercício 2016 da UFPB.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

1.2. Principais Realizações da Gestão do Exercício 2016 - UFPB

Para o ano de 2016, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), norteadas pelas metas e diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quinquênio 2014-2018, estabeleceu alguns objetivos estratégicos. Esses objetivos, conforme será discutido na seção 3.1.1, correspondem a um subconjunto dos objetivos estratégicos definidos pelo PDI 2014-2018 da UFPB. Para cada um dos objetivos estabelecidos elencaremos as principais realizações do exercício.

Objetivos Estratégicos do Exercício	Principais Realizações
Consolidar o desempenho acadêmico, estrutural e administrativo alcançados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).	<p>❖ Graduação: Ações para a melhoria de ensino através de: (i) número maior de bolsas de monitoria e do Programa de Licenciatura (PROLICEN); (ii) acompanhamento constante dos Projetos Pedagógicos; (iii) estudo sobre retenção e de evasão com vistas ao diagnóstico do problema; (iv) a avaliação docente pelo discente visando à efetivação de produtivas intervenções pedagógicas.</p> <p>❖ Estrutural: (i) Entrega do novo prédio da Prefeitura Universitária, com uma estrutura moderna, diversas salas, auditório, além de novos computadores e <i>softwares</i>; (ii) parcerias com os órgãos de licenciamento (Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA, Prefeitura Municipal e Corpo de Bombeiros) com vistas a regularidade documental das diversas obras paralisadas; (iii) redimensionamento da rede elétrica e de lógica de diversos centros acadêmicos; (iv) conclusão da obra para implantação do alimentador próprio para HULW que permitiu a ampliação da carga elétrica em diversos outros setores do <i>campus</i> I.</p> <p>❖ Administrativo: modernização de procedimentos através da virtualização de alguns processos que resultou numa maior agilidade nos processos de compras, passagens e requisição de produtos. Além disso, foi investido em capacitação dos servidores PRA com vistas na despersonalização dos procedimentos. Também se encontra em elaboração o plano de modernização administrativa.</p>
Ampliar e consolidar as atividades de pesquisa e pós-graduação, particularmente no que se refere à internacionalização.	<p>❖ Pós-Graduação: 04 das 06 metas previstas no PDI 2014-2018 para Pós-Graduação foram superadas em 2016.</p> <p>❖ Pesquisa: (i) Aumento do percentual de artigos indexados na Web Science (2013: 43,53%; 2014: 44,72%; 2015: 52.30%); (ii) Aumento na produção de artigos por docente permanente da Pós-</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Objetivos Estratégicos do Exercício	Principais Realizações
	<p>Graduação (2013: 0,93; 2014: 0,97; 2015: 1,01; o que significa que em 2015 cada docente permanente da pós-graduação da UFPB publicou 1,01 artigos); (iii) uma maior participação de estrangeiros nos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (dados do Censo 2016).</p> <p>❖ Internacionalização: (i) 77 convênios de colaboração entre a UFPB e outras universidades, superando a meta para 2018. Também foram assinados termos aditivos para novas modalidades de interação e titulação internacional, como é o caso dos programas de dupla titulação e cotutela de teses doutorais; (ii) Renovação do contrato com a empresa <i>American Journal Experts</i> (AJE) para tradução e revisão dos artigos científicos em inglês. Tal ação visa a publicação de artigos científicos em revistas de alto fator de impacto; (iii) Consolidação do programa Inglês sem Fronteiras (IsF): mais de 4.000 testes de proficiência em 2016 que têm possibilitado a participação da comunidade acadêmica nos cursos presenciais do IsF, editais de intercâmbios e servido de proficiência para cursos de pós-graduação.</p>
Estruturar a UFPB para possibilitar uma ampla inclusão social, especificamente no que se refere à acessibilidade, à permanência e à orientação pedagógica.	<p>❖ Ações da Assistência Estudantil:</p> <p>(i) superação das metas estabelecidas no PDI 2014-2018 nos quesitos: a) número de alunos assistidos com auxílio moradia (253%); b) número de alunos assistidos com auxílio alimentação (171%), e; c) número de alunos com deficiência assistidos pelo Programa Bolsa/Apoiador (101%); (ii) estabelecimento de ações conjuntas PRAPE/COAPE, PRG e as coordenações dos cursos de graduação, visando a um acompanhamento contínuo de todos os alunos assistidos com vistas a estabelecer procedimentos necessários para a permanência destes.</p> <p>❖ Ações da Comissão de Inclusão e Acessibilidade:</p> <p>(i) parceria com a STI para tornar o módulo SIGAA acessível para os estudantes e docentes com deficiência visual; (ii) participação de interpretes de LIBRAS em todos os eventos que foram solicitados; (iii) cursos de libras para a capacitação da comunidade acadêmica; (iv) criação do grupo de pesquisa envolvendo pesquisadores de diferentes áreas (terapia ocupacional, pedagogia, arquitetura,</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Objetivos Estratégicos do Exercício	Principais Realizações
Promover a interação com o setor produtivo.	mídias digitais, ciência da computação) a fim de operacionalizar um projeto de mapeamento do <i>campus</i> e de construir ferramentas e aplicativos acessíveis para as pessoas com deficiência. ❖ Ações do Instituto de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP): (i) parceria entre o IDEP/UFPB e a empresa <i>Conductor</i> , líder nacional no setor de tecnologias e soluções em pagamentos. Nesta parceria alunos da UFPB serão capacitados para desenvolverem tecnologias na área de pagamentos; (ii) Carta de Intenções entre o IDEP/UFPB e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL)/FIEP objetivando a colaboração em projetos de inovação, capacitação e desenvolvimento científico-tecnológico do setor industrial da Paraíba. ❖ Ações da Agência UFPB de Inovação Tecnológica (INOVA): (i) aumento significativo nos registros de propriedades industrial na INPI (2015: 30; 2016: 55); (ii) de 2013 a 2016, seis acordos de sigilo foram celebrados ou foram mantidos, sendo duas com a Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda., e duas com a Aché Laboratórios Farmacêuticos. Também foram celebrados dois acordos, um sobre privilégio de invenção e desenvolvimento de software, respectivamente com Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília (UNB) e atualmente há em fase de elaboração um protocolo de sigilo tecnológico com a empresa BioZeus para viabilizar a transferência de produtos farmacêuticos.
Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB), disseminando sua utilização em todas as instâncias institucionais.	- Módulos do SIGAA (acadêmico, monitoria, assistência estudantil, Biblioteca, vestibular) - Conclusão de todos os módulos do SIGPRH; - Atividades continuadas de implantação e/ou manutenção do SIPAC
Consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB.	❖ Gestão de Pessoas: (i) Reestruturação do Banco de Professor Equivalente, o que permitiu a recomposição da força de trabalho de professores efetivos por meio da posse de 106 docentes, bem como a contratação de 133 professores substitutos; (ii) realização de concurso público que ofertou 154 vagas para Técnico-Administrativos, (iii) 1º processo seletivo de remoção interna para servidores técnico-



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Objetivos Estratégicos do Exercício	Principais Realizações
	<p>administrativos (Edital PROGEP 01/2016) que possibilitou uma melhor redistribuição da força de trabalho dentro das demandas institucionais e observando os ambientes organizacionais.</p> <p>❖ Qualidade de Vida</p> <p>(i) Consolidação da política de atenção à saúde do servidor e à segurança do trabalho através da contratação de uma empresa para realização dos exames médicos periódicos; (ii) foram realizadas ações de promoção e educação em saúde, por meio do Programa Bem-Estar no Trabalho, com tratamento terapêutico para os servidores oferecido semanalmente de forma gratuita.</p> <p>❖ Saúde e segurança no trabalho</p> <p>Foi elaborado o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) de todos os <i>campi</i>, conforme as normas vigentes e a realização de perícias para fins de adicionais ocupacionais.</p>



1.3. Principais Dificuldades da Gestão do Exercício 2016 – UFPB.

A seguir elencaremos algumas dificuldades enfrentadas pela UFPB para execução do seu plano estratégico em 2016.

- 1. Ensino:** Pelas regras do Sisu, a efetivação dos alunos na instituição sofre uma rotatividade que afeta sobremaneira o preenchimento efetivo das vagas. Outro fator que interferiu no preenchimento das vagas em 2016 foi a greve docente dos anos anteriores que atrasaram o calendário. Muitos alunos optaram por outras instituições de Ensino Superior ou pelas instituições privadas.
- 2. Infraestrutura:** Diversas obras paralisadas não foram retomadas principalmente devido a problemas relacionados aos projetos básicos necessários para a correta elaboração dos processos licitatórios, ajustes orçamentários nos custos, e a emissão de diversas licenças, como as licenças ambientais. Além disso, os recursos de capital sofreram severas restrições financeiras em 2016.
- 3. Pesquisa:** Houve uma redução no número de bolsas de iniciação científica em função da redução de 21% das cotas institucionais financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A UFPB cobriu as cotas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), porém, as cotas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) não puderam ser repostas.
- 4. Pós-Graduação:** Houve uma redução no número de matriculados na pós-graduação em virtude da suspensão de cotas de bolsas da demanda social (mestrado e doutorado) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- 5. Interação com o setor produtivo:** O bloqueio de recursos destinados à execução das obras do IDEP/UFPB limitou a consolidação da atuação dos laboratórios vinculados ao instituto.



2 VISÃO GERAL

2.1 Finalidade e competências

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada em 1955 (Lei Estadual nº 1.336, de 02 de dezembro de 1955) e federalizada em 1960 (Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960). No discurso de criação da UFPB, o então governador da Paraíba José Américo de Almeida declarou:

Formai escola no plano cultural e no plano moral. Cada geração que preparardes será portadora desse cabedal, gerando-se, afinal, outro estado d'alma e outra consciência pública. Reconhecendo essa repercussão nos nossos novos destinos, o Estado vos doará a área necessária para a construção da Cidade Universitária. Outros vos darão asas; eu vos dou as raízes. Dou o selo da perpetuidade.

Conforme conclamado pelo seu fundador, ao longo dos 62 anos de história, a UFPB vem contribuindo para o desenvolvimento econômico, humano e sociocultural da Paraíba. Sua contribuição permeia aspectos importantes da sociedade que envolve desde a produção do conhecimento, a formação cidadã e a promoção e a valorização da cultura. Assim, a história recente do povo paraibano é, de alguma forma, ligada a UFPB.

As competências institucionais regulamentadas pelo Estatuto da UFPB estabelecem que as atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivo o desenvolvimento socioeconômico da região e do país, visando especificamente:

- I - Desenvolver as ciências, as tecnologias, as letras e as artes;
- II - Formar profissionais nos níveis de educação básica e educação superior;
- III - Prestar serviços à comunidade sob a forma de cursos e treinamentos, de consultoria e de outras atividades de extensão.
- IV - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- V - Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- VI - Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- VII - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- VIII - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- IX - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- X - Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Ciente do seu papel como promotora do desenvolvimento, a UFPB estabeleceu no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quinquênio 2016-2018, a **missão** de promover a:

Geração e difusão do conhecimento que possa propiciar o desenvolvimento científico-tecnológico, socioambiental, econômico e cultural por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, em estreita interação com os poderes públicos, setor produtivo e movimentos sociais de modo a construir uma sociedade mais justa.

E tem como **visão** ser

Uma universidade comprometida com a excelência acadêmica e com formas gerenciais e organizacionais avançadas e eficazes que possam promover a sua liderança no processo de desenvolvimento científico-tecnológico, socioambiental, econômico e cultural.

Pelo exposto, evidencia-se que a UFPB assumiu um compromisso social e político, desde a sua fundação, de construir saberes e trabalhar em razão da emancipação humana através do acesso ao conhecimento. Para tanto, é necessário, além da democratização das condições de acesso à universidade, a garantia da permanência e da qualidade na formação profissional, tornando-se necessário o constante aperfeiçoamento dos processos gerenciais e acadêmicos. Certamente estes são os maiores desafios da UFPB no atual contexto econômico do país.

Atualmente a UFPB é a maior instituição de ensino superior do Estado da Paraíba. O Estado possui ainda outras duas universidades públicas, quais sejam: a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), além do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Em relação à rede privada de ensino superior, o Estado conta com um Centro Universitário e 36 Faculdades.

Com uma estrutura *multicampi*, distribuídos nas cidades de João Pessoa (sede, *campus* I), Areia (129 km da sede, *campus* II), Bananeiras (140 km da sede, *campus* III) e Mamanguape/Rio Tinto (60 km da sede, *campus* IV), as atividades da UFPB são fundamentadas no preceito constitucional que estabelece a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

No ensino, a UFPB oferece 123 cursos de graduação e 120 cursos de pós-graduação em diversas áreas de conhecimento (sendo 12 de Especialização, 60 Mestrados Acadêmicos, 10 Mestrados Profissionais e 38 Doutorados). Na pesquisa, a UFPB possui 445 grupos de pesquisa que



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

comportam 1.897 linhas de pesquisa e mais de 8 mil pesquisadores (estudantes, professores e técnicos). Na extensão, a UFPB conta com ações que buscam promover uma formação cidadã e contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional, além difundir a cultura brasileira através das diversas manifestações artístico-culturais. Alguma dessas atividades, bem como o dimensionamento da infraestrutura técnica, administrativa e de pessoal disponível na UFPB estão quantificadas no **Quadro 2**.

Quadro 2 - Dimensão Acadêmica/Administrativa da UFPB.

Estrutura	Dimensão / quantitativos
Administração Superior	Reitoria, 7 Pró-reitorias, Prefeitura Universitária, Procuradoria Geral, IDEP-UFPB, Agência de Inovação, Assessorias.
Órgãos Deliberativos	Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho Social Consultivo e Conselho Curador.
Centros	16 Centros de Ensino.
Alunos Matriculados	39.283 , assim distribuídos: 29.753 na Graduação Presencial, 3.238 na Graduação à Distância e 6.292 na Pós-Graduação sendo 4.730 <i>stricto sensu</i> e 1.562 <i>lato sensu</i> .
Servidores Docentes – 3º Grau	2.637 , sendo 2.473 efetivos, 163 substitutos e 1 visitante. Do total de docentes efetivos, 1.835 são doutores, 560 mestres, 57 especialistas e 21 graduados.
Servidores Docentes – 1º e 2º Grau	129 Docentes.
Servidores Técnico-Administrativos em Educação	3.572 do quadro efetivo, sendo 216 de apoio, 2.203 de nível médio, 1.153 de nível superior, além de 1.331 terceirizados.
Graduação	123 cursos, sendo 112 presenciais e 11 a distância.
Pós-Graduação	120 Cursos, sendo 12 de Especialização, 60 de Mestrado Acadêmico, 10 Mestrado Profissional e 38 de Doutorado.
Ensino Médio	02 Escolas de Ensino Médio e Profissionalizante: Escola Técnica de Saúde (CCS) e Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CCHSA).
Extensão	614 projetos de extensão, envolvendo 1.278 professores, 2.500 discentes e 92 técnicos administrativos.
Pesquisa	445 grupos de pesquisa certificados pelo CNPq, com 1.897 linhas de pesquisa, que envolvem 3.083 pesquisadores, 250 técnicos, 5.131 estudantes e 72 colaboradores estrangeiros.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Produção Acadêmica ¹	1.313 trabalhos apresentados em congressos, 180 artes visuais produzidas, 118 artigos em Jornal ou Revista, 1.958 artigos publicados em periódicos, 103 curso de curta duração, 09 aplicados desenvolvidos, 15 material didático e instrucional desenvolvidos, 03 produtos desenvolvimentos, 07 técnicas desenvolvidas, 88 editorias, 914 livros e capítulos de livros produzidos, 21 músicas produzidas, 245 eventos organizados, 04 outras produções culturais, 281 produções de outra natureza, 76 programa de rádio ou TV produzidos, 49 relatórios de pesquisa produzidos, 730 serviços técnicos produzidos, 1.541 trabalhos publicados em anais de eventos, 17 traduções realizadas, 19 patentes depositadas.
Tecnologia da Informação	1 Superintendência de Tecnologia da Informação.
Núcleos de Pesquisa e extensão	30 núcleos envolvendo pesquisa e extensão nas diversas áreas de conhecimento.
Bibliotecas	1 Central e 14 Setoriais.
Polo Multimídia	1 TV Universitária, 1 Editora, 1 Livraria, Núcleo de Produção Digital (NPD) e Laboratório de Desenvolvimento Multimídia Interdisciplinar (LDMI).
Hospitais	1 Hospital Universitário (Lauro Wanderley). 1 Hospital Veterinário (<i>campus</i> Areia).
Restaurantes	5 Restaurantes que ofertaram 6.410 refeições/dia.
Residências	31 residências universitárias distribuídas nos <i>campi</i> I, II, III e IV (incluindo prédios, casas e blocos).
Teatros, Sala de Concerto e Sala de Cinema	2 Teatros: Lima Penante, em João Pessoa, e o Teatro Minerva (administrado pela UFPB), em Areia. 1 Sala de concerto: Sala de Concerto Radegundis Feitosa. 1 Sala de cinema: Cine Aruanda.

¹ Todos os dados de Produção são referentes ao ano de 2015, uma vez que a Coleta de Informações referentes ao ano de 2016 ainda se encontra aberto (até o dia 10/02/2017) para inserção de dados na Plataforma Sucupira da CAPES. Os dados de Produção referentes ao ano de 2016 deverão estar abertos para consulta em meados de março, à depender de liberação por parte da CAPES.



2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento

O primeiro processo de expansão da UFPB ocorreu decorrer da década de 1960, com a incorporação da Escola de Agronomia do Nordeste, localizada na cidade de Areia, e do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, sediado na cidade de Bananeiras.

No início de 2002, a Universidade Federal da Paraíba passou pelo desmembramento de 4 (quatro), dos seus 7 (sete) *campi*, localizados nas cidades de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Souza. A Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002 criou, por desmembramento da UFPB, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com sede e foro na cidade de Campina Grande. A UFPB ficou composta legalmente, a partir de então, pelos *campi* de João Pessoa (capital), Areia e Bananeiras. A UFCG incorporou os *campi* de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Souza com seus respectivos patrimônios, quadros de pessoal, cargos funcionais ocupados e vagos, cargos de direção e funções gratificadas, cursos e corpo discente.

A partir de 2005, a UFPB passou por um progresso de reestruturação e expansão, conforme cronologia apresentada a seguir:

- 2005: foi elaborada a proposta de criação de mais um *campus*, no Litoral Norte do Estado, abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto, oficializada pela Resolução 05/2006 do CONSUNI. Seguido da criação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAÉ), pela Resolução 06/2006 do CONSUNI.
- 2007: foi criado o Centro de Ciências Médicas (CCM), por meio da resolução 21/2007 do CONSUNI, desmembrando o curso de medicina dos demais cursos da área de saúde integrantes do CCS.
- 2008: o Centro de Formação de Tecnólogo (CFT) no *campus* III da UFPB, passou a ser denominado de Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA) III, sediado na cidade de Bananeiras.
- 2009: foi criado o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) por meio da resolução 04/2009 do CONSUNI.
- 2010: foram criadas duas novas Pró-reitorias: a) Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) - resolução 28/2010 do CONSUNI; b) Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) - resolução 29/2010 do CONSUNI.
- 2011: foram criados 04 novos centros acadêmicos: a) Centro de Informática (CI) - resolução 25/2011 do CONSUNI; b) Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR) - resolução 27/2011 do CONSUNI, c) Centro de Biotecnologia da UFPB (CBiotec) - resolução 31/2011 do CONSUNI, d) Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) - resolução 43/2011 do CONSUNI. Também foi criado o Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP-UFPB) por meio da resolução 32/2011 do CONSUNI.
- 2013: foi criada a Superintendência de Tecnologia de Informação (STI), como órgão auxiliar de Direção Superior da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, em substituição ao Núcleo de Tecnologia da Informática (NTI) e aprova seu Regimento, por meio da resolução 40/2013 do CONSUNI. Também foi criada a Agência UFPB de Inovação Tecnológica (INOVA) através da resolução 41/2013 do CONSUNI, como órgão suplementar.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

- 2014: foram criados os seguintes órgãos suplementares vinculados à reitoria: a) o Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos (IpeFarM-UFPB) através da resolução 15/2014 do CONSUNI, b) o Centro de Referência e Atenção à Saúde (CRAS) por meio da resolução 04/2014 do CONSUNI.
- 2015: foi criado, como órgão suplementar, o Instituto Paraibano de Envelhecimento da UFPB (IPE-UFPB) através da resolução 22/2015 do CONSUNI; e, o órgão auxiliar ligado à reitoria, a Superintendência de Comunicação Social (SCS) por meio da resolução 05/2015 do CONSUNI.
- 2016: foi criado, como órgão suplementar, o Núcleo de Pesquisa e Extensão: Laboratório de Combustíveis e Materiais – LACOM.



2.3 Ambiente de atuação

A UFPB oferece cursos de graduação presencial e a distância, pós-graduação stricto sensu, cursos em nível, cursos técnicos em nível médio, além de desenvolver atividades de pesquisa científica, de extensão e de inovação tecnológica. Há um esforço continuado para que os produtos e os serviços ofertados pela UFPB sejam de elevado nível de qualidade.

As atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB abrangem todas as áreas de conhecimento, conforme estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC), quais sejam: Ciências Exatas e da Natureza; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; além de outras de caráter multidisciplinar tais como Meio Ambiente, Tecnologias, Gestão, Biotecnologia e Ciências Ambientais.

A partir da adoção do Sisu como forma de ingresso na instituição, a UFPB passou a concorrer com todas as outras universidades públicas do país que aderiam ao sistema. Deste modo, o empenho da instituição em busca da manutenção da qualidade do ensino, pesquisa e extensão são fatores chaves para que os alunos escolham a UFPB como a instituição desejada para cursar o ensino superior.

No tocante à pós-graduação (Stricto e Lato sensu), a UFPB conta atualmente com 120 cursos de pós-graduação em funcionamento, sendo 12 de especialização (Lato sensu), 60 mestrados e 38 doutorados, além de 10 mestrados profissionais. Os cursos de Pós-Graduação Stricto sensu (Mestrado e Doutorado) ofertados pela UFPB abrangem todas as 9 grandes áreas do conhecimento: Ciências Agrárias-11; Ciências Biológicas- 7; Ciências da Saúde- 14; Ciências Exatas e da Terra- 10; Ciências Sociais Aplicadas-20; Engenharias- 8; Ciências Humanas- 15; Linguística, Letras e Artes- 12, Multidisciplinar-10.

De acordo com o último Censo do CNPq (2016), a UFPB possui 3.083 pesquisadores distribuídos em 445 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq que atuam em 1.897 linhas de pesquisa. A base de pesquisa ainda envolve 250 técnicos, 5.131 estudantes e 72 colaboradores estrangeiros. A capacidade de pesquisa da instituição é bastante fortalecida pela participação de 181 bolsistas de produtividade em pesquisa e tecnologia do CNPq, que atuam em todas as grandes áreas do conhecimento.

No contexto científico e tecnológico, a UFPB se destaca pelo desenvolvimento em diversas áreas, hoje consideradas estratégicas, tais como: geração alternativa de energia, com destaque para o biodiesel e gás natural, desenvolvimento de materiais nanométricos, fármacos e medicamentos, biotecnologia, química medicinal, entre outras. Estes últimos itens foram bastante fortalecidos com a criação do Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos (IpeFarM-UFPB), em 2014, que tem como missão produzir e caracterizar fármacos e medicamentos naturais e sintéticos, desenvolver ensaios e realizar estudos clínicos de medicamentos.

No que se refere a inovação tecnológica, a UFPB avançou significativamente com a criação da Agência UFPB de Inovação (INOVA), que tem como missão planejar, coordenar e controlar as



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

atividades de inovação tecnológica, a exemplo de incubadoras de empresa de base tecnológica, propriedade intelectual, transferência e licenciamento de tecnologias mantidas pela UFPB. Com a criação da INOVA em 2013, houve um aumento de mais de 60% no registro de depósito de patentes.

No âmbito regional, é importante ressaltar as ações voltadas para a região do semiárido nordestino, buscando o desenvolvimento sustentável, como produção de caprino-ovinocultura, abelhas africanizadas, cunicultura, entre outras.

No contexto social ressaltam-se as ações de extensão como o “Projeto UFPB em seu Município” que já possui parcerias em mais de 60 municípios pobres da Paraíba, com vistas a auxiliar os gestores na busca por ações de combate à pobreza a partir do desenvolvimento de incubadoras de cooperativas, ao analfabetismo, à otimização de mecanismos gerenciais de captação de recursos, dentre outras ações.



2.4 Organograma

A estrutura organizacional da UFPB, regulamentada pelo seu Estatuto e Regimento, é composta pelos seguintes órgãos:

- Assembleia Universitária;
- Órgãos de administração superior:
 - Conselho Universitário – CONSUNI;
 - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE;
 - Conselho Curador;
 - Conselho Social Consultivo;
 - Reitoria;
- Órgãos de administração setorial:
 - Deliberativos: Conselho de Centro, Conselho Departamental, Colegiado de Curso;
 - Executivos: Diretoria, Chefias Departamentais, Coordenações de Curso;
- Órgãos suplementares:
 - Prefeitura Universitária (PU)
 - Biblioteca Central
 - Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)
 - Editora Universitária (EDU)
 - Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW)
 - Núcleos de Pesquisa e Extensão, criados por resoluções do CONSUNI
 - Instituto de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP)
 - Agencia UFPB de Inovação (INOVA)
 - Centro de Referência e Atenção à Saúde (CRAS)
 - Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos (IpeFarM-UFPB)
 - Instituto Paraibano de Envelhecimento da UFPB (IPE-UFPB)
 - Superintendência de Comunicação Social (SCS)

No que se refere ao rol de responsáveis da UFPB, em observância ao que estabelece Art.10 da Instrução Normativa TCU Nº 63, de 1º de setembro de 2010 que regulamenta a definição deste item, bem como o Art. 47 § 1º e 2º do Estatuto da UFPB que trata da administração descentralizada dos *campi*, além de entendimento do próprio TCU (itens 58 a 64 Acórdão nº 2910/2016 – TCU – 1ª Câmara), na Figura 1 é mostrado o Organograma Simplificado da UFPB contendo apenas o Rol dos Responsáveis. Nesta figura temos o CONSUNI, como órgão deliberativo, reitor e vice-reitor, Pró-reitorias, Prefeitura Universitária (*campus I*), Hospital Universitário Lauro Wanderley e os centros acadêmicos dos *campi II, III e IV* (CCA, CCHSA e CCAE) localizados nas cidades da Areia, Bananeiras e Mamanguape/Rio Tinto, respectivamente. O Organograma completo da UFPB é mostrado na Figura 2.



2.4.1 Organograma Simplificado – Rol de responsáveis.

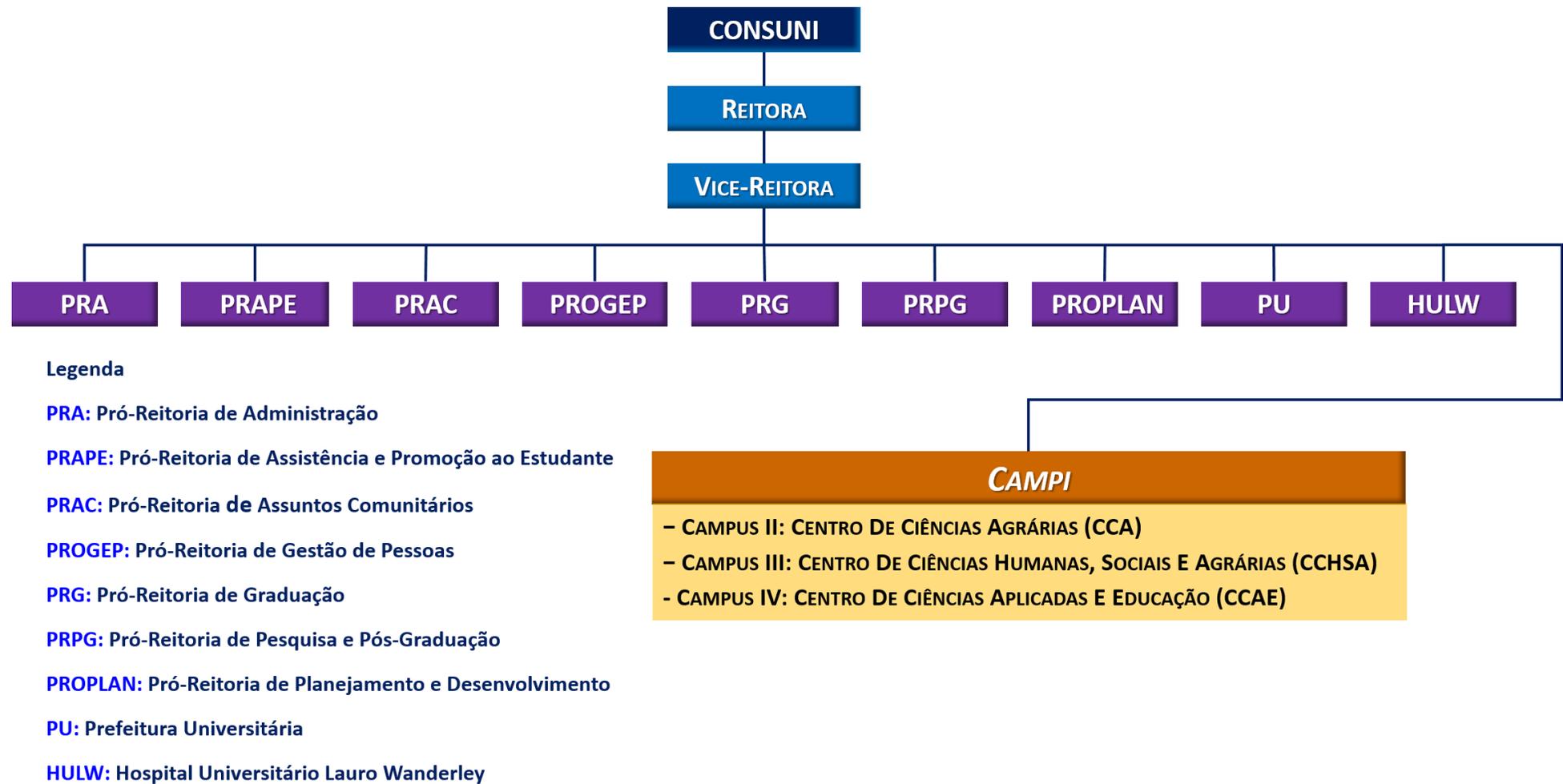
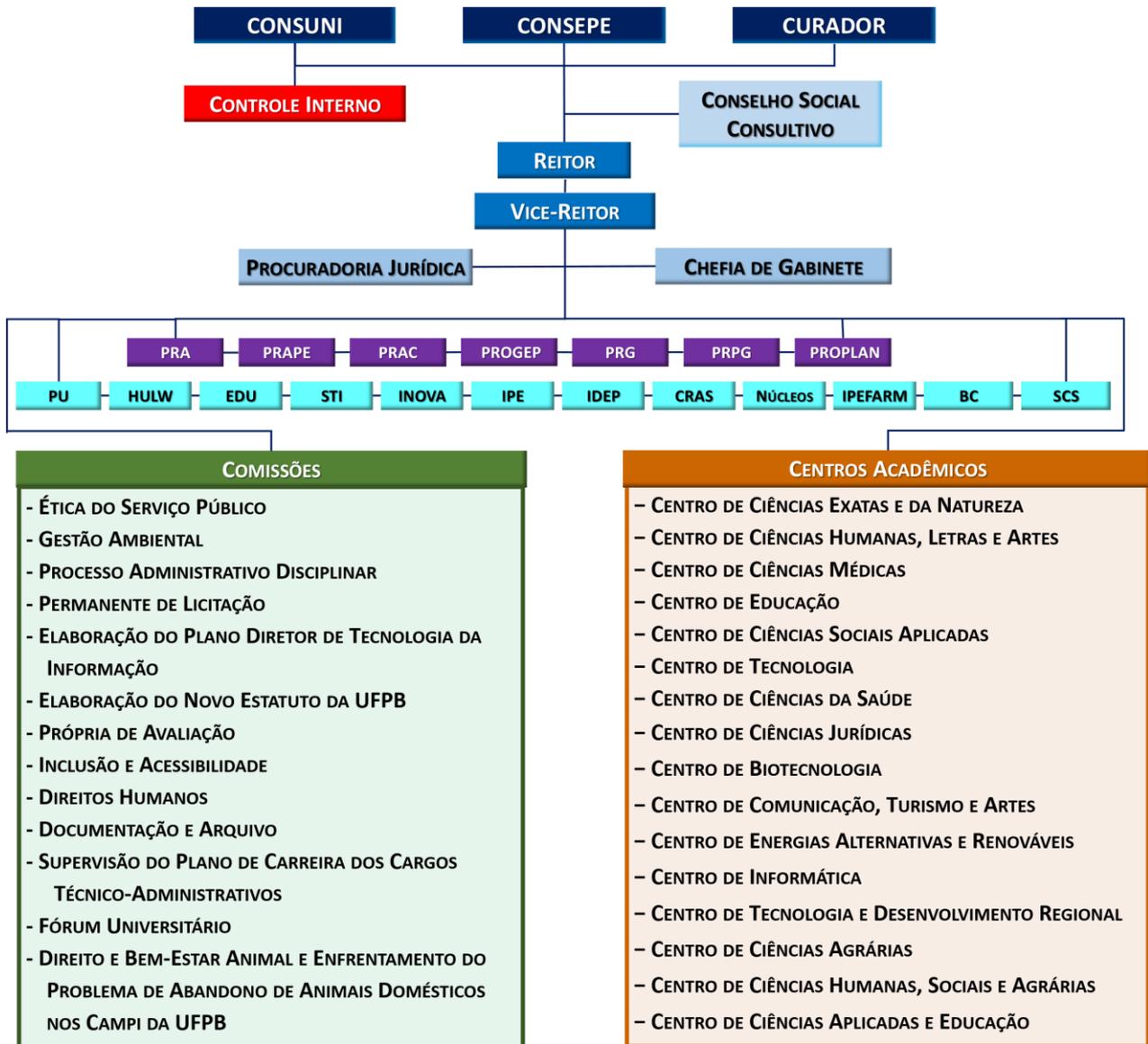


Figura 1- Organograma Simplificado.



2.4.2 Organograma Completo



LEGENDA DAS CORES

- ÓRGÃOS DELIBERATIVOS
- PRÓ-REITORIAS
- ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES - SIGLAS

- PU:** Prefeitura Universitária
- HULW:** Hospital Universitário Lauro Wanderley
- EDU:** Editora Universitária
- STI:** Superintendência de Tecnologia da Informação
- INOVA:** Agência de Inovação e Tecnologia da UFPB
- IPE:** Instituto Paraibano de Envelhecimento
- IDEP:** Instituto de Desenvolvimento da Paraíba
- CRAS:** Centro de Referência e Atenção à Saúde
- IPEFARM:** Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos
- BC:** Biblioteca Central
- SCS:** Superintendência de Comunicação Social

Figura 2 - Organograma Completo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

2.4.3 Composições e Competências

No Quadro 3 é mostrado a relação com as áreas e subunidades estratégicas da gestão da UFPB, com as respectivas competências e os nomes dos titulares. Os *links* para o acesso a composição dos Conselhos (CONSUNI, CONSEPE e CURADOR) são mostradas no Quadro 4. A relação dos Núcleos de Pesquisa e Extensão da UFPB aprovados pelo CONSUNI é mostrada no Quadro 5.

Quadro 3 - Áreas e subunidades estratégicas da gestão na UFPB, com as respectivas competências e os titulares.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
CONSUNI	Órgão deliberativo superior em matéria de política geral da Universidade.	Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz	Presidente	13/11/2012
CONSEPE	Órgão deliberativo superior da Universidade em matéria de natureza acadêmica.	Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz	Presidente	13/11/2012
CURADOR	Órgão fiscal e deliberativo em assuntos econômicos e financeiros da Universidade.	Jozemar Pereira dos Santos	Presidente	11/11/2014
Controle Interno	Órgão técnico de controle da Universidade Federal da Paraíba que funciona junto ao Conselho Universitário.	Ram Anand Gajadhar	Coordenador	24/03/2015
REITOR	A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão executivo da administração superior que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Universidade.	Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz	Reitora	13/11/2012
VICE-REITOR	É o principal colaborador do Reitor em tarefas de caráter permanente da Universidade e compete: substituir o Reitor em suas faltas e impedimentos e exercer atividades de supervisão e de coordenação administrativa na Universidade, que lhe sejam	Eduardo Ramalho Rabenhorst	Vice-Reitor	19/12/2012 até 30/09/2016
		Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	Vice-Reitora	22/11/2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
	delegadas pelo Reitor.			
Procuradoria Jurídica	Responsável pela representação jurídica da Universidade e tem por finalidade prestar assessoramento jurídico ao Reitor e aos órgãos da administração superior da Instituição, bem como defender os interesses da Universidade em juízo.	Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira	Procurador Federal	15/04/2013
Chefia de Gabinete	Planejar, organizar e supervisionar a execução dos trabalhos a cargo do setor.	Aline Nadege de Menezes Sá Monte	Chefe de Gabinete	13/11/2012
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)	Órgão responsável pelo planejamento e acompanhamento das estratégias e políticas de gestão de pessoas da Universidade	Francisco Ramalho de Albuquerque	Pró-Reitor	13/11/2012
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN)	Instância responsável pelos assuntos referentes à gestão do Planejamento da Instituição.	Marcelo Sobral da Silva	Pró-Reitor	01/12/2012 até 30/11/2016
		Elizete Ventura do Monte	Pró-Reitora	01/12/2016
Pró-Reitoria Administrativa (PRA)	Órgão auxiliar de direção superior incumbido de funções específicas e delegada pelo Reitor nas áreas de administração contábil e financeira, material, patrimônio e atividades auxiliares.	Aluísio Mario Lins Souto	Pró-Reitor	05/05/2015
Pró-Reitoria de Graduação (PRG)	Tem a função de planejar, coordenar e controlar as atividades de ensino de graduação da Universidade Federal da Paraíba.	Ariane Norma de Menezes Sá	Pró-Reitora	13/11/2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG)	Órgão que se destina à formação ampla e aprofundada de profissionais para atuarem na elaboração e difusão do saber filosófico, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia e na produção e difusão do conhecimento.	Isac Almeida de Medeiros	Pró-Reitor	13/11/2012
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários – PRAC	Órgão auxiliar de direção superior cujo titular exerce suas funções por delegação do reitor.	Orlando de Cavalcanti Villar Filho	Pró-Reitor	13/11/2012
Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE)	Planejar, coordenar e controlar, em nível de direção superior, as atividades de assistência e promoção ao estudante.	Thompson Lopes de Oliveira	Pró-Reitor	01/12/2012 até 30/11/2016
		João Wandemberg Gonçalves Maciel	Pró-Reitor	01/12/2016
Prefeitura Universitária PU	Colaborar com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, no planejamento e desenvolvimento físico dos <i>campi</i> da Universidade.	Jandir de Santana	Prefeito	26/06/2015 até 14/08/2016
		Francisco Pereira da Silva Júnior	Prefeito	15/08/2016 até 30/11/2016
		João Marcelo Alves Macedo	Prefeito	01/12/2016
Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW)	Órgãos suplementar de apoio aos serviços de Saúde na Universidade.	Arnaldo Correia de Medeiros	Superintendente	19/12/2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
Editora Universitária (EDU)	Órgãos suplementar de apoio à produção gráfica na Universidade.	Izabel Franca de Lima	Diretora	28/02/2013
Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)	O objetivo é prover serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que apoiem a UFPB no desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmico-administrativa e serviços à comunidade.	Pedro Jacome de Moura Junior	Diretor Chefe	24/12/2015 até 30/11/2016
		Hermes Pessoa Filho	Diretor Chefe	01/12/2016
Agência UFPB de Inovação Tecnológica (INOVA)	Planejar, coordenar e controlar todas as atividades de inovação tecnológica, a exemplo de incubações de empresas de base tecnológica, propriedade intelectual, transferência e licenciamento de tecnologias mantidas pela UFPB.	Petrônio Filgueiras de Athayde Filho	Diretor Presidente	27/11/2012
Instituto de Desenvolvimento Paraíba (IDEP)	Produzir, disseminar e promover a aplicação de conhecimento científico-tecnológicos, artísticos e culturais integrados ao desenvolvimento socioeconômico sustentável da Paraíba.	João Marcelo Alves Macedo	Presidente	17/01/2014 até 30/11/2016
		Otávio Machado Lopes de Mendonça	Presidente	01/12/2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
Biblioteca Central	Tem a seu cargo a coleta, tratamento, armazenamento, processamento, recuperação e disseminação de informações, para apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão.	Sonia Suely Araújo Pessoa	Diretora	27/11/2012 até 30/11/2016
		Maria de Fátima dos Santos Alves	Diretora	01/12/2016
Centro de Biotecnologia (CBIOTEC) - campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Valdir de Andrade Braga	Diretor	01/11/2012
Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) - campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Ierê Maria de Lucena Rosa	Diretora	22/04/2013
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) - campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Monica Nobrega	Diretora	25/01/2013
Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) - campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Maria Luiza Pereira de Alencar M. Feitosa	Diretora	01/01/2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
Centro de Ciências Médicas (CCM) - <i>campus I</i>	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Eduardo Sergio Soares Sousa	Diretor	01/10/2013
Centro de Ciências da Saúde (CCS) - <i>campus I</i>	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Reinaldo Nobrega de Almeida	Diretor	25/01/2013
Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) - <i>campus I</i>	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Walmir Rufino da Silva	Diretor	25/06/2013
Centro de Educação (CE) - <i>campus I</i>	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Wilson Honorato Aragão	Diretor	26/01/2013
Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) - <i>campus I</i>	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Jose David Campos Fernandes	Diretor	23/03/2013
Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR) - <i>campus I</i>	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Zaqueu Ernesto da Silva	Diretor	03/11/2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
Centro de Informática (CI) - campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Guido Lemos de Souza Filho	Diretor	03/02/2013 até 30/11/2016
		Hamilton Soares da Silva	Diretor	01/12/2016
Centro de Tecnologia (CT) - campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Antônio de Mello Villar	Diretor	01/12/2012
Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) - campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Jose Marcelino Oliveira Cavalheiro	Diretor	01/11/2012
Centro de Ciências Agrárias (CCA) - campus II	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Djail Santos	Diretor	25/01/2013
Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) - campus III	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Terezinha Domiciano Dantas Martins	Diretora	25/01/2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (desde)
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAe) - <i>campus IV</i>	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin	Diretor	07/01/2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 4 - Link para a página *web* com a composição dos Conselhos Superiores da UFPB.

Conselhos	Link para a composição
CONSUNI	http://www.ufpb.br/sods/contents/paginas/institucional/consuni/composicao
CONSEPE	http://www.ufpb.br/sods/contents/paginas/institucional/consepe-1/composicao
CURADOR	http://www.ufpb.br/sods/contents/paginas/institucional/conselho-curador/composicao

Quadro 5 - Relação dos Núcleos de Pesquisa e Extensão criados pelo CONSUNI (1997-2016).

Resolução	Nome do Núcleo
021/2016	Núcleo de Pesquisa e Extensão: Laboratório de Combustíveis e Materiais/ LACOM
019/2016	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética e Cuidados Paliativos
016/2014	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular – NUPLAR
033/2013	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade (NEPES)
031/2012	Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia no Território da Borborema – cultivando saberes, alimentando a vida – aprendendo e ensinando uma nova lição (NUEPEA).
024/2012	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde, Deficiência Física e Desenvolvimento Infanto-juvenil-NESDI
021/2012	Núcleo de Produção em Comunicação e Artes (NPCA)
007/2012	Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas- NEABI
049/2011	Núcleo de Extensão Multidisciplinar para o Desenvolvimento Rural (NEMDR)
028/2011	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Aplicações de Vídeo Digital-LAVID
027/2010	Núcleo de Prática Jurídica
028/2009	Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Fisioterapia e Saúde (NEPEFIS)
023/2009	Laboratório de Estudos Ambientais-LEA
014/2007	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética (NEPB)
021/2006	Núcleo de Pesquisa em Ciências do Movimento Humano
009/2006	Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH
017/2004	Núcleo de Estudos e Ações em Urgências e Desastres - NEUD.
010/2003	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero – NIPAM.
012/2001	Núcleo de Estudos em Saúde Coletivo - NESC, do CCS.
002/1998	Núcleo de Educação Especial - NEDESP.
032/1997	Núcleo de Documentação Cinematográfica - NUDOC.
031/1997	Núcleo de Arte Contemporânea - NAC.
030/1997	Núcleo de Teatro Universitário - NTU.
029/1997	Núcleo de Estudos Linguísticos e Literários - NELL.
028/1997	Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos - NUPPA.
027/1997	Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular - NUPPO.
026/1997	Núcleo de Estudos da Mulher Sertaneja - NEMS.
024/1997	Núcleo de Medicina Tropical - NUMETROP.
023/1997	Regulamento do Núcleo de Energia - NERG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Resolução	Nome do Núcleo
021/1997	Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade - NIETI.
020/1997	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR.
014/1997	Núcleo de Estudos e Pesquisas Homeopáticas e Fitoterápicas - NEPHF.

Fonte:

https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colégiados/filtro_busca.jsf;jsessionid=628366E07F70CE1F87580B0E2C18D682.sistemas-a

(Acessado em 13/03/2017)



2.5 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da UFPB são orientados através do seu Estatuto (Art. 3º) que estabelece que: “A Universidade, através de suas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivo o desenvolvimento socioeconômico da região e do país...” Dessa forma, e em consonância com a missão institucional da UFPB mencionada na seção 2.2, os macroprocessos finalísticos da UFPB podem ser agrupados nas atividades de Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Uma breve descrição desses macroprocessos, com as respectivas unidades responsáveis é mostrada no **Quadro 6**. O detalhamento de cada um dos macroprocessos é mostrado nos **Quadro 7** ao **Quadro 10**.

Quadro 6 - Macroprocessos Finalísticos - Resumo Geral.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	Envolve desde o planejamento pedagógico do curso, seleção, ingresso até a diplomação. No nível de graduação envolve também as ações para melhoria do ensino e as políticas para minimizar a retenção e evasão. No nível de pós-graduação envolve a elaboração da proposta à ser submetido à CAPES e ações que melhorem o nível dos cursos nos processos de avaliação.	Formação de profissionais qualificados profissionalmente e cidadãos capazes atender aos anseios e desafios da sociedade. Níveis: graduação, pós-graduação e técnico.	Sociedade	PRG, PRPG e Centros Acadêmicos
Pesquisa	Acompanhamento dos grupos e linhas de pesquisa, seleção de projetos de pesquisa e a captação de recursos externos. Envolve também o desenvolvimento de políticas internas para financiar pesquisas e aumentar a produção científica, além da captação de	Elaboração e acompanhamento de projetos institucionais, produção científica, além da divulgação e disseminação do conhecimento através da participação em eventos.	Sociedade	PRPG e Centros Acadêmicos



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	recursos externos.			
Extensão	Tem por finalidade planejar e desenvolver ações de extensão através da seleção de projetos, programas, celebração de convênios e captação de recursos externos.	Difusão do conhecimento produzido na UFPB através de ações culturais, cursos, eventos, estabelecimento de convênios e parcerias, etc.	Sociedade, comunidade local	PRAC, Centros Acadêmicos, núcleos



2.5.1 Ensino

A UFPB oferece cursos de graduação presencial e a distância, pós-graduação nos níveis de mestrado, doutorado e especialização em diversas áreas de conhecimento. As atividades neste campo são norteadas pelas diretrizes curriculares deliberadas pelo Conselho Nacional de Educação. No Quadro 7 e Quadro 8 são mostrados os processos, produtos e serviços ofertados para o Ensino de Graduação e Pós-Graduação da UFPB, respectivamente, bem como o setor responsável pela atividade e público alvo.

Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Graduação

Objetivo: propor políticas acadêmicas, planejar e coordenar as atividades de ensino da graduação da UFPB.

Quadro 7 - Macroprocessos Finalísticos – Ensino – Graduação.

Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Graduação				
Processos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Alvo	Subunidades Responsáveis
1. Coordenar a área de escolaridade da graduação.	Programação acadêmica, cadastro, registro acadêmico e diplomação.	Cadastramento e matrícula de alunos; acompanhamento acadêmico; cadastro de disciplinas; emissão de documentos e diplomas; gestão de processos seletivos para acesso aos Cursos de Graduação da UFPB.	Estudantes; docentes; departamentos; coordenações de cursos de graduação; egressos de cursos de graduação.	Coordenação de Escolaridade (CODESC/PRG)
2. Coordenar a área de currículos e programas.	Planejamento, supervisão e controle da escolaridade na área de graduação.	Acompanhamento na criação de novos Cursos de Graduação, análise e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos; análise e parecer em processos de dilatação de prazo de conclusão de curso e de abreviação de cursos de graduação; Coordenação do Programa de Licenciaturas/ PROLICEN.	Estudantes, docentes; coordenações de cursos de graduação.	Coordenação de Currículos e Programas (CCP/PRG)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Graduação				
Processos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Alvo	Subunidades Responsáveis
3. Coordenar ações para melhoria de ensino, processos de regulamentação dos cursos de graduação junto ao E-MEC, coordenar as atividades do COMFOR, PROMEB e PET.	Elaboração e acompanhamento das ações para melhoria do ensino, cadastro de regulação dos cursos de graduação, acompanhamento de cadastro dos alunos no ENADE, coordenação de projetos de ensino.	Acompanhamento de avaliação institucional e de cursos pelo E-mec; acompanhamento do cadastramento pelos cursos do ENADE; acompanhamento de processos visando à melhoria da formação do estudante; Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa de Melhoria de Educação Básica (PROMEB) acompanhamento de processos de avaliação dos cursos; Coordenação do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada (COMFOR).	Estudantes; docentes; departamentos; coordenações de cursos de graduação; egressos de cursos de graduação.	Comissão Permanente de Melhoria do Ensino (CPME/PRG)
4. Coordenar as áreas de estágio e monitoria.	Acompanhar e regularizar os estágios obrigatórios e não obrigatórios; administrar os projetos de monitoria.	-Análise dos processos de estágio (termos de Compromisso, Planos de Atividades, questões pedagógicas relativas aos convênios, planilhas de alunos segurados); -Elaboração e encaminhamento de folhas de pagamento de alunos que atuam no Programa Bolsa-Estágio da UFPB; -Selecionar e administrar projetos de monitoria (contratação de monitores, elaboração de folhas de pagamento).	Estudantes; docentes; departamentos; coordenações de cursos de graduação.	Coordenação de Estágio e Monitoria (CEM/PRG)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Graduação				
Processos	Descrição	Produtos e Serviços	Público Alvo	Subunidades Responsáveis
5. Coordenar programas acadêmicos e bolsas.	Coordenação do Programa de Licenciaturas (PROLICEN), Programa de Tutoria (PROTUT), Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA), Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa de Melhoria de Educação Básica (PROMEB).	-Selecionar e administrar projetos dos programas acadêmicos, implantar as bolsas, elaborar as folhas de pagamento.	Estudante e docentes.	Coordenação de Currículos e Programas (CCP/PRG)

FONTE: PRG



Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Pós-Graduação

Objetivo: propor políticas acadêmicas, planejar e coordenar as atividades de ensino da pós-graduação da UFPB.

Quadro 8 - Macroprocessos Finalísticos – Ensino de Pós-Graduação.

Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Pós-Graduação				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
<p>1. Planejar, coordenar e controlar os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na UFPB nos seus dois níveis, mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado.</p>	<p>-Criação de novos programas de pós-graduação nos níveis de mestrado (ME) e de doutorado (DO), além de fomento às ações de solidariedade dos programas através de oferta de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (MINTER e DINTER).</p> <p>-Acompanhamento dos processos de desenvolvimento dos programas de pós-graduação com vistas à avaliação em conformidade com o Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG.</p>	<p>-Discutir com centros e departamentos a criação de novos cursos e programas de Pós-Graduação;</p> <p>-Apoiar a elaboração de projetos de novos cursos e programas de Pós-Graduação, bem como a tramitação de processos junto às instâncias acadêmicas;</p> <p>-Acompanhar os processos de criação de novos programas de pós-graduação e viabilizar respostas segundo as demandas da CAPES em relação aos processos de aprovação de cursos e</p>	<p>-Egressos de curso de graduação da UFPB, de outras IES brasileiras, estrangeiros e profissionais. Estudantes e profissionais de setores públicos e privados.</p> <p>-Coordenadores de Programas e Cursos de Pós-Graduação e demais Docentes da UFPB e de outras IES do país.</p> <p>-Alunos de graduação e pós-graduação da UFPB.</p>	<p>CGPG/PRPG</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Pós-Graduação				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
		programas; -Acompanhar, juntamente com os coordenadores, o andamento das atividades acadêmicas e gerenciais dos programas de pós-graduação de modo a mantê-los, consolidá-los e promovê-los à excelência.		
2. Planejar, coordenar e monitorar processos relacionados aos cursos de pós-graduação Lato Sensu na UFPB.	-Criação de novos programas de novos cursos de especialização e residências. -Acompanhamento dos processos de desenvolvimento dos cursos da modalidade Lato Sensu em conformidade as normas da UFPB e do Conselho Nacional de Educação.	Acompanhamento dos Cursos de especialização e residência no que concerne à elaboração e análise de projetos, acompanhamento nas instâncias colegiadas, acompanhamento da execução dos cursos, finalização dos s aprovados.	-Egressos da UFPB e de outras IES do Brasil e de outros países; -Alunos de graduação da UFPB; -Profissionais de setores público e privados.	CGPG/PRPG
3. Planejar, executar e monitorar processos de	Elaboração, junto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	-Análise e acompanhamento, mediante relatórios, dos	Docentes e servidores técnicos administrativos pertencentes ao	CGPG/PRPG



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Pós-Graduação				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
qualificação-capacitação de docentes e técnicos administrativos pertencentes ao quadro de servidores da UFPB.	(PROGEP) diretores e assessores de ensino o plano de qualificação institucional-PQI de docentes e técnicos da UFPB.	docentes e técnicos envolvidos em processo de capacitação; -Planejar, executar as ações pertinentes ao Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores da UFPB – PQI.	quadro da UFPB.	PROGEP
4. Coordenar processos de reconhecimento de títulos obtidos em IES estrangeiras.	Planejamento, execução, acompanhamento e análise de processos relacionados ao reconhecimento de diplomas de ME e DO obtidos em IES estrangeiras	Análise de processos de pedidos de reconhecimento de diplomas obtidos em IES estrangeiras e envio aos programas de pós-graduação para julgamento do mérito.	Interessados da UFPB e das demais unidades da federação.	CGPG/PRPG
5. Coordenar processos de certificação de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.	Planejar, executar e acompanhar processos relacionados a pedidos de expedição de diplomas de pós-graduação de egressos dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFPB.	Análise de processos de pedidos de expedição de diplomas obtidos em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFPB.	Alunos que defenderam dissertação ou tese em Programas de Pós-graduação da UFPB.	CGPG/PRPG



Macroprocessos Finalísticos: Ensino de Pós-Graduação				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
6. Promover ações de formação conjunta entre o ensino de graduação e ensino de pós-graduação.	Planejar, desenvolver e acompanhar, junto com as coordenações, estratégias de formação articuladas entre o ensino de pós-graduação e o ensino de graduação.	Acompanhamento de análise de processos de estágios de docência e de outras atividades que promovam, de foram articuladas, a formação em nível da graduação.	Alunos de graduação e pós-graduação da UFPB.	CGPG/PRPG PRG

FONTE: PRPG

PARCEIROS EXTERNOS: Os principais parceiros externos para a consecução dos Macroprocessos Finalísticos da Pós-graduação são os seguintes:

1) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, agência ligada ao Ministério da Educação-MEC.

A parceria com a CAPES se dá institucionalmente, através do fomento e avaliação das ações atinentes à pós-graduação brasileira. Neste sentido a parceria estabelecida com a CAPES se dá, sobretudo, através da concessão de bolsas em diferentes modalidades (Mestrado, Doutorado, Doutorado-Sanduíche no exterior, pós-doutorado, entre outras). Além disso, fomenta itens de custeio, através do Programa de Apoio à Pós-Graduação-PROAP/CAPES, específica para atividades intimamente vinculadas com os programas de pós-graduação institucionais. Em 2016 a CAPES promoveu ainda o fomento de itens de capital, sobretudo para os cursos ditos “de excelência”, ou seja, que tem conceito 6 na CAPES.

2) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPQ, agência ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações-MCTIC.

A parceria com o CNPQ se materializa através do fomento a Projetos de pesquisas, bolsas de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, entre outras modalidades, diretamente com os pesquisadores e coordenadores de pós-graduação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

2.5.2 Pesquisa

O macroprocesso finalístico relacionado à Pesquisa da UFPB tem como objetivo a elaboração, gerenciamento e acompanhamento dos projetos institucionais, coordenação dos programas de iniciação científica, apoio e acompanhamento da produção científica e dos grupos de pesquisa da Universidade. No **Quadro 9** são detalhados os processos, serviços e demais informações relacionados as atividades da Pesquisa na UFPB.

Quadro 9 - Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa.

Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
1. Programas Acadêmicos e de Iniciação Científica da instituição.	Acompanhar, administrar e coordenar os Programas Acadêmicos e de Iniciação Científica da instituição, tais como PIBIC, PIVIC, PIBITI, PIBIC-EM.	<ul style="list-style-type: none">- Editais para seleção de projetos de pesquisa da Iniciação Científica;- Concessão e implantação de bolsas de iniciação científica;- Acompanhamento das bolsas de iniciação científica do CNPq.- Encontro anual de iniciação científica.	Docentes e discentes da UFPB, estudantes do ensino médio.	CGPAIC/PRPG
2. Acompanhamento e Gerenciamento do Programa Ciência Sem Fronteiras.	Seleção de estudantes de graduação para participação nos Editais do Programa Ciência Sem Fronteiras.	<ul style="list-style-type: none">- Editais para seleção de estudantes;- Cadastro e acompanhamento dos estudantes.	Estudantes de graduação.	CGPAIC/PRPG
3. Captação de Recursos Externos.	Selecionar os subprojetos que irão compor os projetos institucionais no âmbito das Chamadas Públicas MCTI/FINEP/CT-Infra e Pró-Equipamentos da CAPES.	<ul style="list-style-type: none">- Chamadas Internas para seleção de propostas que irão compor os projetos institucionais;- Formação de comitê externo para seleção das propostas;- Elaboração e submissão das propostas;- Acompanhamento da execução;- Elaboração e submissão dos relatórios técnicos.	Docentes, pesquisadores e agência de fomento.	CGPq/PRPG



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
4. Gerenciamento e acompanhamento do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.	Cadastro e certificações dos grupos de pesquisa na UFPB.	- Orientações e acompanhamento do preenchimento dos grupos de pesquisa; -Certificações dos grupos de pesquisa junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.	Docentes, pesquisadores e o CNPq.	CGPq/PRPG
5. Elaboração de políticas de apoio à pesquisa.	Elaboração de políticas com vistas à expansão e à consolidação da base de pesquisa da UFPB, através do financiamento de ações que busquem aumentar a produção científica de qualidade e melhorias nos ambientes de pesquisa.	- Programa de tradução de artigos; - Programa Pró-publicação que financia a publicação de artigos aceitos em revistas de alto fator de impacto; - Programa kit-enxoval que concede itens indispensáveis para o início as atividades de pesquisa aos doutores recém-contratados pela UFPB, tais como computador, impressora, etc.	Docentes, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação.	CGPq/PRPG
6. Planejamento e acompanhamento da execução das despesas necessárias às atividades de pesquisa	Levantamento das demandas dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação bem como o acompanhamento das suas despesas com recursos próprios e externos.	- Financiamento para participação em eventos; - Acompanhamento da execução dos recursos externos e internos (PROAP/CAPES e PROAP/UFPB).	Docentes, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação.	CGPq/PRPG

FONTE: PRPG

PARCEIROS EXTERNOS: Os principais parceiros externos para a consecução dos Macroprocessos Finalísticos da Pesquisa são os seguintes:

1) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPQ, agência ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações-MCTIC.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

A parceria com o CNPQ se materializa através do fomento à Projetos de pesquisas, bolsas de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, entre outras modalidades, diretamente com os pesquisadores e coordenadores de pós-graduação.

2) Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, agência ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações-MCTIC.

A parceria com a FINEP está concentrada no apoio aos projetos institucionais e de grupos, com características multiusuárias, e através de ações de fomento ligadas aos fundos setoriais.



2.5.3 Extensão

A Extensão na UFPB tem eixos norteadores além do desenvolvimento das atividades/ações de extensão acadêmica (objetivo 1/3), a promoção e produção de atividades artístico-culturais e de cultura popular (objetivo 2/3) e o desenvolvimento da educação popular, saúde pública e prevenção para o envelhecimento saudável (objetivo 3/3). Cada um desses eixos tem objetivos específicos que compõem o marco do macroprocesso finalístico da Extensão, conforme mostrado no **Quadro 10**.

Quadro 10 - Macroprocessos Finalísticos – Extensão.

Objetivo 1/3: Implementar a política de extensão universitária com o objetivo de promover uma formação cidadã e contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional das áreas do conhecimento e com a melhoria das populações em situação de risco social.

Macroprocesso finalístico: Extensão				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
1. Gerenciamento de programas e projetos	Coordenar, acompanhar, avaliar e controlar os projetos, programas e ações para garantir a excelência na sua operacionalização.	Editais do Programa e Projetos de Extensão (PROEXT), Programa de Bolsa de Extensão (PROBEX), Programa de Fluxo Contínuo de Extensão (FLUEX) e “UFPB no seu Município” e captação de recursos para projetos e programas.	Docentes, discentes, técnico-administrativos e populações das comunidades onde atuam as equipes extensionistas.	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e suas coordenações e núcleos, como também as Assessorias de Extensão dos Centros de Ensino.
2. Gerenciamento de informação	Manter dados e informações atualizados em arquivos físicos e virtuais, sites e publicações.	Registro de dados e informações referentes aos projetos, programas e ações e publicação de	Docentes, discentes, técnico-administrativos e populações das comunidades onde atuam	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e suas coordenações e núcleos, como também as



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Macroprocesso finalístico: Extensão				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
		matérias, revistas e livros.	as equipes extensionistas.	Assessorias de Extensão dos Centros de Ensino.
3. Gerenciamento logístico.	Dar suporte logístico para realização das atividades de extensão.	<ul style="list-style-type: none">- Disponibilizar e organizar salas de aula, auditórios, salas de reunião, etc.- Disponibilizar e organizar equipamentos, material didático e outros recursos.- Disponibilizar transporte para pessoas e materiais.	Docentes, discentes, técnico-administrativos e populações das comunidades onde atuam as equipes extensionistas.	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e suas coordenações e núcleos, como também as Assessorias de Extensão dos Centros de Ensino.
4. Gestão administrativa para a realização dos projetos, programas e ações contemplados e em andamento.	Promover e garantir o funcionamento dos programas, projetos e eventos de extensão.	<ul style="list-style-type: none">-Pagamento de bolsistas, certificação de participantes. Concessão de diárias, passagens e hospedagens. Solicitações de compra de materiais diversos.-Elaboração e expedição de documentos e correspondências oficiais.	Docentes, discentes, técnico-administrativos e populações das comunidades onde atuam as equipes extensionistas.	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e suas coordenações e núcleos, como também as Assessorias de Extensão dos Centros de Ensino.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Continuação do **Quadro 10**

Objetivo 2/3: promover e difundir a cultura brasileira através das diversas manifestações artístico-culturais através das atividades de ensino, pesquisa e das diversas modalidades de atividades de extensão no âmbito local e nacional.

Macroprocesso finalístico: Extensão				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
5. Gestão financeira.	- Providenciar a aquisição de figurinos, cenários, a equipamentos e instrumentos musicais para os grupos de coral e dança; -Custear atividades culturais para as comunidades, como cursos, oficinas e exposições.	-Coral Gazzi de Sá; -Grupos de dança popular; -Cursos, oficinas, apresentações, seminários, semanas de arte e cultura para as comunidades de diversos municípios do estado.	Comunidade interna da UFPB, comunidades atendidas nas cidades do estado da Paraíba.	COEX, núcleos, Departamentos de cursos, Centros, ONGs, instituições públicas e privadas.
6. Gerenciamento logístico.	Dar suporte logístico para realização das atividades artístico-culturais e de cultura popular	- Disponibilizar e organizar equipamentos, material didático e outros recursos. - Disponibilizar transporte para pessoas e materiais.	Comunidade interna da UFPB, comunidades atendidas nas cidades do estado da Paraíba.	COEX, núcleos, Departamentos de cursos, Centros, ONGs, instituições públicas e privadas.
7. Planejamento e promoção de eventos culturais.	Promover e divulgar a cultura brasileira e as diversas manifestações artístico-culturais do povo brasileiro.	Exposições artísticas, peças teatrais, vídeos, seminários, oficinas diversas, apresentações dos grupos culturais dentro da UFPB, em diversos municípios no estado e em diversas regiões do país.	Comunidade interna da UFPB, comunidades atendidas nas cidades do estado da Paraíba.	COEX, núcleos, Departamentos de cursos, Centros, ONGs, instituições públicas e privadas.
8. Implementação da	- Mapear a produção	-Mostras;	Comunidade interna da	COEX, núcleos,



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Macroprocesso finalístico: Extensão				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
política cultural para a instituição.	acadêmica da UFPB no campo da economia criativa identificando os equipamentos culturais, bem como, as ações de empreendedorismo cultural no âmbito da universidade, de seu entorno e dos seus parceiros. - Desenvolver, estimular e promover eventos e ações de integração da economia criativa e do empreendedorismo cultural.	-Circuitos de arte; -Cursos; -Oficinas; -Feiras; -Projetos e microprojetos; -Convênios; -Parcerias; -Editais; -Composição de grupos interdisciplinares de estudo e pesquisa.	UFPB, comunidades atendidas nas cidades do estado da Paraíba.	Departamentos de cursos, Centros, ONGs, instituições públicas e privadas.



Continuação do **Quadro 10**

Objetivo 3/3: contribuir para o desenvolvimento da perspectiva teórico-metodológica da educação popular em práticas de extensão universitária, produzindo e disseminando saberes comprometidos com as classes populares e a transformação social; disseminar informações acerca do processo de envelhecimento saudável e formar mão de obra para assessorar e cuidar de pessoas idosas.

Macroprocesso finalístico: Extensão				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
9. Gerenciamento de ações e projetos comunitários.	Contribuir com a formação cidadã dos estudantes; Promover ações de saúde e educação que impactam na melhoria da qualidade de vida das populações; Resgatar saberes popular.	Disseminação de informações e novas práticas; melhoria das condições de vida e saúde da população; troca de experiências e saberes.	Professores, extensionistas, estudantes, integrantes de movimentos sociais populares (MEL E CUNHÃ), ONGs e comunidades da grande João Pessoa, Conde, Rio Tinto, Colônia de pescadores da comunidade de Costinha em Lucena-PB, Sapé, comunidade Canto do lazer e Engenho Velho.	COEP e COPAC, NIETI, através de seus projetos e programas.
10. Gerenciamento de informação.	Registrar dados, mapear e caracterizar grupos e populações para subsidiar ações de políticas públicas e produção científica.	Dados estatísticos das populações atendidas; certificação; disseminação e registro de informações em Sistemas de	Professores, extensionistas, estudantes, integrantes de movimentos sociais populares (MEL E CUNHÃ),	COEP e COPAC, NIETI, através de seus projetos e programas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Macroprocesso finalístico: Extensão				
Processos	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
		gerenciamento e controle da UFPB.	ONGs e comunidades da grande João Pessoa, Conde, Rio Tinto, Colônia de pescadores da comunidade de Costinha em Lucena-PB, Sapé, comunidade Canto do lazer e Engenho Velho.	
11. Gerenciamento logístico.	Garantir a logística de transporte para a realização das atividades de extensão nas comunidades atendidas.	Controle e organização de transporte e custeio de passagens para oficinairos e artistas destinados a apresentações nas comunidades.	Professores, extensionistas, estudantes, integrantes de movimentos sociais populares (MEL E CUNHÃ), ONGs e comunidades da grande João Pessoa, Conde, Rio Tinto, Colônia de pescadores da comunidade de Costinha em Lucena-PB, Sapé, comunidade Canto do lazer e Engenho Velho.	COEP e COPAC, NIETI, através de seus projetos e programas.

Fonte: PRAC

PARCEIROS EXTERNOS: prefeituras municipais, escolas públicas, rede de saúde pública, Ministérios da educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, SEBRAE, FAPesq, Instituições de ensino superior públicas, privadas, nacionais e internacionais.



3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento organizacional

Em 2014, com base nos indicadores que resultaram no diagnóstico da sua realidade gerencial e acadêmica, a UFPB definiu metas e ações para o quinquênio 2014-2018 estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Assim, o PDI representa o Plano Estratégico para a UFPB no qual são definidas as diretrizes, metas e ações, que sejam capazes de assegurar a consolidação da Instituição no que se refere a sua expansão, estabelecida no Programa de Reestruturação das Universidades (REUNI) do Governo Federal, e, principalmente, continuar objetivando a qualidade das atividades gerenciais e dos processos formativos da instituição.

Quando da elaboração do PDI 2014-2018 da UFPB, estava em vigência o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Os objetivos estratégicos do PDI da UFPB estão relacionados com o Programa “Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão”, conforme informações apresentadas no **Quadro 11**.

Quadro 11 - Correlação entre o PPA 2012-2015 e o PDI 2014-2018.

PPA 2012-2015	
Programa	2032 -Educação Superior – Graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão.
Objetivo	0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.
Iniciativas	03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade. 03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.
PDI UFPB 2014-2018	
Objetivos estratégicos	- Consolidar os avanços acadêmicos, estruturais e administrativos alcançados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); - Ampliar e consolidar as atividades de pesquisa, ensino e extensão, particularmente no que se refere à internacionalização; - Estruturar a UFPB para possibilitar uma ampla inclusão social, especificamente



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

- no que se refere à acessibilidade, à permanência e à orientação pedagógica;
- Promover a interação com o setor produtivo;
- Concluir a implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB), disseminando sua utilização em todas as instâncias institucionais;
- Consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB;
- Promover a participação da comunidade na alocação dos recursos, por meio do modelo Universidade Participativa;
- Promover a reformulação do estatuto da UFPB, com vistas a abrigar a nova configuração da instituição.

Fonte: PPA 2012-2015; PDI 2014-2018.

Como se pode observar pelo quadro acima, os objetivos estratégicos propostos no PDI 2014-2018 tem correlação com o PPA, no tocante ao Programa “Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão”, bem como com seu objetivo e iniciativas, com destaque para a consolidação do REUNI, ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e a inclusão social, com ênfase tanto nas questões voltadas à acessibilidade quanto nas ações voltadas ao apoio para à permanência dos discentes.

Dessa forma, com base nos objetivos estratégicos do PDI 2014-2018, o planejamento da UFPB para 2016, juntamente com suas respectivas estratégias de ação, é mostrado no Quadro 12. Em observância ao que estabelece o Art.25 § XI do Estatuto da UFPB, o orçamento para essas ações foi aprovado pelo CONSUNI (Resolução CONSUNI Nº 18/2016).

Quadro 12 - Planejamento organizacional de 2016 e suas respectivas estratégias de ação.

Planejamento Organizacional em 2016	Estratégias de Ação
1. Infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none">- Levantamento dos problemas de cada obra paralisada;- Elaboração de projetos complementares, atualização de planilhas e ações com vistas a regularização das obras (licenciamentos e alvarás);- Ampliar ações que possam garantir a acessibilidade e a segurança na UFPB.
2. Modernização dos processos gerenciais	<ul style="list-style-type: none">- Implantação dos módulos do sistema SIGA.
3. Atividades de ensino, pesquisa e extensão	<ul style="list-style-type: none">- Acompanhar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação;- Intensificar as ações extensionistas;- Ampliar a produção acadêmica;- Ampliar a captação de recursos externos para a pesquisa e extensão;- Monitorar e avaliar o impacto da implantação do Sisu;- Internacionalizar as atividades de pesquisa e



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Planejamento Organizacional em 2016	Estratégias de Ação
	pós-graduação.
4. Inclusão social, acessibilidade, permanência e orientação pedagógica	- Elaboração de um diagnóstico das dificuldades dos cursos de graduação no que se refere aos percentuais de retenção e de evasão; - Ampliar as ações de assistência estudantil; - Apoiar e intensificar as ações do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA).
5. Interação com o setor produtivo	- Ampliar as ações do IDEP/ UFPB e INOVA
6. Gestão de Pessoas	- Consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB.

A seguir será feita uma descrição sintética das ações realizadas, destacando os fatores que contribuíram e dificultaram a consolidação dos objetivos estratégicos, no ano de 2016.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos para o exercício 2016 foram definidos como um subconjunto dos objetivos e metas estabelecidas pelo PDI da UFPB para o quinquênio 2014-2018. Assim, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

1. Consolidar o desempenho acadêmico, estrutural e administrativo alcançados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);
2. Ampliar e consolidar as atividades de pesquisa e pós-graduação, particularmente no que se refere à internacionalização;
3. Estruturar a UFPB para possibilitar uma ampla inclusão social, especificamente no que se refere à acessibilidade, à permanência e à orientação pedagógica;
4. Promover ações com vistas a definição da política institucional de segurança no sentido mais amplo: segurança humana, material, patrimonial, do meio ambiente e da informação;
5. Promover a interação com o setor produtivo;
6. Implantar dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB), disseminando sua utilização em todas as instâncias institucionais;
7. Consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB;
8. Promover a participação da comunidade na alocação dos recursos, por meio da Universidade Participativa;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Ainda com relação ao PDI vigente na UFPB, na **Tabela 1** são apresentadas as metas estabelecidas para o quinquênio 2014-2018 no que diz respeito à graduação, pós-graduação e pesquisa, internacionalização, recursos humanos e assistência estudantil. Nas próximas seções discutiremos os resultados alcançados em 2016.

Tabela 1 - Metas propostas no PDI 2014-2018 da UFPB

GRADUAÇÃO	2013	2018 (%)
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	7.555	+10
Número de alunos diplomados	2.862	+25
Número de Bolsas de Apoio (Estágio, PROLICEN, PIBID, Monitoria, PROMEB, PET)	2.289	+20
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2013	2018 (%)
Número de cursos de Mestrado	56	+20
Número de cursos de Doutorado	32	+20
Número dos cursos de mestrado e doutorado avaliados pela CAPES com conceitos acima de 4	54	+10
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	4.064	+20
Número de alunos titulados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	910	+20
Número de Bolsas de Pesquisa (PIBIC, PIBITI, PIBIC-EM, PIBIC-AF, Jovens Talentos)	1.230	+20
INTERNACIONALIZAÇÃO	2013	2018 (%)
Acordos e convênios firmados com universidades estrangeiras	50	+50
Número de estudantes da UFPB atendidos no programa PROMOB	60	+100
Número de estudantes estrangeiros atendidos no programa PROMOB	39	+100
Estudantes no Programa Ciências Sem Fronteiras	444	+40
RECURSOS HUMANOS	2013	2018 (%)
Número de docentes	2.381	+10
Número de docentes com título de doutor	1.588	+20
Número de servidores técnico-administrativos	3.734	+10
Número de servidores técnico-administrativos – classe E	1.183	+10
Número de servidores técnico-administrativos – classe D	2.290	+10
Número de servidores técnico-administrativos – classe C	261	+5
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	2013	2018 (%)
Número de alunos atendidos/dia – Restaurantes Universitários	6.630	+20



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Número de alunos atendidos – Residências Universitárias	1.125	+10
Número de alunos assistidos com auxílio moradia/mês	726	+30
Número de alunos assistidos com auxílio alimentação/mês	1.186	+20
Número de alunos com deficiência assistidos – Programa Bolsa Apoiador/mês	324	+40

Fonte PDI 2014-2018.

3.1.1.1 Riscos identificados para o alcance dos objetivos estratégicos

A partir da definição dos objetivos estratégicos para 2016 e sua vinculação com as metas estabelecidas pelo PDI vigente, a variável mais importante no que diz respeito aos riscos para o cumprimento das citadas metas é a restrição orçamentaria observada em 2015 e agravada em 2016. Os riscos para alguns dos objetivos elencados anteriormente são mostrados no **Quadro 13**.

Quadro 13 - Alguns objetivos estratégicos do Exercício 2016 e o respectivo risco.

Objetivos Estratégicos Selecionados	Risco / Estratégia de Ação
Consolidar o desempenho acadêmico, estrutural e administrativo alcançados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)	<p>- Riscos: a descontinuidade do programa REUNI coloca em risco a sua consolidação e como resultado tem-se um elevado número de obras inacabadas, falta de pessoal docente para suprir os novos cursos criados, dificuldade na aquisição e atualização de equipamentos para os laboratórios de ensino de graduação; dificuldades na manutenção dos contratos vigentes para as obras e reformas, e a consequente atualização contratual dentro da nova realidade orçamentária e financeira.</p> <p>- Estratégia: Avaliar a situação e definir prioridades compatíveis com as metas estabelecidas.</p>
Ampliar e consolidar as atividades de pesquisa e pós-graduação, particularmente no que se refere à internacionalização	<p>- Riscos: a) redução no número de bolsas dos programas de Iniciação Científica; b) redução na aquisição e manutenção de equipamentos dos laboratórios de pesquisa; c) Suspensão de cotas de bolsas da demanda social (mestrado e doutorado) pela CAPES.</p> <p>- Estratégia: otimizar a execução dos projetos institucionais financiados com recursos externos, redefinir as metas para os indicadores da pós-graduação no que se refere ao número</p>



Objetivos Estratégicos Selecionados	Risco / Estratégia de Ação
	de alunos matriculados.
Ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão	- Riscos: redução no número de bolsas, no número de passagens e diárias bem como nos recursos de capital. - Estratégia: realocar recursos com vistas a manter o investimento atual.
Estruturar a UFPB para possibilitar uma ampla inclusão social, especificamente no que se refere à acessibilidade, à permanência e à orientação pedagógica	- Riscos: redução nos recursos de capital para aquisição de itens de acessibilidade. - Estratégia: realocar recursos com vistas a manter o funcionamento essencial da ação.
Promover a participação da comunidade na alocação dos recursos, por meio da Universidade Participativa.	- Risco: calendário de consulta para elaboração da lista tríplice para escolha do reitor e vice-reitor da UFPB. - Estratégia: Suspensão temporária das audiências públicas para não vincular a ação à escolha da lista tríplice do reitor e vice-reitor.
Política institucional de segurança	- Risco: aumento da violência, pequenos furtos e sentimento de insegurança. - Estratégia: criação da Comissão de Segurança Institucional, compra de equipamentos de monitoramento eletrônico, humanização e capacitação dos servidores.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico que atualmente está em vigência na UFPB foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 e encontra-se em fase de acompanhamento quanto ao desenvolvimento das ações desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos e metas propostas. O documento completo do PDI está disponível no link:

http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/PDI%20UFPB%202014-2018_Final3%20-27.05.pdf.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O PDI 2014-2018 da UFPB estabeleceu um conjunto de ações que, alinhadas com os objetivos e metas definidos no plano, definiriam o rumo para a projeção de crescimento desejada para o quinquênio. Essas ações são as seguintes:



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

- I – Consolidação da infraestrutura física e de equipamentos;
- II – Desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico;
- III – Ampliação da integração com o setor produtivo;
- IV – Modernização e aprimoramento dos processos gerenciais;
- V – Aprimoramento das políticas de Gestão de pessoas;
- VI – Internacionalização de suas atividades.

Com base nas ações priorizadas, forma estabelecidas as diretrizes para cada uma das áreas de atuação da UFPB, conforme mostradas no Quadro 14.

Quadro 14 - Diretrizes estabelecidas pelo PDI 2014-2018 por área de atuação da UFPB.

Áreas de atuação	Diretrizes para 2014-2018
Ensino	Melhoria na qualidade do ensino e estabelecimentos de programas que possibilitem a consolidação dos cursos de graduação do ponto de vista pedagógico, bem como que promovam a redução nos índices de evasão e retenção.
Pesquisa	Melhoria dos indicadores da eficiência e eficácia da pesquisa e pós-graduação e a internacionalização das suas atividades.
Extensão	Ampliar as ações da extensão de modo a incluir uma maior participação da comunidade universitária.
Assistência Estudantil	Ampliação das políticas de assistência estudantil, assegurando a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes.
Gestão de Processos e Pessoas	Consolidação das políticas de desenvolvimento de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos administrativos e de gestão de pessoas, bem como melhoria nas rotinas administrativas.

Fonte: PDI 2014-2018 da UFPB

A partir das diretrizes estabelecidas para as áreas de atuação da UFPB, no PDI estão elencadas um conjunto de metas para cada uma das áreas estratégicas, conforme mostrado no Quadro 15.

Quadro 15 - Metas estabelecidas pelo PDI 2014-2018 por área de atuação da UFPB.

Áreas de atuação	Meta para 2014-2018
Ensino	<ul style="list-style-type: none">- Melhoria e ampliação da infraestrutura física das salas de aula e de laboratórios de ensino;- Consolidação dos cursos de graduação criados pelo Programa REUNI;- Melhoria nos índices de permanência, taxa de sucesso e diplomação;- Aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias pedagógicas;- Ampliação da acessibilidade.
Pesquisa	<ul style="list-style-type: none">- Melhoria dos conceitos dos cursos junto à CAPES;- Ampliação do número de cursos ofertados;- Melhoria e ampliação da infraestrutura física dos ambientes de



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Áreas de atuação	Meta para 2014-2018
	<ul style="list-style-type: none">pesquisa;- Ampliação e consolidação dos programas institucionais de apoio à pesquisa e pós-graduação;- Estímulo à nucleação de novos grupos de pesquisa, à consolidação daqueles já existentes e à incorporação de novos doutores;- Internacionalização das atividades.
Extensão	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação do número de projetos, visando a atender às metas do Plano Nacional de Educação;- Expansão da captação de recursos externos;- Melhoria na articulação entre o conhecimento produzido na Instituição e a sociedade, através de projetos que busquem melhoria para a qualidade de vida da população;- Aperfeiçoamento do gerenciamento dos projetos de extensão visando à construção de indicadores.
Assistência Estudantil	<ul style="list-style-type: none">- Reestruturação e ampliação das moradias estudantis e dos restaurantes universitários;- Ampliação da oferta de bolsas de assistência estudantil;- Expansão das ações que promovam o desenvolvimento acadêmico, político e cultural;- Ampliação das políticas de assistência aos estudantes com deficiência.
Gestão de Processos e Pessoas	<ul style="list-style-type: none">- Otimização e melhoria no gerenciamento dos processos de compra e de contratação de serviços;- Melhoria do gerenciamento e da modernização da área de Compras e Contratação com a elaboração do Manual de Procedimentos Administrativos e da implantação do SIPAC- Promoção da eficiência dos controles internos;- Promoção do desenvolvimento dos servidores por meio do aumento progressivo da oferta de vagas para capacitação e qualificação, do acompanhamento da gestão do desempenho e da implantação do Dimensionamento de Pessoal Técnico-administrativo;- Criação de uma matriz de alocação de vagas de pessoal;- Ampliação das ações relacionadas à qualidade de vida, à saúde e à segurança no trabalho dos servidores, consolidação dos exames periódicos de saúde e fiscalização do cumprimento das Normas Regulamentadoras (NR) relacionadas à Segurança, Vigilância Ambiental e Medicina do Trabalho.- Promoção de um melhor gerenciamento, da modernização da área de Gestão de Pessoas por meio da elaboração do Manual do Servidor e da implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, promovendo a descentralização, a automação, a otimização e a racionalização dos serviços.

Fonte: PDI 2014-2018 da UFPB

Dessa forma, os planos das unidades para 2016 foram baseados nas diretrizes e metas estabelecidas pelo PDI 2014-2018.



3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Ao final de cada exercício, os setores/unidades encaminham para o Gabinete da Reitora um relatório de atividades com a descrição e análise do andamento do cumprimento das metas propostas no PDI, bem como as dificuldades encontradas ao longo do processo. A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN/UFPB) solicita informações de todos os setores/unidades para elaborar o Relatório de Gestão, de acordo com as determinações das portarias do TCU. Este documento vem cada vez mais sendo compreendido pelos gestores como uma ferramenta de gestão capaz de fornecer os dados para a análise de desempenho, avaliação, eficácia e efetividade das ações propostas no PDI.



3.3 Desempenho orçamentário

Os recursos orçamentários para custear o funcionamento e a consolidação da UFPB, bem como para demais IFES, provêm do Orçamento Fiscal do Governo Federal. Esta seção tem por objetivo apresentar informações sobre a programação e execução do orçamento da UFPB em 2016, bem como a relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento do exercício, além da relação entre orçamento da UFPB e os objetivos do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA.

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A UFPB é responsável pela execução das seguintes ações orçamentárias ligadas ao Programa Temático do PPA:

- ❖ **20GK** - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.
- ❖ **20RK** - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).
- ❖ **20RL** - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
- ❖ **2944** - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica
- ❖ **4002** - Assistência ao Estudante de Ensino Superior.
- ❖ **8282** - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior.

O resumo geral da execução dessas ações em 2016 é mostrado no Quadro 16. Conforme pode ser visto, as dotações finais para as ações 20RK e 4002, correspondem a 99,4% e 80,5%, respectivamente, dos valores originalmente previstos da LOA. Quanto aos empenhos realizados para cada uma dessas ações, observa-se que para as ações 20RK e 4002, os valores empenhados foram acima de 96% da dotação final, já para as ações 20RL e 2994 o percentual empenhado foi de 78,1% e 63,5%, respectivamente, e 46,5% e 42,3% para as ações 20GK e 8282, respectivamente. Os maiores percentuais liquidados foram para as ações 20RK e 4002 (75,3% e 70,1%, respectivamente) enquanto que os menores percentuais de liquidação foram obtidos para as ações 20GK e 8282 (17,3% e 13,3% respectivamente), já para as ações 20RL e 2994, o percentual liquidado foi de 48,5% e 54%, respectivamente. Das despesas liquidadas, o percentual de pagamento foi superior a 98% para todas as ações. O montante inscrito em restos a pagar não processados é inferior a 27,4% da dotação final, sendo que o maior percentual inscrito em restos a pagar não processados foi obtido para a ação 20RL (40,1% da dotação final) e o menor (23,9%) foi obtido para a ação 20RK.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 16 - Resumo geral da execução financeira das ações previstas na LOA em 2016.

Ação	Dotação (R\$)		Despesas (R\$)			Restos a pagar (R\$)	
	Inicial	Final	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	Processados	Não Processados
20GK	1.316.440,00	1.316.440,00	611.743,59	106.011,32	104.518,87	1.492,45	505.732,27
20RL	8.273.031,00	8.273.031,00	6.462.251,37	3.140.804,32	3.131.428,37	9.375,95	3.321.447,05
20RK	110.608.332,00	109.993.668,00	106.500.390,88	80.178.512,15	79.705.883,89	472.628,26	26.320.987,68
2994	1.989.215,00	1.989.215,00	1.262.844,06	681.382,10	681.382,10	-	581.461,96
4002	35.810.646,00	28.810.646,00	28.629.276,47	20.057.360,26	20.057.360,26	-	8.571.916,21
8282	20.683.298,00	20.683.298,00	8.751.809,93	1.162.940,06	1.162.940,06	-	7.588.869,87
Total	178.680.962,00	171.066.298,00	152.218.316,30	105.327.010,21	104.843.513,55	483.496,66	46.890.415,04

Fonte: CODEOR/PROPLAN

Nos Quadro 17-Quadro **22** são mostrados alguns detalhes acerca da execução dessas ações no Exercício 2016 na UFPB, incluindo as dimensões física e financeira da execução, os valores executados e os restos a pagar. Para cada quadro foi incluída uma narrativa das dificuldades e avanços na execução de cada ação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 17 - Ação 20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação			(X) Integral () Parcial			
Código	20GK		Tipo: ATIVIDADE			
Título	AÇÃO 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS					
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.316.440,00	1.316.440,00	611.743,59	106.011,32	104.518,87	1.492,45	505.732,27
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Iniciativa apoiada	unidade	3		3		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física – Metas*			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
3.062.187,68	1.372.093,20	378.039,59	Iniciativa apoiada	unidade		421

Fonte: CODEOR/PROPLAN

***Obs:** Para o cálculo do Físico executado com RAP do exercício anterior (FRAP), foi utilizada a seguinte metodologia: primeiro foi feito um levantamento do valor liquidado pela ação no ano de 2015=(Lquid2015). Esse valor foi dividido pelo quantitativo físico atingido pela ação em 2015(Qt2015). Deste modo, foi encontrado o custo por unidade física (Cund). Depois foi retirado do sistema o valor do “RAP não processado Valor Liquidado”. Por fim, dividiu-se o valor deste RAP pelo custo por unidade, chegando assim ao quantitativo realizado. **Esse cálculo foi utilizado em todas as ações com restos a pagar.**

Frap=RAPle/Cund

Cund= Lquid2015 / Qt2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

As ações quantificadas no Quadro 17 são organizadas em duas vertentes: Plano de Ação Cultural e Integração Universidade/Comunidade. As ações de extensão universitária são materializadas na forma de editais e programas, os quais fomentam projetos, cursos, eventos e produtos, a saber: O Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) aprovou 467 projetos no Edital 01/2016 nas áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Os projetos aprovados foram executados no período de maio a dezembro/2016.

A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) fomenta os projetos com bolsas para os alunos extensionistas, além de dar suporte com a aquisição de material de consumo, diárias, passagens e certificação das atividades. O Programa de Fluxo Contínuo de Extensão (FLUEX) registrou 140 projetos/ações. O apoio com recursos deu-se de forma semelhante ao PROBEX, contudo não contempla bolsas. O Programa Institucional UFPB no seu Município realizou mais de 116 ações como oficinas, cursos, palestras, festivais, dentre outras que se encontram em andamento, em dezesseis municípios.

As ações recebem apoio logístico para execução dessas ações com transporte, combustível, material didático, entre outros. Promoção de eventos de disseminação da extensão universitária – foram realizados 2 eventos organizados pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários: o Encontro de Extensão (ENEX) que reúne todas as experiências de extensão universitária e mobilizou mais de 600 docentes e 3200 alunos em um evento de interação e troca de conhecimentos; e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia que promoveu a divulgação das ações de extensão e a produção técnico-científica para estudantes de escolas de ensino médio, com a participação de aproximadamente 3000 alunos.

A PRAC apoiou 4 eventos: o Seminário de Energia na Paraíba: Desafios e Oportunidades, FEMOCS, II Semi Proext e o URBECENTRO. Pontos negativos: Operacionalização do Sistema Sigproj (sistema de registro) devido à falta de suporte técnico pela UFMG; A não contemplação na Matriz Orçamentária dos recursos para extensão ocasiona dificuldades; Poucos técnicos para a realização do monitoramento (leitura de todos os relatórios parciais postados no sistema); A inclusão do orçamento do PROEXT na conta única limita a utilização de recursos para pagamento de diárias e locomoção; Dificuldades na execução orçamentária e financeira dos recursos, tendo em vista os entraves burocráticos e falta de estrutura/padronização de procedimentos e processos de trabalho na instituição; Poucos professores participam da avaliação dos projetos de extensão nos encontros de extensão.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 18 - Ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação			(X) Integral () Parcial			
Código	20RK		Tipo: ATIVIDADE			
Título	AÇÃO 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS					
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados ²
110.608.332,00	109.993.668,00	106.500.390,88	80.178.512,15	79.705.883,89	472.628,26	26.320.987,68
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Estudante matriculado	unidade	47.628			35.414	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
33.887.994,77	11.361.124,82	4.432.415,98	Estudante matriculado	unidade		7.099

Fonte: CODEOR/PROPLAN

² Verifica-se uma diferença de R\$ 891,05 quando se comparar o valor Empenhado com o que foi liquidado e com os restos a pagar não processados. No relatório retirado do Tesouro gerencial classificou este valor como em liquidação {conta contábil (631710200)}.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

A Pró-Reitoria de Graduação propôs as seguintes ações no plano de atividades de 2016, com a finalidade de atingir a meta e produto definido no planejamento orçamentário do SIMEC:

- a) consolidação do fórum de assessores de graduação de modo a efetivar as ações para aumentar a taxa de sucesso na relação entre o número de alunos que ingressaram na UFPB e os que concluíram a graduação;
- b) expansão do número de bolsas nos programas de ensino para as licenciaturas (PROLICEN), de monitoria e de estágio, permitindo a permanência do aluno na universidade, diminuindo a taxa de evasão e aprofundando as áreas de pesquisa, ensino e extensão;
- c) consolidação do Programa de Melhoria da Educação Básica (PROMEB) através de bolsas de estágio para os alunos das licenciaturas atuarem junto aos professores da Educação Básica na rede pública de ensino, vivenciando a prática na realidade das escolas públicas e ampliando os locais de estágios obrigatórios e não obrigatórios;
- d) expansão dos projetos dos programas implementados pela CAPES tais como PIBID, Prodocência, PET e LIFE; e) implementação e consolidação dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) em todos os cursos de graduação;
- e) reunião com os coordenadores de graduação e pós-graduação, chefes de departamentos, diretores de centros, em todos os *campi* da UFPB, com a finalidade de discutir as causas da evasão, retenção e a permanência dos alunos que entraram por meio do sistema de cotas;
- f) participação nas discussões do projeto de avaliação dos cursos de licenciaturas em conjunto com Comissão Permanente de Avaliação (CPA). A Pró-Reitoria de Graduação da UFPB identificou os seguintes fatores que contribuíram para a reprogramação das metas previstas para o ano de 2016: (i) criação do curso de bacharelado em gestão pública; (ii) aumento do número de vagas do curso de gastronomia e (iii) abertura de processo seletivo para ingresso nos cursos da modalidade a distância a partir de novas cotas de financiamento liberadas pela CAPES.

Os fatores que dificultaram a execução das ações foram: a) a alteração dos calendários escolares em decorrência de greves dos professores e dos funcionários das atividades fins; b) problemas detectados nos Projetos Políticos Curriculares (PPCs); c) falta de equipamentos atualizados e manutenção dos já existentes; d) salas de aulas e de ambientes de professores insuficientes para atender os cursos do REUNI, sendo, portanto, necessária a consolidação desses cursos; e) número de docentes inadequado para ministrar as disciplinas dos novos cursos, resultado do subdimensionamento do REUNI; f) os cortes no orçamento da UFPB impossibilitaram ações para a consolidação do REUNI.

Além dos resultados previstos pelas ações desenvolvidas pode-se acrescentar: a) a disponibilidade das vagas para o ingresso dos novos alunos da UFPB pelo Sistema SisU, cuja



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

proposta foi aprovada nos Conselhos Superiores da UFPB e b) implantação e consolidação do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica Administrativa (SIGAA).

Quadro 19 - Ação 20RL Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação			<input checked="" type="checkbox"/> Integral () Parcial			
Código	20RL		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS					
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.273.031,00	8.273.031,00	6.462.251,37	3.140.804,32	3.131.428,37	9.375,95	3.321.447,05
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Aluno matriculado	unidade	1003				933
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
4.740.912,48	2.034.390,08	110.196,56	Estudante matriculado	unidade		577

Fonte: CODEOR/PROPLAN



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

A ação 20RL é desenvolvida em duas unidades da UFPB, são elas: a Escola Técnica de Saúde (ETS) e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN). No tocante ao desenvolvimento da ação, destaca-se que:

A Escola Técnica de Saúde teve sua meta reprogramada e enviada no mês de julho 2016 ao SIMEC, em decorrência da criação de um curso novo no ano de 2015 e conseqüentemente a oferta de mais uma turma. Contribuiu para a ação: (i) a oferta de vagas de forma regular programada e executada pela Escola; (i) o engajamento de toda a comunidade acadêmica para o cumprimento da meta proposta. A principal dificuldade encontrada para a execução da ação foi o processo seletivo que envolveu várias etapas, da confecção e divulgação de editais ao processo seletivo propriamente dito.

Com relação ao Colégio Agrícola Vital de Negreiros (CAVN) o mesmo apresenta a seguinte memória de cálculos: 1. Alunos matriculados em 2016: Foram matriculados 493 alunos; sendo alunos dos Cursos Técnicos de Agropecuária, Agroindústria, Nutrição e Aquicultura, referentes ao 1, 2 e 3º anos, modalidade PROEJA e Pós-Médios. 2. Em 2017 entrarão 245 alunos para os diversos Cursos do CAVN, totalizando com as matrículas dos alunos que irão para o 2º semestre. Em 2017 estão previstas matrículas para os 1º anos dos Cursos de Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura e para as modalidades Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e Pós-médio. A soma de matrículas para todos os cursos em todas as séries do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros totalizará 600 alunos. Fatores que dificultaram a ação: atraso na aprovação da Resolução de Criação do Curso Técnico em Nutrição pelos Conselhos Superiores da UFPB (CONSEPE E CONSUNI) e; atraso na liberação de vagas para docentes para efetivar mais 80 alunos para o Curso Técnico de Nutrição.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 20 - Ação 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação			(X) Integral () Parcial			
Código	2944		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica					
Objetivo	Código: 1009 Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS					
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.989.215,00	1.989.215,00	1.262.844,06	681.382,10	681.382,10		581.461,96
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Benefício concedido	unidade	920		750		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
862.964,20 ³	159.121,10 ⁴	316.521,55	Benefício concedido	unidade		3.350

Fonte: CODEOR/PROPLAN

A ação 2994 é desenvolvida em duas unidades da UFPB, são elas: a Escola Técnica de Saúde (ETS) e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN). No tocante ao desenvolvimento da ação, destaca-se que:

O Colégio Agrícola Vital de Negreiros (CAVN) informa que a reprogramação da meta ocorreu devido ao atraso na liberação de vagas para preenchimento de Docentes para propiciar a abertura de mais 80 vagas para estudantes no Curso técnico de Nutrição e Dietética ocasionou a reprogramação da meta dificultando a realização da ação. Fatores que contribuíram para a realização: 1. Fornecimento de Refeições (café, almoço e jantar) aos alunos internos (353) do

³ Deste total, R\$ 181.711,96 estão bloqueados por Decreto (conta: 631.510000) de acordo com relatório retirado do Siafi Gerencial.

⁴ Deste total, R\$ 900,00 estão como Liquidado a pagar, pelo relatório do Siafi Gerencial.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN); 2. Fornecimento de lanche noturno para 353 alunos internos; 3. Fornecimento de Fardamento escolar e kit (*squeeze*, jogo de esquadros, bolsa, canetas) para 600 alunos do Colégio Agrícola (incluindo os estágios); 4. Fornecimento de kits com Equipamentos de Proteção Individual para os 32 Laboratórios didáticos pedagógicos e produtivos do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, a serem utilizados pelos 600 alunos do CAVN; - Fornecimento de material esportivo (fardamento, bolas, materiais esportivos, medalhas e troféus) para os alunos realizar atividades de ensino e atividades esportivas recreativas (Gincanas e torneios); - Fornecimento de medicamentos aos alunos internos (353) do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.

No que tange à Escola Técnica de Saúde (ETS) - A meta foi reprogramada em julho de 2016 de 220 para 147, pois para atender a meta prevista inicialmente seriam necessários aproximadamente R\$ 483.520,00 (quatrocentos e oitenta e três mil e quinhentos e vinte reais) destinados à assistência estudantil. É importante ressaltar que a ETS vem expandindo o número de alunos matriculados nos cursos já existentes e criou um novo curso. Consequentemente, a quantidade de benefícios tinha a previsão de aumentar.

A ETS recebeu R\$ 330.966,00 (trezentos e trinta mil e novecentos e sessenta e seis reais) de recursos orçamentários destinados à assistência estudantil o que não acompanhou o crescimento previsto, implicando numa necessária adequação. Engajamento de toda a comunidade acadêmica para a meta proposta. Planejamento e acompanhamento das ações mensalmente por parte das coordenações de curso, assessoria administrativa e coordenação de apoio ao discente junto a direção da escola. A oferta dos benefícios concedidos tem contribuído com a permanência e êxito dos alunos na ETS. Esse foi o primeiro ano em que ofertamos o auxílio moradia e o mesmo foi fundamental para a permanência dos sete alunos selecionados na escola. Discriminação dos benefícios concedidos: Restaurante Universitário – 93 (referente ao mês com maior número de benefícios concedidos) Auxílio Moradia – 7 Proeja – 40 (média do mês com maior número de benefícios e do mês com menor) Bolsas de Projetos de Extensão – 10 TOTAL – 150



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 21 - Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação			(X) Integral () Parcial			
Código	4002		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS					
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.810.646,00	28.810.646,00	28.629.276,47	20.057.360,26	20.057.360,26		8.571.916,21
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Projeto apoiado	unidade	1				1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
19.070.095,87 ⁵	5.599.245,92	6.498.925,99	Projeto apoiado	unidade		58.324

Fonte: CODEOR/PROPLAN

As ações de assistência estudantil ocorrem através da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), por meio da concessão de benefícios aos alunos selecionados e cadastrados após a realização dos processos seletivos. Decorrem através de planejamento do orçamento de custeio e capital, permitindo a manutenção e a ampliação do número de alunos assistidos a cada semestre.

Os recursos fomentam benefícios que são destinados aos alunos da graduação presencial e em condição de vulnerabilidade socioeconômica, através da concessão de auxílios em nível da

⁵ Deste total, R\$ 240.081,81 estão bloqueados por Decreto (conta: 631.510000) de acordo com relatório retirado do Siafi Gerencial.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

alimentação, de creche, de transporte, de moradia, de apoio acadêmico, de apoio pedagógico, de apoio material, bem como, acesso gratuito ao sistema de restaurantes universitários, manutenção das residências universitárias, apoio acadêmico aos estudantes com deficiências e atendimento psicológico.

Esta evolução da assistência estudantil reflete o empenho da gestão em acreditar que o corpo discente com melhor suporte de permanência, resultará em menores taxas evasão e ou de retenção, refletindo, assim, no sucesso acadêmico. Dentre as dificuldades enfrentadas pela PRAPE, destacamos o corpo especializado reduzido de recursos humanos para atividades fins de assistência estudantil, o que dificulta o processo de agilidade, de progressão, e de fiscalização, bem como, a abertura e a criação de novos editais que reproduziriam novos benefícios.

A continuidade na progressão dos recursos financeiros é um quesito importante a ser mantido, em virtude do crescente número de estudantes de graduação presencial com perfil para ser assistido a cada semestre, em especial após adesão total ao Sisu/Enem.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 23 - Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – UFPB.

00IE - CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES					
Código	Tipo: Operações especiais				
Título	00IE - CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES				
Objetivo	Contribuir financeiramente com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, para o intercâmbio de informações e políticas voltadas para a educação.				
Programa	Código: 2109 Tipo: Programa de manutenção das atividades de ensino				
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
106.121,72		106.121,72			
10G2 - Expansão do Ensino Superior - Campus do Litoral Norte em Mamanguape					
Código	Tipo: PROJETO				
Título	10G2 - Expansão do Ensino Superior - Campus do Litoral Norte em Mamanguape				
Objetivo	Viabilizar a implantação do Campus do Litoral Norte, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior, no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.				
Programa	Código: 1073 Tipo: BRASIL UNIVERSITÁRIO				
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
25.760,34		21.836,69			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Continuação do Quadro 23 - Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – UFPB

11H5 - REUNI - Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)					
Código		Tipo: -			
Título		11H5 - REUNI - Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)			
Objetivo		Promover a revisão da estrutura acadêmica e viabilizar a expansão e reestruturação da Universidade Federal da Paraíba, objetivando aumentar a oferta de vagas na Educação Superior, no âmbito da graduação, a partir do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, visando otimizar a relação aluno/docente e elevar o número de concluintes dos cursos de graduação.			
Programa		Código: 1073 Tipo: Brasil Universitário			
Unidade Orçamentária		26240 - Universidade Federal da Paraíba			
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
15.339,99		15.339,99			
20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica					
Código		Tipo: ATIVIDADE			
Título		20RJ -Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica			
Objetivo		Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.			
Programa		Código: 2080 Tipo: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS			
Unidade Orçamentária		26240 - Universidade Federal da Paraíba			
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.744.510,16	518.337,61	193.504,64			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Continuação do Quadro 23 - Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – UFPB

2992 - FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
Código		Tipo: ATIVIDADE			
Título		2992 - FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL			
Objetivo		Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.			
Programa		Código: 1062 Tipo: DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			
Unidade Orçamentária		26240 - Universidade Federal da Paraíba			
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
70.673,86		70.673,86			
2E14 - Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior					
Código		Tipo: ATIVIDADE			
Título		2E14 - Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior			
Objetivo		Possibilitar a modernização e a recuperação do patrimônio para o bom funcionamento de cursos e demais atividades desempenhadas pelas instituições federais de ensino superior.			
Programa		Código: 1073 Tipo: BRASIL UNIVERSITÁRIO			
Unidade Orçamentária		26240 - Universidade Federal da Paraíba			
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
213.111,04		150.000,00			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Continuação do Quadro 23 - Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – UFPB

4004 - SERVIÇOS A COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	4004 - SERVIÇOS A COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA				
Objetivo	Oportunizar ao aluno universitário a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a prestação de serviços sociais e integração entre a Instituição e a comunidade.				
Programa	Código: 1073 Tipo: BRASIL UNIVERSITÁRIO				
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
9.376,82		9.376,82			
4006 - FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	4006 - FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO				
Objetivo	Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.				
Programa	Código: 1375 Tipo: DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIE				
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
121.017,32		12.590,55			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Continuação do Quadro 23 - Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – UFPB

4008 - ACERVO BIBLIOGRAFIA DESTINADO AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	4008 - ACERVO BIBLIOGRAFIA DESTINADO AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS				
Objetivo	Possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino de graduação.				
Programa	Código: 1073 Tipo: BRASIL UNIVERSITÁRIO				
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
50.082,32		50.082,32			
4009 - FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	4009 - FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO				
Objetivo	Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.				
Programa	Código: 1073 Tipo: BRASIL UNIVERSITÁRIO				
Unidade Orçamentária	26240 - Universidade Federal da Paraíba				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.714.108,05	7.754,73	965.444,94			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Continuação do Quadro 23 - Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – UFPB

8429 - FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA					
Código		Tipo: ATIVIDADE			
Título		8429 - FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA			
Objetivo		Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.			
Programa		Código: 1061 Tipo: BRASIL ESCOLALIZADO			
Unidade Orçamentária		26240 - Universidade Federal da Paraíba			
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
281.157,83		77.171,72			

Fonte: CODEOR/PROPLAN



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 24 - Ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS – HULW.

AÇÃO 20RX - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	AÇÃO 20RX - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS				
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024				
Programa	Código: 2030 Tipo: EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, POS GRADUAÇÃO, ENSINO E PESQUISA				
Unidade Orçamentária	26371 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
505.947,64	220.829,16				
AÇÃO 4086 - FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS					
Código	Tipo: ATIVIDADE				
Título	AÇÃO 4086 - FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS				
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				
Programa	Código: 2030 Tipo: EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, POS GRADUAÇÃO, ENSINO E PESQUISA				
Unidade Orçamentária	26371 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira (Valores R\$ 1,00)			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
32.552,50					

Fonte: CODEOR/PROPLAN



3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Alguns fatores intervenientes no desempenho orçamentário foram especificados nos respectivos quadros das ações orçamentárias. Nessa seção discutiremos os aspectos macros do desempenho orçamentário da UFPB em 2016.

No que se refere ao orçamento para funcionamento geral da instituição, para quantificar a eficiência na execução deste item é necessário considerar, além dos valores aprovados pela LOA, os limites estabelecidos para empenho, os limites financeiros e, por fim, os valores efetivamente empenhados. Essas variáveis estão quantificadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Resumo geral dos valores de custeio e capital aprovados pela LOA, com os respectivos limites para empenho e valores empenhados, considerando as despesas discricionárias, exceto emendas e recursos próprios.

Rubrica	LOA (R\$)	Limite para Empenho (R\$)	Valor Empenhado (R\$)
Custeio	135.268.858,00	135.264.537,00	128.653.690,60
Capital	40.328.464,00	19.678.613,00	19.227.000,32

Fonte: CODEOR/PROPLAN

O limite para empenho é determinado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), vinculada ao MEC. Em 2016, o limite para empenho dos itens de custeio foi liberado, na sua totalidade, apenas na segunda quinzena de outubro de 2016, data muito próxima do término da execução do exercício estabelecida pela Portaria N^o. 5/2016 da referida subsecretaria. No que se refere a capital, o respectivo limite não atingiu 50% do valor estabelecido na LOA até o final o exercício, conforme mostrado na Tabela 2.

No que diz respeito aos limites financeiros, estes ocorreram ao longo de 2016 sempre em percentuais inferiores aos valores efetivamente liquidados, ocasionando atrasos nos pagamentos, gerando correções, multas, problemas com fornecedores e com as datas de entrega dos materiais, dentre outros transtornos.

Somam-se aos problemas econômicos enfrentados pelo país, a necessidade de adequação as normas ambientais e demais licenciamentos exigidos para execução de obras, a necessidade de pessoal qualificado para elaboração de processos licitatórios, dentre outros problemas que agrupados representam fatores intervenientes importantes para o desempenho orçamentário da instituição. Conforme mostrado em outras seções deste relatório, a UFPB tem investido na capacitação dos servidores e ampliado o quadro de pessoal para atuar nessa área.

Conforme mostrado na **Tabela 2** acima, dos valores previstos originalmente na LOA para custeio e capital, foram efetivamente liberados para empenho 100% e 48,8%, respectivamente. Do montante efetivamente disponibilizado, o percentual empenhado pela UFPB no exercício de 2016 em custeio e capital foi 95,1% e 97,7%, respectivamente.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

3.3.3 Restos a pagar de exercícios anteriores

Na Tabela 3 é mostrada a relação dos restos a pagar em exercícios anteriores na UFPB. Os empenhos inscritos e reinscritos em ambas as modalidades (processados e não processados) estão em consonância com a legislação vigente que regulamenta esse tipo de despesa.

Tabela 3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - UFPB

Restos a Pagar Processados (Valores em R\$ 1,00)					
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2016	
2015	7.603.576,53	7.572.157,72		31.418,81	
2014	322.658,07	318.656,59		4.001,48	
2013	184.122,38	179.885,86		4.236,52	
2012	211.830,03	186.490,52		25.339,51	
2011	25.187,33	500,00		24.687,33	
2010	1.480,00		1.480,00	0,00	
2008	1.096,00		1.096,00	0,00	
2007	52,00			52,00	
TOTAL	8.350.002,34	8.257.690,69	2.576,00	89.735,65	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2016	Liquidados	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2016
2015	59.499.032,84	28.287.174,56	27.910.305,87	6.601.328,79	24.987.398,18
2014	19.643.225,97	3.152.176,48	3.113.623,63	1.393.885,87	15.135.716,47
2013	22.624.493,64	1.246.961,66	1.241.355,17	3.901.218,81	17.481.919,66
2012	15.536.601,17	1.043.466,43	947.240,52	2.066.799,18	12.522.561,47
2011	4.832.063,78	147.688,69	147.688,69	2.108.694,73	2.575.680,36
2010	10.618.300,15			1.628.033,01	8.990.267,14
2009	125.663,25			78.026,82	47.636,43
TOTAL	132.879.380,80	33.877.467,82	33.360.213,88	17.777.987,21	81.741.179,71

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

Execução da UFPB, exceto o HULW

As despesas inscritas em restos a pagar, liquidadas e não pagas (despesas processadas) no período de 2012-2015, que correspondia ao maior montante (R\$ 8.322.187,01 e, portanto, 99,7% do total) tiveram um índice de execução superior a 88%, sendo que o ano de 2015 foi executado quase que na sua totalidade. O saldo remanescente do total inscrito em restos a pagar processados em 31/12/2016 corresponde a apenas 1,07% do montante em 01/01/2016.

Com relação às despesas empenhadas e não liquidadas (despesas não processadas), o percentual de liquidação e pagamento foi de cerca de 25% do montante inscrito, sendo que o saldo remanescente em 31/12/2016 corresponde a 61% do originalmente inscrito.

Os cancelamentos de restos a pagar não processados totalizaram o valor de R\$ 17.785.613,64 efetuados, principalmente, na natureza 33903007 - Gêneros Alimentícios e



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

33903941 – Fornecimento de Alimentação. Os motivos que levaram ao cancelamento foram: a Instituição possuir empenhos de 2016 para custear as mesmas despesas inscritas; não havia mais interesse da Administração no recebimento em virtude do atraso na entrega; e por algumas empresas estarem com impedimentos no SICAF.

Outro fator que merece destaque é o percentual do cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores não processados. O montante cancelado em 2015 foi de apenas R\$ 212.371,12 enquanto que em 2016 foram cancelados o valor total de R\$ 17.777.987,21. Esse resultado reflete o esforço institucional na análise crítica de todos em empenhos e consequência direta da criação do setor de cobrança de fornecedores.

Os empenhos inscritos como restos a pagar em exercícios subsequentes ocorrem por diversos motivos que envolvem desde a existência de contratos de obras não concluídas e com problemas jurídicos ainda não solucionados, equipamentos ainda não entregues, dentre outros fatores. O setor contábil e de compras da PRA tem unido esforços para execução plena destes itens.

Na Tabela 4 é mostrada a relação dos restos a pagar em exercícios anteriores do HULW. Os valores pagos dos empenhos inscritos em restos a pagar processados correspondem a 68% do montante total inscrito em 01/01/2016, sendo que o saldo remanescente corresponde a apenas 32% do valor original. Já para os empenhos não processados foram efetivamente pagos e liquidados cerca de 22% do montante originalmente inscrito no início do exercício de 2016. Para este item, foram reinscritos em 31/12/2016 cerca de 79% do valor do início do exercício.

Tabela 4 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - HULW

Restos a Pagar Processados (Valores em R\$ 1,00)					
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2016	
2015	675.219,32	615.081,24		60.138,08	
2014	95.639,80	95.378,41		261,39	
2013	1.034.791,92	545.579,22		489.212,70	
2012	32.588,43			32.588,43	
2011	11.737,95			11.737,95	
TOTAL	1.849.977,42	1.256.038,87	0,00	593.938,55	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2016	Liquidados	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2016
2015	2.576.064,99	1.685.055,27	1.656.475,83	2.930,93	916.658,23
2014	1.075.170,46	116.330,77	116.330,77	4.695,50	954.144,19
2013	7.026.764,15	795.267,48	710.308,58		6.316.455,57
2012	375.022,00				375.022,00
2011	700.153,87				700.153,87
TOTAL	11.753.175,47	2.596.653,52	2.483.115,18	7.626,43	9.262.433,86



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Fonte: Tesouro Gerencial 2016

3.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

Na Tabela 5 é mostrado um resumo dos instrumentos celebrados, bem como os montantes transferidos nos últimos três exercícios.

Tabela 5 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Universidade Federal da Paraíba - UFPB					
CNPJ	24.098.477/0001-10					
UG/GESTÃO:	26240/15231					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	0	0	0	0	0	0
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	1	1	1	291.560,00	291.560,00	291.560,00
Totais	1	1	1	291.560,00	291.560,00	291.560,00

Fonte: CODECON/PROPLAN

Conforme Tabela 5, foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica, Administrativa e Financeira, nº 01/2014 entre a Universidade Federal da Paraíba – UFPB e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN com o objeto de transferência de recursos financeiros da UFPB a UFRN com o objetivo de a execução do projeto intitulado “Cooperação Técnica para a implantação de sistemas informatizados de gestão e informações administrativas e de recursos humanos – SIPAC e SIGRH”.

Os repasses financeiros oriundo do orçamento fiscal e da seguridade social da União, citado no quadro, refere-se às parcelas dos exercícios de 2014, 2015 e 2016, totalizando R\$ 874.680,00 (oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais).

É importante citar que a Universidade Federal da Paraíba celebrou instrumentos de termos de cooperação técnica e científica sem transferência de recursos, assim como, protocolo de intenções. As informações sobre os instrumentos vigentes estão disponíveis no site desta Instituição, conforme o seguinte endereço: <http://www.PROPLAN.ufpb.br/PROPLAN/contents/documentos/12-12-2016-instrumentos-de-cooperacao.pdf>.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Foram, também, firmados instrumentos com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PacTecPB (CNPJ - 09.261.843/0001-16), sendo a Universidade Federal da Paraíba participe na condição de interveniente. Os recursos para a execução de tais termos foram advindos de órgãos públicos ou entidades privadas, não sendo repassados recursos pela UFPB.

3.3.4.1 Situação da prestação de contas e da análise das contas

Com relação a prestação de contas dos convênios celebrados com a UFPB, na **Tabela 6** é mostrado a relação das contas apresentadas no exercício.

Tabela 6 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: UFPB				
CNPJ: 24.098.477/0001-10		UG/GESTÃO: 153065/15231		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de Repasse	TED
Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
	Quantidade Reprovada	5		
	Quantidade de TCE instauradas	13		
	Montante Repassado (R\$)	21.563.552,20		
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	11		2
	Montante Repassado (R\$)	9.776.856,77		1.191.560,00

Fonte: DAC/CCF/PRA

DETALHAMENTO

- ♦ O montante repassado de R\$ 1.191.560,00, figurando em contas NÃO analisadas refere-se a uma parcela de R\$ 291.560,00 do TED N.º 01/2014 para UFRN e ao TED de 2010 no valor de R\$ 900.000,00.
- ♦ O montante repassado de R\$ 9.776.856,77, figurando em contas NÃO analisadas refere-se a 04 Convênios com as Fundações FJA e FUNAPE no valor de R\$ 3.490.754,00 que não foram apresentadas PC final e não foram instauradas TCE. Mais o valor de R\$ 6.286.102,77 que se refere a 07 Convênios com as Fundações FJA e FUNAPE que foram apresentadas PC final e ainda não foram analisadas.
- ♦ O montante repassado de R\$ 21.563.552,20 constante na coluna Convênios de Contas Analisadas refere-se a 05 Convênios com as Fundações FJA e FUNAPE no valor de 2.495.048,76, que foram apresentadas PC final e analisadas na DAC, porém, ainda não foram



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

instauradas TCE. Mais o valor de R\$ 19.068.503,44 que se refere à 13 Convênios com as Fundações FJA e FUNAPE que foram instauradas TCE em 2016.

Tabela 7 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00					
Unidade Concedente					
Nome: UFPB					
CNPJ: 24.098.477/0001-10			UG/GESTÃO: 153065/15231		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	Termo de Execução de Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			0
		Montante Repassado			0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			1
		Montante Repassado			583.120,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4		2
		Montante Repassado	3.490.754,00		1.191.560,00

Fonte: DAC/CCF/PRA

DETALHAMENTO

- ♦ O montante repassado de R\$ 583.120,00, figurando em contas NÃO prestadas refere-se a duas parcelas de R\$ 291.560,00 em 2016 do TED N.º 01/2014 para UFRN.
- ♦ O montante repassado de R\$ 1.191.560,00, figurando em contas NÃO prestadas de exercícios anteriores refere-se a uma parcela de R\$ 291.560,00 do TED N.º 01/2014 para UFRN e ao TED de 2010 no valor de R\$ 900.000,00.
- ♦ O montante repassado de R\$ 3.490.754,00, figurando em contas NÃO prestadas de exercícios anteriores refere-se a 4 Convênios com as Fundações FJA e FUNAPE que não foram apresentadas PC final e não foram ainda instauradas TCE.

Quanto ao quadro Resumo de Prestação de contas sobre transferências concedidas pela UFPB informamos que, em relação ao Exercício do relatório de gestão, não consta na DAC registro de convênio da UFPB enquanto concedente, nem Contratos de Repasse, apenas o TED supramencionado, cujo montante repassado foi de R\$ 583.120,00 em 2016, figurando em contas Não prestadas. Em relação a Exercícios anteriores, informamos que o montante na coluna TED refere-se aos repasses acima citados cujas contas não foram prestadas, bem como dos convênios



junto às Fundações FJA e FUNAPE cujas contas também não foram prestadas no total de R\$ 3.490.754,00. Informa-se que o convênio UFPB/FUNAPE nº 134/08 foi instaurado TCE, infere-se que a PC foi encaminhada diretamente à Comissão de TCE, assim como a dos Convênios UFPB/FJA nº 228/07 e 240/07, que totalizam R\$ 14.904.205,80.

Em relação à situação das análises das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão, a DAC concluiu a análise formal de mais cinco Convênios e foram registradas INADIMPLÊNCIAS no SIAFI no total de 21 Convênios em 2016, sendo alguns desses objetos de análise pela Comissão do TCE com renovação de registro de inadimplência, totalizando, até 31/12/2016, 52 convênios com análises formais concluídas e encaminhadas à Tomada de Contas Especial. Estão pendentes de análises formais 07 convênios e 22 contratos firmados com as duas fundações que até o final do ano passado não haviam enviadas as prestações de contas, em diversos momentos em exercícios e administrações diferentes. Observamos, nesta oportunidade, a ausência de prestação de contas por parte da FUNAPE dos convênios em que a mesma arrecadava as receitas e executava as despesas para realização dos cursos de pós-graduação autorizados pela UFPB. Nesta espécie de convênio, constatam-se cobranças através de Memorando DAC ao longo de vários exercícios, não há registro de recebimento de prestação de contas em condições de análise e, portanto, não sendo possível haver um pronunciamento conclusivo desta unidade técnica.

3.3.4.2 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A estrutura de pessoal da Divisão de Acordos e Convênios (DAC) é composta de 07 (sete) servidores, distribuídos nas seguintes atribuições: 01 diretor encarregado de analisar e autenticar as ações do setor; 02 responsáveis pelas análises das prestações de contas e pareceres técnicos de formulação e conclusão; 03 encarregados da execução contábil/financeira, envolvendo os programas governamentais, a exemplo de PRONATEC, PROEXT, PROAP, PRÓ-EQUIPAMENTOS, PNAE, UAB, REUNI, dentre outras descentralizações de diversos órgãos, envolvendo cada um, inúmeros projetos de execução de relatórios individualizados e, finalizando, 01 destinado ao gerenciamento dos processos do setor.

3.3.5 Informações sobre a realização das receitas

As composições das receitas da UFPB em 2016 foram arrecadadas por GRU e compõem a fonte de receitas próprias no orçamento da Unidade. Essas informações são detalhadas na Tabela 8 na qual é mostrada a receita prevista e arrecada por natureza de receita.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Tabela 8 - Receita Própria da UFPB - Receita Inicial X Receita Realizada

Receita	Discriminação	Previsão inicial da receita (R\$)	Receita realizada (R\$)	% Arrecadação
1000.00.00	Receitas Correntes	2.042.363,00	5.771.289,18	282,58%
1300.00.00	Receita Patrimonial	809.983,00	865.757,09	106,89%
1311.00.00	Aluguéis	809.983,00	865.757,09	
1400.00.00	Receita Agropecuária	44.249,00	79.090,00	178,74%
1400.00.11	Receita Agropecuária - Principal	44.249,00	79.090,00	
1600.00.00	Receita de Serviços	1.185.978,00	4.761.669,89	401,50%
1600.01.11	Serv. Administrativos e Comerciais	905.002,00	1.087.427,03	
1610.02.11	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	280.976,00	3.674.242,86	
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	2.153,00	64.772,20	3008,46%
1910.01.11	Multas Previstas em Legislação Especifica		64.772,20	
1921.01.11	Indenizações por danos causados ao Patrimônio Público	2.153,00		
1922.99.11	Outras restituições - Principal			
1922.99.12	Outras restituições - Multas e Juros		-	
7000.00.00	Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	707.825,00	82.702,50	11,68%
7310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.451,00		0,00%
7610.01.11	Serv. Administrativos e Comerciais gerais	703.374,00	82.702,50	11,76%
TOTAL RECEITAS		2.750.188,00	5.853.991,68	212,86%

Fonte: CODEOR/PROPLAN

A tabela acima apresenta o comparativo da expectativa de receita própria da UFPB com a receita realizada, no ano de 2016. A receita própria da Instituição representa um esforço para que se possa diminuir a total dependência do Orçamento do Tesouro.

As receitas correntes são compostas pelas receitas patrimoniais, que atingiram 106,89% do projetado para ano. As receitas da Agropecuária são relativas aos *campi* do interior, relacionadas às áreas de produção vegetal e animal que lá são desenvolvidas, e atingiu 178,74%. As receitas de serviços superaram a expectativa, atingindo 401,50% do projetado, fato ocorrido pela enorme concorrência obtida no concurso público realizado pela UFPB em 2016.

Compreendem ainda as receitas correntes o item Outras Receitas Correntes, que correspondem à parte de multas relacionadas a contratos e alugueis da instituição que resultaram em uma arrecadação de R\$ 67.772,20.

Nas receitas correntes Intra-Orçamentárias, houve uma superestimação da receita, tendo sido realizado apenas 11,68% do serviço.

De maneira geral, a UFPB atingiu 212,86% da sua receita própria projetada.



3.3.6 Informações sobre a execução das despesas

Nessa seção será apresentada a consolidação da execução das despesas pela UFPB e pelo HULW. A **Tabela 9** e **Tabela 10** detalham as despesas por modalidade de contrato na UFPB e HULW, respectivamente, enquanto que as **Tabela 11** e **Tabela 12** mostram as contratações por grupo e elemento de despesa na UFPB e HULW, respectivamente.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Tabela 9 - Despesas por modalidade de contratação - UFPB

Modalidade de Contratação	Despesa Executada/Empenhada				Despesa paga			
	2016 (R\$)	%	2015 (R\$)	%	2016 (R\$)	%	2015 (R\$)	%
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	72.944.866,90	5,204	81.710.913,24	6,254	31.855.446,02	2,362	28.332.382,61	2,286
a) Convite								0,000
b) Tomada de Preços	102.199,47	0,007	382.275,09	0,029	22.809,51	0,002		0,000
c) Concorrência	1.470.568,54	0,105	12.075.231,98	0,924	71.459,37	0,005	29.101,71	0,002
d) Pregão	71.372.098,89	5,092	69.253.406,17	5,300	31.761.177,14	2,355	28.303.280,90	2,284
e) Concurso								0,000
f) Consulta								0,000
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								0,000
2. Contratações Diretas (h+i)	42.033.032,61	2,999	37.248.353,37	2,851	36.418.542,89	2,701	28.255.765,41	2,280
h) Dispensa	21.689.482,56	1,547	33.228.501,15	2,543	20.180.720,29	1,497	26.381.385,44	2,129
i) Inexigibilidade	20.343.550,05	1,451	4.019.852,22	0,308	16.237.822,60	1,204	1.874.379,97	0,151
3. Regime de Execução Especial	22.775,25	0,002	31.034,07	0,002	22.775,25	0,002	30.989,75	0,003
j) Suprimento de Fundos	22.775,25	0,002	31.034,07	0,002	22.775,25	0,002	30.989,75	0,003
4.Pagamento de Pessoal (k+l)	1.239.656.787,11	88,442	1.157.020.784,91	88,554	1.239.575.641,29	91,921	1.156.590.936,37	93,317
k) Pagamento em Folha	1.237.809.715,72	88,310	1.155.358.526,28	88,426	1.237.737.399,26	91,785	1.154.954.749,85	93,185
l) Diárias	1.847.071,39	0,132	1.662.258,63	0,127	1.838.242,03	0,136	1.636.186,52	0,132
5. Outros	47.008.702,15	3,354	30.566.238,13	2,339	40.647.978,80	3,014	26.210.640,21	2,115
6.Total das Despesas da UPC	1.401.666.164,02	100,000	1.306.577.323,72	100,000	1.348.520.384,25	100,000	1.239.420.714,35	100,000

Fonte: Tesouro Gerencial 2015 E 2016, extraído em 07/02/2016

Execução da UFPB, exceto o HULW



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Tabela 10 - Despesas por modalidade de contratação – HULW (Valores em R\$ 1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa Executada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	0,00	13.001.639,87	0,00	10.529.680,35
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência		21.566,95		21.556,95
d) Pregão		12.980.072,92		10.508.123,40
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	0,00	6.693.135,46	0,00	5.940.717,60
h) Dispensa		6.117.935,19		5.513.835,69
i) Inexigibilidade		575.200,27		426.881,91
3. Regime de Execução Especial	2.478,51	47.980,39	2.478,51	45.049,46
j) Suprimento de Fundos	2.478,51	47.980,39	2.478,51	45.049,46
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	192.559.285,21	185.745.551,55	192.559.285,21	185.745.551,55
k) Pagamento em Folha	192.559.285,21	185.745.551,55	192.559.285,21	185.745.551,55
l) Diárias				
5. Outros	41.804,30	245.876,60	27.371,75	221.900,60
6. Total (1+2+3+4+5)	192.603.568,02	205.734.183,87	192.589.135,47	202.482.899,56

Fonte: Tesouro Gerencial 2015 e 2016
Execução do HULW



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Tabela 11- Despesas por grupo e elemento de despesa - UFPB (Valores em R\$ 1,00)

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	1.189.593.710,06	1.118.198.056,09	1.189.568.145,04	1.117.842.241,07	25.565,02	355.815,02	1.189.568.145,04	1.117.842.241,07
11 -Vencimentos e vantagens fixas - pessoa civil	617.860.002,67	584.019.180,14	617.860.002,67	583.774.716,23	0,00	244.463,91	617.860.002,67	583.774.716,23
01 - Aposent.RPPS, reser.remuner. e refor.militar	354.224.989,27	333.538.647,54	354.224.989,27	333.510.953,61	0,00	27.693,93	354.224.989,27	333.510.953,61
13 - Obrigações Patronais	122.275.041,74	115.470.483,31	122.273.144,62	115.469.994,86	1.897,12	488,45	122.273.144,62	115.469.994,86
Demais elementos do grupo	95.233.676,38	85.169.745,10	95.210.008,48	85.086.576,37	23.667,90	83.168,73	95.210.008,48	85.086.576,37
3. Outras Despesas Correntes	190.045.154,26	161.978.868,82	154.173.604,48	125.961.839,33	35.871.549,78	36.017.029,49	153.547.051,02	119.666.778,13
39 - Outros serviços de terceiros - PJ - OP.INT.ORB.	75.172.881,89	65.626.090,04	53.585.668,53	43.199.734,76	21.587.213,36	22.426.355,28	53.183.939,83	39.768.280,67
46 - Auxílio Alimentação	28.792.951,41	22.937.750,86	28.792.951,41	22.937.377,86	0,00	373,00	28.792.951,41	22.937.377,86
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	28.719.895,54	18.482.083,52	24.251.106,70	17.253.760,61	4.468.788,84	1.228.322,91	24.226.006,70	16.875.876,61
93 - Indenizações e Outras Restituições	14.158.862,67	11.686.456,26	14.158.862,67	11.686.456,26	0,00	0,00	14.158.862,67	11.686.456,26
30 - Material de Consumo	10.535.285,97	13.767.131,12	4.610.036,37	4.529.479,32	5.925.249,60	9.237.651,80	4.503.135,06	3.580.083,40
Demais elementos do grupo	32.665.276,78	29.479.357,02	28.774.978,80	26.355.030,52	3.890.297,98	3.124.326,50	28.682.155,35	24.818.703,33
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	22.027.299,70	26.346.398,81	5.591.313,22	3.220.210,48	16.435.986,48	23.126.188,33	5.405.188,19	1.911.695,15
52 – Equipamentos e Material Permanente	20.232.985,33	13.710.192,67	5.183.452,71	3.021.545,99	15.049.532,62	10.688.646,68	4.997.327,68	1.732.506,44
51 – Obras e Instalações	1.441.026,50	12.124.978,01	71.459,37	48.577,49	1.369.567,13	12.076.400,52	71.459,37	29.101,71
39 – Outros Serviços de Terceiros PJ – OP.INT.ORB.	330.478,36	511.228,13	313.591,63	150.087,00	16.886,73	361.141,13	313.591,63	150.087,00
92 – Despesas Ex.Anteriores	22.809,51	0,00	22.809,51	0,00	0,00	0,00	22.809,51	0,00
TOTAL GERAL	1.401.666.164,02	1.306.523.323,72	1.349.333.062,74	1.247.024.290,88	52.333.101,28	59.499.032,84	1.348.520.384,25	1.239.420.714,35

Fonte: Tesouro Gerencial 2015 e 2016

Execução da UFPB, exceto o HULW



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Tabela 12 - Despesas por grupo e elemento de despesa – HULW (Valores em R\$ 1,00)

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	174.022.644,80	171.542.081,66	174.022.644,80	171.542.081,66	0,00	0,00	174.022.644,80	171.542.081,66
11 –Vencimentos e vantagens fixas – pessoa civil	95.063.004,53	95.197.312,62	95.063.004,53	95.197.312,62	0,00	0,00	95.063.004,53	95.197.312,62
01 – Aposent.RPPS, reser.remuner. e refor.militar	47.628.157,21	43.747.925,17	47.628.157,21	43.747.925,17	0,00	0,00	47.628.157,21	43.747.925,17
13 – Obrigações Patronais	19.938.917,32	20.335.005,60	19.938.917,32	20.335.005,60	0,00	0,00	19.938.917,32	20.335.005,60
Demais elementos do grupo	11.392.565,74	12.261.838,27	11.392.565,74	12.261.838,27	0,00	0,00	11.392.565,74	12.261.838,27
3. Outras Despesas Correntes	18.580.923,22	33.793.820,47	18.566.490,67	31.488.615,12	14.432,55	2.305.205,35	18.566.490,67	30.940.817,90
48 – Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	9.799.796,88	7.034.286,26	9.799.796,88	7.034.286,26	0,00	0,00	9.799.796,88	7.034.286,26
46 – Auxílio Alimentação	4.423.755,51	3.846.793,10	4.423.755,51	3.846.793,10	0,00	0,00	4.423.755,51	3.846.793,10
47 – Obrigações Trib. E Contributivas – OP. Intra Orç.	1.960.968,70	1.406.282,86	1.960.968,70	1.406.282,86	0,00	0,00	1.960.968,70	1.406.282,86
93 – Indenizações e Outras Restituições	1.926.804,13	1.784.271,69	1.926.804,13	1.784.271,69	0,00	0,00	1.926.804,13	1.784.271,69
Demais elementos do grupo	469.598,00	19.722.186,56	455.165,45	17.416.981,21	14.432,55	2.305.205,35	455.165,45	16.869.183,99
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
52 - Equipamentos e Material Permanente	0,00	398.281,74	0,00	127.422,10	0,00	270.859,64	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2015 e 2016
Execução do HULW



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

3.3.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Do Quadro 25 ao Quadro 27 são mostrados os quantitativos para concessão, utilização e classificação dos suprimentos de fundos da UFPB nos exercícios 2016 e 2015. Esses mesmos quantitativos são mostrados para o HULW nos quadros subsequentes (Quadros 28-30).

Quadro 25 - Concessão de suprimento de fundos – UFPB (Valores em R\$ 1,00).

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	
2016	153065	PRA - REITORIA	0	0,00	15	22.775,25	3.357,83
2015	153065	PRA - REITORIA	0	0,00	10	20.584,21	5.000,00
	153073	CCA - UFPB	0	0,00	1	10.405,54	10.405,54

Fonte: SIAFI Operacional 2016 e 2015

Quadro 26 - Utilização de suprimento de fundos – UFPB (Valores em R\$ 1,00).

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	(a+b)
2016	153065	PRA-REITORIA	0	0,00	1	2.090,00	20.685,25	22.775,25
2015	153065	PRA-REITORIA	0	0,00	0	0,00	20.584,21	20.584,21
	153073	CCA/UFPB	0	0,00	0	0,00	10.405,54	10.405,54

Fonte: SIAFI Operacional 2016 e 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 27 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total (R\$)
153065	PRA - REITORIA	339030	04 - GAS E OUTROS	1.487,00
153065	PRA - REITORIA	339030	06 -ALIMENTO P/ ANIMAIS	110,00
153065	PRA - REITORIA	339030	07 - GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	5.554,28
153065	PRA - REITORIA	339030	16-MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.852,05
153065	PRA - REITORIA	339030	17 - MAT. DE PROC DE DADOS	1.005,00
153065	PRA - REITORIA	339030	19 - MAT DE ACOND. E BEM.	2.090,00
153065	PRA - REITORIA	339030	22-MAT DE LIMP E PROD DE HIG	121,26
153065	PRA - REITORIA	339030	23-UNIF, TEC E AVIAMENTOS	333,77
153065	PRA - REITORIA	339030	24-MAT P/MAN DE BENS IMOV	3.550,26
153065	PRA - REITORIA	339030	25-MAT P/MAN DE BENS MOV.	2.293,79
153065	PRA - REITORIA	339030	26-MAT ELET E ELETRONICO	1.533,55
153065	PRA - REITORIA	339030	28-MAT DE PROT E SEGURNÇA	234,90
153065	PRA - REITORIA	339030	29-MAT P/ AUDIO, VID E FOTO	497,00
153065	PRA - REITORIA	339030	39-MAT P/ MAN DE VEICULOS	341,50
153065	PRA - REITORIA	339030	42 - FERRAMENTAS	1.770,89
TOTAL				22.775,25

Fonte: SIAFI Operacional 2016 e 2015

Quadro 28 - Concessão de suprimento de fundos – HULW (Valores em R\$ 1,00).

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	
2016	153071	HULW	0	0,00	0	2.478,51	2.478,51
2015	153071	HULW	0	0,00		38.668,46	38.668,46

Fonte: SIAFI Operacional 2016 e 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 29 - Utilização de suprimento de fundos – HULW (Valores em R\$ 1,00).

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quant.	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	153071	HULW	0	0,00	0	0,00	2.478,51	2.478,51
2015	153071	HULW	0	0,00	0	0,00	38.668,46	38.668,46

Fonte: SIAFI Operacional 2016 e 2015

Quadro 30 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência – HULW.

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total (R\$)
153071-2016	HULW	339039	16	745,60
			50	873,20
			99	858,65
			37	1,06
153071-2015	HULW	339030	09	3.362,97
			15	258,00
			16	1.203,00
			17	226,00
			21	496,07
			22	1.346,00
			23	62,00
			24	4.551,85
			25	1.758,86
			26	4.891,96
			30	451,00
			36	1.708,04
			28	336,00
153071-2015	HULW	339039	39	520,00
			44	80,00
			59	270,00
			05	651,26
			14	5.203,53
			16	160,00
			17	600,00
			19	100,00
			20	650,00
			24	77,31
153071-2015	HULW	339039	37	228,93
			50	3.815,00
			63	300,00
			83	216,00

Fonte: SIAFI Operacional 2016 e 2015



3.4 Desempenho operacional

Nessa subseção serão demonstrados os resultados obtidos pela UFPB quanto à implementação do planejamento em relação às ações desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos e metas propostos no PDI 2014-2018, com a finalidade de se atender a Missão da universidade.

3.4.1 Ensino de Graduação

No **Quadro 31** são mostrados os parâmetros definidos pelo PDI 2014-2018 para quantificar o ensino de graduação na UFPB, com os respectivos valores em 2013 e a projeção para 2018; bem como os valores já alcançados em 2015 e 2016.

Quadro 31 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015 e 2016 para o Ensino de Graduação.

Parâmetros	PDI 2014-2018		Valores alcançados	
	2013	2018	2015*	2016
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	7.555	8.311	7.700	7.700
Número de alunos diplomados	2.862	3.578	1.470 ⁶	1.760
Número de Bolsas de Apoio (Estágio, PROLICEN, PIBID, Monitoria, PROMEB, PET, PROTUT)	2.289	2.747	2.034	2.034

Fonte: PRG (em 10/02/2017)

*Dado do Relatório de Gestão 2015.

As vagas ofertadas em 2015 foram mantidas em 2016, mesmo diante do cenário nacional de contingenciamento dos recursos para as IES. Porém, pelas regras do SisU, a efetivação dos alunos na instituição sofre uma rotatividade que afeta sobremaneira o preenchimento efetivo das vagas, sendo preenchidas 7.324 vagas, no que diz respeito a deslocamento e permanência de outras regiões, como podemos verificar em 2016. Outro fator que interferiu no preenchimento das vagas foi a greve docente. Muitos alunos optaram por outras instituições de Ensino Superior ou pelas instituições privadas.

Quanto ao aumento, em 2016, do número de alunos diplomados, este ocorreu, devido à greve, no ano de 2015, o que fez o período se estender até 2016. Consequentemente, a devida diplomação (colação de grau) dos alunos de 2015.1, 2015.2 e 2016.1 ocorreu em 2016.

As ações para a melhoria de ensino foram implementadas por meio da criação de programas como o PROTUT e o PROMEB; número maior de bolsas de monitoria e de PROLICEN;

⁶ O quantitativo informado refere-se aos alunos diplomados no período 2014.2. Devido à greve ocorrida no ano de 2015, só houve no ano a entrada dos alunos do período 2015.1, porém a devida diplomação destes (colação de grau) ainda ocorria no início de 2016, não tendo até o lançamento no SIMEC, dos indicadores TCU, o quantitativo fechado de alunos diplomados do período 2015.1.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

acompanhamento constante dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da instituição. Outro fator que contribuiu para um diagnóstico das dificuldades dos cursos de graduação é o estudo que descreve os percentuais de retenção e de evasão. A avaliação docente pelo discente é outro aspecto a ser considerado para a melhoria do ensino, porque possibilita o desenvolvimento de estratégias de auto avaliação, visando à efetivação de produtivas intervenções pedagógicas.

Com relação à aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias, vale ressaltar que, com a implantação dos módulos SIGAA acadêmico e SIGAA monitoria, a PRG passou a ter maior funcionalidade de suas ações. O SIGAA acadêmico permitiu uma maior transparência nos procedimentos acadêmicos de uma maneira geral, particularmente, o acesso às atividades no módulo EAD para todos os docentes da graduação presencial. A administração do “módulo monitoria” facilitou o processo de seleção de projetos e de alunos candidatos a monitores bolsistas ou voluntários.

3.4.2 Pós-Graduação e Pesquisa

No **Quadro 32** são mostrados os parâmetros definidos pelo PDI 2014-2018 para quantificar a Pós-Graduação e Pesquisa na UFPB, com os respectivos valores em 2013 e a projeção para 2018; bem como os valores já alcançados em 2015 e 2016.

Quadro 32 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015 e 2016 para a Pesquisa e Pós-Graduação.

Parâmetros	PDI 2014-2018		Valores alcançados	
	2013	2018	2015	2016
Número de cursos de Mestrado (acadêmico e profissional)	56	67	69	70
Número de cursos de Doutorado	32	38	38	38
Número dos cursos de mestrado e doutorado avaliados pela CAPES com conceitos acima de 4	54	59	56	61
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	4.064	4.877	4.978	4.730
Número de alunos titulados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	910	1.092	1.084	1.146
Número de Bolsas de Pesquisa (PIBIC, PIBITI, PIBIC-EM, PIBIC-AF, Jovens Talentos)	1.230	1.476	1.238	1.119

Fonte: PRPG

A seguir, discutiremos a evolução de cada um dos parâmetros mostrados no **Quadro 32**:

- ❖ **Número de cursos de Mestrado:** a UFPB atingiu e superou a meta proposta já em 2015. Apesar da crise econômica que ocorreu em 2015 e 2016, a UFPB continuou fomentando ações transversais de apoio à pesquisa e à pós-graduação, fazendo com que a comunidade se sentisse estimulada a propor e submeter novos APCNs e aprovando os mesmos. É importante salientar que atualmente já há um curso de mestrado a mais,



somando, assim, 71 cursos neste nível, uma vez que a proposta de APCN de Mestrado em Fonoaudiologia logrou aprovação pelo CTC-ES da CAPES. Além dessa proposta, houve mais três propostas, das quais uma foi negada e duas estão em análise pela área na CAPES.

- ❖ **Número de cursos de Doutorado:** a UFPB atingiu plenamente a meta já em 2015, e, em 2016, não houve aprovação de propostas de APCN em nível de doutorado. No entanto, em 2016, a UFPB submeteu uma proposta em nível de Doutorado (em Neurociência Cognitiva e Comportamento), a qual se encontra em análise pelo CTC-ES/CAPES.
- ❖ **Número dos cursos de mestrado e doutorado avaliados pela CAPES com conceitos acima de 4:** a UFPB atingiu a meta em 2016. Para este indicador, considera-se, como em anos anteriores, todos os cursos com Conceito CAPES igual ou superior a 4, cujo número do SNPG (código CAPES) pertença à UFPB. Assim, excluiu-se 13 cursos em associação/rede com outras instituições e cujo código SNPG não pertence a UFPB. Porém é de se ressaltar que, apesar do código SNPG não pertencer à nossa instituição, a UFPB aprovou e emite diplomas para todos eles.
- ❖ **Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado):** a UFPB ainda não atingiu a meta, porém, está muito próxima de fazê-lo. É importante ressaltar que, em 2015, a UFPB havia superado em 101 discentes da pós-graduação a meta proposta. Em 2016 o número de discentes nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) teve uma diminuição (em torno de 145 alunos). Isso foi, provavelmente, um reflexo de um corte de bolsas de pós-graduação (mestrado e doutorado) que ocorreu especificamente em 2016. Com uma menor oferta de cotas de bolsas, a procura de candidatos para o programa também decresceu, refletindo esta pequena diminuição no indicador. O alcance da meta deverá ser efetivado em 2017, pois, além de existir a possibilidade de retorno de parte das cotas de bolsas de mestrado e doutorado que foram suspensas em 2016, teremos cursos que entrarão em funcionamento com alunos matriculados para 2017.
- ❖ **Número de alunos titulados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado):** A UFPB atingiu, e superou em 54 titulações, a meta em 2016. Esse aumento no número de titulados se deve a vários fatores, a saber: a) aumento do número de cursos de pós-graduação ocorrido na UFPB nos últimos anos; b) aumento do quantitativo de docentes da instituição que participam nos programas de pós-graduação; c) aumento da capacidade de orientação nos cursos da instituição pela inclusão de novos docentes, entre outros fatores.
- ❖ **Número de Bolsas de Pesquisa (PIBIC, PIBITI, PIBIC-EM, PIBIC-AF, Jovens Talentos):** a UFPB teve 1.119 bolsistas de Iniciação Científica, considerando os diversos programas e modalidades, a saber: Iniciação Científica PIBIC (976), Iniciação Científica-Ações Afirmativas-PIBIC-AF (13), Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação-PIBITI (30) e Iniciação Científica do Ensino Médio-PIBIC-EM (100). Do montante das bolsas PIBIC, 508 foram financiadas pelo CNPq e 511 bolsas foram financiadas com recursos da UFPB. O número foi menor que em 2015, sobretudo em função de uma redução do número de



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

bolsas PIBIC e do PIBIC-EM pelo CNPQ (corte de cerca de 21% das cotas institucionais). A UFPB cobriu as cotas do PIBIC, porém, as cotas do PIBIC-EM não puderam ser repostas.

3.4.3 Extensão

Em relação à extensão, no **Quadro 33** são mostrados as informações referentes ao PROBEX, FLUEX e ao programa de extensão “UFPB no seu município”, comparativamente com os valores previstos no PDI e os resultados alcançados em 2015 e 2016.

Quadro 33 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015 e 2016 para a Extensão.

Programa	Parâmetro	PDI 2014-2018		Valores Alcançados	
		2013	2018	2015	2016
PROBEX	Número de Projetos	340	500	461	467
	Número de Estudantes Bolsistas	433	600	476	600
	Valor da Bolsa (R\$)	400,00	500,00	400,00	400,00
	Colaboradores Extensionistas	4.066	6.000	5.700	4.870
FLUEX	Nº Eventos apoiados	205	275	130	140
“UFPB no seu Município”	Nº de municípios com convênios e parcerias	09	61	12	12

Fonte: PRAC

No exercício 2016, alcançou-se 467 projetos de extensão aprovados no Edital Probex, o que corresponde a uma evolução de 37,4% em relação ao ano de 2013. Tal crescimento se aproxima da meta almejada para 2018, aonde restam apenas 6,6% para o seu alcance. Outro dado importante consiste no aumento no número de bolsas, que passaram de 443 para 600, representando 38,6% de acréscimo. Aliado ao aumento de projetos e bolsas, a seleção tem priorizado projetos que visem à articulação entre o conhecimento produzido na Instituição e a sociedade, buscando a melhoria para a qualidade de vida da população.

Há que se destacar que o aumento de projetos e bolsas ocasionou uma diminuição do número de atividades cadastradas no Edital Fluex, nos últimos anos, conforme explicitado na Tabela de Crescimento do Fluex. Ou seja, com mais bolsas um maior número de projetos que antes eram registrados no referido edital migraram para o Edital Probex.

O exercício de 2016 consolidou a UFPB no panorama nacional da Extensão, como a líder no ranking de programas e projetos aprovados no Edital Proext. Ao todo 41 programas e projetos desenvolveram importantes atividades com recursos do referido edital no montante de R\$ 4,7 milhões captados nos Editais 2015 e 2016, a serem executados no exercício 2016. Além disso, a UFPB captou R\$ 1,1 milhão no Edital Mais Cultura, classificada entre as 18 melhores notas do referido Edital.



Com relação ao aperfeiçoamento do gerenciamento dos projetos de extensão visando à construção de indicadores, a tabela que demonstra o crescimento do PROBEX nos aponta alguns avanços. A diminuição no número de colaboradores extensionistas foi reflexo do monitoramento das ações de extensão, aonde foi identificada a duplicidade de colaboradores que participavam de diversas ações no mesmo edital. A consequência da duplicidade inflacionava a carga horária da ação e os encargos docentes.

Salientamos ainda que o Programa “UFPB no seu Município” se consolidou como uma das principais linhas de ação da PRAC, tendo 12 municípios conveniados e em diversas ações isoladas realizadas em outros municípios. São eles: Alhandra, Alagoa Grande, Arara, Areia, Bananeiras, Bayeux, Cabedelo, Conde, Duas Estradas, Guarabira, João Pessoa, Pitimbu, Serra da Raiz e Sumé.

As parcerias do Programa “UFPB no seu Município” se fortaleceram com a criação do Fórum Estadual de Extensão, que reúne, além da UFPB, a UFCG, a UEPB, IFPB e UNIPÊ. As ações do Programa foram redistribuídas entre litoral e agreste, para a UFPB, UNIPÊ e IFPB, e as demais localidades, com a UFCG e UEPB. Sendo assim, a cobertura das ações de extensão abrange todo o estado da Paraíba.

É digno de nota que o Fórum Estadual ganhou um importante parceiro interestadual, a UFRN. Tal parceria buscará o atendimento de municípios que fazem fronteira entre os dois estados.

- Fatores que contribuíram:
 - Apoio da gestão nas ações de extensão;
 - Maior participação do comitê de extensão;
 - Apoio de todos os servidores da PRAC nos eventos promovidos na instituição, dentre outros;
 - Aumento da oferta de bolsas;
 - Captação de recursos externos;
 - Implantação do monitoramento das ações de extensão;
 - Eventos de disseminação da extensão universitária.
- Fatores que dificultaram:
 - Operacionalização do Sistema Sigproj (sistema de registro) devido à falta de suporte técnico pela UFMG;
 - A não contemplação na Matriz Orçamentária dos recursos para extensão ocasiona dificuldades;
 - Poucos técnicos para a realização do monitoramento (leitura de todos os relatórios parciais postados no sistema);



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

- A inclusão do orçamento do PROEXT na conta única limita a utilização de recursos para pagamento de diárias e locomoção;
- Dificuldades na execução orçamentária e financeira dos recursos, tendo em vista os entraves burocráticos e falta de estrutura/padronização de procedimentos e processos de trabalho na instituição;
- Poucos professores participam da avaliação dos projetos de extensão nos encontros de extensão.

3.4.4 Assistência estudantil

A política de assistência estudantil da UFPB tem como desafio assegurar a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes em condição de vulnerabilidade social. No **Quadro 34** são mostrados os quantitativos dos serviços ofertados pela UFPB no Restaurante e Residência Universitária.

Quadro 34 - Dimensão dos serviços oferecidos pela UFPB para Assistência Estudantil em 2016.

Restaurantes Universitários	Média de refeições servidas, por dia	8.000 refeições
	Restaurantes Universitários em pleno funcionamento, por <i>campi</i> :	<i>Campus I</i> – João Pessoa: 01 <i>Campus II</i> – Areia: 01 <i>Campus III</i> – Bananeiras: 01 <i>Campus IV</i> – Rio Tinto: 01 Total: 04
	Restaurantes Universitários em fase de finalização	<i>Campus IV</i> – Mamanguape: 01
Residência Universitária	Quantidade de estudantes assistidos em 2016	1.119 residentes
	Residência Universitária em funcionamento, por <i>campi</i>	<i>Campus I</i> – João Pessoa: 02* <i>Campus II</i> – Areia: 19** <i>Campus III</i> – Bananeiras: 10*** Total: 31
	Residência Universitária em estruturação, por <i>campi</i>	<i>Campus IV</i> – Mamanguape: 01 <i>Campus IV</i> – Rio Tinto: 01 Total: 02

(*) 1 (uma) MISTA e 1 (uma) FEMININA.

(**) Bloco A, B, C, (Bloco “S” – 6 blocos) - MASCULINA / Bloco D, E, G, + 7 casas – FEMININA.

(***) 4 (quatro) MASCULINAS, 5 (cinco) FEMININAS, e 1 (uma) MISTA.

Fonte: PRAPE

Especificamente no que diz respeito às metas do PDI para o período de 2014-2018 para assistência estudantil, no **Quadro 35** é mostrada esta comparação em relação aos resultados já alcançados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 35 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015 e 2016 para a Assistência Estudantil.

Parâmetros	PDI 2014-2018		Valores alcançados	
	2013	2018	2015	2016
Número de alunos atendidos/dia – Restaurantes Universitários	6.630	7.956	8.061	6.918
Número de alunos atendidos – Residências Universitárias	1.125	1.238	1.079	1.119
Número de alunos assistidos com auxílio-moradia/mês	726	944	1.201	2.390
Número de alunos assistidos com auxílio-alimentação/mês	1.186	1.423	1.582	2.431
Número de alunos com deficiência assistidos – Programa Bolsa Apoiador/mês	324	454	411	458

Fonte: PRAPE

A seguir, apresentaremos uma breve descrição dos parâmetros mostrados no **Quadro 35**.

- a) Número de alunos atendidos no restaurante universitário/dia:** 6.630/dia, em 2013, com meta de +20% até 2018. Atualmente os atendimentos no sistema tiveram picos de até 6.129 refeições/dia, café e lanche noturno apenas para residentes universitários;
- b) Número de alunos atendidos nas Residências Universitárias:** 1.125, em 2013, com meta de +10% até 2018. Até dezembro/2016 informamos o número de 1.119 alunos na condição de residentes universitários. Com os cortes em capital, não há planejamento neste momento para a criação de novas residências universitárias, apenas o preenchimento das vagas não ocupadas e a reestruturação das residências já existentes;
- c) Número de alunos assistidos com auxílio-moradia/mês:** 726, em 2013, com meta de +30% até 2018. Essa meta já foi superada. Até dezembro/2016 houve um quantitativo de 2.390 alunos beneficiados com este auxílio;
- d) Número de alunos assistidos com auxílio-alimentação/mês:** 1.186, com meta de +20% até 2018. Atualmente gerencia-se 2.431 alunos assistidos com o auxílio-alimentação, superando a meta estabelecida;
- e) Número de alunos com deficiência assistidos – Programa Bolsa Apoiador/mês** 324, com meta de +40%. A meta já foi superada no exercício 2016. Atualmente são assistidos 458 alunos, através do Comitê de Inclusão e Acessibilidade.

Algumas outras ações específicas estão em andamento na PRAPE, quais sejam:

- (i) Ampliação das políticas de assistência aos estudantes com deficiência:** apesar de o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) ter sido desmembrado da PRAPE desde 2014, esta Pró-Reitoria continua dando suporte de recursos humanos e financeiros às suas ações,



dentre estas ações destaca-se a atuação direta no processo seletivo dos alunos apoiadores e o aumento das vagas destinadas ao acesso de alunos com deficiência, bem como, de seus apoiadores ao Restaurante Universitário.

(ii) Contato com as Coordenações de Cursos: almejando atender aos objetivos propostos pela política de assistência e promoção ao estudante, a PRAPE iniciou o diálogo com as coordenações dos cursos de graduação, visando a um acompanhamento contínuo de todos os alunos assistidos, mediante instrumentos a serem elaborados em conjunto com as coordenações de curso; PRAPE/COAPE e a PRG. Tais procedimentos serão necessários para a permanência dos alunos assistidos. Deverão ser executados semestralmente, buscando, assim, cumprir as recomendações estabelecidas pelo PNAES. Uma vez que o número de servidores era insuficiente para atender a demanda, a PRAPE solicitou, junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFPB, a disponibilização de servidores para os quadros da PRAPE, cujo concurso para ampliação do número de servidores já foi efetivado, estando a UFPB em fase de convocação dos novos servidores.

(iii) Terceirização no Restaurante Universitário:

A Superintendência de Restaurantes Universitários (SRU), da Pró-Reitoria de Promoção e Assistência ao Estudante, é responsável pelo gerenciamento da oferta de refeições adequadas às necessidades nutricionais dos usuários nos restaurantes universitários, sendo um importante elo da política de permanência dos jovens na Instituição.

Atualmente dispõe de cinco restaurantes universitários, distribuídos em cada um dos *campi* da Instituição, dos quais quatro estão em pleno funcionamento e um em finalização. O maior, localizado no *campus* I, possui uma cozinha e dois refeitórios e tem capacidade para atender até 2.200 refeições por turno.

Desde novembro de 2015, com a assinatura do Contrato UFPB/PU de número 029/2015, entre a Universidade Federal da Paraíba e a empresa J. Marinho, com sede em Currais Novos, RN, para o fornecimento de refeições, incluindo produção, transporte e distribuição, esta Universidade passou de um modelo de auto-gestão, no qual a preparação e a distribuição eram realizadas por servidores do quadro, para o modelo de terceirização. Nesse novo modelo, a SRU passa a assumir o papel de fiscal do contrato e, como tal, age para garantir a sua adequada execução.

Os restaurantes universitários servem até quatro refeições diárias, desjejum, almoço, jantar e lanche noturno, sendo a primeira e a última, exclusivas para alunos residentes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

3.4.5 Biblioteca

A projeção para o acervo bibliográfico, por unidade acadêmica, projetado para o ano de 2016 e os valores alcançados são mostrados no **Quadro 36**.

Quadro 36 - Valores projetados e alcançados em 2016 para o acervo bibliográfico por Centro de ensino.

CENTROS	Valor projetado para 2016		ALCANÇADO EM 2016	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
CBIOTEC	60	302	16	123
CCA	212	1.059	5	62
CCAE	199	995	32	176
CCHSA	151	756	61	397
CCJ	182	908	—	—
CCS	333	1.664	91	268
CCTA	125	623	73	264
CCHL	605	3.025	79	502
CCEN	182	908	2	22
CCM	182	908	—	—
CCSA	274	1.369	5	22
CE	151	756	1	172
CEAR	121	605	—	—
CI	82	412	70	240
CT	333	1.664	—	—
CTDR	212	1.059	16	67
TOTAL	3.404	17.013	451	2315

Fonte: PDI UFPB 2014-2018 e Biblioteca Central

No **Quadro 37** é mostrada a projeção dos quantitativos de títulos e exemplares para 2016 previstos pelo PDI 2014-2018, bem como o valor total previsto para o investimento e os respectivos valores alcançados em 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 37 - Total investido na aquisição de acervo bibliográfico – projeção para 2016 e valor alcançado.

Ano: 2016	Títulos	Exemplares	Valor médio por exemplar (R\$)	Total (R\$)
Valor Projetado	3.402	17.011	80,00	1.360.880,00
Valor Alcançado	451	2.315	94,00	216.631,96

Fonte: PDI UFPB 2014-2018 e Biblioteca Central

Analisando os dados mostrados no Quadro 36 e Quadro 37, os números alcançados demonstram efetivamente os exemplares que foram entregues pelos fornecedores à Biblioteca Central (BC), e que, com isso, já se encontram disponíveis nas bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas/UFPB, ou que estão na BC em processamento técnico para posterior envio às Bibliotecas Setoriais ou acervo da BC.

Cabe ressaltar ainda que os itens e exemplares alcançados em 2016, ou seja, efetivamente entregues à BC, estão relacionados a empenhos dos três anos anteriores (2013, 2014 e 2015). Não há nenhum exemplar entregue em 2016 que faça parte de empenho do mesmo ano.

No ano de 2016 foram realizados diversos empenhos para a aquisição de material informacional, totalizando um valor de R\$ 1.754.640,44. Este valor diz respeito somente à aquisição de material informacional impresso. Para além disso, em 2016 foram realizados também empenhos para assinatura e/ou renovação de bases digitais (**Quadro 38**), que compreende um acervo de e-books, livros eletrônicos para acesso de toda a comunidade universitária, e até mesmo para o público em geral, com acesso na universidade. Os empenhos para as bases digitais totalizam um investimento da ordem de R\$ 489.894,54.

Quadro 38 - Assinatura e Renovação de Bases Digitais.

Base Digital	Finalidade	Empenho	Valor (R\$)
Cochrane Library-Wiley	Assinatura anual	2016NE800041	124.390,26
Sistema Target de Gerenciamento de Normas Técnicas	Renovação por 1 ano	2016NE800029	1.790,00
Base Proquest	Renovação por 1 ano	2016NE800065	173.714,28
Minha Biblioteca	Renovação por 3 anos	2016NE800037	190.000,00
TOTAL:			489.894,54

Fonte: Biblioteca Central/UFPB.

Considerando o momento delicado pelo qual as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vivenciam, com cortes e retenção de orçamentos, certamente trata-se de valor considerável, que terá como consequência positiva a atualização do acervo bibliográfico componente das bibliotecas, seja ele físico ou em meio eletrônico.

Os empenhos de 2016 só foram possíveis de serem realizados próximo ao final de ano, representando assim um fator que contribuiu para o não alcance da meta, de acordo com o que havia sido projetado para o ano de 2016, o que influenciou negativamente no demonstrativo dos



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

itens e exemplares efetivamente recebidos. Por outro lado, com os empenhos de 2016 esperamos que os números de 2017 demonstrem um quadro de livros recebidos com uma margem considerável de aumento.

A Biblioteca Central recebe da Administração Superior da UFPB a distribuição orçamentária para aquisição de acervo por centro de ensino. Cabe à BC fazer todo o procedimento de divulgação e comunicação dos empenhos para os centros de ensino e também para as respectivas bibliotecas setoriais.

A definição do material informacional a ser adquirido parte de cada departamento de curso. O que ressaltamos é a importância da atuação das bibliotecas setoriais na intermediação do processo de aquisição do material informacional, pois os bibliotecários lotados nestas bibliotecas setoriais atuarão como negociadores, em contato permanente com as direções de centro, os departamentos de curso e a BC, contribuindo efetivamente para uma melhor seleção do acervo a ser adquirido, resultando assim em sua melhor atualização e expansão.

A BC oferta serviços não apenas de exclusividade da comunidade universitária, mas também para o público em geral. Destacam-se os seguintes serviços:

Quadro 39 - Serviços oferecidos pela Biblioteca Central ao público geral.

Serviços oferecidos ao público geral
Ambiente de estudo com <i>wi-fi</i>
Consulta e pesquisa ao acervo
Acesso às redes de bibliografia (Catálogo Coletivo Nacional – CCN, Bibliodata, Biblioteca Virtual em Saúde - BVS e <i>Online Computer Library Center</i> – OCLC, SCAD/BIREME)
Comutação bibliográfica – COMUT/IBICT
Orientação sobre as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, para normalização de trabalhos acadêmicos
Acesso ao Portal de Periódicos da CAPES
Capacitação de usuários na modalidade presencial e <i>online</i>
Agendamento de auditório com capacidade para 50 pessoas, destinado a palestras, aulas e treinamentos
Visitas Dirigidas com público de escolas particulares e públicas
Acesso à Biblioteca Digital Institucional (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD) com a produção das Teses e Dissertações produzidas pelos programas de pós-graduação da UFPB
Livros em áudio (<i>Áudio books</i>) e acervo impresso em Braille para usuários com deficiência visual
Acesso à base de dados de texto completo – Livros eletrônicos (<i>ebooks</i>) na BC

Fonte: Biblioteca Central/UFPB

Em relação àquelas pessoas que possuem vínculo com a UFPB, a exemplo dos discentes, docentes e técnico-administrativos, além dos serviços mencionados acima, e que se aplicam ao público geral, a BC disponibiliza os seguintes serviços:



Quadro 40 - Serviços oferecidos pela Biblioteca Central aos usuários com vínculo institucional.

Serviços oferecidos aos usuários com vínculo institucional
Empréstimo do acervo documental aos usuários que possuem vínculo institucional
Serviço de renovação de livros online
Notificação via e-mail sobre prazo de devolução do empréstimo
Histórico de empréstimo de material
Elaboração de ficha catalográfica
Acesso a todas as bases digitais disponíveis através dos portais de pesquisa e/ou no seu perfil do SIGAA
Acesso ao conteúdo dos portais de pesquisa e portal de periódicos da CAPES fora do ambiente de rede da UFPB, sendo necessário apenas que o usuário baixe e instale o navegador Firefox UFPB e entre com os seus dados de <i>login</i> do SIGAA.
Visitas Dirigidas com usuários

Fonte: Biblioteca Central/UFPB

3.4.5.1 Pinacoteca

Foi criado o *site* da Pinacoteca, com um *link* de acesso no *site* da BC (www.biblioteca.ufpb.br). A gestão atual da Pinacoteca definiu para todo o ano de 2016 um conjunto de exposições. De acordo com a programação das datas e os conteúdos das exposições, é feita a devida comunicação à direção da BC.

A gestão da Pinacoteca é vinculada ao Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA). Apenas há a utilização do espaço físico (salão térreo) da BC por parte da Pinacoteca, para a realização de eventos e exposições, bem como a utilização de uma sala, para serviços de secretaria e armazenagem do acervo.

3.4.6 Internacionalização

A incorporação da temática da internacionalização como um dos temas fundamentais nos planos de aprimoramento da qualidade do ensino na UFPB tem ocorrido de forma contínua desde o início da atual gestão na direção desta Universidade, com a adoção de medidas e práticas observadas nas melhores Universidades de todos os continentes, especialmente, as europeias.

A dinâmica do processo de internacionalização do ensino superior na UFPB insere-se dentro de um contexto que exige a participação de todas as unidades individuais de ensino e pesquisa. O foco principal do processo é a formação internacional de estudantes, docentes e pessoal administrativo, de modo a integrar todas as formas de mobilidade acadêmica, colaboração em pesquisa e aspectos curriculares dos cursos.

Como resultado dessa iniciativa, algumas diretrizes devem ser observadas: a) cooperação através de convênios firmados com universidades estrangeiras; b) aumento do número de



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

estudantes de graduação e pós-graduação em intercâmbio internacional; c) aumento do número de docentes em intercâmbio internacional; d) desenvolvimento de programas e pesquisas internacionais de pós-graduação.

Como se depreende das considerações acima, o processo de internacionalização do ensino superior é uma tarefa bastante complexa e deve estar integrado na cultura organizacional da Universidade, reafirmando sua natureza internacional decorrente da universalidade intrínseca ao processo de geração e difusão do conhecimento.

A internacionalização da UFPB constitui uma das estratégias fixadas no Planejamento Institucional 2014-2018, com ações sob a responsabilidade da Assessoria de Assuntos Internacionais e outras sobre a tutela da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. No **Quadro 41** são mostrados os dados do PDI 2014-2018 para alguns parâmetros usados para quantificar as atividades de internacionalização da UFPB, com seus respectivos valores em 2013, projetados para 2018 e alcançados nos anos de 2015 e 2016. Uma análise dos resultados alcançados até o momento será apresentada nos parágrafos subsequentes.

Quadro 41 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015 e 2016 para o quesito Internacionalização das atividades da UFPB.

Parâmetros	PDI 2014-2018		Valores alcançados	
	2013	2018 (%)	2015	2016
Acordos e convênios firmados com universidades estrangeiras	50	+50	66	77
Número de estudantes da UFPB atendidos no programa PROMOBI	60	+100	47	33
Número de estudantes estrangeiros atendidos no programa PROMOBI	39	+100	40	61
Estudantes no Programa Ciências sem Fronteiras	444	+40	127	*

* Em 2016 não houve editais para estudantes no “Programa Ciências sem Fronteiras”.

❖ Acordos e convênios firmados com universidades estrangeiras

No que se refere à quantidade de Convênios de Colaboração entre a UFPB e outras universidades estrangeiras ou institutos de educação superior, este atingiu o número de 77 (setenta e sete) no final de 2016, ou seja, incremento de 54%, superior ao número de instituições internacionais parceiras previstas na meta para 2018.

É importante ressaltar que, além do número de convênios entre nossa universidade e outras instituições estrangeiras de ensino superior ser duas vezes e meia maior do que no início da atual administração, nesse período, foram também renovados muitos dos convênios existentes que tiveram o prazo de validade encerrado. Também foram assinados, nesse período, com algumas universidades, termos aditivos que introduziam novas



modalidades de interação e titulação internacional, como é o caso dos programas de dupla titulação e cotutela de teses doutorais.

Atualmente, temos cerca de uma dezena de nossos alunos realizando curso de doutorado nas principais universidades europeias em regime de cotutela e dupla titulação. Dentre as universidades parceiras, podemos destacar:

- Na França: *Sorbonne Nouvelle – Paris 3; Lorraine, e Grenoble;*
- Na Espanha: Barcelona, Granada, Complutense de Madri e Santiago de Compostela;
- Portugal: Universidade de Coimbra e Universidade de Lisboa.

As áreas de estudo desses programas de doutorado incluem o Meio Ambiente, Direito, Psicologia Social, Educação e Hidrologia.

❖ **Alunos em Intercâmbio**

Apesar do esforço despendido na difusão das possibilidades e importância do processo de mobilidade estudantil, o número de candidatos selecionados para o Programa de Mobilidade Internacional – PROMOBI, sofreu uma acentuada queda em relação ao número de 2013, passou de 60 para apenas 33, ou seja, uma queda de 45%. O principal motivo foi a queda do nível de renda da população, uma vez que os custos de viagem e estadia no exterior recaem sobre os familiares dos estudantes.

A confirmação desse fato pode ser visualizada no programa de bolsas oferecidas pelos Programas do Banco Santander, cuja demanda se elevou no período, elevando a concorrência entre os alunos.

No que se refere aos estudantes estrangeiros atendidos pelo programa PROMOBI houve um incremento pouco superior a 50% entre os anos de 2013 e 2016. O total de estudantes passou de 39, em 2013, para 61, em 2016, confirmando os esforços despendidos pela Assessoria Internacional, especialmente no que se refere à criação de uma página própria, bilíngue no site da UFPB (<http://www.ufpb.br/aai>).

❖ **Programa Ciências Sem Fronteiras**

O número de estudantes no Programa Ciências Sem Fronteira, alcançado em 2016, foi de 643 cotas. Porém, o Programa Ciências sem Fronteiras foi descontinuado pelo governo Federal já em meados de 2016 e não será mais fomentado em 2017.



3.4.6.1 Outras ações importantes para a Internacionalização das atividades da UFPB

❖ Melhorias na homepage da Assessoria Internacional

Como se sabe, na difusão do processo de internacionalização, a existência de uma página específica com informações em diversos idiomas sobre a universidade, os cursos oferecidos e o processo de mobilidade estudantil, constitui-se fator fundamental para seu sucesso.

Em março de 2016, foi iniciado um trabalho conjunto entre a Assessoria Internacional e a Superintendência de Tecnologia da Informação da UFPB, visando à elaboração de uma nova página para a AAI adequada aos padrões atuais de comunicação do Governo Federal.

Após um período de quatro meses, no dia 29 de julho de 2016, entrou no ar a nova página da AAI. Além de uma melhor distribuição das informações, esta conta agora com um conteúdo bilíngue ampliado compreendendo as informações pertinentes aos parceiros internacionais, bem como todo o segmento relativo às candidaturas de alunos estrangeiros a um período de mobilidade na UFPB. No total, são cinco páginas direcionadas às instituições Parceiras e 11 páginas com informações aos candidatos estrangeiros. Nestas últimas, os intercambistas encontrarão todas as informações necessárias para estudar em nossa universidade: formulário de candidatura, cursos oferecidos, qualificações para estágio em Medicina, estrutura da Universidade, sistema de notas, Calendário Acadêmico, acomodações, exigências de migração etc. O conteúdo direcionado aos candidatos estrangeiros possui um *link* de redirecionamento interno, para que o visitante possa transitar entre a página em português e o seu “espelho” em inglês.

Naturalmente, tanto nossos estudantes como nossos docentes e o corpo técnico poderão encontrar todas as informações atualizadas sobre as instituições parceiras e oportunidades de cursos e bolsas de estudo ofertadas.

❖ PROGRAMA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Como é amplamente sabido, todo processo de internacionalização deve estar apoiado num adequado Programa de Línguas Estrangeiras. No Brasil, em geral, e na UFPB, em particular, o principal programa de línguas foi criado como um apêndice do Programa Ciência sem Fronteiras e, no seu início, estava restrito apenas ao ensino do inglês e daí seu nome original – Inglês sem Fronteiras – IsF.

No entanto, devido ao seu sucesso nas universidades e a necessidade de expansão para incluir outros idiomas, adquiriu o seu título atual – Idiomas sem Fronteiras. Entre os idiomas incluídos no programa estão: o francês, o espanhol, o italiano, o alemão e o português para estrangeiros.



O programa Inglês sem Fronteiras teve seu início na UFPB em 2012, e as ações desenvolvidas incluem: aplicação de testes de proficiência– *TOEFL ITP*, aulas presenciais, e curso online (*My English Online*). Somente no primeiro semestre de 2016 foram aplicados 4.000 testes de proficiência. Os resultados desses exames têm possibilitado a participação da comunidade acadêmica nos cursos presenciais do IsF, editais de intercâmbios e servido de proficiência para cursos de pós-graduação.

Os cursos presenciais têm atendido estudantes de graduação e pós-graduação, além de servidores técnicos e professores, em 27 turmas com quatro horas semanais de inglês com certificação emitida pelo sistema IsF.

O IsF-UFPB tem construído importantes parcerias com outras instituições de ensino superior na Paraíba e também internacionais, como é o caso do Consulado Americano no Recife. Essa posição de destaque e pioneirismo do nosso programa IsF tem merecido atenção tanto em eventos nacionais, como internacionais. Prova disso é a escolha da UFPB para compor o grupo de 10 universidades (G 10) envolvidas no planejamento do programa nacional e a representar o Brasil na *TESOL Convention*, nos Estados Unidos, em 2016.

No que se referem aos demais idiomas, a evolução dos programas tem sido bem mais lenta. O mais adiantado deles é o Francês.

Quanto a esse programa também estamos bem colocados entre as universidades federais. Participamos, em março de 2016, da Chamada Pública 01/2016 do CGRIFES – Embaixada da França de adesão ao Programa de Leitores Franceses e fomos selecionados entre as nove instituições escolhidas para receber um leitor francês designado pelo Ministério Francês dos Negócios Estrangeiros por um período de nove meses de permanência (setembro de 2016 a maio de 2017).

Em relação aos demais idiomas, o programa se encontra em suas fases iniciais de planejamento, mas, mesmo naqueles em que não temos curso de licenciatura, como é o caso do alemão, já temos um representante credenciado na coordenação nacional para acompanharmos todo o desenvolvimento das negociações e planejamento.

❖ PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES, ENCONTROS E EVENTOS

A participação em associações internacionais, bem como a presença nos seus encontros anuais e eventos para promoção da internacionalização têm merecido a atenção da atual administração.

Além da participação em todas as reuniões do Conselho de Gestores de Relações Internacionais das Instituições Federais de Ensino Superior – CGRIFES, realizados no ano de 2016, a UFPB esteve presente na reunião anual da FAUBAI – Associação Brasileira de Educação Internacional, uma organização com mais de 200 membros institucionais, dedicada a melhoria do processo de internacionalização da educação superior brasileira, realizada na cidade de Fortaleza – CE, no período de 16 a 20 de abril de 2016.



Outra importante associação de universidades, a qual a UFPB também faz parte, é o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras – GCUB. Nesse último ano, estivemos presente no VIII Seminário Internacional e IX Assembleia Geral do Grupo, realizado na cidade de Parma – Itália, no período de 24 a 28 de outubro de 2016.

Cabe também mencionar que a UFPB é igualmente membro titular da Associação de Universidades de Língua Portuguesa – AULP. No entanto, por dificuldades administrativas e financeiras não temos participado dos encontros anuais dessa associação, que, devido ao seu caráter itinerante, tem se realizado em regiões bastante remotas para nós, como é o caso do XXVI Encontro da AULP, ocorrido em 2016, em Díli, no Timor Leste.

Ao se referir à participação em encontros internacionais deve ser destacada a necessidade e a importância da presença de nossa universidade em dois dos maiores eventos voltada para a introdução da visão internacional no setor de educação no mundo. Estes são: o Encontro Anual da NAFSA – *Association of International Educators*, dos Estados Unidos; e a Reunião promovida pela *European Association for International Education* (EAIE). Para isso, torna-se necessária a disponibilização recursos para diárias e passagens aéreas internacionais, de forma a aumentar sua visibilidade no plano externo e, conseqüentemente, ampliar o número de convênios de intercâmbio e possibilidade de um maior leque de deslocamentos internacionais para nossos professores, pesquisadores e estudantes. Especialmente através do desenvolvimento de projetos e pesquisas conjuntos com financiamento externo.

3.4.7 Recursos humanos

No **Quadro 42**, são mostrados nos parâmetros utilizados para dimensionar os Recursos Humanos na UFPB, com os respectivos valores em 2013, os projetados no PDI para 2018 e os alcançados em 2015 e 2016. Conforme pode ser visto o percentual de alcance das metas estipuladas para 2018 é superior a 87%, já tendo sido cumprida para um dos parâmetros (Número de servidores técnico-administrativos – Apoio) e tendo já atingido o percentual de 94% para o parâmetro “Número de docentes”.

Quadro 42 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e os valores alcançados nos anos de 2015 e 2016 para os parâmetros relacionados aos Recursos Humanos na UFPB.

Parâmetros	PDI 2014-2018		Valores alcançados	
	2013	2018	2015	2016
Número de docentes	2.381	2.619	2.435	2.473
Número de docentes com título de doutor	1.588	1.906	1.751	1.835
Número de servidores técnico-administrativos	3.734	4.107	3.584	3.572
Número de servidores técnico-administrativos – Superior	1.183	1.301	1.200	1.153
Número de servidores técnico-administrativos – Nível médio	2.290	2.519	2.155	2.203



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Parâmetros	PDI 2014-2018		Valores alcançados	
	2013	2018	2015	2016
Número de servidores técnico-administrativos – Apoio	261	274	229	216

Fonte: Siape dez/2016 (HU e UFPB)

Visando atender as diretrizes firmadas no PDI 2014-2018, serão descritas as ações realizadas, em 2016, por esta IFE, nas áreas de Desenvolvimento de Pessoas, Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho e de Gestão de Pessoas.

Área de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho:

No sentido da consolidação da política de atenção à saúde do servidor e à segurança do trabalho, contratou-se a empresa A&F Serviços de Medicina Ocupacional Ltda. (2016/2017), para fins de viabilização da realização dos exames médicos periódicos, bem como foram realizadas atividades relativas a atendimento, perícia médica (sendo 1.120 perícias singulares e 236 Juntas médicas), acolhimento multiprofissional e registros de 590 atestados no âmbito do SIASS/CQVSST/PROGEP.

Também foram realizadas ações de promoção e educação em saúde, por meio do Programa Bem Estar no Trabalho, com tratamento terapêutico para os servidores oferecido semanalmente de forma gratuita. No sentido de promover a saúde do servidor, realizamos as seguintes campanhas e ações:

- Janeiro Branco – Consultas e avaliações individuais do nível de estresse dos servidores;
- Carnaval Solidário – Doação de sangue, testagem HIV, distribuição de folders sobre paz no trânsito e contra a violência na mulher;
- Semana da Mulher da UFPB (Oficinas de Automaquiagem, Biodança e Defesa Pessoa; Circuito de Dança; Exposição dos Talentos da Mulher que faz a UFPB; Aferição de PA e Teste de Glicemia);
- Outubro Rosa – Iluminação Rosa das guaritas do *campus* I e Exposição “Famosas que Venceram o Câncer de Mama”.
- A Biodanza na Profilaxia do Estresse; Saúde Mental e Qualidade de Vida;
- Consciência Corporal e Bem-Estar – Tai Chi Chuan na Prática;
- Primeiros Socorros (*campus* I);
- Segurança do Trabalho (*campi* II e III);
- Ginástica Laboral – avaliação médica, do estresse, Biodança, Tai chi chuan (*campus* III);
- Semana da mulher;
- Contrato UFPB e UNIMED para oferta de planos de saúde;



- Renovação da adesão ao Plano Brasil de Saúde para os Servidores em Educação (MPOG e Aliança), com o objetivo de ampliar os serviços de assistência à saúde suplementar.

Na área de Segurança do Trabalho foi elaborado o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) de todos os *campi*, conforme as normas vigentes e a realização de perícias para fins de adicionais ocupacionais.

Área de Processos e Gestão de Pessoas:

A partir da consolidação de políticas de aperfeiçoamento das rotinas de trabalho, foi possível a reestruturação do Banco de Professor Equivalente, o que permitiu a recomposição da força de trabalho de professores efetivos por meio da posse de 106 docentes, bem como a contratação de 133 professores substitutos.

Foi realizado, com pleno êxito, concurso público que ofertou 154 vagas para Técnico-Administrativos, das classes C, D e E, o que permitiu a reposição da força de trabalho a partir da nomeação de mais de 220 novos técnico-administrativos que foram distribuídos obedecendo a critérios apresentados pela PROGEP e aprovados em duas reuniões do Conselho Técnico Administrativo da UFPB.

Visando modernizar os processos de gestão da folha de pagamento, criou-se aplicativo computacional que permite mais agilidade e segurança nos cálculos de dívidas de exercícios anteriores e finalizamos a implantação de todos os módulos do sistema SIGRH.

Continuando na busca pela melhoria dos processos de trabalho foram realizadas as seguintes ações:

- Elaboração de minuta-padrão de edital de concurso público e de processo seletivo para Professor Efetivo do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, como forma de dar mais agilidade e eficiência na abertura dos certames, uma vez que não será mais necessário submeter todas as minutas de editais à Procuradoria Jurídica da UFPB;
- Elaboração e aprovação da Instrução Normativa nº 07/2016, que regulamenta os procedimentos de contratação de professores substitutos desde a abertura de edital de Processo Seletivo Simplificado até a efetiva assinatura de contrato e lançamento na folha de pagamento;
- Elaboração e aprovação pelo CONSEPE de Resolução que trata de Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na carreira do Magistério Superior, alterando a redação original da Resolução CONSEPE nº 74/2013, dando assim maior transparência e segurança aos certames;
- Elaboração e aprovação pelo CONSEPE de nova Resolução que regulamenta os procedimentos de contratação de professores substitutos, desde a abertura de edital de Processo Seletivo Simplificado até a efetiva assinatura de contrato e lançamento na folha de pagamento, ora com Relator do CONSEPE para submissão ao Colegiado.



Por fim, destaca-se o desenvolvimento de Mapeamento de Processos dentro da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, o que possibilitará maior agilidade e eficiência nos processos de trabalho.

Área de Desenvolvimento de Pessoas:

Na busca da consolidação das políticas de Desenvolvimento do Servidor, foi realizada a revitalização da infraestrutura física e aquisição de equipamentos para o Centro de Desenvolvimento do Servidor Público (CEDESP).

A partir da elaboração de um Plano de Capacitação e Qualificação de Servidores, foi possível o aumento do montante de recursos, ações e número de vagas para capacitação e qualificação de servidores Docentes e Técnico-Administrativos, alcançando os números de 67 atividades realizadas, com capacitação de 1.669 servidores, inclusive com 40 vagas oferecidas em Pós-graduação *stricto sensu*.

Ainda no que diz respeito à educação continuada, foi realizada a aquisição do equipamento “Servidor-BLAD”, o que possibilitou o aumento da oferta de ações de capacitação no ambiente virtual de aprendizagem - MOODLE.

No que tange à Gestão de Desempenho dos Servidores, foi instituída de forma integrada a política de capacitação de pessoal e a gestão do desempenho laboral baseada no desenvolvimento de competências.

Efetivou-se também o desenvolvimento de Plataforma Eletrônica SGDCOM/SIGRH, o que possibilitou a realização, de forma inédita na Instituição, da elaboração de Planos de Trabalho Setoriais e Individuais por meio de plataforma eletrônica SGDCOM/SIGRH.

Realizou-se, pela primeira vez, processo seletivo de remoção interna para servidores técnico-administrativos (Edital PROGEP 01/2016), atrelado ao provimento de novos servidores nomeados a partir de concurso público, o que possibilitou uma melhor redistribuição da força de trabalho dentro das demandas institucionais e observando os ambientes organizacionais.

3.4.8 Acessibilidade

Com relação à política de inclusão da UFPB, destinada ao atendimento de pessoas com deficiência, no ano de 2016, segue a descrição conforme diretrizes propostas e ações desenvolvidas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 43 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e as ações desenvolvidas em 2016 com relação à Acessibilidade.

Diretrizes gerais no PDI 2014-2018	Ações desenvolvidas
1. Acompanhar e avaliar o ingresso, o acesso, a permanência, o processo de aprendizado e a conclusão de estudantes com deficiência objetivando garantir as condições adequadas para o melhor desenvolvimento acadêmico e profissional;	Com relação ao Ingresso, realizamos uma parceria junto à PRG e a partir deste ano (2017) o CIA passou a fazer parte da ação de cadastramento dos estudantes com deficiência na UFPB. Desse modo, passou-se a realizar um acolhimento personalizado dos estudantes com deficiência, apresentando aos mesmos o trabalho do CIA e fazendo o agendamento das avaliações iniciais. O processo de aprendizado, a permanência e a conclusão têm sido acompanhados através das ações do Programa do Estudante Apoiador e das ações do Grupo de Trabalho de Acessibilidade Pedagógica que faz parte do CIA.
2. Estimular e fortalecer a articulação entre os serviços e setores de diferentes áreas de formação e atuação da UFPB e as parcerias interinstitucionais para fortalecer as práticas inclusivas intra e extra universidade.	O Comitê mantém parceria direta com: - as coordenações dos cursos que têm estudantes com deficiência matriculados; - realiza reuniões periódicas para instruir os docentes acerca das formas metodológicas e didáticas mais apropriadas para intervir juntamente com os estudantes com deficiência; - encaminha as pessoas com deficiência para atendimento na clínica de terapia ocupacional, de fonoaudiologia, de psicologia, de psicopedagogia e de fisioterapia, além de encaminhar para avaliação e acompanhamento para diferentes áreas médicas do Hospital Universitário; Há parcerias diretas também com a STI, PRA, PRG, PRPG, PRAPE e Prefeitura Universitária; - Externamente: - Temos um assento no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência; - Realizamos palestras em escolas da rede pública e privada destinada à divulgação das ações do CIA e incentivar os estudantes com deficiência a prestarem o ENEM para entrarem na UFPB; - Realizamos eventos internos e contamos com a colaboração direta da instituição Helena Holanda.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Diretrizes gerais no PDI 2014-2018	Ações desenvolvidas
3. Desenvolver e executar ações para eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação visando garantir o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, fortalecendo as ações dos grupos de trabalho que compõe o CIA.	<p>Durante o ano de 2016:</p> <ul style="list-style-type: none">- Com relação às barreiras atitudinais: realizaram-se campanhas de sensibilização de fluxo contínuo, em todos os <i>campi</i> da UFPB, nas entradas e também nas salas de aula, através de panfletagem;- Foi realizado ações em todos os <i>campi</i> para comemorar o dia da luta das pessoas com deficiência;- No que se refere às barreiras de comunicação: fez-se uma parceria direta com STI e foi possível desenvolver ferramentas para que o módulo SIGAA se tornasse acessível para os estudantes e docentes com deficiência visual; cobrimos todos os eventos solicitados através do formulário da página do CIA, com a participação de interpretes de LIBRAS;- Com relação às barreiras pedagógicas: foram realizadas reuniões e orientações aos coordenadores de curso e aos docentes dos estudantes com deficiência acerca de metodologias apropriadas para se trabalhar com este público; participação nos processos seletivos dos programas de pós-graduação, nos quais candidatos surdos se inscreveram; produção de um livro que deverá ser lançado este ano, com o relato das experiências dos membros do CIA que podem subsidiar práticas inclusivas no ensino superior;- Apoiamos e participamos de um congresso internacional realizado na UFPB para discutir arte e inclusão;- Promovemos um congresso de libras para discutir as ações inclusivas destinadas às pessoas surdas na graduação e pós-graduação;- Com relação às barreiras arquitetônicas, realizamos um diagnóstico de situação nos <i>campi</i> de Areia e Bananeiras;
4. Estimular e acompanhar a construção do Centro de Inclusão, cujo projeto arquitetônico está concluído. Este centro abrigará todos os serviços que atendem às pessoas com deficiências na UFPB;	<ul style="list-style-type: none">- Estamos trabalhando para conseguir o financiamento através da Reitoria a fim de levantar a edificação, visto que o projeto arquitetônico já está concluído.
5. Implementar e expandir a oferta de cursos	<ul style="list-style-type: none">- Apoio à PROGEP (Pró Reitoria de Recursos



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Diretrizes gerais no PDI 2014-2018	Ações desenvolvidas
para qualificação de recursos humanos visando a atender às demandas acadêmicas das pessoas com necessidades especiais;	Humanos) na oferta de cursos de libras para a capacitação da comunidade acadêmica; - Participamos de um curso de extensão promovido pelo Departamento de Habilitação Pedagógica do Centro de Educação a fim de capacitar pessoas para atuar com diferentes tipos de deficiência;
6. Fazer o levantamento das demandas arquitetônicas de cada <i>campi</i> e investir em ações para eliminar as barreiras dessa natureza, priorizando a construção de trajetos de rotas acessíveis e de estações urbanas;	Realizamos um levantamento das barreiras arquitetônicas dos <i>campi</i> II (Areia) e III (Bananeiras) e mapeamos o <i>campus</i> I com relação às principais demandas. Em 2017, atuaremos juntamente à Prefeitura Universitária a fim de eliminar as principais barreiras nos pontos onde há maior circulação de pessoas com deficiência.
7. Estimular a criação de grupos de pesquisa e a articulação entre os existentes, para desenvolver estudos e tecnologias com abordagem interdisciplinar voltada para as demandas e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.	- Criou-se um grupo de pesquisa envolvendo pesquisadores de diferentes áreas (terapia ocupacional, pedagogia, arquitetura, mídias digitais, ciência da computação) a fim de operacionalizar um projeto de mapeamento do <i>campus</i> e de construir ferramentas e aplicativos acessíveis para as pessoas com deficiência se locomover pelo <i>campus</i> I de forma mais independente. - Há um grupo aonde atuam os representantes surdos do CIA e os interpretes de libras juntamente com a equipe da Biblioteca Central que visa à construção de ferramentas acessíveis ao público surdo para atuar em portais de pesquisa.
8. Criar vagas para concurso público para intérpretes de Libras, técnicos educacionais especializados em braile, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, pedagogo, psicopedagogo e arquiteto para compor o seu quadro permanente do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, cumprindo, assim, o disposto na resolução de criação do mesmo e ofertando, desse modo, o suporte necessário ao atendido das demandas específicas do público em questão;	- Foram disponibilizadas quatro vagas para interpretes de libras e quatro vagas para revisores braile, sendo que seis pessoas destas oito vagas já assumiram e iniciaram seus trabalhos em dezembro de 2016. Continuaremos trabalhando para as demais vagas sejam preenchidas com concursos.
9. Implantar e acompanhar as ações	No <i>campus</i> de Bananeiras foi criada a subsede



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Diretrizes gerais no PDI 2014-2018	Ações desenvolvidas
referentes à criação das subsedes do Comitê de Inclusão e Acessibilidade nos <i>campi</i> de Areia, Bananeiras, Litoral Norte e CTDR, de modo que as necessidades da comunidade acadêmica de cada um desses locais possam ser atendidas em seus próprios <i>campi</i> ;	do CIA com espaço físico próprio e onde estão lotados os equipamentos de tecnologia assistiva. Para o ano de 2017, há previsão de ser criada a subsele física no <i>campus</i> de Areia e, para 2018, a de Rio Tinto e Mamanguape (Litoral Norte). No CTDR, temos funcionado dentro da biblioteca setorial.
10. Investir em campanhas para sensibilização da comunidade acadêmica acerca da eliminação das barreiras atitudinais, com enfoque, na conscientização do direito de ir e vir de todos;	Tem-se realizado ações permanentes de panfletagem, sensibilização em sala de aula, divulgação das ações do Comitê e da necessidade das mudanças atitudinais; - Realizou-se, em 2016, participação efetiva na recepção dos feras de diversos cursos e centros, divulgando o trabalho do CIA e sensibilizando sobre o respeito às diferenças; - Estamos desenvolvendo uma parceria direta com a TV UFPB, através da participação de interpretes de libras em alguns programas educativos;
11. Investir na publicação de materiais destinados aos docentes que atuam com os estudantes que apresentam deficiências com a finalidade de promover orientações e capacitação para a atuação com o referido público e;	- Publicamos mensalmente materiais na página do CIA (www.ufpb.br/cia), na seção manuais, materiais que orientam sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior; - Será lançado um livro digital, com previsão para abril de 2017, acerca das experiências que temos na inclusão de pessoas com deficiência; - Estamos com a previsão de lançar uma revista interinstitucional digital para divulgação do trabalho do CIA;
12. Manter e fortalecer a parceria com a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante buscando continuar os investimentos no Programa de Estudante Apoiador, iniciativa que vem ofertando um apoio pedagógico e de locomoção entre os estudantes com e sem deficiência.	O Programa de Apoio ao Estudante com deficiência continua sendo realizado em parceria com a PRAPE, que é a financiadora do mesmo. A pedido do TCU, incluímos mais uma etapa que se trata da avaliação socioeconômica dos candidatos a apoiadores e, deste modo, a COAPE (órgão vinculado à PRAPE), através do trabalho das assistentes sociais, realiza esta avaliação.



3.4.9 Integração Universidade-setor produtivo

Conforme consta no PDI 2014-2018 da UFPB, “A integração universidade-setor produtivo” é viabilizada através do Instituto de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP), Agência UFPB de Inovação e “Projeto UFPB em seu Município” desenvolvido através da PRAC.

3.4.9.1 Ações desenvolvidas pelo IDEP

As ações previstas no PDI 2014-2018 juntamente com as principais ações desenvolvidas pelo IDEP/UFPB durante o ano de 2016, com os possíveis fatores que contribuíram ou dificultaram tais ações, são apresentados nos tópicos logo abaixo. As referidas ações, conforme previstas no PDI 2014-2018, foram desenvolvidas visando à ampliação dos impactos das atividades científicas e tecnológicas no desenvolvimento do estado da Paraíba no intuito de promover interação com o setor produtivo.

I - Ações Previstas e Realizadas no PDI 2014-2018/IDEP/UFPB

i. Consolidar a atuação dos laboratórios no âmbito do IDEP

Nos anos de 2015 e 2016 foram feitos levantamentos dos insumos para suprimento dos laboratórios vinculados ao IDEP/UFPB, resultando na abertura e acompanhamento de diversos processos de aquisições. Contudo, apesar da melhoria oferecida pelo sistema de aquisição de materiais proporcionado pelo SIPAC, as aquisições planejadas para o referido período foram executadas parcialmente em virtude de impedimentos de ordem administrativas do órgão responsável pelos processos licitatórios.

Do ponto de vista de andamento das obras para conclusão dos espaços físicos definitivos dos laboratórios vinculados ao IDEP/UFPB, a consolidação da atuação dos laboratórios no âmbito do IDEP/UFPB não foi realizada, devido, sobretudo à dependência de infraestrutura física, uma vez a grande maioria dos espaços físicos originais previstos para tal atividade não foi concluído. Todavia, foi notória a contribuição dada pela Reitoria, como contrapartida prevista no projeto de implantação do IDEP/UFPB, que propiciou a conclusão do Laboratório do Tecnologia de Solos e Produtos de Origem Vegetal e Animal (LTSPOVA). O referido Laboratório encontra-se prestes a ser inaugurado. Contrapartida da Reitoria para a conclusão do Laboratório do IDEP em Areia (LTSPOVA). Por outro lado, o bloqueio de recursos destinados à execução das demais obras foi o principal fator que limitou a consolidação da atuação dos laboratórios no âmbito do IDEP/UFPB.

ii. Criar uma agenda de pesquisa para o Estado

Dentre as ações realizadas no intuito de criar uma agenda de pesquisa para o estado da Paraíba, no ano de 2016, destacam-se a prorrogação da vigência dos Contratos de Nº 30/2014-PRA e 31/2014-PRA, respectivamente, com as empresas THONSON REUTERS SERVIÇOS ECONÔMICOS LTDA.. e FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES (FUNARBE), para o ano de 2017. A



Thomson Reuters é uma empresa especializada em serviço de conteúdo econômico-financeiro denominado EIKON; é acessada via internet através de senhas individuais. Por outro lado, a Fundação Arthur Bernardes permite a liberação de acesso ao conteúdo das seções para assinantes – BUSCA, DESTAQUES, PERFIL DO USUÁRIO E FÓRUM – da base de dados disponíveis no SISTEMA FINANCIAR – Sistema de busca, via web, que disponibiliza para pesquisadores, professores, gestores e empresários, informações sobre fontes financiadoras para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

Contribuiu para realização destas ações, a disponibilização de recursos por parte da Reitoria ao IDEP/UFPB, garantindo a continuidade destas ações e a boa prestação destes serviços por parte das empresas fornecedoras. Dessa forma, ficou garantido aos pesquisadores envolvidos o acesso pleno a informações socioeconômicas tabuladas do estado da Paraíba, o que indubitavelmente contribuirá para o crescimento e a periodicidade continua das pesquisas em prol da Paraíba. De maneira oposta, a falta de espaço adequado para utilização das plataformas foi um complicador. Por conta desse fator, foi necessária a alocação em ponto fora do IDEP/UFPB, estando tais plataformas alocadas atualmente no CCSA/UFPB.

iii. Aumentar o número de municípios paraibanos diretamente atendidos

Dentro desta ação, o IDEP/UFPB através do trabalho da pesquisadora Rejane Gomes Carvalho, fomentou a realização, no mês de outubro de 2016, do evento "Desempenho do município de João Pessoa: discutindo indicadores socioeconômicos", como parte das atividades do projeto de extensão "Elaboração de Diagnósticos socioeconômicos de municípios paraibanos", apoiado pelo IDEP. Na programação do referido evento foram discutidos diversos indicadores socioeconômicos para o município de João Pessoa, tais como: demografia e indicadores sociais, atividade econômica, mercado de trabalho, finanças públicas, meio ambiente; como também o acesso à diversas fontes de dados. Dessa forma, o desempenho socioeconômico do município de João Pessoa foi observado a partir de diferentes indicadores, objetivando a construção de um diagnóstico que se torne facilitador na compreensão das questões que envolvem o processo de construção da gestão municipal, especialmente, nas áreas de educação, trabalho, economia e finanças públicas. Além de pesquisadores de outras Instituições e representantes da sociedade civil, também estiveram presentes professores e alunos de outros projetos de extensão ("É preciso falar de política" - Curso de Direito/CCJ; "Observatório da gestão municipal" - Economia/CCSA e "Divulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável" - Relações Internacionais/CCSA). Dessa forma, o evento em questão propiciou uma rica discussão junto à sociedade e possibilitou outras inserções através da participação de pesquisadores dos projetos de extensão "Elaboração de Diagnósticos socioeconômicos de municípios paraibanos" e "Inserção da mulher no mercado de trabalho".

O evento foi um piloto que deve ser levado nos anos seguintes a outros municípios do estado da Paraíba. Neste, assim como em outros eventos, o IDEP tem atuado como agente



facilitador, atuando desde a reserva do local para a realização até o fornecimento de materiais para apoio e divulgação institucional do(s) evento(s).

iv. Ampliar o acesso das empresas, cooperativas e associações da Paraíba aos serviços ofertados

No dia 26 de setembro de 2016, a UFPB celebrou a parceria entre o IDEP/UFPB e a empresa Conductor, líder nacional no setor de tecnologias e soluções em pagamentos. Nesta parceria alunos da UFPB serão capacitados para desenvolverem tecnologias na área de pagamentos e, em contra partida, a empresa doou cerca de R\$ 60.000,00 em materiais e equipamentos para a UFPB, como também pagará bolsas para todos os alunos envolvidos, além de abrir a possibilidade de contratação desses alunos ao terminarem o curso. A expectativa é a contratação de cerca de 50 profissionais em três anos. Toda capacitação ocorrerá no ambiente chamado Conductor Lab situado no prédio do Laboratório de Eficiência Energética na Unidade de Mangabeira da UFPB, e está sendo coordenada pela própria empresa e pelos professores pesquisadores Alisson Brito e Tiago Nascimento, do Centro de Informática. Por ocasião da celebração do convênio, o Conductor Lab foi apresentado aos primeiros alunos bolsistas e entregue à UFPB com a presença do CEO e autoridades da universidade.

Em outra ação realizada, após ser provocado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), através de Carta de Intenções, aonde tornava claro o interesse na realização de parceria para desenvolvimento de projetos conjuntos com a UFPB; por intermédio do IDEP/UFPB, foi cadastrado no dia 04 de outubro de 2016, através do Processo 23074.065922/2016-70, proposta de parceria entre o IEL/FIEP e a UFPB, através do IDEP, objetivando a colaboração em projetos de inovação, capacitação e desenvolvimento científico-tecnológico do setor industrial da Paraíba. O processo encontra-se em tramitação junto à Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN).

Outros convênios encontram-se em vias de discussão. Assim, constata-se como ponto positivo da gestão IDEP/UFPB 2016, que, apesar das dificuldades durante a tramitação interna dos processos, sua equipe devidamente capacitada permitiu que fosse efetivamente cumprida a ação de “ampliar o acesso das empresas, cooperativas e associações da Paraíba aos serviços ofertados”, conforme previsto no PDI 2014-2018.

v. Apoiar parcerias entre empresas e órgãos públicos

Tomando por base as ações já descritas como realizadas no item iv deste relatório, evidencia-se que a gestão IDEP/UFPB 2016, cumpriu plenamente a ação de “apoiar parcerias entre empresas e órgãos públicos”, conforme previsto no PDI 2014-2018. Merece destaque como facilitador da realização de tal ação, o fato do IDEP possuir uma equipe devidamente capacitada; por outro lado, a falta de espaço para realização de reuniões foi um complicador para realização das ações.



vi. Atuar na divulgação e difusão, licenciamento e transferência do conhecimento e demais inovações tecnológicas protegidas pela UFPB

Atuando nesta ação, o Ministério Público Estadual, tendo como parceiros o Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba e o Laboratório de Transparência Pública (LabTransp)/UFPB, lançaram o Hackfest Contra à Corrupção, cuja abertura ocorreu no dia 07 de outubro de 2016, no Auditório da Central de Aulas da UFPB. Nos dias seguintes a competição aconteceu no Laboratório de Inclusão Digital do CCSA/UFPB. O evento objetivou incentivar o controle social através da criação de aplicativos para celulares e computadores que ajudam a combater a corrupção. O evento, que foi um sucesso, contou com o apoio de vários parceiros, quais sejam: a Rede Paraíba de Comunicação, Controladoria Geral da União (CGU), CCSA/UFPB, Soma Brasil, UFPB, Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA), FOCCO, Laboratório Analytics, além de docentes, discentes e servidores da UFPB.

Outra atuação se deu através da Diretoria do IDEP/UFPB, que promoveu no mês de novembro de 2016 o evento “I Fórum Paraibano de Ciência, Tecnologia e Inovação”. O evento foi realizado no Auditório da Reitoria da UFPB, *campus I*, João Pessoa – PB e contou com a presença dos renomados palestrantes Dr. Claudio Marinho (“Porto Digital, Recife: Não parece com os parques tecnológicos que você conhece” - Porto Digital Recife/PE) e Dr. Milton Mori (“Inovação e Empreendedorismo: A Experiência da Unicamp” Inovação e Empreendedorismo: A Experiência da Unicamp” - INOVA/UNICAMP), que proferiram palestras relacionadas à Ciência, Tecnologia e Inovação. O evento destacou-se pela oportunidade única concebida a UFPB de alavancar Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento do estado da Paraíba, propiciando o acesso a iniciativas e experiências de transferência de tecnologia, inovação e empreendedorismo. Contribuiu para o sucesso desta ação, a experiência da equipe IDEP/UFPB na organização e apoio a outros eventos. Não houve dificuldades, uma vez que o evento foi planejado com bastante antecedência, propiciando o tempo adequado para garantir a execução de todas as etapas necessárias ao bom andamento e êxito esperado do evento.

vii. Estruturar incubadoras de empresas

Boa parte das atividades de estruturação das incubadoras de empresas não foi realizada por dependência de infraestrutura física, uma vez que nenhum dos espaços previstos para tal atividade foi concluído. Um complicador que dificultou o bom desenvolvimento dessa ação foi o bloqueio de recursos destinados à execução da obra onde ficará sediada a incubadora de empresas.

Por outro lado, entendendo que a UFPB é detentora de muitas tecnologias protegidas e que seus atuais grupos de pesquisas podem corroborar para o avanço nacional em termos de inovação e, levando em conta que com os atuais avanços no Código Brasileiro de Inovação, em particular o Novo Marco Legal da Pesquisa, Ciência e Inovação (Lei nº 13.242/2016), faz-se necessário a regulamentação interna de muitos processos de licenciamento, que podem travar a



incubação de empresas "startups" e a criação de "spin offs"; o IDEP/UFPB participou da discussão inicial da Minuta da Lei de Inovação da UFPB que atualmente se encontra em tramitação junto ao CONSUNI. Como ponto positivo dessa ação, destaca-se o avanço obtido na regulamentação da Lei de Inovação na UFPB. Por outro lado, a pouca abertura para discussão do documento enviado ao CONSUNI nas fases seguintes de seu desenvolvimento foi um ponto negativo.

3.4.9.2 Ações desenvolvidas pela Agência UFPB de Inovação (Inova)

A INOVA-UFPB foi criada pela Resolução 41/2013 e regulamentada pela Resolução 08/2014 do Conselho Universitário (CONSUNI-UFPB) como órgão suplementar da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e as suas finalidades compreendem planejar, coordenar e controlar todas as atividades de inovação tecnológica, a exemplo de incubações de empresas de base tecnológica, propriedade intelectual, transferência e licenciamento de tecnologias mantidas pela UFPB. São objetivos inerentes a INOVA-UFPB:

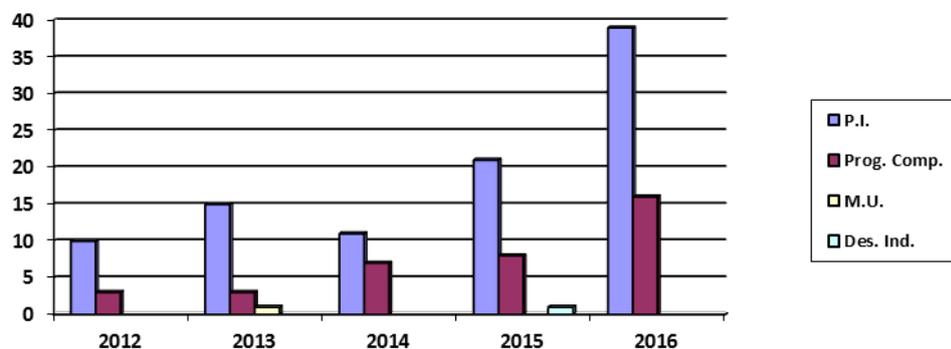
- a) Implementar a política de propriedade intelectual da UFPB, aprovada pelos órgãos superiores, apoiando o registro, licenciamento e comercialização de resultados de pesquisas e difusão dos conhecimentos tecnológicos protegidos na UFPB;
- b) Estruturar, apoiar, estimular e aprimorar o papel da Incubadora de Empresas de Bases Tecnológicas das criações protegidas e mantidas pela UFPB;
- c) Estimular parcerias entre empresas e órgãos públicos com a universidade e atuar na divulgação, difusão, licenciamento e transferências dos conhecimentos e inovações tecnológicas protegidas pela UFPB;
- d) Estabelecer parcerias estratégicas com empresas e entidades públicas e privadas intensivas em inovação e conhecimento tecnológico protegidos pela UFPB;
- e) Estimular a ação conjunta da UFPB com entidades públicas e privadas na área de formação de recursos humanos, nas suas diversas modalidades, fortalecendo os laços da Universidade com seus parceiros; e
- f) Promover ações na UFPB atuando em conjunto com órgãos da instituição, municipais, estaduais e nacionais, com o objetivo de desenvolver o Parque Tecnológico da UFPB.

A INOVA-UFPB mantém os seguintes documentos sob a proteção da “Propriedade Intelectual”: Programas de Computador, Marcas e Patentes. Além desses, são passíveis de proteção: Desenho Industrial, Topografia de Circuito Integrado e Cultivares.

Durante o período de 2012 a 2016 foram registrados, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, 96 patentes de invenção, 37 programas de computador e 01 desenho industrial. O gráfico abaixo apresenta a evolução das proteções sob responsabilidade da INOVA-UFPB.



Gráfico 1: Evolução da PI no NIT-UFPB (ou atual INOVA-UFPB)



Entre a evolução anual de 2012 a 2016 observa-se um aumento na média de proteções intelectuais. Entre 2007 a 2010 protegeu-se uma média anual de 3,25 patentes e 1,75 programas de computador. Já no segundo quadriênio de análise, se percebe uma média de proteção anual de patentes igual a 19,2, um quantitativo considerável. O volume de proteções de programa de computador também se elevou em sua média anual, chegando a 7,4 por ano. De todo o modo, se percebe que em nenhum dos anos há expressão de proteções equivalentes ao nível de produtividade acadêmica da UFPB. Percebe-se também que todas as proteções recentes (desde 2006) são do *campus* I, sendo necessário o incentivo aos pesquisadores dos outros *campi* para que também protejam suas criações. Tais esforços têm sido realizados com a instituição de representações da INOVA-UFPB em cada um dos *campi*.

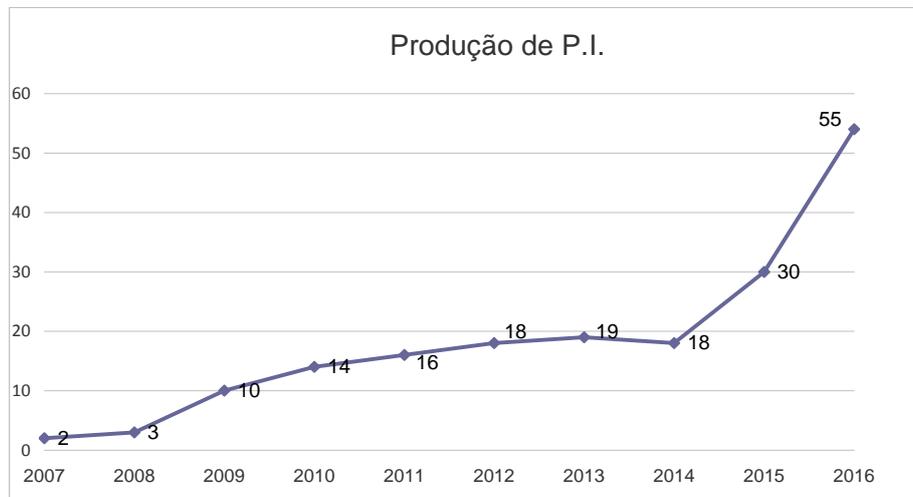
Durante o período de 2012 a 2014 verifica-se que não há um aumento significativo dos registros de propriedades industriais. Os investimentos em disseminação da cultura da inovação na universidade, em seus *campi*, refletiram frutos crescentes até que em 2016 foi possível atingir a adesão destacada dos pesquisadores. Dessa forma, quase 55 proteções intelectuais foram efetivadas, fruto das pesquisas da universidade.

Apesar das limitações de pessoal a INOVA-UFPB se mostrou um agente capaz de contribuir fortemente com a proteção das tecnologias geradas na UFPB. Ações de gestão e de disseminação maciça da proteção da propriedade intelectual realizada pela diretoria da INOVA-UFPB e a criação das salas de videoconferência em todos os *campi* refletiu na melhoria dos indicadores no ano de 2016. A criação da Premiação de Inovação Tecnológica Prof. Delby Fernandes de Medeiros foi outra ação positiva realizada nos anos de 2015 e 2016.

O gráfico 2 mostra uma tendência de estabilização na produtividade da Propriedade Industrial na UFPB durante os anos de 2012 a 2014, entretanto em 2015 e 2016 há um aumento muito significativo, sendo em 2015 foram realizados 30 registros e em 2016 foram 55 registros no INPI. Também é observado um aumento de produtividade de pesquisa de base tecnológica entre a UFPB e outras Instituições de ensino e pesquisa (UFPI, UFPA, UFS, UFRPE, UFPE), resultando seis pedidos de patentes e sete registros de softwares, tendo pesquisadores da UFPB como inventores (co-titularidade).



Gráfico 2: Propriedade Industrial anual da UFPB de 2007 a 2016



No PDI 2014-2018, para o alcance das metas, foram propostas 23 ações para o período 2014-2018 referente ao desenvolvimento da Propriedade Industrial. Para alcançar as metas têm sido realizadas demandas para cada uma das ações propostas no PDI, descritas no quadro abaixo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 44 - Comparação entre as metas do PDI 2014-2018 e as ações desenvolvidas em 2016 pela Agência UFPB de Inovação Tecnológica.

Ações propostas no PDI 2014-2018	Demandas realizadas
Ação 1: Manter e ampliar o atendimento rotineiro, presencial e virtual, voltado à orientação de inventores referente à redação e registros de patentes;	Foi mantido e ampliado o atendimento rotineiro, presencial e virtual, voltado à orientação de inventores referente à redação e registros de patentes. Como resultado, houve um grande crescimento. Entre 2007 e 2010 protegeu-se uma média anual de 3,25 patentes e 1,75 programas de computador e no segundo quadriênio há uma média de proteção anual de patentes igual a 19,2, e o volume de proteções de programa de computador também se elevou em sua média anual, chegando a 7,4 por ano.
Ação 2: concretizar fisicamente a INOVA-UFPB como um ambiente propício e adequado a inovação na UFPB;	A Inova-UFPB vem buscando adequar as necessidades de ações condizentes com o espaço físico, necessitando de uma estrutura apropriada para alojar uma secretária, quatro diretorias, uma sala de reunião/negociação/vídeo conferencia e um ambiente para dar suporte aos inventores, relacionado à busca de anterioridade e redação de patente. Entretanto devido à falta de recursos financeiros ainda não foi possível concretizar fisicamente a INOVA-UFPB.
Ação 3: prospectar demandas de produtos tecnológicos e buscar pesquisadores da UFPB interessados em desenvolvê-los;	Através de ações como as palestras de divulgação e incentivo à Propriedade Industrial, tem-se realizado prospecções de produtos tecnológicos, principalmente no desenvolvimento de pesquisas de pós-graduação.
Ação 4: consolidar a Agência como um canal para a contribuição à inovação tecnológica nas empresas pelo estabelecimento de parcerias de extensão tecnológica;	Um avanço no sentido consolidar parcerias de extensão tecnologia foi a criação da Rede NIT-Paraíba. Nesse sentido a INOVA vem consolidando parcerias de integração com o sistema FIEP-PB, além de participar de ações com o Governo do Estado da Paraíba, apresentando o portfólio para o setor produtivo, registrando premiações na área de materiais e produtos farmacêuticos. A INOVA-UFPB vem atuando e intermediando diversos acordos de sigilo de pesquisas com o setor produtivo. Durante o exercício de 2013 a 2016, seis acordos de sigilo foram celebrados ou foram mantidos, sendo duas com a Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda., e duas com a Aché Laboratórios Farmacêuticos. Também



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Ações propostas no PDI 2014-2018	Demandas realizadas
	foram celebrados dois acordos, um sobre privilégio de invenção e desenvolvimento de software, respectivamente com a Universidade de São Paulo – USP e com a Universidade de Brasília – UNB e atualmente há em edição um protocolo de sigilo tecnológico com a empresa BioZeus para viabilizar a transferência de produtos farmacêuticos,
Ação 5: aumentar a cultura de inovação e transferência de tecnologia através de palestras (graduação, pós-graduação e pesquisadores), e criação de um laboratório de ideias criativas com finalidade de aprender todas as etapas necessárias para o entendimento de uma ideia se tornar uma inovação;	Ações visando aumentar a cultura de inovação e transferência de tecnologia foram realizadas, principalmente em palestras nos <i>campi</i> da UFPB. Para tanto, durante o exercício de 2013 a 2016 a INOVA-UFPB realizou minicursos, palestras e participou de mesas redondas como ação para a difusão da propriedade industrial na UFPB, sendo dois minicursos, sete palestras e duas mesas redondas.
Ação 6: criar o Programa capacitação de ideias inovadoras prática na UFPB através do SIGAA;	Ações em andamento para serem incorporadas no SIGAA.
Ação 7: realizar palestras e divulgação sobre o que é transferência de tecnologia (“o que ganhamos com isso?”), ou seja, transformando propriedade intelectual em negócios no âmbito da UFPB nos diversos <i>campi</i> ;	Similar ao item “ação 5”. Para isso, foi realizado Workshop, com a presença de técnicos especializados em conhecimentos do arcabouço legal de inovação tecnologia, técnicos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, FIEP e empresários; WORKSHOP – UFPB –FIEP-EMPRESAS – 21 e 22 de OUTUBRO de 2016, no CT-UFPB, bem como o I WORKSHOP DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO PARAIBANO, de 21 a 22 de outubro de 2013 no Auditório da Reitoria da UFPB/João Pessoa-PB, em parceria com a FIEP-PB, além de outros eventos.
Ação 8: estabelecer ligação entre os laboratórios (pesquisadores) de pesquisa e indústria, principalmente pequena e médias empresas para incrementar a transferência das tecnologias desenvolvidas na UFPB;	Devido à falta de estrutura operacional ainda não foi possível concretizar, porém dentro das ações previstas, vislumbram-se ações como a realização de eventos e a participação de demandas juntamente com o IDEP e no projeto “O Plano de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável para os Arranjos Produtivos Locais da Paraíba (Plades)”.
Ação 9: desenvolver: atividades de consultoria, de sensibilização, coordenação das relações laboratório de	Atividades realizadas por meio de visitas e palestras às coordenações e centros dos <i>campi</i> .



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Ações propostas no PDI 2014-2018	Demandas realizadas
pesquisa/empresa/governo assegurando e firmando contratos de confidencialidade, know-how e licenciamento para a transferência de tecnologia;	
Ação 10: reciclar conhecimentos sobre a evolução tecnológica recentes de interesses das empresas como ponta de lanças para futuras transferências de tecnologias e licenciamento;	<p>No sentido de Reciclar conhecimentos, INOVA-UFPB participou de reuniões da Rede NIT-Nordeste para tratar dos projetos relacionados à gestão da Propriedade Industrial para o desenvolvimento e apoio aos Núcleos de Inovação Tecnológica de IFE's da Região Nordeste. Além disso, foi editado um livro com o título "Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação Tecnológica nas Instituições de Ciência e Tecnologia do Nordeste do Brasil" a ser publicado em breve. Um capítulo inteiro deste livro (A Inovação Tecnológica na Universidade Federal da Paraíba, é o título) foi dedicado ao resgate de parte da história da inovação na UFPB desde 1980 até os dias atuais pelo Prof. MSc. Cleverton Rodrigues Fernandes (atualmente Doutor).</p> <p>A INOVA-UFPB também participou do projeto de desenvolvimento de Núcleos de Inovação da Rede NIT-NE pelo Edital de NITs - MCTI/SETEC/CNPq Nº 92/2013. No referido edital foram aprovados recursos na ordem de R\$ 1.500.000,00, que foram gerenciados pelo NIT-UFPB.</p> <p>Fora isso, diretores da INOVA-UFPB visitaram outros IFEs para conhecer boas práticas de gestão da propriedade intelectual. O Prof. MSc. Cleverton Rodrigues Fernandes visitou a Université Montpellier 2 Sciences Et Techniques, entre os dias 29 de setembro e 03 de outubro de 2014, a Agência UFRJ de Inovação, entre 18 e 19 de abril de 2016, a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica da UFMG, entre 20 e 22 de abril de 2016, a Agência de Inovação da UFPR, entre 25 e 26 de abril de 2016, a Agência de Inovação da UNICAMP, entre 26 e 27 de abril de 2016, e a Agência USP de Inovação, entre 28 e 29 de abril de 2016. As visitas realizadas no ano de 2016 tiveram auxílio</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Ações propostas no PDI 2014-2018	Demandas realizadas
	financeiro do CNPq por meio da Chamada CNPq/MCTI Nº 25/2015 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas; enquanto que a visita à universidade estrangeira, em 2014, foi efetivada com recursos próprios do servidor. Já o Prof. Dr. Rosivaldo de Lima Lucena fez uma visita em parceria com o IDEP/UFPB à UFMG. Tratou-se de uma visita de cooperação técnica ao BHTec (Parque Tecnológico de Belo Horizonte) e ao Parque Tecnológico de Viçosa entre 23 a 25 de outubro de 2014.
Ação 11: estabelecer parceiras nos organismos públicos, empresas técnicas, associações de comerciais e profissionais;	Foram iniciadas as articulações para as parcerias.
Ação 12: criar o Regimento Interno para a Inovação;	Nesse sentido, a INOVA-UFPB realizou a redação da Minuta do Regimento Interno para a Inovação na UFPB, que se encontra em avaliação pela procuradoria Jurídica e com um relator do CONSUNI-UFPB.
Ação 13: colocar a disposição da Indústria a través da interlocução com pesquisadores, instrumentos de produção desenvolvida em conjunto para assegurar a modernização e a reconversão de setores industriais, favorecendo o surgimento de uma nova capacidade de produção de maior valor agregado;	Devido à falta de estrutura operacional ainda não foi possível concretizar diretamente e individualmente essas ações. Entretanto as demandas já realizadas como os Workshops com o setor produtivo e governamental constituem os primeiros passos.
Ação 14: participar do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia representando a UFPB;	Anualmente a Inova/UFPB vem participando do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologias, como membro do FORTEC, como ação de fortalecer e ampliar o conhecimento para a transferência de tecnologias para o setor produtivo.
Ação 15 adquirir Software sofisticado para a busca de patentes e produtos a nível mundial;	As solicitações dos softwares já foram realizadas e, após os procedimentos licitatórios, será possível licenciar os referidos softwares.
Ação 16: criar o Conselho Ad Hoc e do incentivo ao empreendedorismo;	Devido à falta de estrutura operacional ainda não foi possível concretizar.
Ação 17: contribuição à inovação tecnológica nas empresas pelo estabelecimento de parcerias de extensão tecnológica;	Devido à falta de estrutura operacional ainda não foi possível concretizar
Ação 18: apoiar projetos de desenvolvimento com foco na inovação e na sustentabilidade;	Demanda que vem sendo realizada na difusão da Propriedade Industrial como workshops, seminários, desafios etc.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Ações propostas no PDI 2014-2018	Demandas realizadas
Ação 19: estimular a busca de investimentos e empreendimentos para a região, com foco na inovação e na sustentabilidade;	Demanda que vem sendo realizada na difusão da Propriedade Industrial como workshops, seminários, desafios etc.
Ação 20: promover ações que possam incentivar nos alunos de graduação da UFPB, indistintamente estando ou não ligado a programas ou projetos Institucionais, para a criação inventiva;	Devido à falta de estrutura operacional ainda não foi possível concretizar. Entretanto é demanda da INOVA abrir o edital como forma de estímulo para despertar nos alunos de graduação o interesse pela Propriedade Industrial.
Ação 21: incentivar e apoiar a formação empreendedora (workshops, seminários, desafios, etc.); apoiar a criação de habitats de inovação (pré-incubadoras, incubadoras, apoio à implantação de parques tecnológicos) Institucionalização das empresas juniores;	Demanda que vem sendo realizada na difusão da Propriedade Industrial como workshops, seminários, desafios etc.
Ação 22: promover a difusão dos mecanismos e dos benefícios financeiros e sociais gerados pela propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a universidade e para a sociedade, através ações presenciais e a distância;	Demanda que vem sendo realizada na difusão da Propriedade Industrial como workshops, seminários, desafios, etc.
Ação 23: promover o fortalecimento das ações de incubação de empresas de base tecnológica da UFPB, aumentando a capacidade de incubação da INOVA-UFPB.	Reuniões com o IDEP, por exemplo, já permitiram elaboração de uma minuta de resolução.

Fonte: Inova

3.4.9.3 Ações desenvolvidas através do Programa “UFPB em seu município”

Os dados e informações referentes ao Programa “UFPB em seu município” foram descritos anteriormente, ainda nesta subseção, em “Extensão”.



3.4.10 Infraestrutura

Durante o ano de 2016, a Prefeitura Universitária realizou, através de suas divisões, as seguintes atividades:

3.4.10.1 Divisão de Manutenção

Responsável pela manutenção e edificações da UFPB, e contempla as seções de Construção civil, Serviços elétricos, Central telefônica, Equipamentos e Marcenaria.

A Tabela e Figura abaixo mostram as requisições executadas pela manutenção, de janeiro a dezembro de 2016. Observa-se que, a partir de agosto, houve aumento de forma significativa dos atendimentos à comunidade acadêmica.

Tabela 13 - Resumo Mensal de requisições executadas pela Divisão de Manutenção

Resumo Mensal Requisições Executadas em 2016 - Divisão de Manutenção	
Mês	Quantidade
Janeiro	135
Fevereiro	228
Março	265
Abril	168
Mai	225
Junho	164
Julho	249
Agosto	423
Setembro	410
Outubro	459
Novembro	662
Dezembro	553
Total	3941

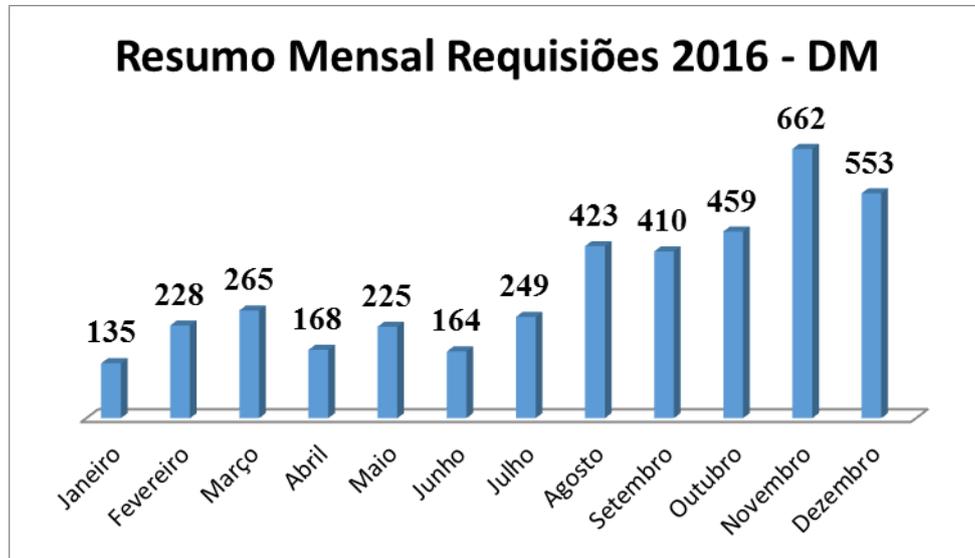


Figura 3 - Resumo Mensal de requisições executadas

3.4.10.2 Divisão de Serviços Gerais

Responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos com as empresas terceirizadas prestadoras de serviços à Universidade Federal da Paraíba, nos *campi* João Pessoa (I), Areia (II), Bananeiras (III) e Litoral Norte (IV) - que compreende os municípios de Mamanguape e Rio Tinto.

Os serviços prestados por empresas terceirizadas abrangem atividades de limpeza, conservação e higienização, dedetizações contra pragas e insetos, pinturas de vias e estacas de concreto, demarcação dos estacionamentos, faixa de pedestres, limpeza de parques e jardins, poda e paisagismo, recepcionistas, dentre outros. Atendendo assim uma demanda dos diversos centros e unidades administrativas da UFPB.

3.4.10.3 Divisão de Projetos

Foram elaborados 22 projetos de grande e médio porte para licitação. São oito projetos a menos que o previsto no início do ano. Esse resultado aconteceu porque a Divisão decidiu concentrar os trabalhos nos projetos que foram executados pela manutenção.

Foram elaborados 72 projetos de pequeno porte para executar pela manutenção. São 30 projetos a mais que o previsto. Como dito anteriormente, a divisão concentrou esforços neste tipo de projeto pela motivação já explicada.

Ainda foram feitos três compatibilizações de projeto e sete estudos de viabilidade. São nove compatibilizações e 11 estudos a menos que o previsto. Como o estudo de viabilidade e a



compatibilização são etapas do projeto que irá para licitação, a mudança no direcionamento afetou os números da previsão.

3.4.10.4 Divisão de Obras

A Divisão de Obras da Prefeitura Universitária é um setor da UFPB, composta principalmente de engenheiros Civis, com responsabilidade de realizar tarefas ligadas à execução de obras e reformas dentro da instituição, especialmente projetos, orçamento e fiscalização.

Atualmente o setor conta com 10 engenheiros desenvolvendo levantamentos diversos das obras paralisadas ou em fase de inicialização, com avaliação de situação *in loco*, planilhas e projetos ou mesmo elaboração de peças técnicas necessárias ao bom andamento das obras.

Dos diversos trabalhos desenvolvidos na Divisão de Obras, destacam-se os seguintes: elaboração de oito projetos; elaboração de 13 orçamentos; realização de 23 avaliações de projetos e orçamentos externos; fiscalização de três obras; realização de 29 vistorias/relatórios de edificações; realização de sete ações ambientais.

Outras atividades desenvolvidas na Divisão de Obras são: serviços de medições de serviços realizados, avaliação de imóveis, avaliação de aluguéis permissionários, elaboração de termo de referência para contratação de empresa especializada em confecção de projetos, Acervo Técnico, recebimento de obras, cotação de preços, processo de emissão de licenças, participação em sindicâncias, capacitação, atendimento ao público, estudos diversos com utilização de referências bibliográficas pertinentes, entre outras.

Para 2017 o setor espera que sejam cumpridas as seguintes metas: dança para nova Sede da Prefeitura, com modernização do setor (aquisição de equipamentos e softwares); capacitação contínua ao longo do ano, com cursos na área de atuação; contratação de empresa de elaboração de projetos; resolução dos entraves junto aos órgãos de licenciamento (SUDEMA, Prefeitura Municipal e Corpo de Bombeiros), possibilitando regularidade documental necessária à retomada das obras; retomada de execução de obras paralisadas, em especial as que apresentam significativo percentual de execução; melhorias nas etapas de elaboração de estudos preliminares e projetos, com discussão ampla e profunda, proporcionando orçamentos mais precisos e condizentes com as necessidades dos solicitantes, além de se evitar a descontinuidade da execução contratual para hipotéticos ajustes.

3.4.10.5 Divisão de Segurança

Dentro do planejamento desta divisão para a implementação de medidas de controle objetivando a redução de ocorrência nos *campi* da UFPB, destacamos as seguintes ações:

1. Implementação de sistema de monitoramento através de câmeras;
2. Aquisição de outro veículo para ampliação dos serviços prestados pela seção de segurança;



3. Manutenção preventiva e corretiva das motocicletas utilizadas na vigilância da UFPB;
4. Utilização de fardamento pelos servidores do quadro efetivo para facilitar identificação por parte dos usuários dos serviços;
5. Modernização da estrutura administrativa do setor, visando melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A UFPB tem feito aportes significativos para a manutenção da segurança em seus *campi*, no ano de 2016 foram efetivamente gastos R\$ 11.351.846,98 (onze milhões, trezentos e cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos), tais recursos foram pagos a empresa de vigilância contratada, no intuito de ampliar a ação de vigilância, tendo em vista que existem apenas 22 (vinte e dois) vigilantes do quadro efetivo. De acordo com o referido contrato, ao final do ano de 2016 a UFPB contava com 224 (duzentos e vinte e quatro) vigilantes terceirizados, distribuídos em 112 (cento e doze) postos.

De forma complementar à atuação da vigilância terceirizada na instituição, desde junho de 2016 foi criada comissão especial para a elaboração e proposição de política unificada de segurança, esta conta com atores de diversos setores da instituição, os quais buscam a melhoria da qualidade do serviço prestada, visando a proteção do patrimônio público e da comunidade universitária.

Como resultado da discussão da política de segurança institucional, foi criado curso para humanização dos vigilantes terceirizados, bem como do quadro efetivo, cuja conclusão, da primeira turma, finalizada em março de 2017.

3.4.10.6 Ações realizadas em 2016

3.4.10.6.1 Melhoria na Rede Elétrica

No Quadro 45 é mostrado o cronograma para melhoria da rede elétrica na UFPB, conforme proposto pelo PDI 2014-2018. As atividades desenvolvidas em 2016 serão discutidas nos parágrafos que seguem.

Quadro 45 - Cronograma de Melhoria da Rede Elétrica, proposto no PDI 2014-2018.

Atividade	Metas PDI 2014-2018			
	2015	2016	2017	2018
Implantação de subestação de 69kV no <i>campus</i> I		X		
Alimentador próprio para o Hospital Universitário Lauro Wanderley	X	X		
Substituição das lâmpadas tradicionais por lâmpadas LED na iluminação pública	X	X		
Substituição das lâmpadas tradicionais por lâmpadas LED nas instalações elétricas	X	X		
Redimensionamento dos alimentadores dos diversos quadros de distribuição	X	X	X	X
Geração distribuída utilizando energias alternativas (Energia		X	X	X



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Atividade	Metas PDI 2014-2018			
	2015	2016	2017	2018
Solar)				
Programa educacional do uso racional da energia elétrica		X	X	X
Plano de Manutenção e melhoria das redes de Alta e Baixa Tensão		X	X	X
Adequação da Rede de Alta Tensão em função da implantação da subestação de 69 kV		X	X	X
Redimensionamento das subestações abaixadoras		X	X	X
Monitoração das subestações abaixadoras	X	X	X	X
Planejamento de compras de equipamentos de energia elétrica classe A	X	X	X	X

Fonte: PDI UFPB 2014-2018

3.4.10.6.2 Acompanhamento das Atividades Realizadas em 2016

❖ Implantação de subestação de 69 kV no *campus* I:

Status: Aguardando elaboração do projeto da subestação, que está sendo executado pela Concessionária de Energia local – Energisa.

❖ Alimentador próprio para o Hospital Universitário Lauro Wanderley:

Status: A obra foi concluída em Dezembro de 2016.

❖ Substituição das lâmpadas tradicionais por lâmpadas de LED na Iluminação Pública:

Status: Essa ação está sendo discutida com a Administração Superior para análise de viabilidade técnica e financeira, bem como verificando quais setores da UFPB, ficarão responsáveis pelo planejamento e execução da ação.

❖ Substituição das lâmpadas tradicionais por lâmpadas de LED nas instalações elétricas:

Status: Essa ação está sendo discutida com a Administração Superior para análise de viabilidade técnica e financeira, bem como verificando quais setores da UFPB, ficarão responsáveis pelo planejamento e execução da ação.

❖ Redimensionamento dos alimentadores dos diversos quadros de distribuição:

Status: Foram redimensionados os alimentadores de algumas medições das subestações dos seguintes centros: Central de Aulas, Escola Técnica de Saúde (ETS), Laboratório de Energia Solar, Bloco A do CCHLA, Garagem Central, LACOM/CCEN, Clínica Escola de Fisioterapia, Centro de Ciências Médicas (CCM), CCTA, Biblioteca Setorial, Laboratório de Alimentos e Hidráulica do Centro de Tecnologia (CT).



❖ **Geração distribuída utilizando energias alternativas (Energia Solar):**

Status: Essa ação está sendo discutida com a Administração Superior e outros setores acadêmicos para análise de viabilidade técnica e financeira, bem como verificando quais setores da UFPB, ficarão responsáveis pelo planejamento e execução da ação.

❖ **Programa Educacional do uso racional de Energia Elétrica:**

Status: Essa ação está sendo discutida com a Administração Superior e outros setores acadêmicos para análise de viabilidade técnica e financeira, bem como verificando quais setores da UFPB, ficarão responsáveis pelo planejamento e execução da ação. Pretende-se criar programas com participação de docentes, discentes e da sociedade, que visem o uso racional de energia elétrica, utilizando inclusive aplicativos para smartphones e computadores.

❖ **Plano de Manutenção e melhoria das Redes de Alta e Baixa Tensão:**

Status: Em andamento.

❖ **Adequação da Rede de Alta Tensão em função da implantação da subestação de 69 kV:**

Status: Essa ação depende da conclusão da etapa de projeto da subestação que se encontra em andamento.

❖ **Redimensionamento das subestações abaixadoras:**

Status: Foram redimensionadas algumas subestações, dentre elas as seguintes: Central de Aulas, Escola Técnica de Saúde, Laboratório de Energia Solar, Bloco A do CCHLA, Garagem Central, LACOM/CCEN, Clínica Escola de Fisioterapia, Centro de Ciências Médicas, CCTA, Biblioteca Setorial, Laboratório de Alimentos e Hidráulica do Centro de Tecnologia.

❖ **Monitorização das subestações abaixadoras:**

Status: Essa ação está sendo executada parcialmente. Os equipamentos que não se encontram com defeito, estão captando os dados. No entanto os dados não estão sendo tratados, por impossibilidade de coleta desses dados.

❖ **Planejamento de compras de equipamentos de energia elétrica classe A:**

Status: A implementação desta ação está sendo avaliada e discutida com a Administração Superior para análise de viabilidade técnica e financeira, bem como verificando quais setores da UFPB, ficarão responsáveis pelo planejamento e execução da ação.

3.4.11 Hospitais Universitários

3.4.11.1 Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW)

O Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) é um hospital geral, de referência e contra referência, destinado a integrar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. É um órgão suplementar da UFPB.



O HULW, dentro da política de financiamento do Governo Federal, recebe recursos oriundos do Ministério da Educação através da liberação do Orçamento Fiscal e também via descentralização do Ministério da Saúde. Através destes recursos permite ao Hospital aplicá-los em sua manutenção geral e ainda investir na ampliação do parque tecnológico que facultam um grande avanço nas ações docente-assistenciais oferecidas à comunidade assistida dentro do HU. Esses recursos são alocados mediante cumprimento de metas pré-estabelecidas e efetivamente cumpridas na prestação dos serviços oferecidos à população. Com tudo isso, a população paraibana passa a ter serviços de qualidade dentro do que foi proposto pelas parcerias e que são oferecidos dentro deste hospital.

O Hospital Universitário Lauro Wanderley da UFPB, no cumprimento das suas responsabilidades institucionais nas áreas da educação e da saúde e ainda, na constante marcha objetivando sua missão precípua, insere-se enfaticamente nas políticas públicas educacionais e da saúde, representando para Paraíba e Estados adjacentes um *lócus* de disseminação e produção do saber, da pesquisa e da extensão, que propicia ao indivíduo a inserção social, assistência médico-hospitalar e multiprofissional.

No exercício de 2013 ocorreu mudança no modelo de gerenciamento do Hospital, tendo em vista que foi firmado o contrato nº 45/2013 com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Seu objetivo é a administração, pela contratada, do Hospital Universitário da UFPB, compreendendo a oferta à população de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no âmbito da saúde pública, na forma e condições definidas no Contrato mencionado e na Lei 12.550/2011, vedado o atendimento de pacientes de convênios particulares. Com esse contrato, as ações assistenciais do HU realizar-se-ão sobre o comando da EBSERH.

O Hospital Universitário Lauro Wanderley tem como objetivo cultivar o saber em suas várias formas de conhecimento puro e/ou aplicado, propondo-se a:

- prestar serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, e também adotar medidas preventiva e assistencial da saúde da população do Estado da Paraíba;
- servir de aprendizado para o ensino de graduação e nível médio das profissões ligadas às áreas da saúde e multidisciplinares;
- servir como campo de ensino, de pesquisa e de extensão para os profissionais das áreas da saúde e outras, em nível de pós-graduação “lato-sensu” e “stricto-sensu”;
- servir como campo de treinamento, estágio e atualização de recursos humanos de nível superior e médio; A missão do Hospital Universitário Lauro Wanderley é: “Cuidar da saúde, promover o bem estar e desenvolver atividade de ensino e pesquisa para formação dos saberes científicos, da prática do cuidar ético, com base no respeito e na dignidade humana.”



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

O HULW presta assistência médico-hospitalar de média e alta complexidade, sendo referência no Sistema Único de Saúde. Voltado aos programas de assistência e inclusão social por meio de parcerias com órgãos públicos, desenvolve atividades de natureza preventiva e extensiva, através de programas nacionais de saúde e educação oferecidos à população paraibana.

O Hospital Universitário Lauro Wanderley possui 892 empregados públicos concursados da EBSEH e 824 funcionários públicos no Regimento Jurídico Único. Possui 197 leitos ativos, com um aumento de 46% do número de leitos, em relação ao ano de 2013. O HU realizou, no ano de 2016, uma média de 65.795 exames laboratoriais, com aumento de 120% em relação ao ano de 2013, quando da assinatura do contrato com a EBSEH. Realizou-se no de 2016 mais de 600.000 procedimentos ambulatoriais com um aumento 30% em relação ao ano de 2013.

No ano de 2016, o HULW possuiu um quantitativo de 141 residentes do Programa de Residência Médica, 67 do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Hospitalar, sete do Programa de Residência Buco-Maxilo-Facial e 39 do Programa de Residência em Saúde Mental, totalizando 254 residentes ao ano. No que se refere ao ensino técnico e de graduação o hospital possui atividades acadêmicas em torno de 1.100 alunos por semestre, incluindo cursos da área de saúde e áreas afins. Sendo o principal campo de prática dos alunos dos Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Médicas da UFPB, são desenvolvidas as atividades acadêmicas através de aulas teóricas práticas e estágio curricular obrigatório. Não é ofertado no âmbito do HULW estágios não obrigatórios.

No campo da pesquisa e extensão, no HULW foi realizado, no ano de 2016, um quantitativo de 160 projetos de pesquisa e 31 projetos de extensão, sendo em sua maioria projetos acadêmicos desenvolvidos nas diversas unidades assistenciais do HULW.

O HULW participa ativamente da formação profissional do aluno do ensino técnico, graduação dos cursos de medicina, enfermagem, odontologia, nutrição, farmácia, fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, educação física, serviço social, psicologia e de áreas afins, de pós-graduação, como residência médica, multiprofissional, buco-maxilo-facial e saúde mental.

Nesse sentido, o HULW tem contribuído de forma exemplar para a sociedade e comunidade acadêmica ao dar oportunidade ao aluno e professor se defrontar com a dinâmica da prática assistencial direcionada ao paciente e familiar, quer seja no âmbito ambulatorial, quer seja no ambiente de internação, possibilitando, dessa forma, a integração da prática com a teoria, contemplada nos diversos componentes curriculares dos cursos de saúde e de áreas afins, bem como favorece campo para o desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão, regulamentado pela legislação vigente.

O HULW tem ofertado espaço, para o desenvolvimento de atividades acadêmicas para alunos de cursos de outras áreas, como humanas (comunicação, jornalismo, administração, entre outros) e ciências exatas da natureza (engenharias, tecnologia da informação etc.) da Universidade Federal da Paraíba e do Instituto Federal da Paraíba, com a finalidade de contribuir com o processo de formação profissional desses alunos.



3.4.11.2 Hospital Veterinário (HV)

No ano de 2016 o HV recebeu R\$ 194.287,00, provenientes do recurso destinado pelo MEC aos Hospitais Veterinários Universitários. Este recurso foi utilizado da seguinte forma: R\$ 13.000,00 para manutenção de equipamentos hospitalares; R\$ 95.787,00 para aquisição do material de consumo utilizado nos diversos setores do Hospital Veterinário (atendimento clínico e cirúrgico de animais de pequeno, médio e grande porte e animais silvestres, diagnóstico por imagem e diagnóstico laboratorial – análises clínicas, histopatologia e medicina veterinária preventiva) e para realização das aulas práticas do curso de medicina veterinária; R\$ 85.500,00 para aquisição de equipamentos, sendo que, deste valor, R\$ 77.889,00 foi utilizado para aquisição e instalação de um sistema de digitalização de imagem radiológica e R\$ 7.611,00 para compra de instrumental cirúrgico. Além deste recurso recebemos uma complementação no valor de R\$ 421.140,94 que possibilitou a aquisição de equipamentos de ponta para modernização do Hospital Veterinário. Com esse recurso foi possível equipar o Laboratório de Biologia Molecular, adquiriu-se quase todos os itens necessários para montarmos uma Unidade de Terapia Intensiva Veterinária, um equipamento de vídeo endoscopia e vários outros equipamentos para os diversos setores do HV. Além de todo o investimento financeiro, em 2016, também se iniciou o programa de residência multiprofissional do MEC com nove residentes R1.



3.4.12 Reformulação do Estatuto da UFPB

A necessidade de um novo estatuto para a universidade passa quase sempre pela demanda de uma estatuinte por parte da comunidade universitária. Estatuinte é compreendida como um processo de (re)elaboração do estatuto de uma instituição. Ou seja, trata-se de reforma ou da elaboração de um novo estatuto. O importante é que haja a participação dos atores da instituição, como forma de assegurar a legitimidade do processo democrático.

Uma dificuldade inerente a esse processo é a de lidar com o conceito de reforma. Apesar da autonomia universitária, existem limites para a inovação e reformulações na estatuinte, haja vista que, no caso das instituições federais de ensino superior (IFES), o estatuto tem limites delineados pelo Ministério da Educação (MEC).

Nesse processo é importante ressaltar que o novo não pode perder de vista o que já foi realizado, de modo que não se parte do zero, nem se deve desconsiderar os anos anteriores de construção coletiva. O atual estatuto foi elaborado num determinado contexto histórico, mas a universidade tem sido construída pelos atores (professores, servidores técnicos administrativos e estudantes) num processo permanente de transformação, negociação e respeito aos princípios democráticos.

No caso específico da UFPB, a comunidade universitária concorda que o estatuto está bastante defasado e precisa ser atualizado, uma vez que o atual estatuto remonta aos anos 1960 e passou apenas por algumas modificações em 2002.

Apesar de o estatuto ser um instrumento administrativo que estabelece as regras de funcionamento da instituição, existem questões que são de política universitária e que criam tensões e disputas de opiniões, com início ainda na fase da definição de como será o processo. Portanto, não é uma tarefa simples e rápida a ser realizada, já que a democracia é uma construção coletiva e todos os atores devem ser considerados. No entanto, a elaboração de um estatuto está longe de ser uma ação diletante e precisa ser levada a termo.

No início de 2013, a Reitora, que tomou posse no final de 2012, nomeou uma *Comissão de Estudos*, para definir um modelo de estatuinte a partir do debate com representantes dos professores, servidores técnicos administrativos e estudantes.

Em maio de 2014, a referida comissão apresentou um relatório ao CONSUNI, mas, nesse primeiro momento, não foi conclusiva quanto à metodologia a ser adotada, e defendeu que:

Não seria nunca demais insistir que o debate a respeito da universidade que queremos deve ser estritamente obediente ao princípio da escuta atenta de todos que participamos e nos comprometemos com as universidades públicas brasileiras.

Em junho de 2014, foi nomeada então uma *Comissão Executiva*, para elaborar uma proposta de metodologia de trabalho e um texto inicial com o intuito de provocar o debate. A partir das discussões já ocorridas, a Comissão se pautou pela autonomia dos Centros, pela



descentralização do processo, e pela participação efetiva e inclusiva da comunidade universitária. A missão da *Comissão Executiva* foi de organizar o processo e sistematizar as demandas da comunidade universitária de acordo com os princípios da nova administração pública transparente, democrática e participativa.

Nas discussões sobre a metodologia a ser utilizada para a elaboração do novo estatuto duas estratégias foram cogitadas e colocadas em campos opostos. A primeira, uma estatuinte baseada no modelo de representação que elege *delegados* numa estrutura piramidal baseada em regras de proporcionalidade. Nesse modelo, a ideia consiste em criar um espaço de participação *exclusivo* dos *delegados estatuintes*, como se fosse um processo 'constituinte'. Ou seja, participariam apenas aqueles eleitos para esse fim.

No entanto, essa representação 'delegativa' apresenta alguns problemas, pois trata-se de um modelo cuja 'matemática social', com seus sistemas de proporcionalidade, não assegura o melhor resultado.

O fato de ser *exclusiva* numa instituição universitária já tem um problema conceitual no seu nascedouro. Além disso, a proposta questiona o poder que cabe aos diretores de Centro de organizar o processo como representantes legitimamente eleitos.

A estratégia sugerida pela *Comissão Executiva* tem uma perspectiva mais *inclusiva* e objetiva incluir o maior número de pessoas no processo e tratar todos (professores, técnicos administrativos e estudantes) como iguais, como representantes da instituição. O modelo proposto é descentralizado, participativo e respeita a autonomia e a identidade dos Centros e setores que podem decidir sobre a organização do processo.

A UFPB tem 16 Centros que funcionam em seis municípios (João Pessoa, Areia, Bananeiras, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita). Toda a comunidade universitária, formada professores, técnicos administrativos e estudantes, é conclamada a participar do processo que é uma construção coletiva.

A proposta de descentralização depende da aceitação dos diretores dos Centros para mobilizar a comunidade e levar efetivamente adiante o processo. Existem Centros que têm um perfil de mobilização social maior do que outros (com muita prática em metodologia de assembleias, eleições, comissões etc.). Por outro lado, alguns Centros não têm esse perfil e tem uma dificuldade maior em inserir a discussão do novo estatuto na sua agenda como uma prioridade.

Apesar de a responsabilidade pela metodologia a ser utilizada ser compartilhada por todos os atores, cabe aos diretores de Centro reunidos no CONSUNI decidirem, a partir das discussões e demandas da comunidade acadêmica, o modelo a ser adotado.

Algumas inquietações e questionamentos surgiram e isso é perfeitamente esperado num ambiente acadêmico democrático. Toda mudança provoca reações, seja em defesa do *status quo*, seja no reconhecimento dos que percebem o momento histórico como uma novidade capaz de contribuir para uma instituição que produza melhores resultados.



A metodologia do processo proposta pela Comissão Executiva foi questionada pelo sindicato dos servidores técnico-administrativos (SINTESP), sindicato dos docentes (ADUFPB) e Diretório Central dos Estudantes (DCE), que passaram a fazer uma campanha junto ao CONSUNI para a instalação de uma *'estatuinte exclusiva'*.

Ambas as metodologias preveem a participação das entidades de representação de professores, servidores técnicos administrativos e estudantes na Comissão Executiva que sistematizaria as propostas. No entanto, com a deflagração da greve em 2015 as atividades foram suspensas.

Além da metodologia, a *Comissão Executiva* propôs um texto inicial para servir de ponto de partida para as discussões sobre o novo estatuto. A proposta prevê uma reengenharia institucional inovadora.

A estrutura atual é composta pela Administração Superior (Conselhos Superiores, Reitoria e Pró-reitorias), Administração Intermediária (Centros) e Básica (Departamentos e Coordenações). A proposta implica criação de Unidades de Ensino nos Centros, integrando os departamentos e coordenações e o ensino de graduação com o de pós-graduação.

A proposta apresentada pela Comissão Executiva é pautada por alguns eixos principais como: autonomia universitária, democracia participativa, legitimidade, planejamento estratégico, prestação de contas, transparência, impessoalidade, eficiência, eficácia, efetividade, desenvolvimento regional, apoio à cultura, inserção internacional, desenvolvimento tecnológico, mobilidade e assistência estudantil, compromisso social, acessibilidade, desenvolvimento sustentável do meio ambiente e do ordenamento urbano, qualidade de vida, segurança, cuidado com os recursos financeiros e o patrimônio público.

O texto proposto pela *Comissão Executiva* é uma adequação do Estatuto da UFPB à realidade administrativa, econômica e social da atualidade. Os estatutos que servem de base para o texto proposto são os seguintes: UFPB (atual), UFRN (2002), UFCG (2005), UFAL (2006), UNB (2008), UFBA (2010) e UFPE (2015). A escolha desses estatutos não impossibilita a utilização de outros de forma subsidiária. O Relatório da *Comissão de Estudos da Estatuinte* também serve de referência.

A metodologia de trabalho proposta pela *Comissão Executiva* prevê a elaboração de um calendário de atividades com cronograma, a realização de eventos e a produção de material, mas cabe ao CONSUNI definir a metodologia a ser utilizada.

Para que a comunidade universitária participe efetivamente, é fundamental que os Diretores dos Centros organizem o processo. No entanto, se o CONSUNI decidir pela metodologia da *estatuinte exclusiva* essa missão deve ficar a cargo dos delegados eleitos na assembleia estatuinte.

Em setembro de 2015 a proposta elaborada pela Comissão Executiva foi encaminhada ao CONSUNI para apreciação. Em 2016, diante do processo eleitoral, a proposta não foi debatida. Em



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

2017, a Pró-Reitoria de Planejamento pretende retomar a discussão junto ao CONSUNI para que possa ser definida a metodologia de elaboração do novo estatuto da UFPB.

Por fim, após aprovação pelo Conselho Universitário (CONSUNI), o novo estatuto deve ser submetido ao MEC.

3.4.13 Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB)

A respeito da implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB), tem-se, no quadro abaixo, a descrição dos módulos que foram implantados em 2016.

Quadro 46 - Sistemas Integrado de Gestão (SIG-UFPB) implantados em 2016.

SIGPRH <i>(Sistema Integrado de Gestão, Planejamento e Recursos Humanos)</i>			
Características	Módulos implantados (2015)	Módulos a serem implantados	Módulos Implantados em 2016
Informatiza os procedimentos de gestão de pessoas, tais como: marcação e alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema SIAPE (sistema de âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno.	<p>Mapa de Tempo de Serviço, vinculado ao módulo de Aposentadoria;</p> <p>Banco de Talentos, vinculado ao módulo de Capacitação;</p> <p>O formulário LNC, que integra o módulo de Avaliação de Desempenho.</p>	<p>Plano de saúde;</p> <p>Aposentadoria;</p> <p>Agenda;</p> <p>Dimensionamento;</p> <p>Administração de pessoal;</p> <p>Dependentes.</p>	<p>Avaliação de ferramenta de desenho de relatórios e sua integração com os sistemas de informação da instituição.</p> <p>Atividades continuadas de implantação e/ou manutenção do SIGPRH.</p>
SIPAC <i>(Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos)</i>			
Características	Módulos implantados (2015)	Módulos a serem implantados	Módulos Implantados em 2016
Controle, fluxo de processos e documentos	Segurança do Trabalho;	Contratos;	Atividades continuadas de implantação e/ou



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

eletrônicos; Portais de informações para os(as) Pró-Reitores(as).	Patrimônio Móvel; Auditoria e Controle Interno; Transporte; Liquidação de Despesas; Compra de Material Informacional; Infraestrutura.	Hospedagem; Patrimônio; Catálogo de Materiais; Compras; Orçamento; Requisições; Licitação; Almoxarifado.	manutenção do SIPAC.
---	--	---	----------------------

SIGAA
(Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)

<i>Características</i>	<i>Módulos implantados (2015)</i>	<i>Módulos a serem implantados</i>	<i>Módulos Implantados em 2016</i>
Informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (<i>stricto</i> e <i>lato sensu</i>), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado.	Graduação; Diploma para Graduação; Monitoria.	Pós-Graduação (<i>lato sensu</i>), iniciação científica e programas acadêmicos.	Graduação: manutenção e implantação de novas funcionalidades do módulo Graduação do SIGAA; Processo Seletivo Reopção de Curso: implantação de módulo no SIGAA para a execução de processos seletivos do tipo Reopção de Curso; <i>Mobile</i> : início do desenvolvimento de aplicação móvel para celular do módulo graduação do SIGAA; Restaurante Universitário: início do desenvolvimento de aplicação Desktop para controle de acesso físico aos restaurantes da instituição; Biblioteca SIP2:



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

			Implementação do protocolo SIP2 para integração com solução RFID aplicada na Biblioteca Central; Vestibular: implantação de módulo para gerenciamento dos processos seletivos do tipo Sisu; Assistência ao Estudante: implantação de módulo para gerenciamento de atividades relacionadas à assistência estudantil.
--	--	--	---

Fonte: STI/UFPB

Mister se faz mencionar que houve um visível esforço da STI, em especial de sua Gerência de Sistemas de Informação, para a implantação do módulo do SIGAA-Graduação, o que foi possível graças ao reforço daquela equipe com o remanejamento interno de integrantes de outras equipes do SIGAA e a chegada de novo(s) técnico(s), principalmente para viabilizar o pleno funcionamento de diversos outros módulos desse sistema que têm relação de dependência com o módulo Graduação.

Além disso, é conveniente citar que o estágio de implantação dos sistemas SIGPRH e SIPAC tem sido bastante satisfatório, embora algumas poucas dificuldades ainda sejam encontradas para a plena utilização desses sistemas como, por exemplo, o não comprometimento de alguns usuários quanto à utilização de módulo(s) já implantado(s).



3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Abaixo se encontram definidos os principais indicadores de desempenho operacional, relacionados às atividades acadêmico-administrativas da UFPB e que permitem visualizar e aquilatar o esforço e eficiência institucional:

1. **Alunos Matriculados:** é um indicador que revela o correspondente esforço institucional em resposta aos recursos investidos na Instituição.

Tipo: efetividade

Fórmula de cálculo: número total de alunos de graduação e pós-graduação matriculados no ano (nos casos de o aluno ter sido matriculado nos dois semestres, só será contabilizado uma vez).

Método de aferição: extração dos dados no banco de dados institucional.

Área responsável pelo cálculo ou medição: Núcleo de Tecnologia da Informação-PRG/PRPG

Resultado do indicador do exercício: **39.283**

2. **Relação Alunos Matriculados/Professor:** evidencia a eficiência da Instituição no cumprimento de suas ações, quando permite que seja visualizada a otimização de seus recursos humanos docentes em função de seus discentes matriculados.

Tipo: Eficiência

Forma de Cálculo: $RAMP_t = \frac{NAM_t}{NPQP_t}$

NAM_t = Número total de alunos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) matriculados, no final do ano t;

$NPQP_t$ = Número de professores de ensino superior do quadro permanente, no final do ano t.

Quadro 47 - Evolução relação alunos matriculados por professor, 2015-2016.

Indicador	2015	2016	Δ%
RAMP	18,37	15,88	-13,55

Método de Aferição: Extração de dados do banco de dados institucional

Área responsável pelo cálculo ou medição: PRG/PRPG/PROGEP

Resultado do indicador no exercício: **15,88**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

- 3. Vagas Oferecidas - Sisu:** Evidencia a expansão de vagas, pela criação de novos cursos bem como pelo aumento da oferta em cursos já existentes.

Tipo: Efetividade

Forma de cálculo: Número de vagas ofertadas

Método de aferição: Análise da quantidade de demanda, análise da infraestrutura disponível.

Área responsável pelo cálculo ou medição: PRG

Resultados do indicador no exercício: **7.700**

- 4. Relação alunos de pós-graduação *stricto sensu* matriculados/Professor Doutor:** Evidencia a eficiência da pós-graduação da Instituição no cumprimento de suas ações, quando permite que seja visualizada a otimização de seus recursos humanos docentes-doutores em função de seus discentes da pós-graduação matriculados.

Tipo: Eficiência

Forma de Cálculo: $RAMDPD_t = \frac{NAMDM_t}{NPDQP_t}$

$NAMDM_t$ = Número de alunos de mestrado e doutorado matriculados no final do ano t;

$NPDQP_t$ = Número de professores-doutores do quadro permanente, no final do ano t.

Quadro 48 - Alunos de pós-graduação *stricto sensu* matriculados/Professor Doutor.

Indicador	2015	2016	Δ%
RAMDPD	2,84	2,58	-9,15

Método de aferição: Extração de dados do banco de dados institucional

Área responsável pelo Cálculo ou medição: PRPG/PROGEP

Resultado do indicador no exercício: **2,58**



5. Número de Alunos de Graduação Diplomados: Permite visualizar o desempenho acadêmico da Instituição no Período.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Soma dos alunos diplomados

Método de aferição: Relação de diplomados

Área responsável pelo cálculo: PRG

Resultado do indicador no exercício: **1.760⁷**

6. Índice de Titulação de Corpo Docente: Permite visualizar o esforço Institucional na capacitação do seu quadro docente.

Tipo: Eficácia

Fórmula de Cálculo:

D = Número de professores-doutores;

M = Número de professores-mestres;

E = Número de professores-especialistas;

G = Número de professores apenas graduados.

$ITCD = (5D + 3M + 2E + G) / (D + M + E + G)$

Quadro 49 - Alunos de pós-graduação stricto sensu matriculados/Professor Doutor.

Indicador	2015	2016	Δ%
ITCD	4,39	4,44	1,14

Método de aferição: Relação de titulados no período

Área responsável pelo cálculo: PROGEP

Resultado do indicador no exercício: **4,44**

⁷ O quantitativo informado refere-se aos alunos diplomados no período 2016.1 relativo aos *campi* I e IV. Os *Campi* II e III atrasaram a colação de grau por conta de uma greve que paralisou as atividades discentes



7. Produção Acadêmica (PROPOSTA PRPG)⁸

Em 2015 a UFPB publicou 1.958 artigos em periódicos. Desse quantitativo, 1.024 (52,3%) foram publicados em periódicos indexados na base de dados *Web of Science* (Thompson Reuters). O *Web of Science* oferece acesso a mais confiável, integrada e multidisciplinar pesquisa, conectada por meio de métricas de citação de conteúdo vinculado de várias fontes em uma só interface. O fator de impacto da Thomson Reuters (*Web of Science*) é uma medida da frequência com que o "artigo médio" em uma revista foi citado em um determinado ano ou período. O fator de impacto anual é uma relação entre citações e itens citados recentes publicados. Assim, o fator de impacto de uma revista é calculado dividindo-se o número de citações do ano corrente com os itens de fonte publicados nessa revista durante os dois anos anteriores. Esse é um indicador da qualidade de um artigo publicado e reflete quão lida foi aquela publicação.

Ao considerarmos a evolução entre 2013 e 2015, observamos que o percentual de artigos da UFPB publicados na base *Web of Science* em relação ao quantitativo de artigos publicados em todos os periódicos vem aumentando. Em 2013 o percentual foi de 43,53%, em 2014 subiu para 44,72% e em 2015 atingiu 52,30%, conforme mostrado no Quadro 50.

Quadro 50 - Percentual dos Artigos da UFPB publicados na publicados em periódicos indexados na base de dados *Web of Science*.

Indicador	2013	2014	2015
% dos artigos indexados na <i>Web Science</i>	43,53%	44,72%	52,30%

Considerando que estes artigos foram majoritariamente publicados por docentes vinculados a programas de pós-graduação (seja como permanente, colaborador ou visitante), podemos observar que a relação de artigos vem aumentando a cada ano. Em 2013 foram 0,76 artigos para cada docente, em 2014 passou para 0,77, e em 2015, chegou a 0,80 artigos publicados no *Web of Science* por docente, na UFPB. Se considerarmos apenas os docentes do corpo permanente, ou seja, aqueles que efetivamente têm a sua produção computada no processo de avaliação da pós-graduação e pesquisa brasileira, podemos observar que a proporção destes vem aumentando ano a ano, desde 2013, senão vejamos: em 2013 tivemos 0,93 artigos por docentes permanentes, este número subiu para 0,97 em 2014 e chegou a 1,01 em 2015. Isto significa, por exemplo, que em 2015 cada docente permanente da pós-graduação da UFPB publicou 1,01 artigos.

Em 2015 a UFPB publicou 1958 artigos em periódicos. Deste quantitativo, 1330 (67,93%) foram publicados em periódicos indexados na base de dados *Scopus*. A base *Scopus* é outro

⁸ Todos os dados de Produção são referentes ao ano de 2015, uma vez que a Coleta de Informações referentes ao ano de 2016 ainda se encontra aberto (até o dia 10/02/2017) para inserção de dados na Plataforma Sucupira da CAPES. Os dados de Produção referentes ao ano de 2016 deverão estar abertos para consulta em meados de março, à depender de liberação por parte da CAPES.



grande banco de dados de citações e resumo de literatura revisada por pares: revistas científicas, livros e conferências. Apresentando uma visão abrangente da produção mundial de pesquisa nos campos da ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais e artes e humanidades.

Da mesma forma que para a base *Web of Science*, se considerarmos a evolução entre 2013 e 2015, observamos que o percentual de artigos da UFPB publicados na base *Scopus* em relação ao quantitativo de artigos publicados em todos os periódicos vem aumentando. Em 2013 o percentual foi de 60,64%, em 2014 subiu para 63,10% e em 2015 atingiu 67,93%, conforme mostrado no Quadro 51.

Quadro 51 - Percentual de artigos da UFPB indexados na base de dados *Scopus*.

Indicador	2013	2014	2015
% dos artigos indexados no <i>Scopus</i>	60,64	63,10	67,93

Similarmente, se considerarmos que estes artigos foram majoritariamente publicados pelo total de docentes vinculados a programas de pós-graduação (seja como permanente, colaborador ou visitante), podemos observar que a relação de artigos vem aumentando, no entanto, com um pico em 2014. Em 2013 foram 1,05 artigos para cada docente, em 2014 passou para 1,08 e em 2015 chegou a 1,04 artigos publicados no *Scopus* por docente, na UFPB.

Se considerarmos apenas os docentes do corpo permanente, ou seja, aqueles que efetivamente tem a sua produção computada no processo de avaliação da pós-graduação e pesquisa brasileira, podemos observar que a proporção destes vem aumentando ano a ano, desde 2013, senão vejamos: em 2013 tivemos 1,29 artigos por docentes permanentes, este número subiu para 1,36 em 2014 e chegou a 1,31 em 2015. Isto significa, por exemplo, que em 2015 cada docente permanente da pós-graduação da UFPB publicou 1,31 artigos na base *Scopus*.

8. Relação Professores com Atividades de Extensão/Quadro Docente Permanente - Permite visualizar o envolvimento dos docentes quanto nas atividades de extensão.

Tipo: Eficácia

Fórmula de Cálculo:

$$RPAEQD_t = \frac{NPAE_t}{NPQP_t}$$

$NPAE_t$ = Número de professores com atividades de extensão, no ano t;

$NPQP_t$ = Número de professores de ensino superior do quadro permanente, no final do ano t.

Método de aferição: Relação de professores com atividades de extensão

Área responsável pelo cálculo: PRAC



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 52 - Evolução da relação professores com atividades de Extensão sobre o quadro docente permanente, 2014-2015.

Indicador	2015	2016	Δ%
RPAEQD	0,38	0,52	36,84

Resultado do indicador no exercício: 0,52

No Quadro 53 é mostrado um resumo geral dos principais indicadores de desempenho da UFPB no ano 2016, bem como a variação desses parâmetros em relação a 2015. Observamos que:

❖ Houve uma redução no número de alunos matriculados em 5.447 estudantes, que corresponde a uma redução de 12,17% em relação a 2015. Esse resultado se deve essencialmente aos seguintes fatores:

(i) Redução de 1.538 alunos matriculados nos cursos de graduação à distância, uma vez que não houve entrada dessa modalidade nos anos anteriores;

(ii) A forma de ingresso pelo ENEM-Sisu propiciou uma maior rotatividade no número de matriculados na graduação;

(iii) Redução no número de estudantes matriculados nos cursos de pós-graduação, *stricto sensu* (de 4.978 em 2015 para 4.730 em 2016) ocasionado pela redução na oferta de bolsas de demanda social da CAPES, bem uma redução expressiva (2.291 matriculados) no número de estudantes dos cursos *lato sensu*. Este último efeito se deve a redução no financiamento esta modalidade de curso.

❖ Redução em 13,55% na relação aluno matriculado/professor. Esta redução corresponde a um efeito cascata da redução no parâmetro “Aluno Matriculado” e o aumento no número de docentes da instituição (+104 docente em relação a 2015).

❖ Redução de 9,15% na relação alunos de pós-graduação *stricto sensu* matriculados por professor doutor. Esse efeito deve aos seguintes fatores:

(i) Redução no número de estudantes matriculados nos cursos de pós-graduação, conforme discutido anteriormente;

(ii) Aumento no número de professores doutores no quadro permanente da instituição.

❖ O número de alunos de graduação diplomados aumentou em 19,73% em relação a 2015 devido à greve ocorrida nesse último ano, aumentando a demanda reprimida para 2016. Este percentual deverá melhorar uma vez que não foram computados os diplomados no semestre de 2016.2.

❖ O índice de titulação de corpo docente aumentou em 1,14% (de 1.751 doutores e 596 mestres em 2015 para 1.835 doutores e 560 mestres em 2016). Portanto, houve uma redução no número de mestres e o consequente aumento no número de doutores. O



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

aumento deste parâmetro deve-se também as políticas de incentivo a qualificação do corpo docente, inclusive com a oferta de professores substitutos para assumirem os encargos acadêmicos para os docentes em qualificação.

- ❖ Observa-se um aumento significativo na relação professores com atividades de extensão por quadro docente permanente, de 36,84% em relação a 2015. Esse aumento deve-se ao investimento que vem sendo realizado nos últimos anos nas bolsas institucionais para extensão e a uma maior participação da comunidade nos editais externos de extensão.

Quadro 53 - Resumo Geral dos principais indicadores de desempenho da UFPB.

Parâmetros	Sigla	2015	2016	Δ%
Alunos Matriculados	AM	44.730	39.283	-12,17
Relação Alunos Matriculados/Professor	RAMP	18,37	15,88	-13,55
Relação alunos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> matriculados/Professor Doutor	RAMDPD	2,84	2,58	-9,15
Número de Alunos de Graduação Diplomados	NAGD	1.470	1.760	19,73
Índice de Titulação de Corpo Docente	ITCD	4,39	4,44	1,14
Relação Professores com Atividades de Extensão/Quadro Docente Permanente	RPAEQD	0,38	0,52	36,84



3.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Com relação aos indicadores de desempenho estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, os resultados para os indicadores primários são mostrados no Quadro 54 para o período de 2012-2016. Conforme pode ser visto no citado quadro, temos que:

- ❖ O custo corrente da UFPB (com ou sem o HULW) obteve o menor aumento em 2016 em relação a 2015, tendo sido de apenas 4,72% (com HULW) e 4,96% (sem o HULW). Para os períodos anteriores, o aumento no custo corrente, sem o HULW, foi de 31,43%, 9,48% e 10,09% para os anos de 2013, 2014 e 2015, respectivamente. Os custos correntes, incluindo o HULW, seguem um aumento da mesma ordem apresentada anteriormente. Este resultado sinaliza o esforço institucional na manutenção das ações de ensino, pesquisa e extensão no cenário de contingenciamento de recursos.
- ❖ O número de professores equivalentes na instituição aumentou em 3,33% em 2016. Em 2015 esse parâmetro havia sofrido uma redução de 1,07% resultado da reestruturação do banco de professores equivalente na instituição. Em 2014, o aumento havia sido de 2,39% e o maior percentual de aumento foi obtido em 2013 (14,19%).
- ❖ O quadro de funcionários equivalentes na UFPB, sem HULW, aumentou em 3,83% em 2016. Ao longo do período mostrado no Quadro 54, observa-se um aumento também no ano de 2014. Os anos de 2015 e 2013 foram observados redução nesse parâmetro de 0,35% e 1,42%, respectivamente. Já para os funcionários equivalentes com o HULW, observa-se uma redução gradual desse parâmetro em virtude da administração da EBSEH no HULW.
- ❖ O número de estudantes regularmente matriculados na graduação vem sofrendo uma redução desde o ano anterior, tendo sido observadas redução de 10,21% e 7,77% nos anos de 2016 e 2015, respectivamente. Os aumentos observados anteriormente foram de 2,79% em 2014 e 1,30% em 2013. Essa redução se deve a diversos fatores tais como o sistema de ingresso pelo Sisu e uma maior oferta de cursos pelas instituições privadas.
- ❖ O número de estudantes alunos na Pós-graduação stricto sensu sofreu uma redução de 6,37% em 2016. Historicamente esse parâmetro aumentava a cada ano, tendo atingido em 2014 o patamar de aumento de 32,08%. Essa redução se deve a diminuição na oferta de bolsas de pós-graduação para mestrado e doutorado, em especial as bolsas da demanda social da CAPES.
- ❖ O número de residentes médicos aumentou em 18,64% em 2016, sendo este o maior aumento percentual do período 2012-2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

❖ O número de alunos equivalentes na graduação aumentou em 13,81% em 2016. Esse resultado corresponde ao maior aumento observado para o período (2012-2016).

Quadro 54 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002.

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	894.844.004,59	854.476,047,88	788.453.136,99	728.723.928,75	557.842.863,97
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	831.563.695,92	792.278.177,31	719.635.078,85	657.300.618,41	500.097.749,48
Número de Professores Equivalentes	2.341,00	2.265,50	2.290,00	2.236,50	1.958,50
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	4.815,75	4.809,25	5.144,25	5.251,00	5.203,75
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	4.083,50	3.895,50	3.951,50	3.845,50	3.859,00
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	24.779,50	27.596,50	29.922	29.109	28.735
Total de Alunos na Pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	4.323	4.617	4.389	3.323	3.306
Alunos de Residência Médica (AR)	140	118	122	108	94
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	37.039,07	32.543,45	33.400,00	31.376,39	32.382,12
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	23.297,06	20.392,22	19.659,50	18.923,16	18.890,92
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	8.646	9.234	8.778	6.646	6.612
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	280	236	244	216	188

Fonte: PROPLAN

Outros indicadores de desempenho estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União são mostrados no Quadro 55. Alguns destaques desses resultados são elencados como seguem:



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

- ❖ O custo corrente, com o HULW e sem o HULW, por aluno equivalente sofreu uma redução de 4,28% e 4,06%, respectivamente, em 2016. Esse resultado pode ser entendido como sendo uma consequência do pequeno aumento nos custos correntes (apenas 4,06% sem o HULW) e do aumento de 13,81% (AGE) no número de aluno equivalente em 2016. Este cenário indica uma melhora institucional na otimização dos custos.
- ❖ A razão “Aluno tempo integral / Funcionário equivalente (sem HULW)” e a razão “Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente” aumentaram em 2016 em relação a 2015 em +0,22 pontos (+2,87%) e +0,58 pontos (4,40%), respectivamente. Já a relação “Funcionário equivalente (sem HULW) / Professor equivalente” aumentou em apenas 0,02 pontos (+1,16%) em relação a 2015. Este último índice tem se mantido a mesma tendência nos últimos anos.
- ❖ O grau de participação estudantil aumentou em 27,03% em 2016, devido ao aumento no número de alunos de tempo integral (14,24% em 2016) a redução no número total de alunos ativos na graduação (redução de 10,21% em 2016);
- ❖ O grau de envolvimento discente com Pós-Graduação em 2016 se manteve basicamente no mesmo patamar do observado em 2015. O mesmo correu com o conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação.
- ❖ A relação ponderada do número de professores com doutorado, mestrado, especialização e graduação na UFPB foi de 4,41 em 2016, com um ligeiro aumento em relação a 2015 (1,38%).
- ❖ A taxa de sucesso vem crescendo gradualmente desde 2013, tendo alcançado o valor de 0,43 em 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 55 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002.

Indicadores Decisão TCU 408/2002	Exercícios				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	19.467,91	20.338,16	18.585,88	19.057,39	14.237,18
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	18.091,21	18.857,73	16.963,66	17.189,55	12.763,18
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	13,76	13,18	12,52	11,53	13,12
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	6,69	6,21	5,57	4,91	4,94
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	7,89	7,67	7,25	6,71	6,66
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,06	2,12	2,24	2,35	2,66
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,74	1,72	1,72	1,72	1,97
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,94	0,74	0,65	0,79	0,81
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,15	0,14	0,13	0,1	0,1
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,99	3,99	4,01	3,9	3,89
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,41	4,35	4,25	4,23	4,01
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) ⁹	0,43	0,42	0,41	0,4	0,5

Fonte: PROPLAN

⁹ Devido à greve, ocorrida no ano 2015, o período letivo da UFPB sofreu alterações. Deste modo, como até o lançamento dos indicadores no SIMEC não se tinha fechado os concluintes no período 2016.2, optou-se por se considerar para o cálculo da TSG o quantitativo de concluintes no período 2015.2 e 2016.1, conforme orientação do manual de cálculo dos indicadores.



4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança da UFPB, considerando o modelo exemplificado do Referencial Básico de Governança disponibilizado pelo TCU, é organizada conforme mostrado no Quadro 56. O detalhamento completo da composição e das atribuições da estrutura de governança da UFPB é descrito no Quadro 57.

Quadro 56 - Estrutura de Governança da UFPB.

Autarquia Federal	UFPB
Conselhos	CONSUNI
	CONSEPE
	CURADOR
	Conselho Social Consultivo
Alta administração	Reitor
	Vice-reitor
	Pró-reitorias
	Prefeitura Universitária
	HULW
Instâncias internas de apoio à governança	Controle Interno
	Procuradoria Jurídica
	Comissões/Comitês
Instâncias externas de governança	CGU
	TCU
	MPF
	AGU



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

<p>Seção 4. “ GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS” Item: “DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA”</p>	<p>UFPB RG 2016</p>	<p>Página 177</p>
---	-------------------------	--------------------------



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 57 - Atribuições das instâncias de governança da UFPB.

Instância	Composição	Atribuições	Base legal
Assembleia Universitária	Pessoal docente, discente, técnico-administrativo e representantes da comunidade	Convocada para: I - tomar ciência do relatório apresentado pelo Reitor sobre as principais ocorrências do ano anterior e do plano de atividades da Universidade para o novo ano letivo; II - realizar os atos de colação de grau dos concluintes dos cursos de graduação, a entrega dos diplomas de mestre, doutor, livre-docente, títulos honoríficos e posse do Reitor e Vice-Reitor; III - tratar de assuntos de relevância do interesse da Universidade.	Estatuto da UFPB
Conselho Universitário (CONSUNI)	Reitor; Vice-Reitor; Pró-Reitor de Administração; Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; Diretores de Centros; um representante do pessoal docente de cada Centro; representação do pessoal discente; representação do pessoal técnico-administrativo; um representante da comunidade.	Órgão deliberativo superior em matéria de política geral da Universidade.	Estatuto da UFPB
Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)	Reitor; Vice-Reitor; Pró-Reitor de Graduação; Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa; Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários; dois representantes do pessoal docente de cada Centro dos <i>campi</i> I, II e III; um representante da comunidade; representação do pessoal discente; representação do pessoal técnico-administrativo.	Órgão deliberativo superior da Universidade em matéria de natureza acadêmica.	Estatuto da UFPB
Conselho Curador	três professores representantes do CONSUNI; três professores representantes do CONSEPE; representação do pessoal discente, indicada	Órgão fiscal e deliberativo em assuntos econômicos e financeiros da Universidade.	Estatuto da UFPB



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

	na forma do Regimento Geral; um representante da comunidade, escolhido pelo Conselho Social Consultivo.		
Conselho Social Consultivo	Reitor; Vice-Reitor; um representante do(a): CONSUNI; de entidades de caráter científico com base estadual, ou nacional e regional, com representação na Paraíba; de entidades fiscalizadoras do exercício profissional de nível superior, cujos cursos de graduação sejam mantidos pela Universidade em caráter permanente, que tenham base nacional e representação na Paraíba; vinculado à Secretaria de Estado da área de Educação, Cultura, Planejamento ou Ciência e Tecnologia; da Assembleia Legislativa da Paraíba; do Poder Judiciário; de entidades de caráter comunitário com base estadual ou nacional com representação na Paraíba, para este fim credenciadas junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.	Instância representativa da sociedade paraibana, com a função precípua de contribuir, sem caráter deliberativo, para a definição, pelos Conselhos Deliberativos Superiores, das políticas institucionais da Universidade.	Estatuto da UFPB
Reitoria	Reitor; Vice-Reitor.	Órgão executivo da administração superior que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Universidade.	Estatuto da UFPB
Pró-reitorias	Pró-Reitoria de Administração - PRA Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE Pró-Reitoria de Graduação – PRG Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP	Órgãos auxiliares da direção superior.	Estatuto da UFPB Regimento da reitoria



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN Pró-Reitoria de Pós-graduação – PRPG		
Prefeitura Universitária	Prefeito	I - colaborar com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, no planejamento e desenvolvimento físico dos <i>campi</i> da Universidade; II - elaborar estudos e projetos de prédios e infraestruturas nos <i>campi</i> ou fora deles quando do interesse da Universidade; III - contratar, fiscalizar, executar e controlar obras e serviços de engenharia; IV - manter e conservar imóveis, equipamentos e veículos da universidade; V - gerenciar transportes; VI - controlar ou operar os serviços públicos de água, energia e comunicações telefônicas; VII - zelar pela segurança do patrimônio da Universidade e das pessoas, nos seus <i>campi</i> .	Regimento da Reitoria
HULW	Superintendente do Hospital	Cuidar da saúde, promover o bem estar e desenvolver atividade de ensino e pesquisa para formação dos saberes científicos, da prática do cuidar ético, com base no respeito e na dignidade humana.	Estatuto da UFPB



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Coordenação de Controle Interno	A designação ou exoneração do Coordenador do Controle Interno será submetida pelo Reitor à aprovação do Conselho Universitário.	A Coordenação de Controle Interno tem por finalidade assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão com o objetivo de assegurar: I - a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição, objetivando eficiência, eficácia e efetividade; II - a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade; III - aos ordenadores de despesas a orientação necessária para racionalizar a execução da receita e despesa, com vistas à aplicação regular e à utilização adequada de recursos e bens disponíveis; IV - aos órgãos responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e programação financeira, informações oportunas que permitam aperfeiçoar essas atividades; V - o fiel cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição; VI - a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição; e VII - a interpretação de normas, instruções de procedimentos e de qualquer outro assunto no âmbito de sua competência ou atribuição.	RESOLUÇÃO Nº 02/2002
Procuradoria Jurídica	Procurador	À Procuradoria Jurídica, diretamente subordinada ao Reitor, dirigida pelo Procurador Geral, é o órgão responsável pela representação jurídica da Universidade e	Estatuto da UFPB Regimento da Reitoria



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

		tem por finalidade prestar assessoramento jurídico aos órgãos da administração superior.	
Comissões/comitê	Comissão de Ética Pública Comissão de Gestão Ambiental Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPRAD) Comissão da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação Comissão de Bem-estar animal Comissão da Estatuínte Comissão de Direitos Humanos Comissão Permanente de Licitação Comissão Permanente de Melhoria do Ensino Comissão Própria de Avaliação (CPA) Comissão de Documentação e Arquivo Comissão Interna de supervisão do Plano de Carreiras dos cargos TAE Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação (CGTI) Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA)	De acordo com o estatuto da UFPB o reitor pode - constituir comissões especiais, de caráter permanente ou temporário, para emitir parecer sobre acumulação de cargos, na forma da legislação em vigor, ou para estudos de problemas específicos.	Estatuto da UFPB



4.2 Atuação da unidade de auditoria interna

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna

A Coordenação de Controle Interno – CCI é a unidade técnica de controle da Universidade Federal da Paraíba – UFPB instituída em 1992, como órgão vinculado à Pró-Reitoria de Administração, conforme prescreve o art. 36 do Regimento da Reitoria, de 05 de setembro de 1979. Somente em 24 de janeiro de 2002, esta unidade passa a ser vinculado ao Conselho Universitário – CONSUNI, após aprovação do Regimento Interno desta Coordenação, conforme preceitua o art. 1º da Resolução nº 02/2002 do Conselho Universitário da UFPB. A íntegra do Regimento Interno da CCI encontra-se disponível para acesso na *internet*, no endereço eletrônico <http://www.ufpb.br/ci/contents/documentos/regimento-cci-ufpb.pdf>.

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna.

Em relação à independência da CCI, esta ainda não está alinhada com os normativos atuais de referência, em especial a INTOSAI GOV 9140 e os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000. Entretanto, informamos que, visando cumprir a recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU prolatada por meio do Acórdão nº 3312/2013 – TCU – Plenário (item 9.2), esta Coordenação revisou e encaminhou, em 29 de dezembro de 2016, através do processo nº 23074.082832/2016-43, para aprovação do CONSUNI, uma proposta de alteração de seu regimento interno, contemplando as recomendações mencionadas no referido acórdão, como também outras adequações consideradas necessárias objetivando o alinhamento com os normativos atuais pertinentes à atuação das unidades de auditoria interna da esfera pública.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e as unidades ou subunidades descentralizadas, quanto houver.

A estratégia de atuação da Coordenação de Controle Interno em relação as Unidades Centralizadas e Descentralizadas se dá através de ações de auditoria antecipadamente elaboradas por esta Coordenação e estabelecidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT o qual, conforme a Instrução Normativa CGU nº 24, de 17/11/2015, é analisado previamente pela Controladoria Geral da União – CGU e aprovado pelo Conselho Universitário da UFPB. Além disso, durante o procedimento de execução dos trabalhos, as ações são realizadas por meio de processos e extração de dados dos diversos sistemas do Governo Federal, como também a realização de trabalhos de campo, quando necessários.



d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora de conta (UPC).

A estrutura funcional da Coordenação de Controle Interno está definida no Art. 4º do seu Regimento Interno, e é composta, atualmente, por 6 (seis) servidores, sendo 5 (cinco) auditores e 1 (uma) secretária. O titular é escolhido mediante indicação do gestor máximo da instituição e submetida à aprovação do CONSUNI, conforme descrito no inciso I do art. 4º do Regimento Interno da CCI, obedecendo-se, ainda, aos critérios estabelecidos na Portaria CGU nº 915, de 29 de abril de 2014, onde fixou critérios adicionais para designação do titular da unidade de auditoria interna.

Muito embora fique demonstrada, no organograma da Instituição e no Regimento Interno da CCI, que esta esteja vinculada ao CONSUNI, essa readequação, porém, ainda não foi procedida no Regimento Geral e no Estatuto da UFPB.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.

As recomendações emitidas pela Coordenação de Controle Interno são formalizadas mediante Relatórios de Auditoria e Notas de Auditoria, conforme o caso, e encaminhados ao Presidente do CONSUNI, com pedido de direcionar às unidades que devem atender as recomendações, através de processo administrativo movimentado por meio do sistema eletrônico SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos). Deste modo, esta Coordenação acompanha a tramitação dos respectivos processos através deste sistema.

Não existe um procedimento específico em relação à assunção de riscos em caso de não implementação das recomendações. Salienta-se que até o presente momento não houve recusa pelos dirigentes das respectivas unidades administrativas em atender às recomendações da CCI.

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.

Conforme relatado no item anterior, não houve até o momento atual recusa pelos dirigentes das unidades administrativas em atender às recomendações da CCI.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Não houve modificações na estrutura organizacional da Coordenação de Controle Interno no exercício de 2016.



4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPRAD é uma estrutura vinculada ao Gabinete da Reitora, regulamentada pela Resolução 26/2013 do CONSUNI/UFPB.

As atribuições da Comissão decorrem do poder disciplinar e correccional do próprio Reitor, a quem compete nomear Comissões Permanentes ou Temporárias no sentido de apurar faltas disciplinares conforme Regimento Geral da UFPB, Resolução nº 07 de 2002 do CONSUNI.

Uma vez designadas pelo Reitor, a estas Comissões compete o acompanhamento das atividades de sindicância e processo administrativo disciplinar de acordo com a Lei nº 8.112 de 1990, arts. 143 a 182, e o Regimento Geral da UFPB, arts. 199 até 213.

A Comissão encontra-se sob a presidência da Professora Dra. Luiza Rosa Barbosa de Lima, e concluiu o ano de 2016 contando com 07 servidores técnico-administrativos, com experiência jurídica, e 03 estagiários de direito.

Sobre o sistema disciplinar, a correição da UFPB é consequência da própria função hierárquica e disciplinar do cargo de Reitor, a quem compete a instalação dos Processos Administrativos Disciplinares e a decisão final para a aplicação de diversas penalidades, ressalvadas as hipóteses de atribuição disciplinar do próprio Ministério da Educação e da Presidência da República.

À Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, conforme Resolução 26/2013 do CONSUNI/UFPB, designada pela reitoria compete:

1. Autuar e instruir os processos administrativos disciplinares para apurar os fatos em que são aplicáveis as penalidades de suspensão de 30 a 90 dias, demissão de professores e servidores técnico-administrativos, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargos de confiança e de função comissionada. As penas de advertência e de suspensão até 30 dias são da competência da chefia imediata e dos Centros, respectivamente.
2. Autuar e instruir os processos administrativos disciplinares para apurar os fatos que importem em desligamento do discente do curso ao qual se encontra vinculado.
3. Emitir certidões negativas de processamento administrativo disciplinar para os professores e técnicos administrativos que as requeiram, para fins de aposentadoria, nomeação em cargo ou função pública e cessões ou remoções.

Dessa forma, desenvolve-se no setor funções administrativas, processuais disciplinares e alimentação do sistema CGU/PAD, abaixo descritas.



4.3.1 Funções Administrativas.

Quanto às funções administrativas, os servidores fazem uso do Sistema interno da UFPB, o SIPAC, movimentando e criando processos, elaboram memorandos de resposta, pareceres e emitem certidões. Em 2016, foram expedidos pela CPPRAD:

- 179 memorandos
- 52 pareceres
- 286 certidões

4.3.2 Função correicional.

Foram movimentados na CPPRAD, durante o ano de 2016, 146 processos correicionais para apurar fatos em que são aplicáveis as penalidades de suspensão de 30 a 90 dias, demissão de professores e servidores técnico-administrativos, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargos de confiança e de função comissionada.

A partir do levantamento de processos, foram elaborados os quadros abaixo. O Quadro 58 indica o quantitativo de processos administrativos disciplinares nos quais foram elaborados relatório final e enviados para a instância julgadora.

Quadro 58 - Processos Administrativos Disciplinares com Relatório Final da CPPRAD e enviados para decisão final em 2016.

Processos Administrativos Disciplinares Concluídos pela CPPRAD em 2016			
Tipo	Quantidade	Número	Decisão Final
Processos Administrativos Disciplinares Ordinários	06	23074.044605/2013-04	Aguarda Julgamento
		23074.025230/2013-48	Arquivado por inexistência de razão legal
		23074.027786/2012-15	Arquivado por inexistência de razão legal
		23074.039665/2015-30	Aplicada penalidade de suspensão por 90 dias
		23074.033343/2012-17	Arquivado por prescrição
		23074.011250/2011-15	Arquivado por prescrição
Processos Administrativos Disciplinares Sumários	03	23074.019227/2014-74	Arquivado em razão de regularização da situação de acumulação irregular
		23074.019811/2014-20	Arquivado em razão de regularização da situação de acumulação irregular
		23074.026956/2014-87	Arquivado em razão de regularização da situação de acumulação irregular
Total	09		

Fonte: CPPRAD



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

O Quadro 59 mostra o quantitativo de processos correicionais, que ainda não são processos administrativos disciplinares propriamente, mas que foram movimentados pelo CPPRAD em 2016 e não foram concluídos.

Quadro 59 - Processos Correicionais Movimentados pela CPPRAD em 2016, localizados fisicamente no setor, mas não concluídos.

Processos Correicionais Movimentados pela CPPRAD em 2016, localizados fisicamente no setor, mas não concluídos	
Ano de Instauração	Quantidade
2009	01
2011	02
2012	01
2013	05
2014	21
2015	24
2016	32
Total	86

Fonte: CPPRAD

O Quadro 60 indica a quantidade de processos correicionais movimentados e concluídos pela CPPRAD em 2016 - tratando-se todos de casos de acumulação irregular, nos quais foi constatada ou se efetuou a regularização da situação dos servidores.

Quadro 60 - Processos Correicionais Movimentados e Concluídos pela CPPRAD em 2016.

Processos Correicionais Movimentados pela CPPRAD em 2016 e Concluídos	
Ano de Instauração	Quantidade
2011	01
2012	00
2013	00
2014	39
2015	01
2016	00
Total	41

Fonte: CPPRAD

O Quadro 61 indica a quantidade de processos administrativos disciplinares, ordinários e sumários, que foram instaurados no ano de 2016 e estão em andamento.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 61 - Processos Administrativos Disciplinares instaurados em 2016, mas não concluídos.

Processos Administrativos Disciplinares instaurados em 2016, mas não concluídos	
Tipo	Quantidade
Processos Administrativos Disciplinares Ordinários	11
Processos Administrativos Disciplinares Sumários	03
Total	14

Fonte: CPPRAD

O Quadro 62 indica o quantitativo de sindicâncias movimentadas por Centros e Setores Administrativos da UFPB e foi elaborada a partir das informações prestadas por cada unidade administrativa.

Quadro 62 - Sindicâncias Movimentadas pelos Centros e Setores Administrativos em 2016.

Sindicâncias Movimentadas pelos Centros e Setores Administrativos em 2016	
Unidade	Quantidade
PROPLAN	Não possui procedimentos disciplinares em trâmite.
PROGEP	01
CEAR	Não possui procedimentos disciplinares em trâmite.
CTDR	02
CCTA	01
CCSA	01
PRG	02
CCHSA (Bananeiras)	06
CCS	03
PRA	02
CCEN	08
UAB	01
PU	38
PRAPE	03
CCA (Rio Tinto e Mamanguape)	06
CE	04
CBiotec	01
CT	18

Fonte: CPPRAD



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quanto à integração dos procedimentos correicionais da UFPB ao CGU/PAD, informa-se que não foi integralizada tal atividade. Em razão dos poucos funcionários que trabalhavam na CPPRAD, não era possível a realização dos procedimentos correicionais, alimentação do sistema e execução da rotina administrativa do setor de forma absoluta.

Tendo em vista esse quadro, no ano de 2016, houve uma completa mudança no setor, passando-se de 02 servidores fixos, além da Presidenta da Comissão, para 07 servidores fixos – número alcançado apenas em dezembro de 2016. Diante dessa nova realidade, que ainda carece de estrutura física completa, o setor está realizando um planejamento de gestão 2017-2018, buscando a total aderência do registro das informações relativas a processos disciplinares ao CGUPAD.



4.4 Gestão de riscos e controles internos

Ao longo de 2016 percebeu-se a necessidade de modernização das resoluções e regimentos institucionais para adaptar-se aos novos paradigmas de boa governança. Tal constatação decorre das novas exigências de informações necessárias ao preenchimento do relatório de gestão.

A gestão de riscos e controles internos das IFES é um tema recorrente no fórum de debate de aprimoramento de gestão universitária. Como consequência da edição Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 1, de 10/05/2016, criou-se um grupo de trabalho no Fórum de Planejamento e Administração das Universidades Federais – FORPLAD, coordenada pela Comissão de Planejamento e Avaliação.

Como resultado do Grupo de Trabalho em Gestão de Risco, elaborou-se um relatório com parâmetros norteadores para a construção da política de gestão de riscos dividida em capítulos de devem abranger: I) princípios e objetivos organizacionais; II) competências e responsabilidades para a efetivação da gestão de riscos no âmbito do órgão ou entidade; III) diretrizes sobre: a) como a gestão de riscos será integrada ao planejamento estratégico, aos processos e às políticas da organização; b) como e com qual periodicidade serão identificados, avaliados, tratados e monitorados os riscos; c) como será medido o desempenho da gestão de riscos; d) como serão integradas as instâncias do órgão ou entidade responsáveis pela gestão de riscos; e) a utilização de metodologia e ferramentas para o apoio à gestão de riscos; e, f) o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos em gestão de riscos;

Portanto, a política de gestão de riscos deve conter pelo menos esses três capítulos, além de criar o comitê de gestão de risco, como apregoa o art. 23 da referida IN. Conforme o prazo estabelecido pela própria IN, a UFPB tem até 09 de maio de 2017 para implementar a política de gestão de riscos.

Como o relatório do GT em gestão de riscos só foi finalizado ao final de 2016, entende-se que a maioria das IFES que acompanham o FORPLAD está em estágios embrionários de implantação da política de gestão de riscos. A UFPB não é diferente.

A Pró-Reitoria de Administração como forma fomentar a interação entre a área técnica e o setor administrativo realizou seleção de estagiário em Ciências Atuariais (Ciência que analisa risco) para servir de elo entre os docentes do referido curso e a avaliação de risco nas contratações administrativas. Além disso, a Pró-Reitoria de Administração recomenda que o Assessor Especial (membro do Comitê de Gestão em Riscos) seja presidido por um dos Docentes Atuários da UFPB. Inclusive, o atual Pró-reitor de Administração foi docente do referido curso.

Acredita-se que Comitê de Gestão de Riscos com a participação ou coordenação de docente especializado em gestão de riscos inculirá rigor científico no Comitê de Gestão de Riscos. Ainda que o referido comitê não tenha sido instituído até o final de 2016 espera-se que até a data limite estabelecida na IN, a UFPB tenha submetido à Política de Gestão de Riscos em contratos administrativos ao Conselho Superior Universitário–CONSUNI conforme diretrizes estabelecidas pelo relatório do GT de Gestão de Riscos do Fórum Nacional de Pró-Reitores (FORPLAD).



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Ao analisar as informações relativas a gestão de riscos no relatório de gestão de 2015, a UFPB continua a empreender esforços em prol da modernização das resoluções, mormente, na delimitação das atribuições regimentais da auditoria interna e controle interno seguindo parâmetros objetivos conforme a doutrina mais vanguardista em contabilidade pública.

Para os próximos exercícios, a UFPB almeja implementar a política de gestão de riscos nos termos da IN MPOG/CGU nº 01 de 10/05/2016 conforme cronograma a ser definido quando da aprovação da referida política em reunião do CONSUNI. Eventuais limitações de implantação deverão ser apontadas de forma circunstanciada com o objetivo de subsidiar a gestão universitária com informações para o processo de tomada de decisão e solução de pendências apresentadas.



5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

No tocante à gestão de pessoas na UFPB, é apresentado a seguir um detalhamento das ações dessa área no que diz respeito à: Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho; Acumulação de Cargos; Funções e Empregos; Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho; Disciplina; Reposição de Quadro e Automatização de Procedimentos e Processos.

❖ Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

A PROGEP é responsável pela elaboração e execução do Plano de Capacitação e Qualificação dos servidores da UFPB, que tem como objetivo desenvolver os servidores docentes e técnico-administrativos em educação por meio de ações de capacitação, qualificação e educação profissional, vinculadas ao planejamento institucional, potencializando o desenvolvimento das competências individuais e coletivas, bem como do desenvolvimento integral e valorização da qualidade de vida, buscando a excelência dos serviços prestados e o alcance das metas institucionais.

A elaboração deste Plano obedece ao disposto na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituída pelo Decreto 5.707/2006 e no Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pelo Decreto 5.825/2006.

Buscando alinhar o nosso modelo de Gestão de Pessoas às diretrizes e finalidades do Decreto 5.707/2006, a PROGEP está gradativamente implementando o Sistema de Gestão por Competências, por meio da Resolução CONSUNI Nº 23/2012. O artigo 2º do supracitado Decreto define a Gestão por Competências como “a gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição”. Essa definição reforça a importância das competências dos servidores para o alcance dos objetivos organizacionais e vincula competência com o desempenho. O Sistema de Gestão por Competências propõe consolidar-se como uma política de desenvolvimento e autodesenvolvimento para todos servidores, promovendo a conscientização do servidor sobre o seu papel no desenvolvimento das competências institucionais através de programas de capacitação por competências orientados para este fim.

Na dimensão da Capacitação por Competências, o Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores da UFPB – Exercícios 2016-2017 está balizado pelas diretrizes estratégicas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, pela avaliação das ações realizadas no exercício anterior e pelo Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC dos servidores.

Realizado no final do ano de 2015, o Levantamento de Necessidades de Capacitação, contou com a adesão de diversas unidades acadêmicas e administrativas da UFPB, o que resultou



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

em um detalhado relatório das demandas de capacitação por ambiente organizacional em três aspectos: a competência a ser desenvolvida pelo servidor, a ação de capacitação que desenvolverá a competência e o quantitativo de servidores que necessitam realizar a ação.

Em outra frente, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PRPG e a PROGEP redobram os esforços, no sentido de investir no Plano de Qualificação Institucional – PQITEC/UFPB, institucionalizado no Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores – Exercício 2013. O PQITEC/UFPB tem como objetivo qualificar servidores técnicos administrativos na realização de cursos de pós-graduação, *stricto* e *lato sensu* na própria instituição ou em outras instituições nacionais e estrangeiras.

O programa atua na prospecção de vagas para servidores nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, possibilitando a formação de mestres e doutores na própria Instituição, como também apoiará a qualificação dos técnico-administrativos em instituições nacionais e estrangeiras. Outra ação do PQITEC-UFPB é o investimento na criação de mestrados na modalidade profissional, nos termos da PORTARIA NORMATIVA Nº 7, DE 22 DE JUNHO DE 2009 (BRASIL, 2009), nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia, Enfermagem, Pedagogia e Ciências da Informação. Foram apresentados vários APCNs à CAPES no exercício passado e estamos aguardando a aprovação dos mesmos.

O Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores da UFPB – Exercícios 2016-2017 se constitui em um valioso instrumento de mobilização dos conhecimentos, saberes e atitudes dos servidores no esforço conjunto e exitoso no alcance dos objetivos institucionais de excelência e referência em gestão pública entre as Instituições Federais de Educação Superior Brasileiras.

Segue abaixo a listagem de cursos ofertados à força de trabalho da UFPB no ano de 2016, com a descrição do público alvo e número de pessoas treinadas.

Quadro 63 - Cursos Ofertados aos servidores da UFPB em 2016.

CURSO	Nº Treinados	PÚBLICO ALVO
CAPACITAÇÃO GESTÃO DE COMPRAS - CCHSA - CAMPUS III	14	Técnico-Administrativos e Docentes
FERRAMENTA REQUISIÇÃO DE MATERIAL NO SIPAC	28	Técnico-Administrativos e Docentes
FERRAMENTA REQUISIÇÃO DE MATERIAL NO SIPAC - TURMA II	32	Técnico-Administrativos e Docentes
FORMAÇÃO DE GESTORES ACADEMICOS E ADMINISTRATIVOS - CAMPUS I	17	Técnico-Administrativos e Docentes
FORMAÇÃO DE GESTORES ACADEMICOS E ADMINISTRATIVOS - CCHSA	24	Técnico-Administrativos e Docentes
GINÁSTICA LABORAL - CCHSA - CAMPUS III	33	Técnico-Administrativos e Docentes
INFORMATICA BÁSICA - EXCEL - TURMA MANHÃ	17	Técnico-Administrativos e Docentes
INFORMATICA BÁSICA - EXCEL - TURMA TARDE	24	Técnico-Administrativos e Docentes



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

CURSO	Nº Treinados	PÚBLICO ALVO
INGLES PARA PROFICIÊNCIA	24	Técnico-Administrativos
SISTEMA DE CONCESSAO DE DIARIAS E PASSAGENS - SCDP -	20	Técnico-Administrativos
CURSO DE CAPACITAÇÃO CONHECENDO AS FUNCIONALIDADES DO SIPAC - CCHSA	13	Técnico-Administrativos e Docentes
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	12	Técnico-Administrativos e Docentes
FERRAMENTA REQUISIÇÃO DE MATERIAL NO SIPAC - TURMA IV	04	Técnico-Administrativos
FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOCENTE	15	Docentes
GESTÃO DE LABORATÓRIO	11	Técnico-Administrativos
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS - BÁSICO	11	Técnico-Administrativos e Docentes
LINGUAGEM, REDAÇÃO E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	13	Técnico-Administrativos e Docentes
METODOLOGIA DE TRABALHOS CIENTIFICOS	8	Técnico-Administrativos
OFICINA SOBRE A FERRAMENTA REQUISIÇÃO DE MATERIAL NO SIPAC - TURMA III	10	Técnico-Administrativos
A BIODANZA® NA PROFILAXIA DO ESTRESSE	09	Técnico-Administrativos e Docentes
QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO CLIENTE	09	Técnico-Administrativos
SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA	15	Técnico-Administrativos e Docentes
COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS E ORGANIZACIONAIS	08	Técnico-Administrativos e Docentes
FORMAÇÃO DE COORDENADORES DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO	51	Técnico-Administrativos e Docentes
INGLÊS PARA PROFICIÊNCIA - TURMA 2	20	Técnico-Administrativos e Docentes
SEGURANÇA DO TRABALHO - CCHSA	11	Técnico-Administrativos e Docentes
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS APLICADOS A UFPB	10	Técnico-Administrativos
ADMINISTRANDO CONFLITOS NAS ORGANIZAÇÕES	20	Técnico-Administrativos e Docentes
AGENTES DE GESTÃO DE PESSOAS DE CENTROS ACADÊMICOS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS	17	Técnico-Administrativos
CONSCIÊNCIA CORPORAL E BEM-ESTAR: TAI CHI CHUAN NA PRÁTICA	09	Técnico-Administrativos e Docentes
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA – CAMPUS III - CCHSA	09	Técnico-Administrativos
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA - CAMPUS I - JOÃO PESSOA	21	Técnico-Administrativos
ENCONTRO DE GESTÃO DE DESEMPENHO - SGDCOM - CCEN - CBIOTEC - CI - CTDR	10	Técnico-Administrativos e Docentes
ENCONTRO DE GESTÃO DE DESEMPENHO - SGDCOM - CCHLA -CCTA - CE	05	Técnico-Administrativos e Docentes
ENCONTRO DE GESTÃO DE DESEMPENHO - SGDCOM - CCJ - CT - CCSA - CEAR	04	Técnico-Administrativos e Docentes



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

CURSO	Nº Treinados	PÚBLICO ALVO
ENCONTRO DE GESTÃO DE DESEMPENHO - SGDCOM - CCS - CCM - ETS	02	Técnico-Administrativos e Docentes
ENCONTRO DE GESTÃO DE DESEMPENHO - SGDCOM - REITORIA	03	Técnico-Administrativos e Docentes
INICIAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO	109	Técnico-Administrativos
INTEGRADO DE SISTEMA: SIPAC, SIGRH E SIGAA	15	Técnico-Administrativos e Docentes
SISTEMA SIGAA - CAMPUS III	12	Técnico-Administrativos e Docentes
CAPACITAÇÃO EM NOVAS TECNOLOGIAS PARA ATIVIDADE DOCENTE – AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM MOODLE	04	Docentes
GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO - CCHSA	13	Técnico-Administrativos e Docentes
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS - AVANÇADO	07	Técnico-Administrativos e Docentes
SISTEMA SIGAA TURMA CCS-DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA	16	Técnico-Administrativos e Docentes
CONSCIENTIZAÇÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	36	Técnico-Administrativos e Docentes
CURSO BÁSICO DE PRIMEIROS SOCORROS	15	Técnico-Administrativos e Docentes
PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	20	Técnico-Administrativos
RELAÇÃO DOCENTE ALUNO	14	Docentes
SEGURANÇA DO TRABALHO - CCA	22	Técnico-Administrativos e Docentes
SISTEMA INTEGRADO SIGRH, SIPAC E SIGAA - CAMPUS III - CCHSA	11	Técnico-Administrativos e Docentes
SISTEMA INTEGRADO SIGRH, SIPAC E SIGAA - CCAE	22	Técnico-Administrativos e Docentes
SISTEMA INTEGRADO SIPAC, SIGRH E SIGAA - CAMPUS I - TURMA 1	25	Técnico-Administrativos
SISTEMA INTEGRADO SIPAC, SIGRH E SIGAA - CAMPUS I - TURMA 2	24	Técnico-Administrativos
SISTEMA INTEGRADO SIPAC, SIGRH E SIGAA - CAMPUS I - TURMA 3	23	Técnico-Administrativos
ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS - CCHSA	06	Técnico-Administrativos
SISTEMA SIGAA - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS I	07	Docentes
CONSCIÊNCIA CORPORAL E BEM-ESTAR: TAI CHI CHUAN NA PRÁTICA – TURMA 02	09	Técnico-Administrativos e Docentes
CONSCIENTIZAÇÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 02	34	Técnico-Administrativos e Docentes
CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA - PREZI	10	Técnico-Administrativos e Docentes
CURSO EXCEL AVANÇADO	17	Técnico-Administrativos e Docentes



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

CURSO	Nº Treinados	PÚBLICO ALVO
SISTEMA INTEGRADO SIGRH, SIPAC E SIGAA - CAMPUS II - CCA - AREIA	14	Técnico-Administrativos e Docentes
IX SEMANA DO SERVIDOR DA UFPB - ABERTURA	186	Técnico-Administrativos e Docentes
IX SEMANA DO SERVIDOR DA UFPB - CAMINHADA	68	Técnico-Administrativos e Docentes
IX SEMANA DO SERVIDOR DA UFPB - GATRONÔMICO	65	Técnico-Administrativos e Docentes
IX SEMANA DO SERVIDOR DA UFPB - FUTEBOL	133	Técnico-Administrativos e Docentes
IX SEMANA DO SERVIDOR DA UFPB – SHOW DE TALENTOS	156	Técnico-Administrativos e Docentes
IX SEMANA DO SERVIDOR DA UFPB – GASTRONÔMICO - CCAE	40	Técnico-Administrativos e Docentes
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS	1696	

Fonte: PROGEP

A avaliação dos resultados obtidos pelo Plano de Capacitação no ano que se encerrou pode ser evidenciada no indicador de Educação Continuada.

Educação Continuada

A educação continuada dos servidores técnico-administrativos da UFPB é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, por meio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas e da Divisão de Educação e Capacitação Profissional. Em 2016 foram certificados pelo Plano Anual de Capacitação um total de 1.696 servidores, em 67 ações de capacitação, perfazendo um percentual de 26,76% do total de servidores efetivos da UFPB.

Fórmula/Memória de Cálculo:	= 1696/6338
Total de servidores capacitados / Força de Trabalho * 100	= 0,276
Indicador de Educação Continuada – UFPB – 2016	= 26,76%
Fonte: DECP/PROGEP	

*Força de Trabalho: servidores, cargos efetivos, temporários (substituto+visitantes) e outros.

Destacamos ainda que, dentre os servidores capacitados, 109 são gestores e 101 docentes. Houve um crescimento significativo no índice de educação continuada, uma vez que a meta física reprogramada para o exercício foi 1.500 servidores capacitados, alcançando assim 113% da meta.

As ações de capacitação compreenderam 12 diferentes linhas de desenvolvimento, diretamente alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI e ao arcabouço legal das carreiras dos técnico-administrativos e magistério superior.



Como elemento de reforço às ações mencionadas, desde 2014, se encontra consolidado definitivamente o módulo de capacitação do SIGRH como sistema de gerenciamento eficiente e eficaz do plano de capacitação, utilizando-o em todas as fases do processo, que inicia a partir do levantamento das necessidades institucionais por ambiente organizacional de trabalho das unidades acadêmicas e administrativas e vai até a certificação dos participantes.

A PROGEP mantém ainda parceria com dois cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu - o Mestrado Profissional de Gestão em Organizações Aprendentes e o Mestrado Profissional em Política, Gestão e Avaliação da Educação Superior na UFPB. E, de forma articulada com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que elaborou o Programa de Qualificação Institucional-PQI, com vagas ilimitadas para mestrado e doutorado, destinadas a servidores da Instituição.

Assim, com esse conjunto de ações realizadas nesse campo, é fato que o indicador de educação continuada dos servidores da UFPB, caminha numa perspectiva crescente, consolidando uma política de desenvolvimento de pessoal que tem como objetivo garantir a qualidade e excelência do trabalho realizado na Instituição.

❖ **Acumulação de Cargos, Funções e Empregos**

A Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos - CPACE tem por atividade fim a averiguação da situação funcional dos servidores, desta Universidade Federal, no tocante à acumulação de cargos. Para tanto, a Comissão atua desde o ingresso do servidor na instituição, momento em que é analisada a existência de vínculos empregatícios do interessado, a partir da apresentação de documentos (declarações de outros órgãos e Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS), que comprovem situação funcional regular. Após essa análise, é emitida Declaração quanto à licitude da situação funcional necessária para a posse em cargo público. A CPACE também atua em processos de afastamento, mudança de regime de trabalho e demandas de auditorias internas e externas (CGU, TCU e MPF).

A partir de 2014, com a reestruturação da Comissão, algumas rotinas de trabalho foram implementadas. Como exemplo disso, passaram a ser efetuadas consultas ao SAGRES, CNES, Portal da Transparência e Plataforma *Lattes*, visando obter informações acerca da existência de possíveis vínculos laborais dos servidores com outras instituições. Tais consultas foram incorporadas aos procedimentos de atuação da CPACE, ampliando assim, preventivamente, as formas de identificação e apuração de possíveis acumulações ilícitas de cargos.

No ano de 2016, em atendimentos de rotina, a Comissão emitiu **502** declarações para posse em cargo público e contratação de professor substituto, sendo **96** declarações emitidas para fins de afastamento de servidor técnico-administrativo ou docente. Tivemos, ainda, a conclusão de **164** processos administrativos, oriundos de auditoria da CGU, e **66** pareceres para fins de mudança de regime de trabalho.

Registre-se, por fim, como ponto merecedor de destaque, que houve nova reestruturação desta Comissão Permanente no ano de 2016, com ingresso de novos servidores, oriundos do



concurso público vigente, formando a nova composição da CPACE/PROGEP, com três servidores públicos, todos com conhecimento na área jurídica. Por consequência, houve sensível alteração de procedimentos nos processos administrativos, visando dar respostas mais ágeis às Solicitações de Auditorias da CGU, especialmente quanto aos processos de reposição ao erário, nos casos de acumulação ilegal de cargos.

❖ **Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho**

- **Assistência, Perícia e Promoção à Saúde**

A UFPB conta com o Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS, vinculado à Coordenação de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho – CQVSS/PROGEP, que trabalha com base na Política Nacional de Saúde do Servidor Público Federal, coordenando ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícias, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores.

Em 2016 o SIASS contou com uma equipe multiprofissional composta por psicólogos, assistentes sociais, odontólogo, enfermeiras e técnicos administrativos para acompanhar, avaliar, orientar e encaminhar servidores e familiares em perícia médica e para atuação em demandas relacionadas ao relacionamento interpessoal no trabalho. Nesse sentido, além de realizarem o acolhimento inicial de todos os servidores submetidos à perícia no SIASS, a equipe multiprofissional também faz escuta de servidores e respectivas chefias, em busca do bem-estar nos ambientes de trabalho, intervenção nas situações mais delicadas que demandem apoio especializado. Em 2016 foram realizadas 1.260 Perícia Singular, 268 Juntas Médicas, 07 atendimentos psicológicos, 96 atendimentos sociais e 01 visita domiciliar, bem como intervenções relativas a ausências ao trabalho e a situações de assédio moral, com visitas da equipe aos locais de trabalho, escuta do servidor, da chefia, e da família (quando necessário).

Além disso, no primeiro semestre de 2016, a equipe multiprofissional, realizou avaliação social de alunos requerentes do benefício de auxílio alimentação para fins de concessão deste.

Em relação ao índice de adoecimento dos servidores da Universidade, contatou-se em 2016 que houve a concessão de 287 licenças para tratamento de saúde inferiores a quinze dias, 78 licenças gestante/adotante, 951 licenças para tratamento de saúde a partir de quinze dias, e 105 licenças para acompanhamento de pessoa da família.

No escopo da política adotada nesse campo, com a finalidade de fortalecer o trabalho de promoção à saúde do servidor, ações nesse sentido foram incluídas no Plano de Capacitação dos Servidores. Com isso, foram realizadas ações de promoção à saúde, na forma de cursos, oficinas e campanhas, alcançando a participação de 586 servidores.



Na Semana do Servidor, que envolvem técnico-administrativos, professores e terceirizados, foram realizadas diversas atividades entre palestras, oficinas, campanha de prevenção e promoção a saúde, orientações e avaliações em saúde e beleza, exercícios laborais, concurso Gastronômico, além de outras que trataram de assuntos como Alimentação e Saúde, Corpo e Movimento, Nutrição Celular e Foto envelhecimento.

- **Vigilância aos Processos e Ambientes de Trabalho**

A Divisão de Segurança do Trabalho realizou visitas técnicas a todos os *campi* da UFPB para avaliar as condições de trabalho nessas localidades, emitindo recomendações relativas aos ambientes e ao uso dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva pelos servidores e estudantes. Nesse sentido, foram realizados cursos de capacitação em segurança do trabalho nos *campi* I, II e III, com foco na legislação vigente e nas recomendações e procedimentos no sentido de promover ambientes de trabalho salubres e de prevenir acidentes.

Em relação às concessões dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, foram revisados 530 laudos de insalubridade, atendendo ao cronograma estabelecido pela Controladoria Geral da União para a revisão de todos os laudos concedidos pela Universidade.

A respeito da realização dos Exames Médicos Periódicos – EMPs –, foi promovido processo licitatório para a contratação de empresa que fornecesse os respectivos exames aos os servidores da UFPB. Em decorrência disso, foi credenciada a empresa *A&F Serviços de Medicina Ocupacional Ltda.* para a execução dos serviços. Com os cortes no orçamento realizados pelo Governo Federal, não foi possível a realização dos Exames no ano de 2016, por falta de recursos da UFPB, mas a Instituição já conseguiu a dotação dessa verba e irá ofertar, por meio da empresa supracitada, os Exames Médicos Periódicos no ano de 2017.

- **Concessão de Benefícios aos Servidores**

Com a implantação dos módulos do SIGRH relativos a todos os benefícios, consolidamos em 2016, 1.164 recadastramentos do plano de saúde, implantação 149 novos auxílios pré-escolares, 140 auxílios natalidade, 351 cadastros de dependentes, todos os auxílios foram lançados no SIGRH e cadastrados no SIAPE, representando mais de 80% de cadastros sem abertura de processo físico. Isso trouxe avanços no que diz respeito à economia de papel, à celeridade da análise processual e à segurança das informações prestadas pelo servidor.

Em 2016 foram concedidos um total de 113 auxílios funeral. Na concessão desse benefício buscou-se aperfeiçoar os processos de trabalho envolvidos, de forma que se obteve o cumprimento do prazo legal na tramitação dos autos e na concessão do respectivo auxílio aos familiares do servidor, considerando os processos encaminhados devidamente instruídos.



- **Disciplina**

O indicador de disciplina, além de promover o acompanhamento dos atos disciplinares que a instituição adota em relação aos servidores em faltas, retrata também o nível de comprometimento desses com a instituição.

O sistema de correção da UFPB é de responsabilidade da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPRAD, que para se adequar ao Sistema Geral de Correição, estabelecido pelos normativos da CGU-PAD normatizou suas competências por meio da Resolução CONSUNI nº 26/2013.

Seguem alguns números referentes aos processos instaurados, prescritos e por instaurar no âmbito da CPPRAD (Lembrando que os casos de suspensão até 30 dias não são de competência desta Comissão Permanente, mas dos próprios Centros de Ensino da UFPB, e, portanto, não integram o presente relatório):

- Processos Administrativos (PADs) instaurados em 2016: 14 (11 ordinário e 3 sumários)
- PADs julgados em 2016: 09 relatórios finais, sendo 03 de processos administrativos disciplinares sumários e 06 de processos administrativos disciplinares ordinários.
- Número de Processos Prescritos: 02

- **Reposição de Quadro versus Vacâncias**

A reposição do quadro de servidores está balizada pelos Decretos nº 7.312/2010 e nº 7.232/2010 que tratam, respectivamente, do Banco de Professor Equivalente – BPEq e do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos – QRSTA. Referidos relatórios gerenciais são instrumentos de gestão que viabilizam a reposição automática do quadro profissional da Instituição.

No ano de 2016 houve a abertura de 05 (cinco) editais para Professor do Magistério Superior, que resultaram no provimento de 117 vagas. No âmbito do QRSTA, foram providas 262 vagas de Servidores Técnico-Administrativos em Educação. Ressalta-se que para EBTT ocorreram 4 (quatro) provimentos

Consolidamos e publicamos o QRSTA e o BPEq no âmbito da UFPB, com a ressalva de que o QRSTA não abrange os cargos de nível A e B (nível de apoio), de forma que não há reposição por aposentadoria desses cargos.

O quadro abaixo transcreve a proporção entre os provimentos e as vacâncias dos cargos no âmbito da UFPB, referentes ao ano de 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 64 - Proporção entre os provimentos e as vacâncias dos cargos em 2016.

CARGO	INDICADOR UFPB 2016
	VACÂNCIAxPROVIMENTO (reposição do quadro) Fórmula/Memória de Cálculo: (n° de provimentos em 2016 / n° de vacâncias em 2016) X 100
Professor do Magistério Superior	$117/83 \times 100 = 141\%$
Técnico-Administrativo em Educação	$262/152 \times 100 = 172,4\%$

Fonte: Siape

Obs.: A saber:

1. PROVIMENTO: Para ocupação de cargo levamos em consideração apenas os servidores ativos permanentes.
2. VACÂNCIA: Formas de desligamento do servidor no cargo, as quais detalhamos a seguir: ativo permanente, aposentado e instituidor de pensão.

- **Rotatividade**

O índice de rotatividade dos servidores do quadro permanente de pessoal da UFPB, no período de 2016, foi 2,78%, conforme quadro a seguir.

Fórmula/Memória de Cálculo: (Ingressos + Egressos / 2) / Força de Trabalho*	= (276+77)/2/6338 (353/2)/6338 176,5/6338
Indicador de Rotatividade – UFPB e HULW – 2016	2,78%
Fonte: Siape	

*Força de Trabalho: servidores, cargos efetivos, temporários (substituto+visitantes) e outros.

- **Automatização de Procedimentos e Processos**

O indicador de automatização de procedimentos e processos está relacionado com as ações de melhoria e modernização do serviço público. Conforme já mencionado no relatório de gestão desde 2013, a UFPB iniciou a implantação dos sistemas institucionais, denominados SIGs, quais sejam: SIGRH: Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - Com todos os Módulos implantados: Férias, Capacitação, Avaliação de desempenho (incluído avaliação para estágio probatório), Plano de Trabalho, Plano de saúde, Exame Periódico, Solicitações eletrônicas entre outros módulos e uma variação extensa de funcionalidades. Para o SIGRH, os módulos implantados inicialmente eram 21 módulos e passou para 23 (evoluções tecnológicas para atendimento de demandas existentes); SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas e o SIPAC: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, implantado em 17 de dezembro de 2013, como o sistema oficial do Protocolo. Após a implantação de todos os



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

módulos no SIGRH, a PROGEP reúne esforços para treinamentos com a finalidade de operacionalizar o sistema em toda sua capacidade e assim pode usufruir da segurança de seus dados.

Continuamos ainda usando paralelamente outros sistemas como o Consulta SRH, Controle de Filas (Atendimento) e o Sistema de Ponto Eletrônico (SIPE). A PROGEP continua intensificando seus esforços para que tenhamos um serviço ofertado cada vez mais voltado ao atendimento ágil e eficaz em relação às demandas do servidor, quanto às suas dúvidas e demandas processuais.

Na perspectiva de imprimir mais orientação ao público que nos procura necessitando de agilidade e segurança no atendimento, em 2016 começamos o trabalho de Mapeamento de Processos. A ação também tem como objetivo a atualização do Manual do Servidor, ferramenta comprovadamente norteadora para nossos servidores e público externo também.

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A estrutura de pessoal na UFPB em 2016 é apresentada no Quadro 66 ao Quadro 74. Considerando a dimensão dessa variável na UFPB, organizados a apresentação dos resultados da seguinte forma:

Quadro 65 - Estruturação para apresentação dos resultados do quadro de pessoal na UFPB.

Variável	Unidade	Quadros
Força de Trabalho	UFPB+HULW	Quadro 66
	UFPB	Quadro 69
	HULW	Quadro 72
Distribuição da Lotação Efetiva	UFPB+HULW	Quadro 67
	UFPB	Quadro 70
	HULW	Quadro 73
Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	UFPB+HULW	Quadro 68
	UFPB	Quadro 71
	HULW	Quadro 74



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 66 - Força de Trabalho da UPC (UFPB+HULW).

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		6138	276	77
1.1. Membros de poder e agentes políticos		-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		6138	276	77
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		6085	273	75
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		3	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		11	2	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		39	1	-
2. Servidores com Contratos Temporários		171	133	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		962	743	3
4. Total de Servidores (1+2+3)		7271	1152	80

Fonte: Siape, dez 2016 (mais 29 não classificados)

Quadro 67 - Distribuição da Lotação Efetiva (UFPB+HULW).

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2795	3343
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2795	3343
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2742	3343
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	11	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	39	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	171
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	962	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	3757	3514

Fonte: Siape, dez 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 68 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (UFPB + HULW).

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	651	192	179
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	1	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	652	192	179

Fonte: Siape, dez 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 69 - Força de Trabalho da UPC (UFPB).

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	5366	266	72
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	5366	266	72
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	5313	263	70
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	3	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	11	2	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	39	1	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	171	133	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	673	615	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	6210	1014	75

Fonte: Siape, dez 2016

Quadro 70 - Distribuição da Lotação Efetiva (UFPB).

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2795	2571
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2795	2571
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2742	2571
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	11	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	39	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	171
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	673	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	3468	2742

Fonte: Siape, dez 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 71 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (UFPB).

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	639	192	179
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	1	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	640	192	179

Fonte: Siape, dez 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 72 - Força de Trabalho da UPC (HULW).

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	772	10	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	772	10	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	10	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	289	128	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	1061	138	5

Fonte: Siape, dez 2016

Quadro 73 - Distribuição da Lotação Efetiva (HULW).

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	-	772
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	772
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	772
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	289
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	1061

Fonte: Siape, dez 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 74 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (HULW).

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	12	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	12	-	-

Fonte: Siape, dez 2016

5.1.1.1 Análise Crítica em relação à Gestão de Pessoas

No que diz respeito à força de trabalho da instituição, esclarecemos que a quantidade de servidores disponíveis não consegue atender suficientemente as demandas institucionais desta IFE. Isto se deve pela expansão ocorrida tendo em vista a criação de novos cursos e aumento do número de estudantes com subdimensionamento do quantitativo de cargos.

Outro fator que contribui para a referida situação é que os mecanismos adotados para adequação das reposições de vagas às demandas, necessidades e especificidades institucionais não são plenamente suficientes, tendo vista que o Ministério da Educação, em função da limitação dos cargos vagos que dispõe, nos casos de permuta, atende só parcialmente os pedidos feitos pela instituição. Ademais, há defasagem e inadequação de cargos atualmente existentes em relação às necessidades institucionais projetadas a partir de novos cenários ocupacionais e novos ambientes de trabalho.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Ainda há uma retenção por parte do MEC de 76 códigos de vagas, o que dificulta ainda mais o atendimento das demandas institucionais.

A respeito da força de trabalho disponível, esclarecemos que esta IFE está estruturada em uma diversidade de unidades, com várias especificidades na área de ensino, o que demanda um corpo técnico (área meio) maior para dar suporte a força de trabalho da área fim em todos os turnos de funcionamento da instituição.

Por sua vez, os cargos comissionados estão em torno de 18% da força de trabalho disponível e são todos ocupados por servidores do quadro efetivo, ou seja, são cargos e funções apenas necessárias ao bom gerenciamento da instituição.

Quanto aos servidores próximos de aposentadoria, esclarecemos que a vantagem financeira do abono de permanência fez com que 1/3 da força de trabalho disponível se enquadrasse na situação de poderem se aposentar a qualquer momento. No entanto, visualizando este cenário, esta IFE realizou concursos tanto para as docentes como para técnico-administrativos e vem realizando os devidos provimentos, a fim de evitar dificuldades na continuidade do serviço.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Na Tabela 14 e na Tabela 15 são mostradas as despesas com pessoal na UFPB e no HULW, respectivamente.

Tabela 14 - Despesas do pessoal - UFPB

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	527.044.369,60	8.526.200,42	46.270.570,97	49.195.264,38	714,00	43.177.388,68	0,00	1.240.725,71	1.613.154,23	677.068.387,99
	2015	495.045.089,30	0,00	42.615.198,56	48.278.371,00	918,00	33.467.728,18	0,00	298.802,25	1.482.586,50	629.653.425,30
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	3.503,63	53.706,97	5.869,05	23.200,17	0,00	3.852,00	0,00	0,00	0,00	90.131,82
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	5.081.746,26	28.945,29	431.600,87	451.391,68	0,00	206.605,96	0,00	44.027,73	129.402,68	6.373.720,47
	2015	5.581.647,41	0,00	479.511,04	520.524,46	0,00	211.135,17	0,00	1.174,97	225.034,68	7.073.041,94
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	6.043.921,95	0,00	392.310,99	0,00	0,00	702.558,74	0,00	5.000,00	0,00	7.143.791,68
	2015	4.623.737,78	0,00	297.514,61	0,00	0,00	439.609,11	0,00	9.978,74	0,00	5.370.840,24

Fonte: Siape dez/2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Tabela 15 - Despesas do pessoal - HULW

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	70.711.750,75	28.789,53	6.396.382,37	19.999.140,66	646,00	5.860.106,88	0,00	76.612,44	130.451,20	103.203.879,83
	2015	69.254.993,48	-	6.122.144,48	21.574.798,01	2.550,00	5.144.249,93	-	15.856,63	181.694,68	102.337.749,80
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	3.503,63	53.706,97	5.869,05	23.200,17	0,00	3.852,00	0,00	0,00	0,00	90.131,82
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	4.928.754,63	1.842,18	421.078,69	387.329,77	0,00	168.135,45	0,00	0,00	3.841,80	5.910.982,52
	2015	4.676.933,55	0,00	390.220,13	599.019,67	0,00	156.595,88	0,00	0,00	5.590,56	5.828.359,79
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siape, dez/2016



5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Dentre as constatações identificadas podemos relacionar algumas dificuldades na gestão de pessoas geradoras de riscos como a rotatividade provocada pela atratividade de outros planos de carreira; a falta de critérios mais rígidos para a concessão de abono de permanência, o que ocasionou quase um terço da força de trabalho recebendo a referida vantagem e podendo se aposentar a qualquer momento; os baixos valores das funções gratificadas e dos cargos de direção que são incompatíveis com a complexidade das atribuições e responsabilidades gerenciais exercidas; mudanças constantes nos entendimentos relativos à aplicação de legislação na área de gestão de pessoas, bem como dificuldade na localização dos novos entendimentos; mudanças de sistemas e procedimentos sem a devida capacitação das instituições que operam os citados sistemas, gerando dificuldades na operacionalização, maior risco de equívoco e retrabalho dos atos emitidos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

No Quadro 75 são mostradas as informações acerca dos contratos de prestação de serviços vigentes na UFPB no ano de 2016.

Quadro 75 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.

Unidade Contratante						
Nome: Prefeitura Universitária - PU						
UG/Gestão: 153066						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit. ¹⁰
			Início	Fim		
2013	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - MAMANGUAPE E RIO TINTO - CAMPUS IV DA UFPB	14.237.134/0001-35	13/05/2015	12/05/2016	SEM EXIGÊNCIA	E
2013	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - CAMPUS I DA UFPB	07.442.731/0001-36	19/07/2016	18/07/2017	SEM EXIGÊNCIA	P
2013	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA (RECEPCIONISTA)	10.339.944/0001-41	16/11/2016	16/11/2017	ENSINO MÉDIO COMPLETO	P
2014	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS (MOTORISTA), A SER EXECUTADO DE FORMA CONTÍNUA NO ÂMBITO DAS UNIDADES VINCULADAS A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS I, II, III, IV, V (MANGABEIRA) E SANTA RITA	07.442.731/0001-36	19/01/2017	18/01/2018	SEM EXIGÊNCIA	P

¹⁰ Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Unidade Contratante						
Nome: Prefeitura Universitária - PU						
UG/Gestão: 153066						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit. ¹⁰
			Início	Fim		
2014	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ÂMBITO DOS CAMPI I AO IV DA UFPB	10.446.347/0001-16	30/10/2016	29/10/2017	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	P
2014	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM DIVERSOS CARGOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CAMPI I, II, III E IV DA UFPB	07.442.731/0001-36	08/12/2016	06/06/2017	ENSINO MÉDIO COMPLETO	P
2015	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM DIVERSOS CARGOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CAMPI I E III DA UFPB	07.442.731/0001-36	03/05/2016	03/05/2017	ENSINO MÉDIO COMPLETO	P
2015	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CAMPI II E III DA UFPB	10.339.944/0001-41	16/07/2016	15/07/2017	SEM EXIGÊNCIA	P
2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS CONTINUADOS - SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL - PARA OS POSTOS EXCLUSIVAMENTE DE PORTEIRO, PARA ATENDER AOS CAMPI I, II, III E IV	07.783.832/0001-70	02/08/2016	01/08/2017	ENSINO MÉDIO COMPLETO	P
2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DOS CAMPI I, II, III E IV DA UFPB, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	41.150.699/0001-53	22/10/2015	19/04/2016	FUNDAMENTAL INCOMPLETO À MÉDIO COMPLETO (VARIA DE ACORDO COM O CARGO)	E



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Unidade Contratante						
Nome: Prefeitura Universitária - PU						
UG/Gestão: 153066						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit. ¹⁰
			Início	Fim		
2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DOS CAMPUS I, II, III E IV DA UFPB, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	04.427.309/0001-13	17/05/2016	13/11/2016	FUNDAMENTAL INCOMPLETO À MÉDIO COMPLETO (VARIA DE ACORDO COM O CARGO)	E
2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CAMPUS IV (MAMANGUAPE E RIO TINTO) DA UFPB	02.567.270/0001-04	27/05/2016	26/05/2017	SEM EXIGÊNCIA	A
2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DOS CAMPUS I, II, III E IV DA UFPB, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	02.567.270/0001-04	03/10/2016	02/10/2017	FUNDAMENTAL INCOMPLETO À MÉDIO COMPLETO (VARIA DE ACORDO COM O CARGO)	A

Fonte: Prefeitura Universitária



5.1.4.1 Análise acadêmico-pedagógica da contratação de estagiários no âmbito da UFPB

No âmbito da UFPB, a contratação de estagiários atende desde as legislações federais - Lei Nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, e a Orientação Normativa MPOG Nº02/2016, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal – até às legislações institucionais - a resolução do CONSEPE/UFPB Nº16/2015, que aprovou o regulamento dos seus cursos regulares de graduação, e a Instrução Normativa Conjunta PROGEP/PROPLAN/PRG/GR Nº01/2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação da contratação de estagiários, modalidade de estágio curricular supervisionado não-obrigatório interno (bolsa-estágio), para o âmbito dos setores administrativos e acadêmicos da UFPB.

No âmbito do estágio curricular supervisionado não-obrigatório interno, a UFPB que, como autarquia federal, é detentora de autonomia, contrata estudantes para atuar como estagiários em seus diversos ambientes de trabalho, concedendo compulsoriamente bolsa-estágio, cujo valor é, atualmente, de R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais), sendo R\$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais) de bolsa e R\$ 132,00 (cento e trinta e dois reais) de auxílio-transporte, para uma carga horária de 20 horas semanais.

A contratação dos estagiários na UFPB é iniciada pelo planejamento e publicação do edital de seleção, organizado de forma descentralizada por cada unidade de recursos humanos da concedente (Pró-reitorias, Centros, Superintendência etc.).

Após a etapa de seleção, inicia-se a formalização de processo físico (cadastrado no SIPAC) para solicitação da contratação e pagamento da bolsa-estágio, instruído com o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e o Plano de Atividades de Estágio (PAE), bem como as demais documentações do estagiário (pessoais e acadêmicas). Em seguida, o processo tramita para a CEM/PRG (análise documental e acadêmico-pedagógica), para a CODEOR/PROPLAN (verificação da disponibilidade orçamentária e liberação de crédito), e para a DCPS/CPGP/PROGEP (cadastro e pagamento da bolsa-estágio no SIAPE), retornando à CEM/PRG, para arquivo e controle acadêmico-pedagógico.

Quanto à análise acadêmico-pedagógica, a CEM/PRG, compreendendo que o estágio é “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular [...]” (BRASIL, 2008), preocupa-se em verificar se a documentação submetida para contratação do estudante, a ser estagiário por meio do bolsa-estágio, está em consonância com o que determina a legislação em vigor, do ponto de vista pedagógico, tais como: matrícula e frequência regular, designação do supervisor e do professor orientador de estágio (com formação na área do curso do estudante), descrição das atividades constantes no Plano de Atividades de Estágio — PAE (vinculadas ao contexto do Projeto-Pedagógico do Curso - PPC).

No que concerne ao exercício financeiro de 2015 e 2016, conforme dados seguintes, percebemos que, apesar da queda na despesa com estagiários, houve um aumento na média



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

mensal dos estagiários: de 314 em 2015 para 351 em 2016. Esclarecemos que esse aumento não acarretou em acréscimo no investimento anual, devido à recente regulamentação da Instrução Normativa Conjunta PROGEP/PROPLAN/PRG/GR Nº01/2016, cuja normatização da “entrega do processo na PRG/CEM deve ocorrer 30 (trinta) dias antes do início da vigência do estágio”.

Quadro 76 - Contratações de estagiários na UFPB em 2015.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	297	1.063	1.100	1.214	2.459.978,20
1.1 Área Fim	297	1.063	1.100	1.214	2.459.978,20
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	15	20	28	30	46.128,00
2.1 Área Fim	15	20	28	30	46.128,00
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	312	1.083	1.128	1.244	2.506.106,20

Fonte: PRG

Quadro 77 - Contratações de estagiários na UFPB em 2016.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	600	1.158	1.170	1.206	2.206.531,56
1.1 Área Fim	600	1.158	1.170	1.206	2.206.531,56
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	13	18	22	27	42.496,00
2.1 Área Fim	13	18	22	27	42.496,00
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	613	1.176	1.192	1.233	2.249.027,56

Fonte: PRG

Salientamos, ainda, a diversidade de áreas contempladas com o bolsa-estágio, indo desde as das áreas de Ciências Humanas e Sociais (como os cursos de Biblioteconomia, de Arquivologia e de Pedagogia) e Ciências da Saúde (como os cursos de Enfermagem, de Medicina e de Terapia Ocupacional), até as das áreas de Ciências Exatas (como os cursos de Engenharia civil, de Ciências da Computação e de Engenharia Ambiental) e também Agronomia (como os cursos de Ciências Agrárias e de Agroindústria).

Nesse contexto, no âmbito dos setores administrativos e acadêmicos da UFPB, inferimos que esse ato educativo favorece a oportunidade de ampliação e fortalecimento de atitudes éticas, conhecimentos e competências necessárias ao exercício profissional, contribuindo para a formação acadêmica dos estudantes de Graduação da Universidade, sendo a integração teoria-prática o eixo dessa experiência formativa.



5.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

5.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

- I – Instituição normativa nº 3 de 15 de Maio de 2008.
- II – Instituição normativa nº 183 de 8 de Setembro de 1986.
- III – Lei nº 9.053, de 23 de Setembro de 1997.
- IV – Lei nº 8.112 de 11 de Dezembro de 1990.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

A utilização da frota de veículos é relevante para o atendimento da atividade fim da instituição, na extensão, pesquisa e ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação. A relevância da utilização da frota de veículos para o desenvolvimento destas atividades reside no sentido de aumentar a capilaridade do acesso de docentes e discentes em atividades extraclasse, especialmente para aulas de campo, visitas técnicas e participação em eventos em outras cidades. Além de propiciar o tralhado de docentes de outras IES para participarem de atividades na UFPB.

A frota de veículos também é utilizada para apoiar atividades administrativas, sobretudo pelo fato da UFPB ser uma instituição *multicampi*, além de dar suporte para a realização de serviços de manutenção hidráulica, elétrica, civil e de serviços gerais de todos os *campi*.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC

Quadro 78 - Quantidade de veículos da UFPB por Grupo.

Grupo	Quantidade
Serviços especiais	26
Serviços comuns	73
Institucional	56
Representação	3
Total geral	158

Fonte: Prefeitura Universitária



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos.

Quadro 79 - Consumo de combustível e quilometragem rodada por grupo de veículo.

Grupo	Quant./litro	Km / rodados	Km / litro	Média Km/grupo
Serviços especiais	14.880,00	160.704,00	10,8	6.180,92
Serviços comuns	245.910,09	1.500.051,55	6,1	20.548,65
Institucional	115.446,93	1.062.111,76	9,2	18.966,28
Representação	6.300,00	59.220,00	9,4	19.740,00
Total geral	382.537,02	2.782.087,31	7,2*	17.608,15

*Valor médio do Km/litro.

Fonte: Prefeitura Universitária

e) Idade média da frota, por grupo de veículos.

Quadro 80 - Idade Média dos veículos da UFPB, por grupo.

Grupo	Idade média (em anos)
Serviços especiais	6,64
Serviços comuns	7,51
Institucional	5,55
Representação	4

Fonte: Prefeitura Universitária

f) Despesas associadas à manutenção da frota

Quadro 81: Despesas com a frota de Veículos.

Despesas	Valor (R\$ 1,00)
Combustível	1.585.131,57
Manutenção Preventiva - Obrigatória	26.620,14
Manutenção Preventiva Corretiva de 01/16 à 31/12/16	519.547,40
Emplacamento e Licenciamento	53.363,12
Contrato de Motoristas Terceirizados	2.916.652,86
Pneus	7.270,96
Lubrificantes	2.639,11
Total	R\$ 4.760.973,05

Fonte: Prefeitura Universitária



g) Plano de substituição da frota

Atualmente não há plano para substituição da frota de veículos da UFPB, porém a meta é criar até final do ano de 2018 um plano específico para tal objetivo.

O que existe nesta IFES é uma política para a determinação de veículos inservíveis, sendo coordenada pela Pró Reitoria de Administração (PRA). A partir desta política, criou-se uma comissão para a realização de leilão dos veículos considerados inservíveis à administração, sendo considerado o tempo de uso e idade do veículo e os gastos com manutenção.

Para tanto utiliza-se como base legal o Art. 10 do decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008. Com relação aos veículos considerados antieconômicos ou irrecuperáveis, segue-se as determinações do Decreto nº 1.305, de 09 de novembro de 1994.

h) As principais razões da aquisição em detrimento da locação:

O alto custo de locação de veículos inviabiliza o aluguel, o valor mensal estimado para locação de um carro simples é de R\$ 1.800,00, totalizando cerca de R\$ 22.000,00 anuais, enquanto o custo para aquisição de um carro similar é de R\$ 40.000,00.

i) Estrutura de controles da Seção de Garagem Central – SGC/PU/UFPB

Atualmente o sistema de controle interno desta seção atua nos seguintes pontos:

- Controle de Consumo de abastecimento.
- Controle de Saída e Entrada de Veículos.
- Controle de Viagens (RTs).
- Execução de Revisões Periódicas da frota em Garantia.
- Encaminhamento p/ Manutenção Corretivas.
- Controle de emplacamento de veículos.
- Relatórios mensais, (EX: Processo de pagamento do consumo de combustível).
- Monitoramento de processos.

A UFPB utiliza um sistema operacional para controlar sua frota da seguinte forma:

- Viagens: Através das autorizações de viagens ou atividades (RT'S), onde ficam registradas destino do veículo, saída e chegada provável do veículo, data da viagem ou atividade local, nome do motorista e usuários e motivo da atividade.
- Combustível: Neste caso, é utilizado o cartão magnético onde toda a operação de abastecimento é registrada eletronicamente em tempo real, desde o momento do abastecimento, até a conclusão da transação eletrônica com as informações do veículo



abastecido placa, motorista, litros e o valor do abastecimento, posto de combustível, hora e data.

- **Manutenção e Reparos:** Em andamento a implantação do uso do cartão magnético para serviços de manutenção e reparos dos veículos da frota universitária, dando uma maior transparência e opções de escolha na prestação dos serviços a frota da UFPB.
- **SIGTRANS:** Em processo de implantação está o sistema SIGTRANS, que une todas as medidas acima citadas, e certamente estará contribuindo para oferecer um serviço de transporte eficiente, econômico e transparente a UFPB.

5.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Como indicado no item 'g', da seção anterior, existe nesta IFES uma política para a determinação de veículos inservíveis, sendo coordenada pela Pró-Reitoria de Administração (PRA). A partir desta política, criou-se uma comissão para a realização de leilão dos veículos considerados inservíveis à administração, sendo considerado o tempo de uso e idade do veículo e os gastos com manutenção.

Para tanto utiliza-se como base legal o Art. 10 do decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008. Com relação aos veículos considerados antieconômicos ou irrecuperáveis, segue-se as determinações do Decreto nº 1.305, de 09 de novembro de 1994.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Existem 21 imóveis localizados nos diversos municípios do Estado da Paraíba dos quais 04 ainda não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET:

- Predio da antiga Faculdade de Odontologia onde funciona atualmente o Nucleo de Artes Contemporânea – NAC e Teatro Lima Penante e CEFET – João Pessoa - PB;
- Centro Cultural Hermano José (Estão sendo realizados os tramites finais para realização do registro) – João Pessoa – PB;
- *Campus* de Mamanguape;
- *Campus* de Rio Tinto;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

No Quadro 82 é mostrado a quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UFPB em 2016. O detalhamento da situação é mostrado no Quadro 83.

Quadro 82 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA UF: PARAIBA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS EXERCÍCIO 2016
João Pessoa	13
Bananeiras	3
Areia	1
Rio Tinto	1
Mamanguape	1
São João do Cariri	1
Santa Rita	1
Subtotal Brasil	21

Fonte: DIPA/PRA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 83 - Imóveis Sob a Responsabilidade da UFPB.

UG	Situação	RIP	Estado de Conservação	Local	Valor Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)
153065	Ocupado	1921.00008.500-1	bom	Areia - PB	2.750.000,00	08.08.2012	2.750.000,00
153065	Ocupado	1931.00021.500-0	bom	Bananeiras - PB	2.550.000,00	31.12.2012	3.049.800,00
153065	Ocupado	1931.00023.500-0	bom	Bananeiras - PB	2.541.195,90	31.12.2012	3.039.270,29
153065	Ocupado	1931.00025.500-1	bom	Bananeiras - PB	14.486.999,79	31.12.2012	17.268.503,74
153065	Ocupado	2051.00107.500-0	bom	J. Pessoa - PB	908.864,00	31.12.2012	1.956.784,19
153065	Ocupado	2051.00179.500-2	bom	J. Pessoa - PB	86.037,95	31.12.2012	1.385.764,73
153065	Ocupado	2051.00180.500-8	bom	J. Pessoa - PB	196.909.452,71	31.12.2012	2.950.332,97
153065	Ocupado	2051.00181.500-3	bom	J. Pessoa - PB	238.050,60	31.12.2012	611.024,40
153065	Ocupado	2051.00182.500-9	bom	J. Pessoa - PB	184.416.404,73	31.12.2012	123.530.849,82
153065	Ocupado	2051.00183.500-4	bom	J. Pessoa - PB	77.307.162,85	31.12.2012	95.934.808,40
153065	Ocupado	2051.00184.500-0	bom	J. Pessoa - PB	415.739,94	31.12.2012	1.269.344,21
153065	Ocupado	2051.00185.500-5	bom	J. Pessoa - PB	8.541.929,07	31.12.2012	12.198.150,37
153065	Ocupado	2051.00186.500-0	bom	J. Pessoa - PB	622.943,61	31.12.2012	1.341.204,04
153065	Ocupado	2051.00199.500-1	bom	J. Pessoa - PB	243.168,75	30.12.2002	243.168,75
153065	Ocupado	2175.00276.500-3	bom	Santa Rita - PB	79.280,89	20.06.2011	79.280,89
153065	Ocupado	2181.00006.500-9	bom	S. João Cariri - PB	362.204,17	31.12.2012	753.384,67
153065	Desocupado	2051.00177.500-1	Ruim	J. Pessoa	174.349,88	31.12.2012	252.388,43

Fonte: DIPA/PRA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Informamos que a grande extensão do *campus* Universitário e o déficit de servidores na Divisão de Patrimônio - DIPA impossibilita o controle e gestão fisicamente destes imóveis, sendo mantidos apenas o controle administrativo relacionado ao registro e reavaliações contábeis no SPIUNET.

Como existe bem que se encontra em ruínas, a exemplo do prédio onde funcionou o antigo Instituto de Medicina Legal localizado no Centro Histórico da cidade, pode haver risco de possíveis invasões por parte de terceiros, devendo a administração tomar providências em relação a sua guarda.

No Quadro 84 a seguir apresenta os valores gastos com a manutenção dos imóveis da instituição de acordo com os planos internos (PI).

Quadro 84 - Valores gastos com a manutenção dos imóveis.

Plano Interno (PI)		Valores (R\$ 1,00)
Descrição (PI)	Nº PI	
Manutenção de Bens imóveis	N0000G1949N	2.989.307,86
Manutenção e instalação de equipamentos	F0000G0149N	162.772,16
Manutenção de Unidades acadêmicas	N0000G1913N	761.983,45
Pro Reitoria Administrativa	N0000G0103N	22.224,15
Total		3.936.287,62

Fonte: Prefeitura Universitária

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

5.2.4.1 Imóveis Cedidos a terceiros

- Imóvel situado à rua das Trincheiras nº 275, centro onde funcionou a antiga Faculdade de Odontologia, conforme Contrato de Cessão de Uso Gratuito entre a União e Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET, terreno medindo 1.995,00 m2 e benfeitorias com área de 1.537,47 m2, Processo 11479000071/99-43.

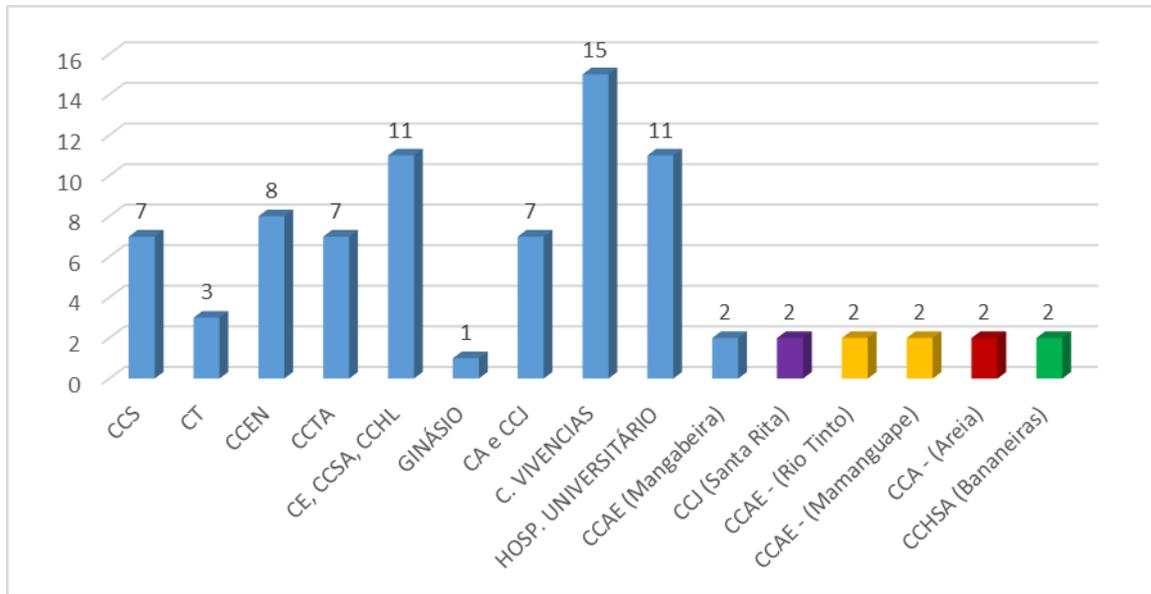
5.2.4.2 Cessão de espaços físicos

No que se refere aos imóveis passíveis de cessão, a Universidade Federal da Paraíba, no ano de 2016, contava com total de 82 (oitenta e dois) imóveis ou espaços com a possibilidade para cessão, distribuídos conforme mostra o gráfico a seguir.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Gráfico 3: Distribuição espaços para cessão Universidade Federal da Paraíba por *Campus* – 2016.



Fonte: Prefeitura Universitária

Dos 82 espaços, 88% estão localizados no *campus* I (João Pessoa) e os demais espaços nos outros *campi* da instituição. No ano de 2016, 75 (setenta e cinco) se encontravam ocupados com atividades associativas, bancárias, cooperativas, lanchonetes, livrarias e reprografias distribuídos, em todos os *campi* da instituição.

No início de 2016 a Universidade Federal da Paraíba, por meio da Prefeitura Universitária, realizou levantamento sobre a situação dos permissionários da instituição dentre as informações coletadas estão levantamento fotográfico de todos os espaços, bem como a elaboração das plantas baixas de todos.

As estruturas dos espaços seccionados pela Universidade para os permissionários executarem seus serviços se diferenciam em tamanhos e formas, em alguns casos, apenas o local para a colocação de “carrinhos”, “fiteiros” e “mostruários de livros” é cedido, conforme podemos observar no Quadro 85.

Quadro 85 - Relação dos permissionários na UFPB por Centro Acadêmico.

NOME PERMISSIONÁRIO*	ATIVIDADE	ÁREA (M ²)	LOCALIZAÇÃO
Luzia Pereira da Silva	Lanchonete	3,0	CCHLA
Antônio Olegário Fernandes Vieira	Livraria	-	CCHLA
Edilma Augusta Limeira da Silva	Livraria	5,99	CCHLA
Nanci Alves dos Santos	Lanchonete	37,49	CCHLA
Jose Ferreira de Brito Junior	Reprografia	20,44	CCSA
Luiz Felizardo dos Santos	Papelaria	1,54	CE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

NOME PERMISSIONÁRIO*	ATIVIDADE	ÁREA (M ²)	LOCALIZAÇÃO
Josinaldo da Costa Rodrigues	Lancheonete	59,30	CE
Sérgio Nunes Cabral da Silva	Reprografia	20,30	CE
Francisco Bandeira do Nascimento	Livraria	74,30	CE
Wagner Carlos Galdino Monte	Reprografia	40,55	CCHL
Ernesto Batista Mane (espaço fechado)	Lancheonete	58,52	CCS
Vamberto Herbert Galdino do Monte	Reprografia	49,00	CCS
Lourivaldo Marcelino de Lima		19,95	CCS
Antônio Vital de Andrade	Lancheonete	97,46	CCS
João Batista Freire Neto	Lancheonete	205,16	CCS
LAGOA PARQUE POSTAL	Reprografia	-	CCS
SINTESP	Associação de Classe	469,47	Próximo ao CCTA
Isa Maria de Oliveira e Silva	Lancheonete	111,56	Próximo ao CCTA
ASIP	Associação de Classe	203,62	Próximo ao CCTA
Maria José de V. Carneiro	Lancheonete	97,26	CCTA
Álvaro Alberto Palmeira ¹¹	Lancheonete	98,44	CCTA
Antônio Guerra	Lancheonete	70,47	CCTA
Caixa Econômica Federal	Bancária	620,03	CCTA
Genivaldo Fernandes Barbosa	Lancheonete	78,78	Centro de Vivências
Bartolomeu Gregório de Andrade	Lancheonete	28,41	Centro de Vivências
Gilson Lisboa Melo	Livraria	31,29	Centro de Vivências
Papel e Lápis Livraria e Papelaria LTDA.	Livraria/Papelaria	30,75	Centro de Vivências
Microserv Serviços Ltda..	Reprografia	13,24	Centro de Vivências
Edna Maria Santos Silva	Reprografia	5,6	Centro de Vivências
Michela Gomes Campelo	Papelaria	13,24	Centro de Vivências
Banco do Brasil	Bancária	653,66	Centro de Vivências
CREDUNI	Cooperativa	19,06	Centro de Vivências
AETC	Vale Transporte	16,47	Centro de Vivências
Empresa Brasileira de Correios	Correios	54,98	Centro de Vivências
Ernesto Inácio Filho	Banca de Revista	13,39	Centro de Vivências
ADUF	Associação de classe	392,04	Centro de Vivências
CODISMA	Cooperativa	157,99	Centro de Vivências
CREDUNI	Cooperativa	264,39	Centro de Vivências

¹¹ O espaço ocupado pelo permissionário pelo senhor Álvaro Alberto Palmeira foi devolvido a instituição e o imóvel se encontra fechado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

NOME PERMISSIONÁRIO*	ATIVIDADE	ÁREA (M ²)	LOCALIZAÇÃO
Geraldo Anacleto Reinaldo	Lancheonete	102,64	HU
Mauro Xavier Alves	Lancheonete	23,40	HU
Antenor Freire de Carvalho	Lancheonete	24,38	HU
João Ferreira de Lima	Lancheonete	25,41	HU
Luzinete de Moura Félix	Lancheonete	21,56	HU
Osvaldo Furtado de Souza	Lancheonete	32,70	HU
Severino Augusto do Nascimento	Lancheonete	56,05	HU
Marlene Maria da Conceição	Lancheonete	3,90	HU
Associação dos Servidores de Serviços Gerais	Associação de Classe	83,44	HU
UNICRED	Cooperativa	393,44	HU
Pedro Josias Leite	Livraria/Papelaria	10,24	HU
Fechado	Lancheonete	47,46	Prox. Ginásio
Ana Emília Ernesto Cavalcante Câmara	Lancheonete	39,56	CT
Claudio do Santos Rocha	Reprografia	15,77	CT
Alberto Lacerda Cavalcante ¹²	Lancheonete	101,20	CT
Giliard Bezerra de Souza	Reprografia	7,84	CCEN
FECHADO	Reprografia	6,41	CCEN
Enoque Correia da Costa	Lancheonete	75,58	CCEN
Banco Santander	Bancária	121,65	CCEN
Antônio Fernandes Barbosa	Lancheonete	85,88	CCEN
Luzilande Machado de Melo	Lancheonete	150,77	CCEN
Júlio Cesar da Silva	Reprografia	13,75	CCJ
Francisco Vieira Sobrinho	Lancheonete	70,50	CENTRAL DE AULAS
Maria do Livramento V. de Moraes	Lancheonete	70,50	CENTRAL DE AULAS
Paulo Roberto Barbosa da Silva	Reprografia	40,12	CENTRAL DE AULAS
Denystocles Bezerra Cavalcanti	Reprografia	40,12	CENTRAL DE AULAS
Marcos Medeiros Formiga	Reprografia	40,12	CENTRAL DE AULAS
Jailson Santos da Silva	Reprografia	22,10	CCHSA - Bananeiras
Gygliane Pimentel da Silva	Lancheonete	27,27	CCHSA - Bananeiras
FECHADO	Lancheonete	23,00	CTDR - Mangabeira
FECHADO	Lancheonete	23,00	CTDR - Mangabeira
Rosemary Xavier de Souza	Lancheonete	23,00	CCJ – Santa Rita
Thiago Lamede de Macedo Soares	Reprografia	23,00	CCJ – Santa Rita
Rosângela Batista da Silva	Lancheonete	101,66	CCAE-A -

¹² O espaço ocupado pelo senhor Alberto Lacerda Cavalcante foi devolvido a instituição e se encontra fechado



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

NOME PERMISSIONÁRIO*	ATIVIDADE	ÁREA (M ²)	LOCALIZAÇÃO
			Mamanguape
Sônia Maria da Silva	Reprografia	23,91	CCA-E-B - Mamanguape
FECHADO	Lanchonete	101,66	CCA-E-C - Rio Tinto
FECHADO	Reprografia	23,91	CCA-E-D - Rio Tinto

* A designação FECHADO nessa coluna indica que o espaço não se encontra em funcionamento.

Fonte: Prefeitura Universitária

5.2.4.2.1 Identificação dos permissionários e caracterização da cessão de uso dos espaços da UFPB em 2016.

A UFPB enquanto *campus* universitário descentralizado, data da década de 1970, desde então a utilização dos espaços por entes privados se dava sem as devidas normatizações oficiais, em desacordo a lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a qual estabelece a necessidade de participar e vencer uma licitação para estabelecer contrato de permissão de uso com a UFPB. Desta forma, a instituição realizou um levantamento sobre a ocupação de suas áreas públicas por particulares.

Atualmente, estão em curso na UFPB as providências necessárias à solução da situação como a notificação a todos os ocupantes, a preparação do processo licitatório, a atualização das normas internas que norteiam os procedimentos sobre o assunto e as demais medidas de gestão que a questão requer.

Em agosto de 2016, todos os permissionários ocupantes dos espaços dentro da instituição foram notificados pela prefeitura universitária para realizarem a desocupação dos espaços em um prazo de 45 dias a contar a partir da notificação.

Após a notificação dos ocupantes, a Defensoria Pública da União, visando o interesse público da comunidade universitária na continuidade da prestação dos serviços essenciais tais como cantinas e reprografias, recomendou que a UFPB se abstivesse de proceder a desocupação (ou exigi-la) dos espaços, de modo a tornar sem efeito as notificações expedidas anteriormente pela Prefeitura Universitária, até o término do processo licitatório que visa a outorga de permissões de uso para espaços.

No que tange as instituições financeiras (bancos) que funcionam nos *campi* da instituição não deverão se submeter a uma licitação pública. A dispensa de concorrer a licitação para continuar exercendo sua utilidade fim dentro dos *campi* UFPB beneficiará, a princípio, os bancos estatais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, conforme expressa a Lei 8666/1993. Nesses casos, os contratos poderão ser renovados, tendo apenas a revisão dos valores pagos. Além dos bancos, duas cooperativas de crédito (UNICRED e CREDUNI), existentes no *campus* I, podem ser beneficiárias da dispensa de licitação, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Universitário - CONSUNI.

No caso de instituições bancárias privadas, como o Banco Santander, existente no *campus* I, está ocorrendo uma avaliação por parte da Procuradoria Jurídica na UFPB, para se observar a



necessidade de licitação, pois o banco ao ser instalando dentro da instituição ainda era estatal (Banco do Estado de São Paulo - BANESPA), a posteriori, foi privatizado passando a Real ABN AMRO, e mais recentemente, Santander.

Instituição de Pesquisa

Dentro do *campus* da UFPB há apenas a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), como permissionário voltado para atividades de pesquisa.

Atualmente a RNP (processo 23074.080117/2016-76) solicita junto a universidade a elaboração de um termo de comodato, que de acordo com a Resolução 28/2014, é aplicado a entidades sem fins lucrativos, comprometidas com a promoção da educação, da saúde e da assistência social, bem como pelas entidades de classe e pessoas jurídicas que desenvolvam atividades de interesse social, tendo a validade de 10 anos.

Remuneração recebida pela UPC pela Cessão dos Espaços

Atualmente, o pagamento do aluguel (aluguel, água e energia) dos permissionários é realizado por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU que é enviada mensalmente, a todos permissionários cadastrados na Prefeitura Universitária, e deve ser paga até o dia 10 do mês subsequente. O não pagamento da GRU na data estipulada sujeita o cessionário ao pagamento de juros de mercado, conforme índice da taxa SELIC, e multa de 2%. Os valores mensais das GRU permissionário UFPB 2016 são mostrados no Quadro 86.

A cada 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo de permissão de uso, o aluguel é reajustado de acordo com o IGPM ou por outro índice que venha substituí-lo. A inadimplência motivada, pelo não pagamento de quaisquer das taxas, tais como energia, cessão de uso, água ou parcelas de eventual acordo, entre outras, que recaiam sobre o objeto do presente termo de cessão de uso, sujeitará a cessionária, além das penalidades previstas, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, nos casos de inadimplência das taxas de energia; suspensão do fornecimento de água, quando a inadimplência for causada pela falta do pagamento da taxa de água.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 86 - Valores mensais das GRU permissionário UFPB 2016.

VALORES MENSAIS DAS GRU PERMISSIONÁRIO UFPB 2016 (EM REAIS)													
Permissionário	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
ADUF-PB	801,05	864,56	1.121,98	1.121,98	1.263,40	683,35	1.542,41	923,84	1.077,53	1.204,97	1.125,79	1.167,74	12.898,60
AETC-JOAO PESSOA	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	138,80	1.665,60
ALBERTO L. CAVALCANTE	782,12	867,65	1.016,68	1.016,68	1.111,52	950,21	924,38	953,59	981,96	1.036,69	1.042,19	69,44	10.753,11
ALVARO ALBERTO P.DE ARRUDA	422,98	422,98	422,98	422,98	422,98	-	-	-	-	-	-	-	2.114,90
ANA EMILIA E. C. CAMARA	403,46	447,49	535,98	535,98	550,38	477,98	475,44	599,49	517,78	566,24	538,30	496,38	6.144,89
ANGELITA ANA DO NASCIMENTO	33,54	33,54	33,54	37,42	37,42	37,42	37,42	37,42	37,42	37,42	37,42	37,42	437,40
ANTENOR F. DE CARVALHO	439,79	424,55	436,82	436,82	453,76	427,09	438,09	428,36	435,13	476,25	471,17	477,52	5.345,35
ANTONIO FERNANDES BARBOSA	980,76	968,48	1.027,75	1.027,75	1.098,03	954,08	1.036,64	1.033,26	1.031,14	1.122,36	1.077,48	1.072,82	12.430,55
ANTONIO GUERRA	475,90	467,86	542,80	542,80	602,50	506,39	508,50	544,92	542,80	606,29	555,48	513,14	6.409,37
ANTONIO JOSE DOS SANTOS	520,59	520,59	520,59	520,59	520,59	520,59	520,59	520,59	566,98	566,98	566,98	566,98	6.432,64
ANTONIO OLEGÁRIO F. VIEIRA	77,72	77,72	77,72	86,71	86,71	86,71	86,71	86,71	86,71	86,71	86,71	86,71	1.013,55
ANTONIO VITAL DE ANDRADE	876,80	915,68	950,40	950,40	1.002,05	888,59	944,47	1.131,61	937,70	989,35	977,07	983,42	11.547,55
ASIP	210,42	192,22	265,89	265,89	273,93	146,07	114,74	104,15	174,01	241,66	214,66	224,82	2.428,47
ASSOC. DOS SERV. DIV DE SERV GERAIS	28,79	21,17	23,29	23,29	26,25	17,78	9,31	16,09	24,98	26,67	26,67	19,05	263,34
BANCO DO	8.875,11	7.730,26	8.255,69	8.255,69	8.724,81	6.789,07	7.770,91	7.462,68	7.355,99	8.120,49	8.462,42	8.491,80	96.294,91



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

VALORES MENSAIS DAS GRU PERMISSONÁRIO UFPB 2016 (EM REAIS)													
Permissãoário	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
BRASIL SA													
BANCO SANTANDER - Banespa	5.492,60	5.084,88	5.209,35	5.209,35	5.558,23	4.866,33	5.641,98	5.387,94	5.249,92	5.709,30	5.423,93	5.514,08	64.347,89
BANCO SANTANDER - Real	4.104,65	3.917,51	3.991,18	4.323,37	4.029,96	-	-	-	-	-	-	-	20.366,67
BARTOLOMEU G. DE ANDRADE	341,82	314,72	329,54	329,54	349,44	280,85	313,45	314,72	324,04	357,73	364,50	375,09	3.995,47
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	7.169,48	7.169,48	7.169,48	7.169,48	7.169,48	7.169,48	7.169,48	7.169,48	7.169,48	7.928,54	7.928,54	7.928,54	88.310,94
CARLA AZEVEDO F. MODESTO	144,08	144,08	144,08	144,08	144,08	144,08	144,08	144,08	144,08	144,08	144,08	144,08	1.728,96
CLAUDIO DOS SANTOS ROCHA	105,49	109,72	137,67	137,67	142,32	105,49	201,36	159,03	150,13	150,13	141,67	134,89	1.675,58
CLEVERTON T. DA SILVA	825,48	915,38	915,38	915,38	-	-	-	-	-	-	-	-	3.571,62
CODISMA	568,24	568,24	568,24	568,24	568,24	2.124,50	2.124,50	2.124,50	2.182,90	2.182,90	2.182,90	2.182,90	17.946,31
CREDUNI	826,04	826,04	892,64	892,64	892,64	892,64	916,35	892,64	892,64	892,64	892,64	892,64	10.602,19
DENYSTOCLES B. CAVALCANTI	327,55	419,01	465,16	465,16	434,67	387,68	376,67	456,69	460,08	382,00	442,12	405,71	5.022,48
EDILMA AUGUSTA L. DA SILVA	100,32	100,32	100,32	100,32	100,32	100,32	100,32	100,32	100,32	111,03	111,03	111,03	1.235,97
EDNA MARIA SANTOS SILVA	42,67	59,61	59,61	59,61	105,33	80,35	99,83	86,70	85,01	111,16	72,63	111,16	973,66
EMP. B. DE CORREIOS E TELEGRAFOS	1.104,69	1.104,69	1.104,69	1.104,69	1.104,69	1.181,50	1.181,50	1.181,50	1.181,50	1.181,50	1.181,50	1.181,50	13.793,95
ENOQUE CORREIA DA	570,31	610,95	685,89	685,89	715,95	629,58	639,32	654,56	673,19	705,77	704,87	698,94	7.975,24



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

VALORES MENSAIS DAS GRU PERMISSONÁRIO UFPB 2016 (EM REAIS)													
Permissãoário	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
COSTA													
ERIVAN FRANCELINO DA SILVA	74,58	74,58	79,76	79,76	79,76	79,76	79,76	79,76	79,76	79,76	79,76	79,76	946,76
ERNESTO INACIO FILHO	232,45	229,06	229,06	229,06	251,08	230,76	259,55	254,04	254,04	235,84	235,84	258,70	2.899,51
FRANCISCO B. DO NASCIMENTO	276,17	276,17	276,17	276,17	276,17	276,17	276,17	276,17	276,17	286,88	286,88	286,88	3.346,19
FRANCISCO VIEIRA SOBRINHO	432,04	438,39	492,16	492,16	546,36	468,45	481,58	492,59	487,08	569,18	539,54	569,18	6.008,72
GENIVALDO F. BARBOSA	722,97	674,28	861,00	861,00	1.101,48	829,24	1.106,56	937,63	927,04	1.046,06	956,72	985,94	11.009,92
GERALDO ANACLETO REINALDO	944,04	868,25	920,33	920,33	979,60	824,64	930,49	889,00	905,93	1.006,32	936,88	969,06	11.094,88
GILIARDI BEZERRA DE SOUTO	319,31	319,31	319,31	319,31	319,31	319,31	319,31	352,22	352,22	352,22	352,22	352,22	3.996,27
GILSON LISBOA MELO	109,50	108,23	111,19	111,19	120,76	117,80	118,22	119,07	120,76	118,65	116,95	118,65	1.391,00
GYGLLYANE P. DE SOUSA	149,31	149,31	149,31	162,89	162,89	162,89	162,89	162,89	162,89	162,89	162,89	162,89	1.913,94
ISA MARIA DE OLIVEIRA E SILVA	752,10	686,05	871,07	871,07	842,28	678,85	755,06	766,92	769,46	853,90	813,26	809,87	9.469,89
JAILSON SANTOS DA SILVA	100,55	100,55	100,55	100,55	100,55	100,55	100,55	100,55	100,55	100,55	100,55	100,55	1.206,60
JOAO BATISTA FREIRE NETO	1.390,49	1.509,37	1.679,15	1.679,15	1.773,14	1.503,87	1.641,89	1.628,77	1.646,13	1.707,52	1.668,99	1.707,52	19.535,99
JOAO FERREIRA DE LIMA	438,05	413,07	446,55	446,55	457,14	439,36	448,25	442,74	443,17	446,55	441,90	441,47	5.304,80
JOEMIL VASCONCELOS	29,33	29,33	32,88	32,88	32,88	32,88	32,88	32,88	32,88	32,88	-	-	321,70



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

VALORES MENSAIS DAS GRU PERMISSONÁRIO UFPB 2016 (EM REAIS)													
Permissãoário	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
SILVA													
JOSE FERREIRA DE B. JUNIOR	436,06	458,93	562,66	562,66	578,75	565,17	540,19	571,94	572,79	584,64	566,70	554,58	6.555,07
JOSINALDO DA C. RODRIGUES	41,92	41,92	41,92	46,76	46,76	46,76	46,76	46,76	46,76	46,76	46,76	46,76	546,60
JULIO CESAR DA SILVA	221,63	221,63	234,12	234,12	234,12	234,12	234,12	234,12	234,12	234,12	234,12	234,12	2.784,46
LAGOA PARQUE POSTAL LTDA.	711,29	737,96	791,73	791,73	789,61	751,51	724,84	774,37	778,18	853,49	897,10	806,50	9.408,32
LUIZ FELIZARDO DOS SANTOS	60,16	60,16	60,16	60,16	60,16	60,16	60,16	60,16	60,16	66,58	66,58	66,58	741,18
LUZIA PEREIRA DA SILVA	80,26	167,05	143,77	143,77	158,16	158,16	160,70	138,26	143,35	166,73	157,42	166,73	1.784,37
LUZILANDE MACHADO DE MELO	1.266,16	1.288,18	1.549,41	1.549,41	1.623,08	1.415,20	1.522,74	1.526,55	1.557,45	1.705,27	1.622,61	1.619,75	18.245,81
LUZINETE DE MOURA FELIX	322,05	295,37	312,31	312,31	330,09	275,90	304,69	288,60	299,61	343,00	330,30	318,86	3.733,08
MARCOS MEDEIROS FORMIGA	576,60	575,75	693,45	693,45	737,06	592,69	627,40	661,70	676,94	731,50	676,04	634,97	7.877,55
MARIA DAS GRACAS RIBEIRO	83,76	83,76	83,76	83,76	83,76	83,76	83,76	83,76	83,76	91,13	91,13	91,13	1.027,23
MARIA DO L. V. DE MORAIS	506,16	744,53	1.034,55	1.034,55	1.126,85	840,21	814,39	971,04	972,31	1.047,24	981,19	763,57	10.836,57
MARIA JOSE DA SILVA	42,88	42,88	42,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	128,64
MARIA JOSE DE V. CARNEIRO	265,14	265,14	265,14	265,14	265,14	-	-	-	-	-	-	-	1.325,70
MARLENE M. DA CONCEICAO	93,80	86,18	90,84	90,84	96,34	76,02	93,80	83,64	85,75	100,29	93,09	97,33	1.087,91
MAURO XAVIER ALVES	172,32	167,66	188,83	188,83	195,61	156,66	153,27	158,35	164,28	181,74	174,96	188,51	2.091,02



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

VALORES MENSAIS DAS GRU PERMISSONÁRIO UFPB 2016 (EM REAIS)													
Permissãoário	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
MICHELA GOMES CAMPELO	116,30	117,14	122,22	122,22	120,95	115,45	114,60	117,57	115,45	129,77	131,46	128,08	1.451,23
MICROSERV SERVICOS LTDA.	190,97	201,56	239,66	239,66	247,29	185,05	202,83	206,22	206,64	234,81	218,30	216,18	2.589,17
NANCI ALVES DOS SANTOS	284,41	398,73	265,36	265,36	565,54	427,94	733,21	522,36	536,33	589,51	530,66	483,66	5.603,07
OSVALDO FURTADO DE SOUSA	539,98	511,19	542,10	542,10	593,33	499,76	542,95	520,93	514,58	576,17	543,14	559,23	6.485,46
PAPEL E LAPIS LIVRARIA LTDA.	252,92	252,07	252,50	252,50	252,50	249,11	252,07	250,80	250,38	277,40	277,40	277,40	3.097,05
PAULO ROBERTO B. DA SILVA	418,76	439,51	523,76	523,76	552,98	483,54	467,88	500,90	514,03	550,81	530,91	550,81	6.057,65
PEDRO JOSIAS LEITE	120,45	120,45	120,45	120,45	120,45	133,82	133,82	133,82	133,82	133,82	133,82	133,82	1.538,99
REDE NAC. DE ENS. E PESQUISA	833,96	833,96	833,96	833,96	833,96	833,96	833,96	931,12	931,12	931,12	931,12	931,12	10.493,32
RENATA DOS SANTOS ROCHA	185,45	185,45	185,45	185,45	203,39	186,45	186,45	186,45	186,45	186,45	186,45	186,45	2.250,32
ROSEMARY XAVIER DE SOUZA	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	209,10	2.509,20
SERGIO NUNES C. DA SILVA	537,13	537,13	537,13	537,13	537,13	537,13	537,13	537,13	537,13	567,58	567,58	567,58	6.536,87
SEVERINO A. DO NASCIMENTO	898,09	811,30	864,22	864,22	914,18	783,78	898,09	820,61	866,34	956,53	913,77	954,84	10.545,97
SINTESPPB	737,12	867,53	1.265,51	1.265,51	1.385,33	744,74	883,19	883,19	1.022,06	1.333,26	1.486,26	1.491,60	13.365,32
SORAYA CRISTINA DE M. FREIRE	2.204,87	2.042,71	2.154,49	2.154,49	2.342,47	1.928,40	2.179,89	2.082,94	2.132,05	2.351,33	1.822,52	1.822,52	25.218,68
THIAGO LAMEDE DE M. SOARES	764,43	764,43	846,38	846,38	846,38	846,38	846,38	846,38	846,38	846,38	846,38	846,38	9.992,66



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

VALORES MENSAIS DAS GRU PERMISSONÁRIO UFPB 2016 (EM REAIS)													
Permissionário	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
TIM NORDESTE ¹³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.165,26
UNICRED	607,70	417,18	522,18	522,18	552,24	317,26	348,17	317,26	317,26	317,26	317,26	317,26	4.873,21
VAMBERTO H. G. DO MONTE	677,55	788,05	949,79	949,79	882,05	775,35	751,22	885,01	851,99	905,61	905,61	822,62	10.144,64
WAGNER CARLOS G. DO MONTE	255,53	303,37	496,86	496,86	556,14	526,08	576,25	417,26	447,32	472,30	382,97	363,07	5.294,01

Fonte: Prefeitura Universitária.

¹³ As GRU do permissionário TIM (CNPJ: 04.206.050/0001-80) são geradas pelo mesmo mensalmente e o comprovante enviado para a contabilidade da reitoria que nos repassa, também mensalmente. Anualmente o aluguel do permissionário (referente as duas antenas de telefonia existente no Campus I) é reajustado de acordo com o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.



O valor total das GRUs emitidas em 2016 para os permissionários foi de R\$ 692.393,66, tendo sido efetivamente arrecadados o valor total de R\$ 665.618,78, ou seja, há um saldo devedor de R\$ 26.774,88 que corresponde as GRUs não pagas dentro do prazo estipulado. Para esses casos um relatório contendo o todo detalhamentos das dívidas já foi enviado ao gabinete da prefeitura universitária, que por sua vez remeteu à procuradoria jurídica da instituição para que para que cobranças possam ser realizadas judicialmente.

Uso dos benefícios decorrentes da Cessão dos Espaços

Toda a arrecadação advinda dos pagamentos realizados pelos permissionários tem como destino a conta única desta Universidade, sendo utilizada na execução das atividades da instituição.

Metas para 2017

Finalizar o processo licitatório para permissionários dos *campi* do interior e realizar o mesmo processo para o *campus* de João Pessoa.

5.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

- Quantidade: 01
- Tipo: Galpão com 774,40 m²
- Contrato de locação nº 07/2014/PRA (Termos aditivos: 01/2015; 02/2015; 03/2016)
- Localização: Rua Creusa Josefa Morato, lote 09 , quadra 23, loteamento Bela Vista II, praia de ponta de campina, Cabedelo – PB.

Registro: 1º Ofício de Serviço Notarial e registral da cidade de cabedelo, PB, Fl 036, livro 176.

A justificativa para a locação é devido a falta de espaço físico para acomodação e guarda de diversos bens adquiridos pela instituição, houve a necessidade de locação de um imóvel, tipo galpão, visando a preservação do mobiliário.

De acordo com os parágrafos terceiro e quinto da cláusula terceira do contrato de locação nº 07/2014/PRA, tem-se as seguintes obrigações:

Parágrafo terceiro – A LOCATÁRIA se obriga a manter o objeto de locação no mais perfeito estado de conservação e limpeza, para assim restituir ao LOCADOR, quando findo ou rescendido o presente instrumento;

Parágrafo Quinto – A LOCATÁRIA se obriga a satisfazer o pagamento do aluguel, água, luz, esgoto, IPTU e TCR no período de vigência do contrato.



5.2.6 Informações sobre a infraestrutura física

• DAS EDIFICAÇÕES

As edificações que constituem os diversos *campi* da UFPB atualmente são agrupadas em grupos distintos, sendo um grupo referente a edificações anteriores ao projeto REUNI e o outro grupo referente as construções reformadas, ampliadas e construídas durante o projeto REUNI, de modo que as mesmas oferecem diferente metodologia de atuação quanto à manutenção predial.

Os edifícios construídos antes do REUNI demandam de manutenção corretiva e preventiva com maior frequência, por vezes sendo tais manutenções em caráter imprevisível, quer seja por manutenções em calhas e cobertas, instalações prediais elétricas, hidráulicas e sanitárias, além de manutenção para manter o caráter estético, salubre e adequado as atividades desenvolvidas nos laboratórios, podendo citar a pintura, colocação de forros de gesso ou PVC, colocação de revestimentos cerâmicos, entre outros serviços, sendo tal custo assumido em sua integralidade pelo orçamento anual da UFPB.

Por outro lado, as edificações reformadas, ampliadas ou construídas posteriores ao projeto REUNI a metodologia de manutenção se dá de forma diferenciada, visto que em caso de manutenções corretivas primeiramente é observado se tais ocorrências se dão por vícios construtivos e se estão em prazo de garantia legal, uma vez que sendo decorrentes destes a empresa responsável pelos serviços é notificada para realizar o reparo e os mesmos decorrem sob suas expensas nestes casos, do contrário os custos são abarcados pelo orçamento anual da UFPB.

Em ambos os grupos de edificações, as manutenções preventivas são realizadas sob os cuidados da Prefeitura Universitária – PU - através de sua Divisão de Manutenção, sendo os recursos utilizados para tanto decorrente do Orçamento Anual da UFPB.

As edificações mais recentes atendem ao programa de necessidades para as quais foram projetadas e priorizando em seu projeto para que demandem de menores intervenções de manutenção, levando-se ainda em consideração que as mesmas tenham maior eficiência energética, seja com o uso de maior iluminação natural nos ambientes, utilização de luminárias mais eficientes, além do uso de calhas de drenagem pluvial de maiores dimensões a fim de evitar seu entupimento e transbordamento, são ações previstas em projeto para minimizar os custos de manutenção.

Durante a implantação do programa REUNI houve o aumento do número de cursos e conseqüentemente o aumento do número de docentes, discentes e servidores técnicos administrativos, de forma que houve o incremento de 54.029,67 m² de área construída com as novas edificações executadas no programa REUNI.

As edificações que compõem os diversos *campi* da UFPB têm suas instalações adequadas e suficientes para o uso a que se propõem. Entretanto, não é raro intervenções nas edificações



devido à implementação de novos programas de necessidades, sendo tal demanda atendida pela Prefeitura Universitária em seus diversos níveis de execução.

• REDES DE ABASTECIMENTO

A rede de abastecimento de água foi projetada na década de 80, porém ainda é adequada e suficiente para atender as edificações existentes e futuras, havendo uma estimativa de horizonte de projeto para mais uma década, quando serão necessárias novas intervenções.

O sistema atualmente é composto de tubulação subterrânea, caixas d'água e poços profundos, sendo o seu principal abastecimento oriundo da rede pública de abastecimento de água através da Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) tendo o consumo médio mensal de água de aproximadamente 7.000m³ (sete mil metros cúbicos).

A rede coletora de esgotos sanitários foi projetada na década de 80, porém ainda é adequada e suficiente para atender as edificações existentes e futuras, o horizonte de projeto estimado para a referida rede é de pelo menos mais 10 (dez) anos, em virtude da ampliação da área construída com a conclusão das obras em andamento nos diversos *campi*. A destinação final dos efluentes da rede de esgoto se dá por meio de ligação a rede pública de coleta e tratamento de esgotos através da Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba – CAGEPA - quando não atendidas pela rede pública de coleta de esgotos são utilizadas soluções individuais de tratamento e destinação de esgotos sanitários, sendo o mais comum a utilização do sistema composto de tanque séptico e sumidouro, havendo a previsão de manutenção dos mesmos através da limpeza e desobstrução de tubulações, do leito filtrante e remoção do lodo de esgoto sanitário através de caminhões do tipo “limpa fossa”, sendo o custo de tais manutenções decorrentes do orçamento anual da UFPB.

A rede de drenagem pluvial também projetada em meados da década de 80 atende a drenagem dos diversos *campi* da UFPB, sendo composta de rede de tubulações em concreto, PVC ou manilhas de cerâmica, sendo a destinação final em corpos de água próximos as áreas dos *campi*, áreas de mata ou mesmo em reservatórios de acumulação de água construído no terreno natural visando a infiltração da água no solo, estando os mesmos de acordo com a legislação e normas técnicas de engenharia vigentes. A vida útil da rede atualmente existente é estimada em mais duas décadas.

• REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

A rede de fornecimento e distribuição de energia elétrica existente se dá através de rede área em média e baixa tensão, sendo a rede de média tensão trifásica (13,8kV) através de postes de concreto e cabos de alumínio em rede compacta com utilização de transformadores de tensão nas edificações ou para modulação para rede de baixa tensão trifásica (380/220v) com utilização



de cabos multiplexados isolados, ofertando assim menor risco de acidentes e manutenções na rede de distribuição, sendo sua última grande intervenção realizada em meados do ano de 2009.

A iluminação pública é composta de pétalas com lâmpadas de vapor metálico instalados em postes de concreto da rede de distribuição elétrica ou em postes metálicos ornamentais existentes em diversas áreas dos *campi* da UFPB.

Em decorrência do aumento da área construída no *campus* I da UFPB e conseqüentemente o aumento da demanda de fornecimento de energia elétrica, observa-se que a rede de energia atualmente fornecida pela concessionária em média tensão (13,8kV) encontra-se próximo ao limite de faixas de fornecimento da concessionária local, de forma que estão sendo realizados estudos e projetos para que o fornecimento se dê através de rede em alta tensão (69kV), além de intervenções pontuais que visam reduzir a demanda energética, a exemplo da separação e individualização da rede de fornecimento de energia do Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW – que visa reduzir em aproximadamente 20% (vinte por cento) o consumo de energia do *campus* I da UFPB.

As manutenções preventivas e corretivas na rede elétrica são atualmente custeadas com o orçamento anual da UFPB, sendo realizada contratação pela PU de empresa especializada em manutenção de rede elétrica em baixa e média tensão, além de um programa de poda de árvores próximas à rede elétrica em toda a extensão da rede elétrica de distribuição de energia pertencente à UFPB.

• TELEFONIA

O sistema de telefonia atualmente consta de central telefônica digital, com interligação a rede mundial de computadores – *internet* além de rede local de voz sobre IP (*Voice Over Internet Protocol – VOIP*), bem como redirecionamento e bloqueio de chamadas para telefonia móvel, atendido pela concessionária Telemar Norte Leste S/A, com prestação de serviços de telefonia fixa, móvel, local e interurbana. As edificações são atendidas por sistema convencional de telefonia digital ou analógica, quando impossibilitado o atendimento por esse sistema o mesmo se dá através de telefonia do tipo *VOIP*.

A manutenção preventiva e corretiva da central telefônica é realizada através de contratação de empresa especializada e participante da rede autorizada do fabricante da central telefônica, de modo a manter a padronização e aspectos de garantia legal, sendo os custos para tais manutenções decorrentes do orçamento anual da UFPB.

• CABEAMENTO ESTRUTURADO

A rede de cabeamento estruturado existente se dá em dois níveis, sendo uma de nível de distribuição em anel através de cabos de fibra óptica aéreo e/ou subterrâneo, interligando a Superintendência de Tecnologia da Informação – STI – onde se localiza o *backbone* da rede de



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

dados da UFPB, e na impossibilidade de utilização de rede cabeada são utilizados sistema de rádio interligando os diversos *campi* ou edificações componentes da UFPB.

O segundo nível de atendimento da rede de cabeamento localiza-se entre o ponto de entrega da rede de dados, seja através de cabo óptico ou sinal de rádio, e a área de trabalho do usuário, onde são utilizados equipamentos do tipo *rack*, compostos internamente de equipamentos ativos e passivos de cabeamento estruturado, sendo sua interligação até a área de trabalho através de cabos metálicos de categoria nunca inferior a 5E, através de rede de eletrocalhas, dutos ou leitos metálicos até o usuário, sendo estas redes implantadas quando da execução das obras.

Algumas edificações são dotadas de rede *wireless*, sendo estas redes gerenciadas pela STI, havendo uma previsão de ampliação da cobertura para toda a extensão dos *campi* da UFPB.

O gerenciamento dos dados, manutenções preventivas e corretivas, ampliações de rede e demais assuntos relacionados à gestão de *software* está sob a tutela da STI, cabendo a PU apenas o suporte quer seja na contratação de empresas ou serviços de cabeamento estruturado, fiscalização da execução de novas obras que detenham projeto de rede interna de cabeamento estruturado e ampliação da rede de infraestrutura de dados estão atualmente sob a tutela da PU.



5.3 Gestão da tecnologia da informação

5.3.1 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

Os planos estratégicos e diretor de tecnologia da informação (PETI e PDTI, respectivamente), que estão em vigor na UFPB, foram elaborados em dezembro de 2012 para execução no período 2013-2016. A elaboração desses instrumentos de planejamento ocorreu antes mesmo do efetivo início das atividades do Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação (CGTI) desta universidade e em momento de início de novo reitorado, quando ainda não havia sido concluído o PDI na nova gestão que ora se iniciava. Considerando a necessidade premente de definição do PETI e do PDTI, o então Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) – hoje, Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) – tomou para si a responsabilidade e, com base em sua *expertise*, e orientado pelo PDI/UFPB do período anterior e pelas metas estratégicas estabelecidas pelo novo reitorado, elaborou, de forma sucinta e objetiva, os tais instrumentos de planejamento para o triênio 2013-2016.

De forma resumida, o PETI da UFPB é composto pelas seguintes ações estratégicas (apresentadas independentemente da ordem de prioridade):

1. Definição e aprovação da natureza institucional e do organograma da estrutura de Tecnologia da Informação da instituição (atual NTI);
2. Consolidação do modelo de operação da central de atendimento ao usuário (CAU/*service desk*);
3. Alteração do regimento do comitê gestor de TI (CGTI) e efetivação do Comitê;
4. Definição e aprovação da política institucional de informação, inclusive de segurança da informação, em consonância com a Comissão Institucional de Segurança, já instituída;
5. Modernização e ampliação do *backbone* da Rede UFPB;
6. Ativação dos recursos de conectividade dos quatro *campi* previstos no projeto Veredas Novas;
7. Implantação plena dos módulos do SIG-UFRN;
8. Renovação do acordo de cooperação técnica com a UFRN;
9. Planejamento de compras de TI para 2013 a 2016 (*hw, sw* e serviços);
10. Recomposição do quadro de pessoal de TI e adequação de vínculos entre pessoal de TI lotados em outros setores e a estrutura de TI institucional (atual NTI);
11. Implantação de padrões de governança e prestação de serviços;
12. Implantação de padrões de desenvolvimento de sistemas;
13. Implantação de plano de capacitação e qualificação da equipe, segundo as necessidades específicas de cada área;



14. Conclusão da reforma no prédio que abriga a estrutura de TI institucional (atual NTI);
15. Desenvolvimento e/ou customização de demandas de software e serviços correlatos (S&SC) específicas da UFPB;
16. Participação efetiva nas atividades da Comissão Ambiental institucional;
17. Reestruturação física, elétrica e lógica do *datacenter* UFPB.

Decorrente do PETI, as ações específicas do PDTI foram distribuídas, segundo o prazo previsto de execução, em ações de curto (até dez/2013), médio (até dez/2014) e longo prazos (até dez/2016), que não serão aqui detalhadas.

5.3.2 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI.

I. Os objetivos do Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação (CGTI) da UFPB são:

- 1) Avaliar e emitir parecer diretivo sobre proposições de políticas, de diretrizes e de investimento relativos à área de tecnologia da informação (TI), considerando o alinhamento dessas questões ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB;
- 2) Avaliar e emitir parecer diretivo sobre as prioridades dos programas institucionais de TI, por meio do alinhamento estratégico das áreas administrativas e acadêmicas com a área de TI, em consonância com o Programa de Modernização do Poder Executivo e com o Acórdão nº 1.603/2008 do Tribunal de Contas da União (TCU)-Plenário;
- 3) Estabelecer objetivos institucionais de TI, indicadores, metas e meios de mensuração para cada indicador e fornecer à Alta Administração mecanismos de acompanhamento desses indicadores, em consonância com o Programa de Modernização do Poder Executivo e com o Acórdão nº 2.308/2010 do Tribunal de Contas da União (TCU)-Plenário.

II. O CGTI é composto pelos seguintes membros:

- 1) Presidente – Vice-Reitor;
- 2) Secretário(a) – Superintendente de Tecnologia da Informação;
- 3) Pró-Reitor(a) de Planejamento e Desenvolvimento;
- 4) Pró-Reitor(a) de Administração;
- 5) Docente do Departamento de Ciência da Informação;
- 6) Docente do Departamento de Administração;
- 7) Docente do Centro de Informática;
- 8) Analista de Tecnologia da Informação da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI);
- 9) Representante da UFPB Virtual.



III. Atividades realizadas em 2016 pelo CGTI:

- 1) Apreciação de 6 (seis) processos administrativos envolvendo aquisição ou contratação de hardware/software e emissão de pareceres;
- 2) Discussão sobre aquisição centralizada de ativos de rede;
- 3) Apresentação da estratégia de elaboração do PDTI 2017-2020;
- 4) Apresentação do andamento da elaboração do PDTI 2017-2020;
- 5) Apresentação sobre a migração da plataforma de *webmail* institucional e consequências sobre redirecionamento de *e-mails*;
- 6) Convite e realização de reunião com convidados, a saber, vice-reitora eleita em 2016 (e futura presidente do CGTI) e futuro superintendente da STI (que ocupará a função de secretário do CGTI).

IV. Convém ressaltar que o comportamento atípico observado em 2016 pode ser atribuído aos seguintes fatores: (a) inexistência de *quorum* para realização da reunião; (b) dificuldades de conciliação de agenda entre os membros do Comitê; (c) processo sucessório da alta administração da instituição; (d) período de greve; (e) saída de membros do Comitê (por motivos diversos). No entanto, no que diz respeito à quantidade de processos avaliados, é importante que seja considerado que, à medida que se populariza a existência do CGTI e, paralelamente, aumenta a conscientização dos dirigentes de unidades da UFPB sobre a necessidade do planejamento de aquisições de bens e/ou serviços de TI, reduz-se a quantidade de pedidos extemporâneos de aquisição desses recursos, haja vista a adoção tempestiva de providências por parte dos dirigentes em prol do atendimento de suas demandas de aquisição.

5.3.3 Descrição dos principais sistemas de informação da UFPB.

Este item foi mostrado na seção 3.4.13.

5.3.4 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI na UFPB.

A UFPB ainda carece de plano de capacitação específico para o pessoal da área de tecnologia da informação (TI), que é integrante da categoria dos técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e está submetido às regras do Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

Logo, o plano de capacitação para o pessoal técnico-administrativo existente na instituição busca ofertar cursos que atendam à maioria dos integrantes daquela categoria, em função das



necessidades institucionais. No entanto, com o apoio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), por meio de sua Escola Superior de Redes (ESR), a STI tem conseguido reduzir essa carência de capacitação com a utilização das vagas gratuitas anualmente ofertadas à UFPB, participando de cursos básicos, intermediários e avançados sobre TI.

Em 2016, foram utilizadas 56 (cinquenta e seis) vagas de cursos da ESR/RNP, assim distribuídas (por área temática):

- 1) Governança de TI (21%);
- 2) Administração e Projeto de Redes (21%);
- 3) Segurança (41%);
- 4) Administração de Sistemas (10%);
- 5) Desenvolvimento de Sistemas (5%).

5.3.5 Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI na UFPB.

O quadro de pessoal de tecnologia da informação da UFPB (dados de março de 2016) é composto pelos seguintes cargos e respectivos quantitativos:

- 1) Analista de TI – 37;
- 2) Técnicos de TI – 54;
- 3) Assistente de TI – 24;
- 4) Tecnólogos – 9.

5.3.6 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na UFPB

A Coordenação de Serviços (CS) da STI/UFPB se caracteriza, principalmente, pela recepção e triagem de todas as solicitações de serviços relacionados com TI. Essas solicitações podem ser atendidas diretamente pela CAU (Central de Atendimento ao Usuário) ou encaminhadas a indivíduos/setores competentes, em outras áreas.

O processo de atendimento é composto das seguintes etapas:

- 1) Usuário efetua registro de solicitação (<http://www.sti.ufpb.br/suporte>), dando origem a um chamado no OTRS, que por sua vez, é uma ferramenta web (software livre) utilizada na área de Suporte a Usuários e Gestão de Serviços, constituída de quatro elementos básicos:
 - a) Agente: é um atendente, ou seja, um membro de uma das equipes de primeiro (CAU), segundo ou terceiro (Setor Competente) nível;
 - b) Cliente: é o usuário final, consumidor dos serviços de TI;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

- c) Ticket: é o registro eletrônico de um evento, incidente, dúvida ou requisição de mudança. Em nosso caso, o ticket será denominado chamado;
 - d) Fila: um repositório de chamados, com o intuito de organizar os chamados por área ou equipes.
- 2) O atendente de primeiro nível efetua a leitura e classificação do chamado.
- 3) O atendente verifica se cabe resposta automática para a demanda. Se sim, a resposta é enviada ao solicitante. Caso contrário, um atendente de segundo nível assumirá a solicitação.
- 4) O agente deste segundo nível verifica se existe uma solução documentada para a demanda. Se sim, a solução encontrada é aplicada.
- 5) O agente verifica se a solicitação envolve Gestão de Mudanças. Se não, uma solução para a demanda é desenvolvida e, logo após, documentada. Caso contrário, o atendente verifica se a gestão de mudança é de alteração de serviço ou não e repassa essa informação para o terceiro nível.
- 6) Por fim, o atendente de terceiro recebe a informação atendente de segundo nível sobre o tipo de gestão de mudança envolvido na solicitação. Se for alteração em um serviço já existente, é analisada a viabilidade da modificação. Se positiva, é iniciado um Processo de Alteração de Serviço. Se for requisição de um novo serviço, é analisada a viabilidade de sua criação. Se positiva, é iniciado um Processo de Requisição.

5.3.7 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos na UFPB em 2016.

Projeto	Descrição	Situação atual	Período	A quem beneficiou
Instalação e manutenção de cabeamento estruturado	Contratação de empresa por meio da UG 153068 (Centro de Ciências Exatas e da Natureza) – Pregão eletrônico (SRP) CCEN/UFPB nº 1/2016.	Vigente	Setembro/2016 a Agosto/2017	UFPB
Rede Wi-Fi UFPB	Aquisição de <i>access points</i> (AP) <i>indoor</i> e <i>outdoor</i> , por meio da UG 153066 (Prefeitura Universitária)– Pregão eletrônico (SRP) PU/UFPB nº 5/2016.	Aquisição realizada, implantação em andamento	Segundo semestre de 2016	UFPB
Ampliação e modernização da Rede UFPB	Aquisição de comutadores (<i>switches</i>) de rede, por meio da UG 153066 (Prefeitura Universitária) – Pregão eletrônico (SRP) PU/UFPB nº 5/2016.	Aquisição realizada, implantação em andamento	Segundo semestre de 2016	UFPB



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Projeto	Descrição	Situação atual	Período	A quem beneficiou
Conectividade de rede para os <i>campi</i> do interior	Ampliação do projeto Veredas Novas (RNP) na UFPB.	Equipamentos instalados, aguardando homologação	Último trimestre de 2016	Estação Experimental de São João do Cariri (EESJC)
Telefonia IP	Instalação de ramais telefônicos dotados de tecnologia VOIP.	Contínuo	2016	Campus I e unidade de Mangabeira
Equipe de TI	Reforço do quadro de pessoal com nomeações/remoções de técnico-administrativos para a STI e NSTIs.	Contínuo	2016	STI, NSTIs
Equipe de TI	Participação em eventos de TI – CGTIC/Andifes, Fórum RNP e WTICIFES.	Realizado	2016	STI
Inserção de pesquisadores em formação na STI	Desenvolvimento de estudos e pesquisas, em nível de mestrado e doutorado (Grupo de Pesquisa ODIn – Observatório de Dados Institucionais, do CCSA / UFPB).	Contínuo	Segundo semestre de 2016	UFPB, STI
NSTI Campus IV	Implantação do Núcleo Setorial de Tecnologia da Informação (NSTI) do Campus IV – Litoral Norte (CCAIE).	Realizado	Segundo semestre/2016	UFPB, STI e CCAIE
Segurança da Informação	<ul style="list-style-type: none">- Expansão da solução Plone para gerência de conteúdo <i>web</i>;- Consolidação do serviço GitLab;- Análise de incidentes de negação de serviço;- Processo de configuração e instalação de <i>appliance</i> ServerU;- Instalação de <i>bridge</i> no ServerU;- Aquisição e instalação de	Realizado	2016	UFPB, STI



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Projeto	Descrição	Situação atual	Período	A quem beneficiou
	servidores do tipo <i>rack</i> ; - Atendimento aos chamados do Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança (CAIS)/RNP; - Atendimento de chamados da UFPB; Processo de aquisição de <i>firewall</i> ; - Processo de aquisição de equipamento(s) para expansão da área de armazenamento de dados (<i>storage</i>) do <i>datacenter</i> da UFPB.			
Sistemas de informação	Manutenção e/ou implantação de módulos dos SIGAA, SIPAC e SIGRH.	Realizado	2016	UFPB
Serviço de e-mail institucional	Instalação do servidor de e-mail corporativo Zimbra, com funcionalidades limitadas (<i>versão free</i>).	Realizado (e em expansão)	A partir de Maio/2016	STI, Reitoria e Centro(s) de Ensino
Infraestrutura e operação da Rede UFPB	- Atualização de servidores, monitoramento dos <i>links</i> de comunicação; - Atendimentos a chamados de suporte técnico (<i>in loco</i> e remoto); - Prospecção de soluções para a modernização da Rede; - Especificação, instalação e configuração de equipamentos ativos de rede (<i>switches, access points, appliances</i>); - Projetos de rede local; Implantação de telefonia IP e instalação de telefones VOIP.	Contínuo	2016	UFPB
Backup e Restore	Banco de dados principal, SIG e respectivo banco de dados.	Contínuo	2016	UFPB, STI
SGBDs Oracle	Atividades administrativas	Contínuo	2016	UFPB, STI



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Projeto	Descrição	Situação atual	Período	A quem beneficiou
e Postgresql	nos SGBDs, como disponibilidade dos bancos, alterações nas estruturas de dados, criações de usuários, autorizações a usuários (<i>grants</i>), <i>dumps</i> etc.; -Atendimento a chamados na OTRS referente a inclusões, exclusões e alterações de dados no banco de dados do SIPAC, SIGAA e SIGRH.			
<i>Service Desk</i>	Catologação dos serviços e seus respectivos tempos, com validação de cada gerência da STI.	Realizado	Janeiro a Junho/2016	UFPB, STI
<i>Service Desk</i>	Inclusão dos serviços catalogados na ferramenta OTRS e capacitação da equipe da Central de Atendimento ao Usuário (CAU) para utilização do sistema.	Realizado	Junho a Dezembro/2016	UFPB, STI
Demandas de dados institucionais	- atendimentos de demandas para coleta e preenchimento do Censo da Educação Superior/UFPB, ano-base 2016; - Coleta de dados e informação para o processo seletivo SISU; - Coleta de dados para o Relatório de Gestão institucional; - Elaboração de relatórios gerenciais e indicadores de gestão; - Atendimento das demandas da comunidade interna e externa (alunos, docentes, pesquisadores, etc.) relacionadas a busca de dados e informação Implantação de plataforma	Realizado	2016	PROPLAN, PRG, PRPG, Comunidade acadêmica



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Projeto	Descrição	Situação atual	Período	A quem beneficiou
	de <i>business intelligence</i> (BI).			
Capacitação do pessoal de TI da UFPB	Cinquenta e seis (56) vagas em cursos promovidos pela Escola Superior de Redes (ESR) da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).	Contínuo	Março a Dezembro/2016	STI, Centros de Ensino
Apoio técnico a comissões internas da UFPB	Comissão de Avaliação do Contrato referente ao Sistema de TV e Vigilância (STVV) e Comissão de Elaboração do PETI/PDTI 2017-2020 da UFPB.	Em andamento	2016	PU, CGTI, STI
Hospedagem de <i>websites</i>	Manutenção do serviço de hospedagem de <i>websites</i> corporativos.	Sob demanda	2016	UFPB
<i>Websites</i> institucionais	Desenvolvimento de <i>websites</i> .	Sob demanda	2016	UFPB
Manutenção do <i>datacenter</i> da UFPB	Renovação do contrato de manutenção do HP <i>Blade System</i> , por meio da UG 153065 (PRA).	Vigente	Novembro/2016 a Outubro/2017	UFPB, STI

Fonte: STI.

- I. Embora tenha sido um período de severas restrições orçamentárias e financeiras e apesar de interrupção parcial de atividades por cerca de 50 dias (em virtude de greve), a STI se manteve operacional ao longo do exercício 2016, executando o planejamento estratégico com a máxima observância possível ao estabelecido. Eventuais projetos previstos no PETI/PDTI 2013-2016 que não foram levados a termo – por exemplo, a implantação de *site* redundante para o *datacenter* UFPB – serão reconsiderados à luz das novas demandas e contexto.
- II. A STI aguarda que, no primeiro trimestre de 2017, o PETI/PDTI UFPB 2017-2020 esteja aprovado pelo Conselho Universitário da instituição, a fim de que seja iniciada uma nova fase no processo de institucionalização da governança de TI na UFPB, nos moldes da Governança Digital, como preconiza o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

5.3.8 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Conceituando *serviço terceirizado de TI* aquele relativo a sistemas de informação críticos da instituição e considerando que empresas que prestam serviços de pós-garantia (manutenção) de *hardware* de *datacenter*, bem como as que prestam serviços de instalação e/ou manutenção de infraestrutura de cabeamento estruturado, não estejam incluídas no questionamento em tela, tampouco órgão público com o qual se firme acordo de cooperação técnica, não há contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços de tecnologia da informação que possa



ocasionar eventual dependência tecnológica, no âmbito da área administrativa responsável pela TI institucional.

5.3.9 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informação da UFPB são os Sistemas Integrados de Gestão (SIG), oriundos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) por meio de Acordo de Cooperação Técnica. Os principais subsistemas que compõem os SIG são:

- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA);
- Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH);
- Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).

Embora o nome de cada um dos sistemas integrantes dos SIG-UFRN seja autoexplicativo, detalhes sobre estes podem ser obtidos em <https://www.info.ufrn.br/wikisistemas/doku.php>.

A área responsável técnica pelos sistemas, no âmbito da UFPB, é a Gerência de Sistemas de Informação, da Coordenação de Gestão da Informação, da STI. As responsáveis da área de negócio são:

- SIGAA: Pró-Reitoria de Graduação (PRG), Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG) e Biblioteca Central (BC) – enquanto principais gestores;
- SIGRH: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP);
- SIPAC: Pró-Reitoria de Administração.

Quanto à criticidade, todos, sem exceção, por meio do apoio às atividades administrativas e/ou acadêmicas, são fundamentais ao cumprimento dos objetivos da instituição, a saber, ensino, pesquisa e extensão.



5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela Unidade:

O Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFPB se constitui como uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que possibilitam a UFPB estabelecer, implementar e gerir práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública nas áreas de: material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal.

Para nortear a implementação das práticas de sustentabilidade foi instituída a política de logística sustentável da UFPB nos termos que segue:

A UFPB, ciente de seu papel e de sua responsabilidade na promoção dos princípios de desenvolvimento sustentável, compromete-se a seguir a legislação ambiental e a estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos nas seguintes áreas de: material de consumo; energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações e; deslocamento de pessoal.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS)/UFPB pode ser considerado como o mais importante e abrangente compromisso ambiental da Instituição e foi estabelecido com base na Instrução Normativa SLTI/MP nº 10, de 12 de novembro de 2012. Na figura a seguir representa-se, de modo sintético, a metodologia adotada na formulação do PGLS/UFPB:

METODOLOGIA DE FORMULAÇÃO DO PGLS/UFPB





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Com base em diagnóstico realizado por meio de análise documental, visita *in loco* e entrevista com responsáveis pelos setores envolvidos, foram traçados sete objetivos estratégico do PGLS/UFPB.

Para cada objetivo estratégico (O. E.) foram criados um conjunto de planos de ações e, para cada ação, foram definidas metas, cronograma e responsabilidades. Aos planos de ação foram anexados indicadores de desempenho, conforme determinação da IN, conforme quadro abaixo.

Quadro 87 - Objetivos estratégicos do PGLS/UFPB.

Objetivos estratégicos	
O.E.1	Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para material de consumo;
O.E.2	Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para nortear o consumo de energia elétrica;
O.E.3	Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para nortear o consumo de água e geração de esgoto;
O.E.4	Estabelecer práticas de sustentabilidade no fortalecimento do programa de coleta seletiva;
O.E.5	Promover o fortalecimento dos programas de qualidade de vida no ambiente do trabalho;
O.E.6	Estabelecer práticas de sustentabilidade nos processos de compras e contratações;
O.E.7	Estabelecer práticas de sustentabilidade e uso racional para atividades concernentes com o descolamento de pessoal.

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):

A resposta é não. No entanto, o conjunto de áreas de ação da CGA ultrapassa o escopo da A3P. A UFPB decidiu pela implementação e desenvolvimento de um conjunto de programas ambientais nas seguintes áreas: Coleta Seletiva e Compostagem; Resíduos da Construção e Demolição; Resíduos Especiais; Resíduos de Serviço de Saúde; Resíduos Químicos; Gestão de Áreas Verdes; Gestão de Águas; Eficiência Energética; Uso e Ocupação Sustentável; Educação Ambiental; Consumo Consciente.

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006:

A Universidade Federal da Paraíba possui o Programa de Coleta Seletiva, onde se utiliza do método francês MODECOM para a caracterização e a quantificação dos resíduos sólidos, permitindo conhecer a composição dos resíduos por categorias e subcategorias em setores específicos e de toda zona de estudo. São 13 subcategorias descartadas em dois tipos de coletores, recicláveis e lixo comum, em suas cores verdes e azuis, respectivamente. O lixo reciclável da universidade é segregado em dois contêineres verdes de tonalidades diferentes, em que um é disposto apenas papel e o outro os demais resíduos recicláveis.



O resíduo é disposto em 31 contêineres, os quais são distribuídos em toda a extensão do *campus* I da Universidade. Posteriormente, como determina o Decreto Presidencial 5.940/06, é encaminhado à Associação de Catadores de Recicláveis para reciclagem. A cooperativa caracteriza e quantifica os resíduos e remete os dados à Comissão de Gestão Ambiental, responsável pelo monitoramento do Programa de Coleta Seletiva.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012:

A Universidade Federal da Paraíba vem gradativamente modificando seus processos de licitações de compras e contratações para a inclusão de critérios e recomendações sustentáveis em seus editais de pregões.

Em seus editais para compras de condicionadores de ar, bebedouros e batedeiras, por exemplo, desde 2014, já pode ser observada a preocupação da Instituição quanto à valorização de produtos nacionais, explicitando nos termos de referência e relação de itens, tal proposta como critério. Além disso, é também exigido na aquisição de grande parte dos equipamentos o Selo Procel de Economia de eficiência energética.

Em seu compromisso com a segurança, é solicitado que os interessados em participar das licitações para equipamentos apresentem suas propostas incorporando os critérios da NR 12, que trata da segurança no trabalho de máquinas e equipamentos, recentemente atualizada pela Portaria MTPS n.º 211, de 09 de dezembro de 2015, que apresenta princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos.

Em seus contratos de limpeza e conservação é sugerido em seus editais que as empresas sigam critérios e ações de sustentabilidade ambiental, previstos na IN SLTI/MPOG nº1/2010, como medidas para evitar o desperdício de água na execução dos mesmos, como também a busca de fontes alternativas de reuso para abastecimento, a exemplo de poços, bicas e outras opções adequadas para lavagem de equipamentos que não ofereçam danos. Além de treinamento de seus funcionários quanto à redução máxima da produção de resíduos em seus serviços e à destinação correta dos mesmos, seguindo o sistema de coleta seletiva executado pela instituição.

Como racionalização de custos, mais especificamente nos serviços de limpeza, é utilizada uma logística segundo a qual são priorizadas áreas consideradas indispensáveis para o bom funcionamento da universidade e, assim, contratadas para que sejam limpas, descartando, desse modo, áreas que não influem na manutenção do bom funcionamento do *campus*. Essa atitude promove uma economia significativa nos valores gastos com tais serviços.



e) Se a Unidade possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) de que trata o Art. 16 do Decreto 7.746/2012.

i. Sobre a constituição da Comissão Gestora do PLS de que trata o Art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012:

A Portaria de constituição da Comissão Gestora, de número G/GR/ nº 1865, foi emitida pelo Gabinete da Reitoria no dia 14 de dezembro de 2012. Todos os membros são servidores da UFPB.

ii. Sobre a formalização e abrangência do PLS de que trata o Art. 9º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012:

O PGLS da Universidade Federal da Paraíba foi publicado pela Reitoria na página da Comissão de Gestão de Ambiental (CGA).

iii. Indicação de onde encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (Art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);

Encontra-se disponível na página da CGA o Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFPB: <http://www.ufpb.br/cga/contents/paginas/institucional/pgls-1>

iv. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

Encontra-se disponível na página da CGA o “Relatório Preliminar do Plano de Gestão de Logística Sustentável”:

http://www.ufpb.br/cga/contents/documentos/relatorio_preliminar.pdf

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

As questões ambientais da UFPB são tratadas em grande medida no âmbito da Comissão de Gestão Ambiental, órgão vinculado diretamente à Reitoria. Desde a sua criação tem atuado em diversas frentes, dentre as quais a de gerenciamento de resíduos especiais, com a aquisição de descontaminador de lâmpadas fluorescentes; a de gestão da fauna e flora, com o desenvolvimento de ações para mitigar os riscos de acidentes elétricos com animais silvestres e com a realização de podas de contenção dos fragmentos de mata; de campanhas de educação ambiental, com o plantio de mudas de espécies nativas da mata atlântica por ingressantes (até o momento já foram plantados cerca de 10.000 mudas e, recentemente com a campanha de combate ao mosquito transmissor do vírus do zika); a de coleta seletiva que visa à segregação de resíduos em recicláveis e não recicláveis. Os resíduos recicláveis são doados a uma cooperativa de catadores; a de monitoramento de contratos de serviços de limpeza de segurança e de telefonia; a de levantamento dos efluentes químicos gerados pelos mais de 300 laboratórios contidos na Instituição.

Destacam-se ainda as ações desenvolvidas no Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA), campus III, que resultou na elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que inclui: (i) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; (ii) Aquisição de coletores



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

para a implementação do programa de coleta seletiva; (iii) Gestão para desfazimento de bens inservíveis; (iv) Contratação de empresas especializadas; (v) Implantação de programas de prevenção de riscos ambientais e de segurança no trabalho; (vi) Formação continuada, que inclui a criação dos cursos de graduação e pós-graduação, formação de núcleos de ensino pesquisa e extensão, conteúdos curriculares, formação docente e curso de práticas de gestão; (vii) ações junto cooperativa de Catadores de Bananeiras e militante do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis; (viii) Realização de eventos, aulas, oficinas, palestras, caminhadas, reuniões, dentre outras; (ix) Elaboração de cartilhas.



6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

A UFPB possui dois canais de acesso ao cidadão, que são: o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), para fins de solicitações de informações, e a Ouvidoria, para fins de reclamações, denúncias e sugestões.

6.1.1 Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

O SIC é o órgão criado pela Lei Nº 12.527, de 18.11.2011, chamada de Lei de Acesso à Informação (Doravante, LAI). A LAI foi regulamentada pelo Decreto Nº 7.724, de 16.05.2012, que, em seu Art. 12, IV, diz: “O pedido de acesso à informação deverá conter: (...) IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida” (grifos nossos).

Combinado com o Art. 15, § 1º, I, que diz: “Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato. § 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou entidade deverá, no prazo de até vinte dias: I - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado (grifos nossos), gera o dever da Administração de responder ao cidadão da forma mais célebre, barata e eficaz possível, tendo, mormente, os Serviços de Informação ao Cidadão atendido às demandas no endereço eletrônico do requerente, forma também usual de comunicação do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral com os serviços de informação ao cidadão das 63 Universidades Federais.”

O acesso, como decorre do *caput* do Art. 15 da LAI, deve ser imediato, em havendo a disponibilidade da informação, com prazo estendido em até 20 (vinte) dias.

Caso o Órgão não tenha classificados em seus computadores, os dados requeridos pelo Requerente de cada pedido de informação, poderá encaminhar resposta no seguinte sentido:

Se Concedido:

1. Comunicada necessidade de pagamento de custos de postagem e/ou reprodução;
2. Concedido acesso para sistema corporativo para consulta da informação;
3. Data, hora e local para consulta agendada;
4. Informações enviadas pelos Correios;
5. Informações enviadas por e-mail;
6. Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na internet ou em publicações existentes;
7. Resposta solicitada inserida no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Os pedidos de informação somente são NEGADOS, todavia justificados pelo sistema e-SIC, com direito a Recurso do Interessado, nos casos de:

1. Informação inexistente;
2. Não se trata de solicitação de informação;
3. Informação sigilosa;
4. Pedido de dados pessoais de terceiros;
5. Pedido genérico;
6. Pedido incompreensível;
7. Processo decisório em curso.

Há também as espécies: “acesso parcialmente concedido”, “informação inexistente”, “não se trata de solicitação de informação”, “órgão não tem competência para responder sobre o assunto”.

Não sendo o órgão adequado a responder a demanda, deverá informá-lo, incontinenti, ao SIC/UFPB, para que, após análise, seja reencaminhado a outro órgão, de maneira que o Requerente possa ser atendido da maneira mais adequada possível.

Os pedidos de informação feitos por e-mail têm tramitação amparada nos Decretos 6.932, de 11/08/2009 (art. 1º, VI), 8.135, de 4.11.2013 (art. 1º, § 2º) e 7.724, de 16.5.2012 (art. 12, IV), todos referentes à "aplicação de soluções tecnológicas que visem simplificar e propiciar melhores condições para o compartilhamento de informações", adoção de "serviço de correio eletrônico" e "endereço eletrônico do requerente". Através da utilização do e-mail institucional (sic@ufpb.br), pode-se diminuir a quantidade de processos físicos, contribuindo para a economicidade do serviço público.

Ao SIC são encaminhados “pedidos de informação”. De acordo com os relatórios estatísticos do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), entre os anos de 2012 e 2015, a UFPB recebeu 883 pedidos, sendo 68, em 2012, 111, em 2013, 160, em 2014, 186, em 2015, e 317, em 2016. A despeito desse aumento, o tempo médio de resposta diminuiu ao longo do período: em 2012 a média de resposta era de 227 dias, diminuindo para uma média de 25,90 dias em 2015 (ver tabela abaixo). Vale destacar que os atrasos de 2016 são decorrentes do aumento considerável nos pedidos de informação em decorrência do concurso público para os quadros de técnico-administrativo da Instituição.

Das 63 Universidades Federais, a UFPB foi a terceira com maior número de pedidos em 2016; em 2015, foi a sexta; em 2014, foi a décima; em 2013, foi a 16ª; em 2012, foi a 16ª, o que demonstra um crescimento nos pedidos anualmente.

Dos temas das solicitações, o referente a “profissionais da educação” foi o mais requerido, tendo em vista o recente concurso da UFPB, seguido por questões sobre “educação superior”, o que soma 82,2% de todos os pedidos em 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quanto à localização dos solicitantes, a Paraíba teve 39,81% dos pedidos, seguida pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco – somando 20,38% dos pedidos. A razão se deu ao já mencionado “concurso para STAs da UFPB”.

Tabela 16 - Evolução dos pedidos de informação e respostas do SIC - 2012 a 2016

ANO	Quantidade de Pedidos	Tempo Médio de Respostas (em dias)	Média de Pedidos (em dias)	Crescimento do Número de Pedidos
2012	68	227,26	8,50	–
2013	111	50,59	9,25	63,24%
2014	160	31,09	13,33	44,14%
2015	186	25,90	15,50	16,28%
2016	317	53,20	26,42	70,43%

Fonte: Relatórios E-SIC, disponíveis em:

http://www.acaoainformacao.gov.br/sistema/site/relatorios_estatisticos.html

Ano a ano cresce o número de pedidos de informação no SIC/UFPB, notadamente devido ao conhecimento, por parte da comunidade acadêmica, da existência do órgão e um desejo maior por transparência.

O SIC/UFPB encaminha os pedidos por e-mail para os órgãos internos da UFPB, a fim de que mais rapidamente o Interessado possa receber a resposta requerida. Em 2017, planeja-se o uso concomitante de e-mail e memorandos eletrônicos.

Em 2016, 66 (sessenta e seis) pedidos, que representaram 2/3 do total, foram encaminhados à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – foram pedidos referentes a concurso público (houve um concurso para Técnico-Administrativo em 2016), majoritariamente, e temas afins, como quadro de referência, remoção, código de vaga, redistribuição etc.

6.1.2 Ouvidoria

O outro canal de acesso ao cidadão, a Ouvidoria-geral da UFPB, criada pela Resolução 06/1998 do CONSUNI e alterada pela Resolução 26/2011, também do mesmo Órgão Superior, tem como missão: I - receber e apurar a procedência de reclamações ou denúncias que lhe forem dirigidas por membro da comunidade universitária ou da comunidade paraibana em geral; II - recomendar a anulação ou a correção de atos contrários à legislação ou às regras de boa administração, encaminhando representação, quando necessário, aos órgãos competentes da administração superior; III - propor ao Reitor a instauração de processo administrativo disciplinar, quando necessário, nos termos da legislação em vigor; IV - propor a edição, alteração e revogação de atos normativos internos, com vistas ao aprimoramento acadêmico e administrativo da Instituição; V - sugerir, às diversas instâncias da administração universitária, medidas de aperfeiçoamento da organização e do funcionamento da Instituição; VI - elaborar e apresentar



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

relatório anual de suas atividades ao Conselho Universitário; VII - prestar informações e esclarecimentos ao Conselho Universitário, quando convocado para tal fim. Parágrafo único. No exercício das atribuições previstas neste artigo, o Ouvidor Geral deverá: I - receber reclamações e denúncias anônimas, somente se justificáveis as razões do anonimato; II - recusar como objeto de apreciação as questões pendentes de decisão judicial; III - rejeitar e determinar o arquivamento de reclamações e denúncias manifestamente improcedentes, mediante despacho fundamentado.

No ano fiscal de 2016, a Ouvidoria-geral atendeu as mais diversas demandas da Comunidade Acadêmica da UFPB, e fora dela, ou seja, do *Corpo docente, Corpo discente, Corpo de servidor técnico administrativo e Comunidade externa*. Através dos canais de comunicação abertos à comunidade, tais como: *Linha exclusiva de telefonia fixa (83) 3216.7998, Mensagem eletrônica (e-mail: ouvidoria@ufpb.br), Carta-denúncia e Visitas in-loco* (com formalização de abertura de processos ou não) na Ouvidoria-geral da UFPB, no Prédio da Reitoria – *campus I* – João Pessoa/PB.

O ano de 2016 precisamente, em 28 de março, através da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), atendimento ao Ministério Público Federal, através do acordo firmado na ata de reunião entre a Administração Central da UFPB, Discentes e Procuradoria da República na Paraíba, a Ouvidoria-geral da UFPB foi incorporada ao sistema on-line e-OUV, mantido pela CGU do Governo Federal, através do site <https://sistema.ouvidorias.gov.br/>, no qual o usuário interno e externo a IES, ao adentrar no “link da Ouvidoria”, na página da UFPB, também poderá fazer denúncias diretamente à OGU/CGU, que reencaminhará para a Ouvidoria da UFPB, a fim de tratá-las em tempo recorde, sob pena de lembrete/advertência/punição do Órgão Federal de Controle.

Especificamente, acerca do número total de Processos em 2015, ano base de referência para 2016, foram abertos 165 (cento e sessenta e cinco) Processos físicos, já em 2016 foram abertos 202 (duzentos e dois). Um quantitativo superior em relação ao ano anterior (2015) aumentou de 37 (trinta e sete) Processos, configurando assim, 18,31% a mais em relação ao ano base de referência.

Outra modalidade IMPORTANTÍSSIMA de atendimento às demandas nas Ouvidorias Públicas Federais, congregando modo de agilidade e eficaz, é a CONCILIAÇÃO. No ano de 2016, utilizou-se massificadamente esse expediente, o que erradicou/mitigou/elucidou inúmeros conflitos internos, evitando ainda mais abertura de Processos e postergação de resultados. Ou seja, a partir das múltiplas manifestações, algumas foram tratadas, em função da urgência e disponibilidade das partes (Manifestantes e Setor-foco da UFPB), em caráter imediato. Logo, é importante destacar que através da mediação da Ouvidoria-geral nos vários centros da UFPB, houve inúmeras conciliações, visto que as partes se dispuseram ao acordo e ambos saíram satisfeitos, evitando a morosidade de decisão, perdas de prazos, constrangimentos, e, sobretudo, abertura de Processos.

Entretanto, dos Processos físicos abertos pela Ouvidoria-geral em 2016, destes 88 (oitenta e oito), foram resolvidos plenamente dentro do exercício e emitida ciência do usuário, com um percentual de 43,56%; Do montante total, 40 encontram-se Ouvidoria-geral (aguardando Ciência) (casos em que o manifestante ainda não compareceu para tomar ciência, apesar de causas



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

ganhas), perfazendo um percentual de 19,81%; e 74 encontra-se em Trâmite, configurando um percentual de 36,63%.

Tabela 17 - Estratificação anual da efetividade/resultados dos processos abertos em 2016

PROCESSOS (2015-2016)	2015	2016
Resolvidos (arquivados)	43	88
Encontra-se na Ouvidoria (Aguardando Ciência)	44*	40*
Trâmite (pendentes)	78	74
TOTAL	165	202

Fonte: Dados da Ouvidoria (2016).

Em relação ao segmento atendido, tem-se a seguinte estratificação: 21,5% atendimento à Comunidade externa à UFPB; 26,7% atendimentos ao Corpo docente; 41,3% atendimentos ao Corpo discente e 10,5% ao Corpo técnico administrativo.

O instrumento tradicional e muito importante, 'Carta-denúncia' foi pouco utilizado, talvez, devido ao seu caráter físico, se comparado aos meios eletrônicos, pois teve um total de 11 (onze) solicitações. Destas, as cinco foram atendidas plenamente. Ou seja, 100% da demanda atendida. Outra importante informação a ser evidenciado nessa modalidade de atendimento, é que todas as Cartas foram anônimas e após verificada a sua veracidade, 03 (três) serviram de base para abertura de Sindicância nos Centros da UFPB.

Outro canal de atendimento de acesso à Ouvidoria, 'Telefone', também muito importante, chegou a um montante de 314 (trezentos e catorze) acolhimentos. Destes, apenas 31 (trinta) transformaram-se em Processos físicos. Ou seja, apenas 9,87%. Esse percentual aponta para uma solução imediata de 90,13%. Ao receber a ligação, seja o Ouvidor, o Secretário ou o Estagiário, faz o registro da demanda, entra em contato com o Setor citado pelo usuário e na sequência, após possível solução, retornamos ao demandante com o resultado/solução da solicitação.

Já o Atendimento via endereço eletrônico (E-mail), fez um total de 343 (trezentos quarenta e três) acolhimentos. Todos, sem exceção, devidamente respondidos e com as demandas, em sua maioria, satisfeitas, e em tempo, quase, real. Ou seja, em no máximo 05 (cinco) dias deu-se o retorno ao usuário. Afirma-se que em sua maioria com o atendimento satisfatório, pois apenas 48 (quarenta e oito) foram encerrados sem o pleno atendimento, haja vista serem solicitação sem fundamento e/ou de forma intempestiva como já afirmado anteriormente. Como por exemplo: aumento de margem para empréstimo consignado; matrícula de disciplina no final de semestre; validação de diploma de áreas não conexas; pedido de transferência de Centro, pedido por parte de discente de informação considerada sigilosa, dentre outros. Ou seja, tem-se um percentual de 13,99% de "não-atendimento", em função da própria impossibilidade de pedido. Logo, no Item Atendimento Eletrônico, a Ouvidoria-geral da UFPB, teve um percentual de acolhimento com sucesso em 2016 de 86,01%.



6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A carta de serviços ao cidadão foi elaborada em 2012 e sua divulgação se dá através do site da UFPB, no link “Carta de Serviço ao Cidadão”, disponível em: <http://www.ufpb.br/content/carta-de-servicos-ao-cidadao>.



6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFPB é responsável por articular e coordenar a Avaliação Institucional Interna da UFPB, proporcionando um acompanhamento permanente das várias esferas da vida acadêmica, como: ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

O Programa de Autoavaliação Institucional da UFPB tem como referência geral a metodologia proposta pelo SINAES/CONAES.

A partir da Nota Técnica Nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC – Assunto: Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi organizado um instrumento matricial com cinco eixos, contemplando nestes, as 10 dimensões referenciadas no marco legal do SINAES (Artigo 3º da Lei nº 10.861). O agrupamento das dimensões em eixos visa facilitar o diálogo entre as atividades, as quais devem ser articuladas no momento da avaliação e assim estão organizados, de acordo com o Quadro 88 abaixo:

Quadro 88 - Eixos e dimensões do instrumento de Avaliação Institucional.

Eixos	Dimensões
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	- Relato institucional descrevendo os principais elementos do processo interno e externo de avaliação e relação ao PDI - Inclui os Relatórios da CPA, do período que constitui o objeto da avaliação
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	- Missão e PDI - Responsabilidade Social
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	- Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão - Comunicação com a sociedade - Política de atendimento aos discentes
Eixo 4: Política de Gestão	- Política de Pessoal - Organização e Gestão da Instituição - Sustentabilidade Financeira
Eixo 5: Infraestrutura Física	- Infraestrutura Física

Fonte: CPA

A avaliação ganha ainda maior significado por ter como função a identificação de problemas e o acompanhamento das soluções debatidas e colocadas em prática, no sentido de aumentar a eficiência e eficácia institucional. Assim sendo, o objetivo geral da CPA na UFPB é avaliar a Instituição, de forma que se construa o conhecimento e a reflexão sobre o conjunto de atividades realizadas, propiciando a identificação das carências e fortalecendo a consciência e capacidade crítica da comunidade acadêmica. Lembrando que este processo proporciona uma abertura de diálogo entre os diferentes segmentos que integram a UFPB.

Tal como já citado no Relatório de Gestão 2015, foi criado naquele ano o Núcleo de Projetos da CPA/UFPB, ideia inovadora e inédita no Brasil. Tal Núcleo tem por objetivo estimular a



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

participação da comunidade acadêmica na avaliação institucional. Sendo assim, tem sido publicado anualmente um edital para chamada de projetos para os docentes dos quatro *campi* da UFPB. No ano de 2016 foram selecionados projetos relacionados aos Eixos 2, 3 e 5, os quais tiveram direito a bolsas de estágios para os alunos classificados na seleção de estágio não obrigatório.

Ainda em 2016, o Núcleo de Projetos da CPA realizou uma ampla pesquisa no *campus* III da Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA), situado na cidade de Bananeiras, a qual objetivou apresentar os resultados referentes à percepção da comunidade acadêmica do referido centro, no que tange à relação Desenvolvimento Institucional e a Responsabilidade Social da UFPB.

Nessa pesquisa buscou-se identificar de que forma os docentes, discentes e técnicos administrativos do CCHSA/UFPB percebem a dimensão Desenvolvimento Institucional (DI), que se constitui da dimensão 1, que corresponde a Missão e o PDI, e a dimensão 3, que se refere a Responsabilidade Social (RS) da Instituição, compreendendo que este processo deve ser transformado em ações práticas dentro da universidade.

O CCHSA/UFPB possui cento e cinquenta (150) docentes, distribuídos entre as carreiras de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT e Ensino Superior; 130 servidores Técnicos Administrativos e 1.866 discentes, distribuídos entre os níveis de ensino médio/técnico e ensino superior (graduação e pós-graduação). Foi estipulado como amostra aproximadamente 15% desse total. Foram então distribuídos 330 questionários pelo critério de acessibilidade.

Foram distribuídos 330 questionários entre os três seguimentos da comunidade acadêmica do CCHSA/UFPB. Desses, foram devolvidos cerca de 172, aproximadamente 52% do total entregue, cuja distribuição percentual dos seguimentos foi a seguinte: 52% dos respondentes foram os discentes das graduações, 9% os estudantes do nível técnico, 20% dos servidores técnicos- administrativos e 14% dos docentes.

Tendo em vista que o relatório com todos os dados verificados nesta pesquisa ficou bastante denso, informamos que o mesmo estará disponível na versão completa no Relatório de Autoavaliação 2016, a partir de março, no site da UFPB <http://security.ufpb.br/cpa/contents/relatorios>.

Em outra pesquisa realizada pela CPA em 2016 disponibilizou-se na página da CPA (<http://security.ufpb.br/cpa>) questionários a serem respondidos por toda comunidade acadêmica entre os meses de abril a agosto de 2016. Responderam a estes, 173 estudantes, 36 docentes e 38 servidores técnicos- administrativos. Embora tenha havido ampla divulgação nas redes sociais por meio de mensagem eletrônica e divulgação no site institucional da CPA, a participação da comunidade ainda está bem aquém da desejada. Reabrimos os instrumentos em 2017 para tentar obter um maior rol de respostas. Os resultados desta pesquisa também estarão no relatório final de Autoavaliação institucional publicado na página da CPA.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Tendo em vista os dados analisados, percebe-se que em determinados quesitos, as respostas não apresentam coerência, independente das categorias que a responderam, denotando, assim, um desconhecimento da realidade, tanto no *campus* I como no CCHSA/UFPB. A partir das atividades que vem sendo realizadas na UFPB, no tocante à importância da avaliação, espera-se que haja uma ampliação no grau de conhecimento e integração sobre as ações praticadas na instituição que comporte o servidor e os alunos.

A seguir apresentamos as atividades realizadas pela CPA no ano de 2016 e que tem contribuído para que a avaliação se torne de conhecimento público tanto para a comunidade acadêmica da UFPB, quanto para a sociedade em geral.

Quadro 89 - Atividades da CPA em 2016.

ATIVIDADES DA CPA EM 2016			
Nº.	ATIVIDADES REALIZADAS	DEMANDA	PERÍODO
1	Continuidade das Atividades do Núcleo da CPA.	Continuação dos trabalhos do núcleo de projetos da CPA devido ao movimento paredista que inviabilizou o término das avaliações em no final de 2015.	Janeiro de 2016
2	Continuidade das Atividades do Núcleo da CPA.	Continuação dos trabalhos do núcleo de projetos da CPA devido ao movimento paredista que inviabilizou o termino das avaliações em no final de 2015.	Fevereiro de 2016
3	Avaliação de Cursos de Graduação presencial. Avaliadores do MEC	Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso Jornalismo -Conceito: 4	Fevereiro de 2016
4	RELATÓRIO DA CPA (AUTOAVALIAÇÃO) do ano de 2015	Elaboração do Relatório de Avaliação Institucional da UFPB/2015	Março de 2016
5	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância	Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso Biblioteconomia. Conceito: 4	Abril de 2016
6	Recredenciamento EAD	Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso Conceito: 4	Maior de 2016
7	Seleção dos novos projetos do Núcleo de Projetos da CPA e resultado.	Núcleo de Projetos da CPA	Junho de 2016
8	Seleção dos novos estagiários dos projetos do Núcleo de Projetos da CPA e resultado.	Núcleo de Projetos da CPA	Julho de 2016
9	Reunião com os novos professores responsáveis pelos projetos do Núcleo da CPA.	Núcleo de Projetos da CPA	Julho de 2016
10	Participação no evento - O Sistema	Este evento faz parte da Semana	Julho de 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

ATIVIDADES DA CPA EM 2016			
Nº.	ATIVIDADES REALIZADAS	DEMANDA	PERÍODO
	Nacional de Avaliação da Educação Superior: instrumentos e orientações – o qual ocorreu em Bananeiras – PB.	Pedagógica do Centro e a CPA realizará um Minicurso sobre Avaliação Institucional e proferirá a palestra “O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: instrumentos e orientações”.	
11	Convocação dos novos estagiários dos projetos do Núcleo de Projetos da CPA.	Núcleo de Projetos da CPA. Houve a entrega de documentação e preenchimento de cadastro para os estagiários.	Agosto de 2016
12	Reunião I - com os estagiários dos projetos do Núcleo de Projetos da CPA (grupo 1).	Núcleo de Projetos da CPA, esta reunião se propôs a especificar aos objetivos gerais e específicos da CPA e orientação para atingi-los.	Agosto de 2016
13	Reunião II- com os estagiários dos projetos do Núcleo de Projetos da CPA (grupo 2).	Núcleo de Projetos da CPA. Essa reunião se propôs a especificar os objetivos gerais e específicos da CPA e orientação para atingi-los.	Agosto de 2016
14	Avaliação de Cursos de Graduação. Avaliadores do MEC	Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso Engenharia de Energias renováveis - Conceito: 3	Agosto 2016
15	Avaliação <i>in loco</i> para Instituições de Educação Superior com enfoque em acessibilidade.	MEC	Agosto 2016
16	Avaliação de Cursos de Graduação. Avaliadores do MEC	Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso Matemática Computacional.- Conceito: 3	Agosto 2016
17	Participação e representação da UFPB no evento: V FÓRUM DAS CPAS DE PERNAMBUCO E I ENCONTRO DE CPAS DO NORDESTE.	Componente da mesa 01 Avaliação: expansão e interiorização da educação superior no Nordeste (Representantes das IES do Nordeste). O evento ocorreu nos dias 29 e 30 de setembro em Pernambuco.	Setembro 2016
18	Avaliação de Cursos de Graduação. Avaliadores do MEC.	Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso Estatística. -Conceito 4	Outubro de 2016
20	Realização do evento – I SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E	Evento promovido pela CPA/UFPB foi realizado no rol da reitoria nos	Novembro de 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

ATIVIDADES DA CPA EM 2016			
Nº.	ATIVIDADES REALIZADAS	DEMANDA	PERÍODO
	GESTÃO ESTRATÉGICA: Plano de desenvolvimento Institucional na perspectiva da Sustentabilidade das Universidades.	dias 21 e 22 de novembro. O evento reuniu diversas instituições de ensino superior visando à abordagem da avaliação interna.	
21	Posse da Magnífica Reitora	A CPA prestigia a posse da Magnífica Reitora, a qual cumpre seu 2ª mandato. Realizado no dia 22 de novembro.	Novembro de 2016
22	Prioridade nas Atividades do Núcleo da CPA.	Continuação dos trabalhos do núcleo de projetos da CPA para realização do relatório de avaliação institucional referente ao ano de 2016.	Dezembro 2016.

Fonte: CPA

6.3.1 Avaliação do docente pelo discente

O formulário de Avaliação do Docente pelo Discente é um dos módulos da Avaliação Institucional e foi implantado no período letivo 2014.1 pela Pró-Reitoria de Graduação. A cada semestre, o estudante é obrigado a respondê-lo como condição de matrícula. O instrumento tem por finalidade consolidar uma cultura de avaliação e de transparência das atividades acadêmicas, ao criar um espaço de discussão que possibilite aos docentes (re)pensarem os procedimentos metodológicos e avaliativos que são utilizados nos diversos componentes curriculares que integram os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, a partir do olhar do estudante sobre a prática da atividade de ensino. Os resultados dessa avaliação são semestralmente divulgados com o objetivo de serem utilizados pelos departamentos em reuniões de planejamento pedagógico ao promover reflexões coletivas sobre a melhoria das relações entre o ensino e a aprendizagem na UFPB.



6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Como mecanismo de transparência das informações, tem-se, o site da UFPB. No link “Transparência” (<http://www.ufpb.br/transparencia-ufpb>) e no link da PROPLAN (<http://www.proplan.ufpb.br/proplan>), tem-se as informações e documentos referentes a canais de acesso à informação (sistema e-SIC e Ouvidoria), bem como os documentos de prestação de cotas (Relatório de Gestão) e documentos de planejamento institucional (PDI).

Além disso, na página da UFPB, há informações dos telefones e e-mail para contato:

Acesso ao SIC/UFPB):

<http://www.ufpb.br/content/aceso-ao-e-sic>

Telefone: (083) 32167066

E-mail: sic@ufpb.br

Acesso a documentos de prestação de contas da UFPB e documentos do Planejamento Institucional:

<http://www.ufpb.br/transparencia-ufpb>

<http://www.proplan.ufpb.br/proplan>

Telefone: (083) 3216-7961

E-mail: proplan@proplan.ufpb.br

secretaria@proplan.ufpb.br

Acesso à Ouvidoria:

<http://www.ufpb.br/ouvidoria/>

Telefones: 3216-7998 e 3216-7200

E-mail: ouvidoria@ufpb.br



6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade tem atuado diretamente em parceria com a STI a fim de que todas as páginas da UFPB se tornem acessíveis a todos os tipos de deficiência. Com relação ao módulo SIGAA, o mesmo já se tornou acessível para os deficientes visuais.

No tocante às demais páginas da UFPB, no que se refere à acessibilidade digital, auxiliamos na divulgação do V Libras, instrumento criado por um grupo de pesquisa do Centro de Informática, que torna qualquer página acessível à comunidade surda, através do uso de um avatar.

Com relação à acessibilidade arquitetônica tem-se atuado para minimizar e eliminar as barreiras. Mapearam-se, juntamente com a Prefeitura Universitária, os principais pontos de inacessibilidade e atuaremos na construção de uma rota externa acessível (aproximadamente 7 km), para permitir a independência e a locomoção de pessoas com deficiência, no *campus I*, interligando os Centros. Na parte interna dos prédios estamos trabalhando um projeto de pesquisa para criar um aplicativo que permita identificar o que cada prédio possui em termos de estrutura física e onde estão os banheiros acessíveis em cada um deles.

Temos incentivado a participação dos servidores e docentes nos cursos de capacitação ofertados pela PROGEP, no que se refere ao uso de LIBRAS, e temos ofertado capacitações para os docentes em diferentes áreas de deficiência (de acordo com as demandas dos mesmos).

Estamos planejando ofertar um curso para docentes que atuam na área de exatas com pessoas que possuem deficiência visual, através do kit Multiplano Pedagógico (material que permite ensinar cálculos matemáticos de disciplinas específicas para pessoas com deficiência visual). O criador deste kit é um docente de Curitiba, Prof. Rubens Ferronato, e estamos articulando para que, em 2017, o mesmo venha ofertar o curso referente a esse recurso.

Encontra-se concluído o projeto arquitetônico do Centro de Inclusão que visa agregar todos os serviços ofertados atualmente no *campus I* da UFPB (o próprio CIA, o Laboratório de Tecnologia Assistiva, o Laboratório de Acessibilidade, o Nedesp, Grupos de Trabalho, auditório e espaço de acolhimento e descanso para as pessoas com deficiência), nossa meta para o ano de 2017 está em conseguir, junto à Reitoria, os recursos financeiros para iniciar a construção desta obra.

As ações do comitê têm sido contínuas e envolvido toda a comunidade acadêmica. Atualmente temos recebido aproximadamente 110 estudantes com deficiência/ano e o índice de permanência e conclusão dos cursos desse público tem sido de aproximadamente 95%.

Com relação à política de inclusão da UFPB destinada ao atendimento de pessoas com deficiência no ano de 2016, essas ações foram apresentadas na seção 3.4.8.



7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro do exercício

A implantação dos módulos Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) inegavelmente fomenta uma gestão financeira mais eficiente com uma maior compreensão das metas propostas promovendo a projeção de alternativas às soluções ortodoxas no exercício da gestão administrativa.

No ano de 2016 intensificaram-se as ações voltadas à capacitação de recursos humanos, com ênfase no aprimoramento dos processos administrativos contábeis, pelo monitoramento entre as equipes em prol da melhoria das condições laborais e aprimoramento do fluxo de trabalho. Se em 2015 o foco foi a capacitação da administração central, em 2016 capilarizou-se entre as demais unidades com cursos de capacitação ministrados pelos servidores da administração central desta IFES dos servidores dos diversos centros e departamentos. Percebeu-se ao longo de 2016 uma sensível melhora no procedimento de levantamento de demandas diante da implantação do sistema de IRP interna, expressão análoga à Intenção de Registro de Preços da lei do Sistema de Registros de Preços.

Várias das dificuldades apresentadas em anos anteriores persistem, o que demonstra a necessidade de intensificação para verificação das variáveis envolvidas como forma de aprimoramento dos procedimentos administrativos. A necessidade da implantação dos demais módulos SIPAC tornando o processo administrativo mais célere apresenta-se como meta para os próximos anos. A virtualização dos processos administrativos encontra empecilhos de ordem cultural (servidores acostumados com processos físicos). Para essa limitação acredita-se que intensificação de ações de capacitação devem gerar reflexos positivos na reversão cacoetes administrativos.

No tocante ao fluxo financeiro, perceberam-se duas dificuldades exógenas, quais sejam: i) repasse dos recursos financeiros em descompasso aos valores devidamente liquidados no SIAFI; ii) aprovação e respectivo detalhamento tardia da Lei Orçamentária Anual; iii) limitação de gastos impostos pela portaria MPOG nº 67, de 01 de março de 2016; iv) liberação de limite de empenho próximo ao final do exercício financeiro.

Assim como uma dificuldade endógena, mormente, em relação à necessidade de virtualização dos processos administrativos. Como forma de sanar a limitação interna, a Pró-Reitoria de Administração (PRA) empreende esforços diuturnos na promoção da celeridade dos processos administrativos.

No que concerne à primeira dificuldade externa, identificou-se que os repasses de recursos financeiros se deram uma ou duas vezes no mês e em percentual em torno 40-60% do valor liquidado no SIAFI tomando-se como data-base cerca de cinco dias antes do efetivo repasse. Tal sistemática adotada pelo MEC acarreta uma forte tendência à acumulação de obrigações contábeis e eventuais atrasos de pagamentos aos fornecedores. Pelas regras de contabilidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

pública, as obrigações contábeis devem ser quitadas seguindo a ordem cronológica de apropriação. Em um momento específico do ano ocorreu o repasse em 20% do valor liquidado. A conjuntura de repasses de financeiro tornou-se tão crônica ao ponto do próprio MPOG publicar a instrução normativa 02, de 06/12/2016 que regulamenta a quebra de ordem cronológica de pagamentos.

Em razão da limitação exógena imposta a esta IFES tornou-se necessária estabelecer uma metodologia de execução de recursos financeiros, primeiramente, de modo a evitar encargos financeiros diversos. Ou seja, quitam-se as despesas em que esta IFES potencialmente incorreriam em multas ou atualizações financeiras de qualquer natureza, mês-a-mês, a exemplo de energia elétrica, água e telefonia; Secundariamente, obrigações de ordem social trabalhista, e tributos e taxas públicas, ou serviços essenciais cujo objeto seja imprescindível para assegurar o patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas desta IFES, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento de missão institucional, tais como bolsas de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão. Assim, seguindo a ordem cronológica de apropriação para as demais obrigações contábeis assumidas pela instituição. As ações institucionais estão amparadas pela referida IN.

A segunda limitação externa promoveria atrasos na execução orçamentária, entretanto, com a devida preparação e planejamento de execução orçamentária essa limitação mostrou-se diminuta, sem efeitos concretos na avaliação geral de desempenho. Essa limitação promoveu apenas um mal-estar no atendimento de demandas institucionais por usuários que pouco compreendem a sistemática de execução orçamentária, agravada pelo repasse de recursos financeiros ministeriais. Assim, quanto mais tardia a aprovação da lei orçamentária, mais tardiamente inicia-se a execução de recursos orçamentários institucionais.

Considerando a terceira limitação exógena percebeu-se que a limitação de gastos em alguns elementos de despesa impõe dificuldades de execução de forma global sem necessariamente otimizar o gasto público; em relação à última limitação, a liberação tardia de limite de empenho inviabiliza ações de planejamento sistemático. Como forma de contornar tal circunstância, esta IFES tramitou processos de aquisições até a etapa de detalhamento de crédito aguardando a eventual liberação de crédito pelo MEC. Essa última dificuldade exógena causa demasiada sobrecarga de trabalho nos últimos dias úteis do ano.

Ao realizar uma análise crítica do desempenho da gestão institucional sob a perspectiva de execução de recursos financeiros, acredita-se que, diante das limitações impostas, principalmente, de ordem exógena (sem qualquer ingerência institucional), é pouco provável se verificar um cenário melhor de execução dos recursos financeiros e desempenho financeiro-contábil. Espera-se que, em 2017, haja liberação de crédito orçamentário ministerial com a maior brevidade possível para que as demandas do primeiro quadrimestre sejam atendidas em tempo hábil.



7.2 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão

No tocante aos instrumentos e fontes de captação de recursos com foco em sua atividade fim (ensino, pesquisa e extensão), a UFPB trabalha tanto com a captação mediante as receitas próprias, bem como com órgãos de fomento, ministérios, e secretarias dos três entes federativos. Não obstante, a Instituição busca apoiar as suas unidades e/ou servidores no tocante a operacionalização do trâmite necessário para a efetivação dos processos de descentralização dos recursos frente aos órgãos competentes.

Diante do atual cenário econômico do País, com as restrições orçamentário-financeiras, a Gestão Central da UFPB adotou, desde 2014, uma política de apoio às atividades fim, com abertura de editais nas áreas de monitoria, pesquisa e extensão, além da alocação de recursos de custeio do funcionamento geral da Universidade, para suprir parte dos cortes orçamentários, especialmente do PROAP, que dão apoio ao funcionamento das atividades dos programas de pós-graduação, das missões de estudos ao exterior, de estágios de doutorado, e de apoio aos projetos do PIBIC.

A UFPB também implantou o programa de apoio à produção científica na pós-graduação, mediante o custeio da tradução de artigos científicos e da publicação em periódicos de alto fator de impacto.

7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

A alocação dos recursos oriundos da captação é realizada de acordo com o projeto de captação realizado junto aos órgãos de fomento, o mesmo acontecendo em relação às receitas próprias, em que a destinação é realizada de acordo com a unidade que fez a captação do recurso.

Os recursos captados foram essencialmente utilizados para garantir a continuidade de serviços essenciais e que não podem sofrer interrupção em sua prestação, como despesas com energia, água e telefone, pagamento de bolsas, especialmente as que garantem a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade econômica, contratos continuados, especialmente os de serviço terceirizado, manutenção da frota e combustível, pagamento de diárias, obras e fornecedores de equipamentos, consumíveis e demais serviços.

Ressalta-se ainda, os esforços empreendidos pela Instituição, no sentido de reduzir algumas despesas e otimizar o uso dos recursos captados, adequando-se aos cortes orçamentários dos últimos anos.

<p>Seção 7. "DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS" Item: "INFORMAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR"</p>	<p>UFPB RG 2016</p>	<p>Página 271</p>
--	-------------------------	-------------------



7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A UFPB vem implementando um sistema de gestão patrimonial de modo a possibilitar a vinculação de todos os bens patrimoniais aos índices de depreciação e valores residuais por item, ou por conta específica, destaque-se o módulo SIPAC patrimônio na consecução dessa meta. Tal iniciativa alinha-se às diretrizes estabelecidas pelas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, mormente, a NBC T 16.9. A metodologia aplicada é a de Cotas Constantes, na qual o valor depreciado é calculado pelo valor do bem (objeto de depreciação) dividindo-o pelo fator 't' tempo de vida útil diminuindo-se o valor residual 'vr' nos termos do item 27 da macrofunção 02.03.30 como apregoa o manual SIAFI.

O procedimento considera como metodologia para a estimativa a vida útil econômica dos ativos, além do cálculo de depreciação do imobilizado (móveis e imóveis) e de amortização do ativo intangível; as taxas utilizadas para os respectivos cálculos. Além da macrofunção 02.03.30, que trata da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, o no manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP), assim como a portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 (MCASP).

A estimativa de vida útil de cada bem permanente contido no sistema de gestão patrimonial foi determinada a partir da 'IN SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998'. Desde o lançamento do respectivo bem no módulo SIPAC – Patrimônio (quando de sua incorporação), de modo que o sistema calcule automaticamente a variação financeira usando os dados referentes aos índices de depreciação, vida útil, e valor residual, utilizando do método de Cotas Constantes. A título exemplificativo, destacam-se os seguintes cálculos:

Quadro 90 - Estimativa de vida útil de alguns bens permanente.

CONTA	DESCRIÇÃO DA CONTA	VIDA ÚTIL
14212.04.00	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTAÇÃO	15
14212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10
14212.32.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15
14212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10
14212.34.00	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10
14212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5
14212.36.00	MÁQUINAS, INSTALACOES E UTENS DE ESCRITÓRIO	10
14212.38.00	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10
14212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10

Fonte: PRA



7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Sistema Integrado de Custos (SIC) é a ferramenta mais adequada para controle e aferição de custos no âmbito da unidade. Entretanto, a UFPB não pode utilizar tal ferramenta, pois a mesma está restrita a servidores membros dos Comitês de Análise e Avaliação de Informações de Custos nas instâncias superiores da Administração Pública Federal, ou alternativamente, indicados por unidades de gestão interna, reconhecidas como setores do Sistema de Custos do Governo Federal.

Ainda que a UFPB não utilize o SIC, buscam-se alternativas para a apuração de seus custos. Um revés que dificulta a sistematização e apuração de custos decorre da complexidade inerente aos processos administrativos. Assim, o próprio processo de apuração de custos prescinde de uma sistematização de procedimentos e mapeamentos via fluxograma.

As diversas espécies de processos e o considerável conjunto de variáveis relacionadas a atividades tais como: ensino, pesquisa, extensão, termos de execução descentralizada, laboratórios, convênios, bibliotecas, moradia estudantil, restaurante universitário e prestação de serviços complexos.

Destaque-se que é inegável que as particularidades inerentes a esta IFES inviabilizam a importação de um modelo de apuração de custos de outra IFES dada à quantidade de UGs, e ao sistema de descentralização e desconcentração administrativa.

Por fim, acredita-se que além dos diversos métodos de apropriação de custo-aluno, em paralelo, a UFPB empreende esforços para a implementação dos diversos módulos do SIPAC com o intuito de promover um melhor mecanismo de acompanhamento e fiscalização em prol da Administração Pública.

7.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

7.5.1 Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

EMISSÃO 13/01/2017 PAGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	6.426.286,00	2.881.384,39	Despesas Orçamentárias	1.594.269.732,04	1.512.257.507,59
Ordinárias	299.761,95	258.283,02	Ordinárias	325.738.703,80	578.668.375,10
Vinculadas	6.220.096,51	2.910.254,22	Vinculadas	1.268.531.028,24	933.589.132,49
Educação	272.845,30	422.186,81	Educação	1.030.702.907,29	690.468.219,12
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.947.251,21	2.488.067,41	Seguridade Social (Exceto RGPS)	232.678.702,11	17.817.920,48
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-93.572,46	-287.152,85	Operação de Crédito		220.205.383,20
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.529.445,66	3.523.897,99
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.619.973,18	1.573.711,70
Transferências Financeiras Recebidas	1.861.859.289,88	1.742.509.269,54	Transferências Financeiras Concedidas	281.679.440,03	252.758.041,89
Resultantes da Execução Orçamentária	1.791.747.599,20	1.672.515.584,41	Resultantes da Execução Orçamentária	251.749.980,64	229.937.127,95
Repasso Recebido	1.540.301.639,51	1.442.582.992,93	Repasso Concedido	304.020,95	4.536,47
Sub-repasso Recebido	251.445.959,69	229.932.591,48	Sub-repasso Concedido	251.445.959,69	229.932.591,48
Independentes da Execução Orçamentária	70.111.690,68	69.993.685,13	Independentes da Execução Orçamentária	29.929.459,39	22.820.913,94
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	67.570.425,40	61.729.045,12	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	29.132.412,83	22.139.736,32
Demais Transferências Recebidas	223.804,91		Demais Transferências Concedidas	223.804,91	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.317.460,37	8.264.640,01	Movimento de Saldos Patrimoniais	573.241,65	681.177,62
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	53.601.675,85	70.622.424,49	Despesas Extraorçamentárias	45.797.860,33	52.182.623,66
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	812.678,49	8.278.795,85	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	9.513.726,56	14.954.827,57
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	52.347.533,83	62.075.097,83	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	35.843.329,06	36.967.265,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	365.525,84	194.766,17	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	429.163,04	260.530,58
Outros Recebimentos Extraorçamentários	75.937,69	73.764,64	Outros Pagamentos Extraorçamentários	11.641,67	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		8.000,23	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	8.000,23	
Passivos Transferidos	67.937,69		Demais Pagamentos	3.641,44	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	8.000,00				
Demais Recebimentos		65.764,41			
Saldo do Exercício Anterior	12.219.464,65	13.404.559,37	Saldo para o Exercício Seguinte	12.359.683,98	12.219.464,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.219.464,65	13.404.559,37	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.359.683,98	12.219.464,65
TOTAL	1.934.106.716,38	1.829.417.637,79	TOTAL	1.934.106.716,38	1.829.417.637,79

7.5.2 Balanço Orçamentário

página 1/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 13/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.750.188,00	2.750.188,00	6.426.286,00	3.676.098,00
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	814.434,00	814.434,00	865.757,09	51.323,09
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	814.434,00	814.434,00	865.757,09	51.323,09
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	44.249,00	44.249,00	79.090,00	34.841,00
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.889.352,00	1.889.352,00	4.844.372,39	2.955.020,39
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.889.352,00	1.889.352,00	4.844.372,39	2.955.020,39
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	2.153,00	2.153,00	637.066,52	634.913,52
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	64.772,20	64.772,20
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.153,00	2.153,00	572.294,32	570.141,32
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Balanco Orçamentário – página 2/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 13/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.750.188,00	2.750.188,00	6.426.286,00	3.676.098,00
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	2.750.188,00	2.750.188,00	6.426.286,00	3.676.098,00
DÉFICIT	-	-	1.587.843.446,04	1.587.843.446,04
TOTAL	2.750.188,00	2.750.188,00	1.594.269.732,04	1.591.519.544,04
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.455.283.509,00	1.586.039.228,00	1.572.242.432,34	1.536.330.884,99	1.535.704.331,53	13.796.795,66
Pessoal e Encargos Sociais	1.270.465.405,00	1.390.393.032,00	1.363.616.354,86	1.363.590.789,84	1.363.590.789,84	26.776.677,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	184.818.104,00	195.646.196,00	208.626.077,48	172.740.095,15	172.113.541,69	-12.979.881,48
DESPESAS DE CAPITAL	42.846.198,00	34.922.700,00	22.027.299,70	5.591.313,22	5.405.188,19	12.895.400,30
Investimentos	42.846.198,00	34.922.700,00	22.027.299,70	5.591.313,22	5.405.188,19	12.895.400,30
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.498.129.707,00	1.620.961.928,00	1.594.269.732,04	1.541.922.198,21	1.541.109.519,72	26.692.195,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Balanco Orçamentário – página 3/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 13/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPEZA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.498.129.707,00	1.620.961.928,00	1.594.269.732,04	1.541.922.198,21	1.541.109.519,72	26.692.195,96
TOTAL	1.498.129.707,00	1.620.961.928,00	1.594.269.732,04	1.541.922.198,21	1.541.109.519,72	26.692.195,96

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	40.152.898,84	38.678.049,86	23.043.204,44	22.851.224,49	14.515.496,05	41.464.228,16
Pessoal e Encargos Sociais	-	355.815,02	233,85	233,85	355.581,17	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	40.152.898,84	38.322.234,84	23.042.970,59	22.850.990,64	14.159.914,88	41.464.228,16
DESPEAS DE CAPITAL	42.404.505,60	23.397.047,97	13.430.916,90	12.992.104,57	3.270.117,59	49.539.331,41
Investimentos	42.404.505,60	23.397.047,97	13.430.916,90	12.992.104,57	3.270.117,59	49.539.331,41
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	82.557.404,44	62.075.097,83	36.474.121,34	35.843.329,06	17.785.613,64	91.003.559,57

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	563.454,19	7.294.058,48	7.196.623,41	1.096,00	659.793,26
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	563.454,19	7.294.058,48	7.196.623,41	1.096,00	659.793,26
DESPEAS DE CAPITAL	25.363,94	2.317.103,15	2.317.103,15	1.480,00	23.883,94
Investimentos	25.363,94	2.317.103,15	2.317.103,15	1.480,00	23.883,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	588.818,13	9.611.161,63	9.513.726,56	2.576,00	683.677,20



7.5.2.1 Notas Explicativas - Balanço Orçamentário

A Despesa Empenhada em Outras Despesas Correntes é superior a Dotação Atualizada devido a créditos descentralizados por outros Órgãos.

A Receita Realizada (R\$ 6.426.286,00) representa 233,67% da Receita Prevista (R\$ 2.750.188,00), o excesso de arrecadação verificado se deve, essencialmente, a realização do Concurso Público - Edital 53/2015 que arrecadou R\$ 3.100.803,00, no período de 04/jan a 05/fev/16, receita está não prevista.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representaram 85,53% de todas as Despesas Orçamentárias do exercício seguidas pelas Outras Despesas Correntes (Custeio) com 13,09% e, por último, as despesas com Investimentos (Capital) com 1,38%.

Em Relação aos Restos a Pagar não Processados no valor de R\$ 144.632.502,27 (Centros e quarenta e quatro, seiscentos e trinta e dois mil e quinhentos e dois reais e vinte e sete centavos) foram pagos 24,78%, cancelados 12,30% e restando 62,92% que serão reinscritos 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Balanco Patrimonial – página 2/2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 13/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	829.314.041,06	793.732.462,81	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	829.314.041,06	793.732.462,81

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	12.359.683,98	20.195.320,86	PASSIVO FINANCEIRO	144.849.576,30	177.648.985,49
ATIVO PERMANENTE	816.954.357,08	773.537.141,95	PASSIVO PERMANENTE	831,72	17.104.204,94
			SALDO PATRIMONIAL	684.463.633,04	598.979.272,38

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	70.959.445,20	65.565.131,15	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.314.778,26	3.320.203,13
Execução dos Atos Potenciais Ativos	70.959.445,20	65.565.131,15	Execução dos Atos Potenciais Passivos	3.314.778,26	3.320.203,13
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	70.180.285,47	64.785.971,42	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	2.115.641,84	2.121.066,71
Direitos Contratuais a Executar	779.159,73	779.159,73	Obrigações Contratuais a Executar	1.199.136,42	1.199.136,42
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	70.959.445,20	65.565.131,15	TOTAL	3.314.778,26	3.320.203,13

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-32.341.100,24
Recursos Vinculados	-100.148.792,08
Educação	-97.678.759,44
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-6.782.599,94
Doações	7.367,28
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.424.801,81
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.118.133,63
Demais Recursos	-1.468,16
TOTAL	-132.489.892,32



7.5.3.1 Notas Explicativas - Balanço Patrimonial

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo no montante de R\$ 218.953.281,54 (Duzentos e dezoito milhões, novecentos e cinquenta e três mil, duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e quatro) é composto de 26,54% Adiantamento Concedido a Pessoal; 17,74% Adiantamento de Transferências voluntárias; 55,21% Danos ao Erário apurado pela Tomada de Contas Especial; e 0,51% Outros créditos a receber de curto prazo.

Estoques - Não analisado devido ao não cumprimento do item 3.3.9 da Instrução Normativa 08 de 21/12/90 (o Inventário Físico Financeiro do Almoxarifado e respectivo termo de conferência, bem como o demonstrativo sintético das entradas e saídas ocorridas no exercício) pelo setor competente (Almoxarifado).

Ativo Imobilizado - a instituição não está aplicando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCT 16.9 e 16.10 (Depreciação, Amortização e Reavaliação do ativo); e o art.106 § 3º da lei 4.320/1964 (Reavaliação do Ativo)

Ajuste Exercícios Anteriores – A provisão de Férias e 13º salário; e Adiantamentos não foi possível realizar as baixas no final do exercício de 2014. Sendo efetuadas no início do exercício/2015, ocasionando o saldo negativo na referida conta no exercício 2015.

Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2016, a UFPB apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.886.542,96 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo totalmente representado por obrigações a curto prazo. A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 18 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição (Valores em R\$)

Composição	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Circulante	1.886.542,96	8.860.779,88	-78,71
Nacionais	1.886.542,96	8.860.779,88	-78,71
Estrangeiros			
Não Circulante			
Nacionais			
Estrangeiros			
Total	1.886.542,96	8.860.779,88	-78,71

Fonte: Tesouro Gerencial, 2015 e 2016.

O total de fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais representando cerca de 100% do total a ser pago.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2016.

Tabela 19 - Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante (Valores em R\$)

Unidade Gestora Contratante	31/12/2016	AV (%)
153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	576.702,38	30,57
153071 - HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY-UFPB	549.710,95	29,14
153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB	513.180,35	27,20
153068 - CENTRO DE CIENC.EXATAS E DA NATUREZA DA UFPB	156.402,00	8,29
153073 - CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS DA UFPB	47.474,15	2,52
153074 - CENTRO DE CIENC.HUMA. SOC. E AGRARIAS DA UFPB	43.073,13	2,28
Total	1.886.542,96	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2016.

As unidades gestoras 153065, 153071 e 153066 são responsáveis por 86,91,% do total a ser pago. A unidade 153066 é responsável pelos pagamentos dos terceirizados, fornecimento de energia, fornecimento de alimentação ao restaurante universitário entre outras.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 08 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2016.

Tabela 20 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor (Valores em R\$)

Fornecedor	31/12/2016	AV (%)
CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA.	273.065,32	14,47
DIAGNOCEL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.	232.260,54	12,31
RWX COMERCIO E REPRESENTACAO DE INFORMATICA LTDA. - ME	162.500,00	8,61
GATEWAY SECURITY LIBRARY & SOLUTIONS - BIBLIOTECA & SOL	93.808,55	4,97
FUNDACAO JOSE AMERICO	92.321,82	4,89
DISKLUZ ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.. - EPP	82.038,30	4,35
ASSOCIACAO IRMAS DE PADRE MAZZA	74.025,00	3,92
CONSTRUTORA ESTRUTURAL LTDA. - EPP	73.192,09	3,88
Demais	803.331,34	42,58
Total	1.886542,96	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2016.

7.5.4 Demonstração do Fluxo de Caixa
página 1/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	20.854.615,24	20.086.326,37
INGRESSOS	1.868.727.039,41	1.745.648.684,51
Receitas Derivadas e Originárias	6.426.286,00	2.878.884,39
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	865.757,09	741.930,28
Receita Agropecuária	79.090,00	33.498,19
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	4.844.372,39	1.402.442,71
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	637.066,52	701.013,21
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.862.300.753,41	1.742.769.800,12
Ingressos Extraorçamentários	365.525,84	194.766,17
Passivos Transferidos	67.937,69	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	8.000,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.861.859.289,88	1.742.509.269,54
Demais Recebimentos	-	65.764,41
DESEMBOLSOS	-1.847.872.424,17	-1.725.562.358,14
Pessoal e Demais Despesas	-1.420.389.695,00	-1.326.846.311,71
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-478.901,42	-1.157.058,34
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-128.910,08
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-224.649,15	-102.188,90
Previdência Social	-489.530.785,87	-457.559.707,63
Saúde	-2.507.504,90	-21.160.605,11
Trabalho	-	-
Educação	-925.977.173,56	-846.024.502,56
Cultura	-1.182.212,63	-
Direitos da Cidadania	-	-96.785,33
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-8.474,12	-12.197,85
Ciência e Tecnologia	-263.601,14	-357.605,46

Demonstração do Fluxo de Caixa - página 2/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
-------------------	------------------

EMISSAO 10/03/2017	PAGINA 2
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-208.391,98	-254.750,68
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-8.000,23	8.000,23
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-145.370.484,66	-145.697.473,96
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-145.242.391,09	-145.584.886,84
Outras Transferências Concedidas	-128.093,57	-112.587,12
Outros Desembolsos das Operações	-282.112.244,51	-253.018.572,47
Dispêndios Extraorçamentários	-429.163,04	-260.530,58
Transferências Financeiras Concedidas	-281.679.440,03	-252.758.041,89
Demais Pagamentos	-3.641,44	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-20.714.395,91	-21.271.421,09
INGRESSOS	-	2.500,00
Alienação de Bens	-	2.500,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-20.714.395,91	-21.273.921,09
Aquisição de Ativo Não Circulante	-20.016.853,64	-21.114.336,09
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-697.542,27	-159.585,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-

Demonstração do Fluxo de Caixa - página 3/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 10/03/2017	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	140.219,33	-1.185.094,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	12.219.464,65	13.404.559,37
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	12.359.683,98	12.219.464,65

7.5.5 Demonstração das Variações Patrimoniais
página 1/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 13/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.911.829.412,87	1.863.867.122,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.790.119,48	2.177.881,18
Venda de Mercadorias	85.569,75	40.182,44
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	5.704.549,73	2.137.698,74
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		12.182,95
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	12.182,95
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.861.859.289,88	1.743.740.058,85
Transferências Intragovernamentais	1.861.859.289,88	1.742.509.269,54
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	1.230.789,31
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	25.169.729,10	40.105.540,07
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.352.118,03	102.852,76
Ganhos com Desincorporação de Passivos	22.817.611,07	40.002.687,31
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	19.010.274,41	77.831.459,81
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Demonstração das Variações Patrimonial - página 2/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 13/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	19.010.274,41	77.831.459,81
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.843.204.999,91	1.779.118.135,35
Pessoal e Encargos	916.822.887,47	851.430.123,98
Remuneração a Pessoal	719.296.183,10	672.123.059,66
Encargos Patronais	142.734.487,89	136.070.258,48
Benefícios a Pessoal	54.589.120,48	42.777.145,84
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	203.096,00	459.660,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	490.605.635,83	458.481.176,86
Aposentadorias e Reformas	403.135.703,72	378.057.879,09
Pensões	86.832.861,46	79.947.111,25
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	637.070,65	476.186,52
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	103.641.064,81	105.319.434,52
Uso de Material de Consumo	12.028.917,55	19.963.146,70
Serviços	90.787.106,72	85.230.846,75
Depreciação, Amortização e Exaustão	825.040,54	125.441,07
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	20.061,82	425.116,13
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	19.161,82	425.106,13
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	900,00	10,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	281.811.533,60	254.053.513,49
Transferências Intragovernamentais	281.679.440,03	252.758.041,89
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	132.093,57	92.585,78
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	1.202.885,82
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	11.225.177,18	81.343.307,59
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	849.503,92	-
Incorporação de Passivos	36.173,11	23.632.713,42
Desincorporação de Ativos	10.339.500,15	57.710.594,17

Demonstração das Variações Patrimonial - página 3/3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 13/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	2.467.366,26	1.812.701,85
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	277.334,04	200.005,42
Contribuições	2.190.032,22	1.612.696,43
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	36.611.272,94	26.252.760,93
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	36.606.857,42	26.247.101,68
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.415,52	5.659,25
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	68.624.412,96	84.748.987,51

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

a) Dos acórdãos do exercício de referência

Quadro 91 - Acórdãos do exercício de referência.

Seq.	Acórdão	Natureza	Unidade destinatária	Recomendações/Determinações			
				Recebidas		Não Atendidas/ Atendidas parcialmente	
				Qtde	Item(ns)	Qtde	Item(ns)
1	447/2016 (2ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	3	9.4.1, 9.4.2 e 9.4.3	---	---
2	685/2016 (2ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	1	1.8	1	1.8
3	1453/2016 (2ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	3	9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3	3	9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3
4	1459/2016 (2ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	3	9.4.1, 9.4.2 e 9.4.3	3	9.4.1, 9.4.2 e 9.4.3
5	4357/2016 (2ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	3	9.4.1, 9.4.2 e 9.4.3	---	---
6	2554/2016 (1ª Câmara)	Pensão Civil (Monitoramento)	PROGEP	1	1.7.1	1	1.7.1
7	2859/2016 (1ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	1	1.7	---	---
8	5725/2016 (2ª Câmara)	Representação	PROGEP	1	1.9	1	1.9
9	3582/2016 (1ª Câmara)	Aposentadoria (Monitoramento)	PROGEP	3	1.7.1.1, 1.7.1.2 e 1.7.2	---	---
10	4736/2016 (1ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	1	1.7	---	---
11	8569/2016 (2ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	4	9.3.1, 9.3.2, 9.3.3 e 9.3.4	1	9.3.4
12	8602/2016 (2ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	3	9.4.1, 9.4.2 e 9.4.3	1	9.4.3
13	10642/2016 (2ª Câmara)	Atos de Admissão	PROGEP	1	1.8	---	---
14	10768/2016 (2ª Câmara)	Aposentadoria	PROGEP	4	9.3.1, 9.3.2, 9.3.3 e 9.3.4	---	---
15	11739/2016 (2ª Câmara)	Atos de Admissão	PROGEP	1	1.8	---	---

Fonte: Coordenação de Controle Interno



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Determinações/recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente:

Quadro 92 - Determinações/recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente.

Seq.	Acórdão	Justificativa pelo não cumprimento
1	685/2016	A PROGEP informou que não localizou registro de recebimento do Acórdão. Dessa forma, a determinação do TCU não foi atendida.
2	1453/2016	A PROGEP informou que o servidor ingressou com recurso com efeito suspensivo, tendo sido devidamente informada através do Ofício 7484/2016-TCU/Sefip, de 17/05/2016.
3	1459/2016	Através do Ofício nº 221/2016-GAB/PROGEP, o TCU foi informado que o servidor não pertence aos quadros da UFPB, uma vez que, quando do desmembramento entre UFPB e UFCG, optou por sua vinculação à UFCG.
4	2554/2016	A PROGEP informou que não localizou registro de recebimento do Acórdão. Dessa forma, a determinação do TCU não foi atendida
5	5725/2016	A PROGEP informou que não localizou registro de recebimento do Acórdão. Dessa forma, a determinação do TCU não foi atendida
6	8569/2016	A PROGEP informou que realizou os ajustes nas aposentadorias de todos os servidores mencionados no Acórdão, porém, não apresentou a documentação comprobatória do ajuste realizado para uma das pessoas citadas (CPF 308.376.424-34), ou a comprovação do seu retorno à ativa, conforme determinado no item em análise. Dessa forma, considera-se a determinação parcialmente atendida.
7	8602/2016	Através do Ofício nº 001/2017-GAB/PROGEP de 02/01/2017, a PROGEP informou ao TCU que após cientificar o interessado este optou por permanecer aposentado, tendo sido emitido novo ato de aposentadoria sob o fundamento do art. 40, § 1º, III, b da Constituição Federal. Foi providenciando, ainda, a suspensão do pagamento dos proventos e a correção do tempo de serviço cadastrado no SIAPE, cumprindo determinação contida no Acórdão 8602/2016. Entretanto, a PROGEP informou que, devido a uma crítica sistêmica do SIAPE, não conseguiu implantar o novo fundamento legal do ato de aposentadoria e que realizou várias diligências à SEGEP, órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, visando ao cumprimento da determinação do TCU. Dessa forma, considera-se a determinação parcialmente atendida.

Fonte: Coordenação de Controle Interno



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

b) Dos acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento (determinações não atendidas ou atendidas parcialmente)

Quadro 93 - Acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento.

Seq.	Nº do Acórdão	Natureza
1	7506/2010 – 2ª Câmara	Prestação de contas – 2004
2	1293/2011 – 2ª Câmara	Prestação de contas – 2006
3	1659/2015 – Plenário	Prestação de contas – 2010
4	2910/2016 – 1ª Câmara	Prestação de contas – 2013
5	8797/2016 – 2ª Câmara	Prestação de contas – 2011

Fonte: Coordenação de Controle Interno

Determinações/recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente.

Quadro 94 - Determinações/recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente – UFPB/PROGEP.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 015.826/2005-8	7506/2010	9.6.12	*	*
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal da Paraíba/ Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP				
Descrição da determinação/recomendação				
Adote as medidas pertinentes para apuração dos fatos relatados pelo Controle Interno no Relatório de Auditoria nº 160750 da CGU-PB sobre a atuação dos servidores de matrículas SIAPE nº 330564 e 335134.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Através do Processo 23074.005753/2017-08, a PROGEP informou que: com relação ao servidor matrícula 330564 foi aberto procedimento visando apurar a acumulação irregular, "tendo a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar entendido pelo arquivamento dos autos", decidindo que o referido servidor "não cometeu acumulação ilegal de cargos", conforme Ofício CPPRAD/UFPB Nº 68/2005, contido no processo 23074.026713/05-87. Com relação à servidora matrícula 335134 a PROGEP esclareceu que "com o Contrato de Gestão Especial realizado entre a UFPB e a EBSEH, compete a esta última o gerenciamento dos servidores da UFPB que estejam desenvolvendo suas atividades no Hospital Universitário Lauro Wanderley". Informou, ainda, que no mês de abril de 2005 foi lançado desconto de faltas nos vencimentos da servidora. Dessa forma, considera-se a determinação parcialmente atendida.				

*Informações não disponibilizadas



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 95 - Determinações/recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente – UFPB/PU.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 019.900/2007-1	1293/2011	9.3.3	*	*
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal da Paraíba/ Prefeitura Universitária - PU				
Descrição da determinação/recomendação				
Elabore e implemente, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de recuperação dos créditos decorrentes da inadimplência de permissionários e disponibilize à unidade administrativa responsável pelo acompanhamento da execução dos contratos de permissão os recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho desta atribuição.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
De acordo com o Despacho emitido em 02/02/2017, em resposta à solicitação de auditoria nº 07/17, a PU informou que estão sendo realizadas notificações visando a cobrança das dívidas de exercícios anteriores. Em que pese a Unidade ter apresentado um quadro financeiro relacionando os permissionários que permanecem inadimplentes com a Instituição, não comprovou efetivamente se implementou o plano de recuperação dos créditos decorrentes da dívida dos permissionários, conforme determinou o TCU no Acórdão em tela. Dessa forma, considera-se a determinação parcialmente atendida.				

*Informações não disponibilizadas



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 96 - Determinações/recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente – UFPB/HULW.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 046.846/2012-3	8797/2016	9.10.2	*	*
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal da Paraíba/Hospital Universitário Lauro Wanderley				
Descrição da determinação/recomendação				
Caso tenha efetuado o pagamento de toda a dívida reclamada pela FJA, no importe de R\$ 1.733.834,52, apontada no item 5.1.6.9 do Relatório CGU 201203300/306, oportunize à fundação o contraditório e a ampla defesa sobre a matéria e, não sendo afastada a irregularidade, adote as providências administrativas necessárias à obtenção do ressarcimento aos cofres da União dos R\$ 799.830,21 cobrados a maior, calculados com base em novembro de 2010, instaurando, se preciso, tomada de contas especial, nos termos da legislação, sem o prejuízo de informar ao Tribunal, no mesmo prazo, as providências adotadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
De acordo com o despacho nº 165/2017/DAF de 26/01/2017 (anexo II do Ofício nº 43/2017/GAB-SUP-HULW-UFPB/EBSERH), a Unidade prestou os seguintes esclarecimentos: "De acordo com o levantamento efetuado pela SOF, o parcelamento foi devidamente quitado [...]". Foi encaminhado à Fundação José Américo o Ofício nº 44/2017/ GAB-SUP-HULW-UFPB/EBSERH, DE 27/01/2017, notificando a referida Fundação acerca das deliberações do Acórdão do TCU, bem como das recomendações do Relatório de Auditoria da CGU 201203300/306, solicitando o ressarcimento do montante supracitado. Dessa forma, considera-se a determinação parcialmente atendida.				

*Informações não disponibilizadas



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Quadro 97 - Determinações/recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente – UFPB/PRA.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 046.846/2012-3	8797/2016	9.10.3	*	*
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal da Paraíba/Pró-Reitoria Administração - PRA				
Descrição da determinação/recomendação				
Cumpra, se ainda não o fez, no prazo improrrogável de 60 dias, a determinação constante do item 9.6.3 do Acórdão 7506/2010-TCU-2ª Câmara.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Por meio do Memorando eletrônico nº 66/2017, a PRA informou que está aguardando a decisão de mérito a respeito da ação judicial de reintegração de posse nº 0800.733-04.2014.4.05.8200 para reaver o prédio. Dessa forma, considera-se a determinação parcialmente atendida.				

*Informações não disponibilizadas

c) Sobre as formas de acompanhamento das recomendações e determinações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

As formas que a instituição dispõe para o efetivo acompanhamento tanto das deliberações do Tribunal de Contas da União - TCU como das recomendações da Controladoria Geral da União - CGU estão relatadas, conforme segue: o acompanhamento se dá por meio de um assessor designado para esta função. Após o recebimento, os documentos oriundos da CGU e TCU são cadastrados no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, onde são formalizados processos e encaminhados aos setores que tenham relação com a determinação/recomendação a cumprir, quando existentes, para adoção de providências dentro dos prazos estabelecidos. Após receber as repostas dos respectivos setores, estas são analisadas e enviadas aos Órgãos de Controle Interno e Externo, dependendo do órgão que emitiu a referida recomendação/determinação, no intuito de dar ciência a este das medidas adotadas pela instituição.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Das recomendações do exercício de referência, constantes do relatório CGU nº 20155038 – Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Quadro 98 - Resumo das recomendações feitas pela CCI e das não atendidas/atendidas parcialmente.

Seq.	Constatação do Relatório	Recomendações			
		Emitidas		Não Atendidas/Atendidas parcialmente	
		Qtde	Recomendação(ões)	Qtde	Recomendação(ões)
1	1.1.1.2	3	R1, R2 e R3 (*)	3	R1, R2 e R3
2	1.1.1.3	1	R1	1	R1
3	1.1.1.5	1	R1	1	R1
4	1.1.1.6	1	R1	---	---
5	1.1.1.7	1	R1	1	R1
6	1.1.1.8	1	R1	---	---
7	1.1.1.9	3	R1, R2 e R3	---	---
8	1.1.1.10	2	R1, R2	---	---
9	1.1.1.12	1	R1	---	---
10	1.1.1.14	2	R1, R2	2	R1, R2
11	1.1.1.15	1	R1	1	R1
12	1.1.1.16	1	R1	---	---
13	1.1.1.17	1	R1	---	---
14	1.1.1.21	1	R1	1	R1
15	1.1.1.22	1	R1	1	R1

R1, R2 e R3 (*) - Recomendações 1, 2 e 3 do Relatório da CGU.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Recomendações não atendidas ou atendidas parcialmente

Quadro 99 - Justificativas pelo não cumprimento/cumprimento parcial das recomendações da CCI.

Seq.	Constatação do Relatório	Justificativa pelo não cumprimento/cumprimento parcial	
1	1.1.1.2	R1	Através do Memo nº 05/2017 - GAB/PRAPE, de 8/02/2017, a PRAPE apresentou a Minuta da nova Resolução - Alteração da Resolução 29/2010 para atualizar o normativo existente. Ressalta-se que, segundo a PRAPE informou, a "minuta proposta será encaminhada à Secretaria dos órgãos Deliberativos da UFPB, para apreciação, julgamento e aprovação, pelo Conselho Universitário". Considerando que só foi realizado parte do processo com a produção da minuta, tem-se a recomendação como atendida parcialmente.
		R2	No Memo nº 05/2017 - GAB/PRAPE, de 8/02/2017, a PRAPE apresentou a Minuta da nova Resolução, onde institui e regulamenta a Política de Assistência e Promoção Estudantis da Universidade Federal da Paraíba. Informa ainda que a proposta da minuta será encaminhada à Secretaria dos Órgãos Superiores da UFPB - Considerando que a tramitação do processo está na fase da minuta e que deverá percorrer outras etapas, tais como: apreciação, julgamento e aprovação, tem-se a recomendação como atendida parcialmente.
		R3	Por meio do Memo nº 05/2017 - GAB/PRAPE, de 08/02/2017, a PRAPE informou que a Minuta está em fase de elaboração, porém não apresentou o documento que comprova a iniciativa dessa ação. Dessa forma considera-se a recomendação como não atendida.
2	1.1.1.3	R1	A PRAPE informa no Memo nº 05/2017 - GAB/PRAPE, de 8/02/2017, que os procedimentos de rotinas automatizadas estão sendo implantados em substituição aos manuais, conforme Memorando Circular nº 5/2016 - PRAPE (identificar: 201617972), de 04/02/2016 - (Alterações necessárias ao módulo SAE do SIGAA e sua ativação) e o Memorando Circular nº 8/2016 - PRAPE (identificar: 201618299), de 17/02/2016, que detalha o novo procedimento de inscrição de estudantes aos auxílios da PRAPE. No que se refere à melhoria e para o alcance desses objetivos estão no aguardo da chegada de novos servidores com formação na áreas de informática para a utilização das ferramentas tecnológicas utilizando o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA. Diante da justificativa



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Seq.	Constatação do Relatório	Justificativa pelo não cumprimento/cumprimento parcial	
			apresentada, considera-se em fase de implantação dessas ações e, portanto, atendida parcialmente.
3	1.1.1.5	R1	A PRAPE informou no Memo nº 05/2017 - GAB/PRAPE, de 8/02/2017, que solicitou à Superintendência de Tecnologia da Informação - STI da UFPB, a implantação dos módulos do SIGAA. Apesar de ter apresentado como justificativa o Memorando Eletrônico nº 9/2017 - PRAPE (identificar: 201730493), de 06/02/2017, verifica-se que essa iniciativa ocorreu no período da realização desse monitoramento e sem a apresentação de documentos que comprovem a efetiva implantação até a presente data. Dessa forma considera-se a recomendação como atendida parcialmente.
4	1.1.1.7	R1	A PRAPE informou no Memorando Eletrônico nº 45/2016 - PRAPE, de 27/06/2016 - (Identificador: 201622137), anexo ao processo 23074.008148/2017-81 que está em fase de implementação rotinas automatizadas, a exemplo do Relatório Técnico, Dessa forma considera-se a recomendação atendida parcialmente.
5	1.1.1.14	R1	A PRAPE justificou que existe controle sobre a quantidade de usuários dos restaurantes universitários e sobre as quantidades de refeições fornecidas e que estão sistematizadas em uma planilha do Excel e que está em execução um sistema informatizado de controle de acesso por meio de catraca. Essa justificativa não está respaldada com documento oficial e dessa forma considera-se a recomendação como não atendida.
		R2	A PRAPE informou que providências foram tomadas, mas não apresentou evidências. Portanto, considera-se a recomendação como não atendida.
6	1.1.1.15	R1	A PRAPE justificou que existe controle e que estão sistematizadas em uma planilha do Excel e que está em execução um sistema informatizado de controle de acesso por meio de catraca. Essa justificativa não está respaldada com documento oficial e dessa forma considera-se a recomendação como não atendida.
7	1.1.1.21	R1	A PRAPE justificou que iniciou diálogos com as coordenações dos cursos de graduação visando um acompanhamento contínuo de todos os alunos assistidos e que devido a insuficiência de servidores para atender a essa demanda solicitou mais servidores para os quadros da PRAPE. Essa justificativa não foi respaldada por nenhum documento oficial e dessa forma considera-se a



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Seq.	Constatação do Relatório	Justificativa pelo não cumprimento/cumprimento parcial	
			recomendação como não atendida.
8	1.1.1.22	R1	Para essa constatação, a PRAPE também justificou que encontra-se elaborando o planejamento estratégico com ações de curto, médio e longo prazo para atender essa ação. E tem como ponto de partida o planejamento estratégico do <i>campus</i> I que se estenderá aos demais <i>campi</i> da UFPB. Essa justificativa não foi respaldada por nenhum documento oficial e dessa forma considera-se a recomendação como não atendida.

Fonte: Relatório de Auditora nº 2017002

As informações sobre as formas que esta Autarquia dispõe para o efetivo acompanhamento das recomendações do OCI são idênticas ao tratamento dado pela instituição referente às deliberações do TCU, como já informado na letra “c”, subitem 8.1 do item 8 (Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle).



8.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao Erário

8.3.1 Demonstração da estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE

As comissões dispõem de sala climatizada composta com seis desktops e respectivos monitores, três notebooks, quatro impressoras, cadeiras, mesas, armários e material de expediente adequado.

Quanto ao pessoal, existem 5 (cinco) servidores conforme composição das portarias emitidas em 2016, conforme abaixo:

Quadro 100 - Servidores que compõem a TCE/UFPB.

Portaria R/GR/Nº 1329/2016 – 05/09/2016	Portaria R/GR/Nº 2009/2016 – 24/11/2016
Fábio Assunção de Castro	Anderson Glauber Torres dos Santos
Ramailda Batista de Sousa	Roberto Wagner Jubert
Saulo Eduardo Carvalho de Almeida	Saulo Eduardo Carvalho de Almeida

No Quadro 101 é mostrado o quantitativo de tomadas de contas especiais instauradas no exercício atual, em 2014 e em 2013, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.

Quadro 101 - Quantidade de TCE instauradas no período 2013-2016.

2013
7 Processos instaurados.
2014
25 Processos Instaurados, dos quais:
03 processos finalizados por ressarcimento de débito.
11 processos se encontravam na unidade de Controle Interno da UFPB.
11 processos estavam em fase de conclusão pelas Comissões de Tomada de Contas Especial.
2015
6 processos instaurados, dos quais:
2 processos se encontram na unidade de Controle Interno da UFPB
4 processos estão em fase de conclusão pelas Comissões de Tomada de Contas Especial
2016
12 processos instaurados, dos quais:
6 processos se encontram na unidade de Controle Interno da UFPB - Portaria R/GR/Nº 1479/2015
1 processo se encontra na unidade de Controle Interno da UFPB - Portaria R/GR/Nº 1329/2016
2 processos estão em fase de conclusão pelas Comissões de Tomada de Contas Especial - Portaria R/GR/Nº 1329/2016
3 processos estão em fase de conclusão pelas Comissões de Tomada de Contas Especial - Portaria R/GR/Nº 2009/2016



8.3.2 Medidas Adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Na **Tabela 21** é mostrado o quantitativo das ações da comissão de tomadas de contas especial na UFPB em 2016.

Tabela 21 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2016

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas ¹⁴	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU ¹⁵
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
12								2

Fonte: Comissão de Tomada de Contas Especiais.

¹⁴ Ressalta-se ainda, que se encontra na Coordenação de Controle Interno da UFPB 4 (Quatro) Processos de Tomadas de Contas Especial instaurados em 2015 e concluídos pela Comissão de Tomada de Contas Especial em 2016. (Portaria R/GR/Nº 1479/2015).

¹⁵ Portaria R/GR/Nº 399/2014



8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O art. 5º da lei de licitações (8.666/93) estabelece a principal diretriz para a sistemática de ordenamento de despesas públicas, mormente, no tocante à observação da ordem cronológica das obrigações financeiras assumidas pela Administração Pública, iniciadas pelo empenho, e que seguiram a tramitação do processo administrativo de pagamento, com a entrega do produto ou prestação do serviço, e posterior liquidação e apropriação dos valores para pagamento. Cumulativamente, além da observação da ordem cronológica, observar a fonte do recurso específico. A UFPB atende em sua plenitude a lei 8.666/93, incluindo o cronograma de pagamento do artigo destacado.

Entretanto, desde 2014, em razão de dificuldades de arrecadação do Governo Federal, afetou-se toda a Administração Pública Federal. Até o ano de 2013, os recursos eram repassados duas vezes por semana, em consonância com o montante liquidado, ou seja, o valor liquidado para pagamento era repassado em sua integralidade (100% do que se encontrava liquidado era encaminhado para a UFPB adimplir com as obrigações financeiras). No entanto, tal cenário alterou-se a partir de 2014 quando se passou a realizar repasses uma ou duas vezes por mês e em montante inferior ao que estava liquidado. Em 2015, a conjuntura de arrecadação federal deficitária agravou-se ainda mais e os repasses giravam em torno de 40% dos valores liquidados, sem considerar eventual efeito cumulativo das obrigações financeiras institucionais.

Nitidamente, as informações supramencionadas servem para contextualizar a conjuntura das dificuldades do processo de decisão pelo qual passam os gestores das IFES federais até o final de 2016. Destaque-se que ao final do primeiro semestre de 2016, chegou-se a verificar o repasse em cerca de 20% dos valores liquidados. Para contornar tal situação crônica, a Administração autárquica vem empreendendo esforços diuturnos com os fornecedores para evitar incidência de encargos financeiros provenientes de atrasos contratuais.

No dia 06 de dezembro de 2016 a Secretaria de Gestão do MPOG publicou a Instrução Normativa nº 02 (IN 02 - 06/12/2016 - SEGES/MPOG), considerando a conjuntura econômico-financeira nacional, com o intuito de orientar e disciplinar quais os atos administrativos em decorrência da exceção estabelecida pela segunda parte do art. 5º da lei 8.666/93. No entanto, tal instrução normativa foi editada próximo ao encerramento do exercício financeiro de modo que não houve tempo hábil ao longo de 2016 para que a Coordenação de Contabilidade desta IFES junto aos demais setores técnicos debatessem a respeito da referida Instrução Normativa e implementasse rotina para a tramitação dos processos de pagamento nos termos da IN 02 - 06/12/2016 – SEGES/MPOG, tal instrução normativa veio para disciplinar o que se realizava por razoabilidade. Iniciou-se, ainda em janeiro de 2017, debate técnico entre os diversos setores para implementação da rotina imposta pela IN 02 - 06/12/2016 – SEGES/MPOG. Ainda que tal IN tenha sido publicada no final do exercício de 2016, não se verifica desconformidade nos atos administrativos desta IFES.

<p>Seção 8. "CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE" Item: "DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993"</p>	<p>UFPB RG 2016</p>	<p>Página 301</p>
--	-------------------------	-------------------



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Diante de tal circunstância exógena e independente da Administração da IFES, estabeleceu-se uma sistemática de pagamento de modo a garantir a manutenção básica institucional sem que houvesse interrupção dos serviços essenciais ou que comprometesse a finalidade precípua da Universidade. De modo a garantir maior publicidade aos atos administrativos no tocante à ordem de pagamentos, a UFPB veiculou em site institucional o relatório de gestão de 2015 em que consta o panorama situacional dos pagamentos desta IFES.

Dessa forma, priorizou-se o pagamento de toda e qualquer despesa que incorresse em encargos financeiros, atualização monetária ou multa contratual, a exemplo de energia elétrica, água e telefonia; posteriormente todo e qualquer obrigação de ordem trabalhista, previdenciária, fiscal ou tributária, e serviços essenciais cuja interrupção causaria significativo prejuízo para a Administração Pública; em seguida consolidando as obrigações com demais fornecedores de forma cronológica, entende-se que essa sistemática está amparada pela condicionante “salvo quando presentes relevantes razões de interesse público” considerando o cenário econômico-financeiro do país, atendendo em sua plenitude o art. 5º da lei 8.666/93.

<p>Seção 8. “CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE” Item: “DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993”</p>	<p>UFPB RG 2016</p>	<p>Página 302</p>
--	-------------------------	--------------------------



8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Os contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento atendem aos dispositivos contidos nas Leis nº 12.546/2011 e 12.844/13, onde as retenções efetuadas são de 3,5% sobre o valor total da nota fiscal. Tais procedimentos são adotados desde o ano de 2013, onde as licitações passaram a trazer as modificações necessárias para o atendimento à legislação supracitada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

8.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Os valores empenhados e pagos com propaganda institucional são mostrados no quadro abaixo. Esta despesa corresponde aos pagamentos das publicações no Diário Oficial da União.

Quadro 102 - Despesas com publicidade.

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados (R\$)	Valores pagos (R\$)
Legal	2080 (Educação de Qualidade para Todos) / 20RK (Funcionamento das Instituições)	524.743,44	327.191,42

Fonte: Coordenação de Contabilidade/PRA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

8.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

No Quadro 103 é mostrada a relação dos cursos de graduação que devem ofertar a disciplina de Libras como obrigatória, em atendimento ao que estabelece o Art. 3º do Decreto 5.626/2005. Todos os cursos de licenciatura e o bacharelado de Fonoaudiologia oferecem a disciplina Libras de acordo com ao art. 3º do Decreto 5.626/2005. Quanto à publicação dos cursos de graduação, a grade curricular de cada curso está disponível para os alunos nas coordenações dos cursos.

Quadro 103 - Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005
PEDAGOGIA	13418	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 41/2011
PEDAGOGIA EDUC. DO CAMPO	122924	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 57/2011
PEDAGOGIA MSC	113707	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 31/2011
CIENCIAS DAS RELIGIOES	116826	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 21/2011
CIENCIAS SOCIAIS	1110230	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 18/2011
FILOSOFIA	13409	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 07/2014
HISTORIA	13415	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
HISTORIA MSC	80600	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
LETRAS - LINGUA ESPANHOLA	107553	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
LETRAS - LINGUA FRANCESA	107552	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
LETRAS - LINGUA INGLESA	107549	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
LETRAS - LINGUA PORTUGUESA	107548	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
LETRAS - LÍNGUAS CLÁSSICAS	116830	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 04/2014
PSICOLOGIA	26565	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
ARTES VISUAIS	107438	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
DANÇA	1191007	JOÃO PESSOA	PRG/G N.02/2014
MÚSICA	97039	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
TEATRO	107456	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 05/2012
CIENCIAS BIOLOGICAS	118068	JOÃO PESSOA	PRG/G N.19/2011
FISICA	13400	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
GEOGRAFIA	13406	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
MATEMATICA	13402	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
QUIMICA	13404	JOÃO PESSOA	PRG/G N.56/2011
EDUCACAO FISICA	13423	JOÃO PESSOA	PRG/G N.32/2013
ENFERMAGEM	44257	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
FONOAUDIOLOGIA	122918	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
CIENCIAS BIOLOGICAS - EAD	113699	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
CIENCIAS NATURAIS - EAD	113705	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
COMPUTAÇÃO - EAD	98984	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA - EAD	109954	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
LETRAS (LIBRAS) - EAD	1126690	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005
MATEMATICA - EAD	109948	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
PEDAGOGIA - EAD	109950	JOÃO PESSOA	PRG/G N. 031/2011
CIENCIAS BIOLOGICAS - EAD	97767	AREIA	PRG/G N.11/2011
QUIMICA - EAD	1161324	AREIA	PRG/G N.29/2011
CIENCIAS AGRÁRIAS - EAD	13457	BANANEIRAS	PRG/G N. 031/2011
PEDAGOGIA - EAD	109626	BANANEIRAS	PRG/G N. 031/2011
CIENCIAS AGRÁRIAS - EAD	113701	BANANEIRAS	PRG/G N. 031/2011
LETRAS - Português	5000898	MAMANGUAPE /RIO TINTO	PRG/G N. 031/2011
MATEMATICA	99045	MAMANGUAPE /RIO TINTO	PRG/G N. 031/2011
PEDAGOGIA	107356	MAMANGUAPE /RIO TINTO	PRG/G N. 031/2011
LETRAS -LÍNGUA INGLESA	261910	MAMANGUAPE /RIO TINTO	PRG/G N. 031/2011
LETRAS -LÍNGUA ESPANHOLA	261913	MAMANGUAPE /RIO TINTO	PRG/G N. 031/2011

Fonte: PRG